

José Augusto Ribeiro

 **AEPET**
Associação dos
Engenheiros da Petrobrás

A HISTÓRIA DA **PETROBRÁS**



José Augusto Ribeiro

A HISTÓRIA DA PETROBRÁS



AEPET
Associação dos
Engenheiros da Petrobrás

A HISTÓRIA DA PETROBRÁS

JOSÉ AUGUSTO RIBEIRO

Publicada pela AEPET

ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS DA PETROBRÁS

Av. Nilo Peçanha, 50 - SL 2409 - Centro, Rio de Janeiro - RJ, 20044-90

www.aepet.org.br

Autor: José Augusto Ribeiro

Artes e Diagramação: Geraldo Machado

Revisão: Jornalista Alex Prado

FICHA CATALOGRÁFICA

R484a Ribeiro, José Augusto, 1938-

A história da Petrobrás / José Augusto Ribeiro. –Rio de Janeiro : AEPET, 2023.

280p. il. ; 21 cm.

ISBN 978-85-65187-01-5

1. Brasil – Política e Governo 2. Brasil – Política econômica 3. História do petróleo 4. Indústria petrolífera 5. Petróleo Brasileiro S.A. I. Ribeiro, José Augusto de. II. Associação dos Empregados da Petrobrás. III. Título.

CDD: 338.27280981

PREFÁCIO

“**A** História da Petrobrás” é obra preciosa do José Augusto Ribeiro que precisa ser conhecida por todos os brasileiros. O texto traz a atmosfera do nacionalismo na qual a Petrobrás foi criada e se desenvolveu. Foram gerações de brasileiros que sonharam, trabalharam e realizaram esta que é a maior conquista do Brasil contemporâneo. Sem a consciência histórica dessa realização tudo pode ser perdido, entregue, como se não tivesse valor, sob a crença em argumentos falaciosos, os mais diversos, que sempre foram e continuam sendo sustentados por canalhas e entreguistas a serviço de interesses estrangeiros inconfessáveis.

José Augusto traz detalhes sobre passagens memoráveis que revelam a estatura política do Presidente Getúlio Vargas, o maior estadista da nossa história, que entregou a própria vida pela criação da Petrobrás e por amor ao Brasil e ao seu povo, em especial aos trabalhadores brasileiros. O legado de Getúlio e do tenentismo trouxe a industrialização e o desenvolvimento ao Brasil, para se tornar uma das maiores economias do mundo, com capacidade de encontrar, produzir, refinar, distribuir e agregar valor ao seu petróleo e gás natural, produzindo combustíveis de alta qualidade, com tecnologias e projetos nacionais.

O Petróleo e o Gás Natural são recursos estratégicos. Para que haja crescimento econômico é preciso que se aumente o consumo de energia, o mundo depende das energias de origem fóssil (petróleo, gás e carvão), que representam cerca de 85% da matriz energética mundial. Não há perspectiva realista de mudança desse cenário, de dependência dos fósseis, por suas qualidades singulares, sua densidade e potência energéticas, confiabilidade e eficiência, além da disponibilidade de infraestrutura. Nenhum país, com alto Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), tem baixo consumo de energia per capita. Para que o Brasil alcance altos padrões de desenvolvimento, é necessária a elevação substancial do seu consumo de energia por pessoa. O petróleo e o gás natural brasileiros precisam ser usados no país, a exportação do petróleo cru precisa ser proibida ou taxada severamente para sua limitação. O petróleo é nosso e a Petrobrás também é nossa!

FELIPE COUTINHO

Engenheiro químico, vice-presidente da AEPET.

SUMÁRIO

A petrobrás sai do papel	07
A crise de agosto	11
“Vai acontecer de novo”, diz Getúlio	17
O recado do rei da mídia a Getúlio: “é só ele desistir da Petrobrás!”	21
A revolução de 30 põe o petróleo sob controle do governo federal	27
1938: Getúlio nacionaliza todas as reservas de petróleo no Brasil	33
Uma reforma agrária nos latifúndios subterrâneos	43
1939: Jorra petróleo em Lobato	49
1940: Roosevelt pensa numa Petrobrás nos Estados Unidos	55
Segundo Governo Vargas “Ele voltará!”	67
O projeto da Petrobrás: Getúlio quer evitar onda antes do tempo	75
Uma batalha longa, de quase dois anos, até a Lei da Petrobrás	83
Na Argentina, Perón cede; no Brasil, Getúlio resiste	89
O projeto da Petrobrás converte-se em Lei	93

Os marcos decisivos na história	101
Da queda de Jango à crise de agosto	105
O vice Café Filho não ousa mexer na Petrobrás	119
A Petrobrás nos anos JK	131
Petróleo em troca de café: o governo Jânio Quadros	141
O governo Jango	147
Os primeiros anos do governo militar	159
Geisel: a crise do petróleo e a Bacia de Campos	173
Os primeiros governos civis depois de vinte anos	187
O governo FHC e sua palavra de ordem: “o petróleo é vosso!” ...	203
2009: A primeira tentativa de CPI contra a Petrobrás	219
2010 - Lula sanciona a Lei de Partilha e poderia estar assinando seu atestado de óbito político	231
O governo Dilma avança e consolida uma infraestrutura para o Pré-Sal	235
2013: Das manifestações de rua à espionagem na Petrobrás	243
2014-2016: Em seguida à espionagem, a Lava Jato e o golpe contra Dilma	251
Governos Temer e Bolsonaro: o esquitejamento da Petrobrás.....	259
Epílogo - Guilherme Estrella, a Petrobrás e o futuro	275



A PETROBRÁS SAI DO PAPEL

No domingo, 1º de agosto de 1954, praticamente nenhum dos grandes jornais do país dá a notícia, mas a Petrobrás, a empresa criada no ano anterior pela lei que instituíra o monopólio estatal do petróleo, assume o controle efetivo de todas as reservas de petróleo em território brasileiro, de todos os campos em pesquisa e exploração, de todos os navios transportadores, de todas as unidades de processamento e armazenamento de óleo bruto e derivados e de todas as outras instalações industriais de propriedade do governo federal ligadas à atividade petrolífera.

Era o caso, por exemplo, da Refinaria de Mataripe, futura Landulpho Alves, construída na Bahia para processar preferencialmente o petróleo de Lobato, no Recôncavo Baiano, onde pela primeira vez fora descoberto e extraído petróleo no Brasil em 1939.

Agora a Petrobrás sai do papel e passa a exercer, de fato, o monopólio estatal do petróleo, para o exercício do qual fora criada

“O exame, a discussão e a aprovação do projeto da Petrobrás levaram quase dois anos na Câmara dos Deputados e no Senado. Para a Petrobrás sair do papel e ganhar existência real bastaram os dez meses entre o 3 de outubro de 1953 e o 1º de agosto de 1954.”



Operação do primeiro poço

pela Lei 2.004, sancionada a 3 de outubro de 1953 pelo Presidente Getúlio Vargas, que a tinha proposto ao Congresso no fim de 1951.

O exame, a discussão e a aprovação do projeto da Petrobrás levaram quase dois anos na Câmara dos Deputados e no Senado. Para a Petrobrás sair do papel e ganhar existência real bastaram os dez meses entre o 3 de outubro de 1953 e o 1º de agosto de 1954. E foram necessários apenas quatro dias para que na madrugada de 5 de agosto fosse deflagrada a crise político-militar cujo desfecho, na manhã de 24 desse mês, transformando a tragédia em triunfo, foi o suicídio de Getúlio, que impediu a liquidação da Petrobrás e assegurou seu futuro pelos quase setenta anos seguintes.

Pela Lei 2.004, a principal finalidade, a missão fundamental da Petrobrás não seria produzir lucros, e muito menos dividendos, mas garantir o abastecimento de derivados de petróleo em todo o país, nas melhores condições para a economia brasileira. Essa era uma exigência que nenhuma lei poderia impor a nenhuma empre-

sa privada. Mas uma empresa pública ou de capital misto poderia perfeitamente colocar o interesse pelo lucro abaixo dessa responsabilidade.

No momento em que a Petrobrás foi criada, o Brasil produzia apenas 2.100 e refinava apenas 5 mil barris por dia de petróleo. O Brasil dependia quase totalmente de petróleo e de derivados (gasolina, diesel, óleo combustível) importados. Em caso de guerra ou de uma simples crise internacional, o Brasil não teria petróleo para mover sua economia. Nem para realizar operações de patrulhamento e vigilância necessárias à proteção de suas fronteiras e de seu litoral. O Brasil não teria como defender seu território e garantir sua independência e soberania.

Cinquenta anos depois da criação da Petrobrás, o Brasil produzia, por dia, mais de 1 milhão e 600 mil de barris de petróleo (para um consumo de cerca de 1 milhão e 800 mil barris) e refinava 1 milhão e 800 mil barris, isto é, a totalidade de seu consumo. Pouco depois, o Brasil alcançaria a autossuficiência em matéria de petróleo e, adiante, com a descoberta das imensas reservas do Pré-Sal, poderia assumir o papel de país exportador de petróleo.

Nenhum dos grandes jornais registrou o fato de que nesse domingo, 1º de agosto de 1954, a Petrobrás deixava de ser uma empresa de papel, uma abstração jurídica, para tornar-se uma realidade muito mais difícil de destruir do que até esse momento. Até outubro de 1953, a Petrobrás era um projeto, que os interesses opostos fizeram de tudo para derrubar ou desfigurar no Congresso. De outubro de 1953 a maio de 1954, ela se tornara uma criação legal, que só poderia ser desfeita por outra lei que a extinguisse ou despojasse de alguma prerrogativa essencial. Em maio de 1954, a Petrobrás fora instalada como empresa, com registro em cartório, investidura de diretores e contratação dos primeiros funcionários.

A 1º de agosto, porém, ela dava o passo mais importante no processo que a transformaria na maior empresa brasileira e numa das

maiores indústrias petrolíferas do mundo. Esse passo resultava de a Petrobrás assumir o controle jurídico e físico dos campos petrolíferos já encontrados e ainda por encontrar e de todas instalações de propriedade governamental de uma nascente e promissora indústria petrolífera, inclusive uma refinaria e alguns navios.

Mas os grandes jornais publicavam, nesses dias, anúncios enormes, de página inteira, às vezes duas páginas inteiras, promovendo a nova gasolina azul da Esso, a subsidiária do grupo Standard Oil (Rockefeller) no Brasil. Normalmente as gasolinas, os lubrificantes e os derivados de petróleo em geral eram anunciados mais nas rádios que nos jornais e, já então, nas TVs. Esses espalhafatosos anúncios nos jornais não se destinavam a vender gasolina — não se destinavam a vender o que quer que fosse. Eles tinham sido programados e pagos para consolidar e angariar simpatias. Simpatias contra a Petrobrás. Eles, no entanto, não foram postos no jornal do governo, *A Noite*, um dos vespertinos mais populares do Rio de Janeiro.



2

A CRISE DE AGOSTO

No domingo, 1º de agosto, em que a Petrobrás assumia de fato o controle da indústria do petróleo no Brasil, o Presidente Getúlio Vargas foi ao Hipódromo da Gávea, no Rio, para assistir ao Grande Prêmio Brasil, promovido pelo Jockey Club. Era tradição os Presidentes da República assistirem ao Grande Prêmio, mas nessa tarde aconteceu um fato inédito: Getúlio foi vaiado ao ser anunciada pelos alto-falantes sua chegada à tribuna de honra.

Não terá sido só por causa da Petrobrás que, nesse domingo, Getúlio foi vaiado no Jockey Clube. Ele devia estar desconfiado de que alguma coisa se armava contra seu governo. Pouco antes, em meados de julho, por ordem expressa do Alto-Comissário dos Estados Unidos, James B. Conant, maior autoridade civil norte-americana e representante pessoal do Presidente Eisenhower na Alemanha ocupada, os homens da Military Board Security apreenderam no porto de Hamburgo, em cima da hora do embarque, todos os volumes de uma encomenda do governo brasileiro.



Em 1º de Maio de 1954, Vargas anunciava ao Brasil o novo piso nacional, reajustado em 100%; medida custou a Jango o cargo de ministro

Eram equipamentos e materiais produzidos por 14 fábricas alemãs, indicadas pelo próprio governo da República Federal da Alemanha, aliada incondicional dos Estados Unidos, e serviriam para a montagem de um conjunto de ultracentrífugas destinadas à pesquisa nuclear — sem qualquer possibilidade de aplicação militar.

A encomenda, feita em novembro de 1953, estava paga (80 mil dólares) desde 21 de janeiro, quando o Banco do Brasil realizara o depósito correspondente no Banco Alemão para a América do Sul. O responsável pela encomenda e pelas negociações que a precederam era o almirante Álvaro Alberto, presidente do Conselho Nacional de Pesquisas do Brasil — responsável também por negociações anteriores com o governo dos Estados Unidos, nas quais tivera a certeza de que deles nenhuma cooperação o Brasil pode-

ria esperar para seu programa de pesquisa científica no campo da energia atômica. Dos Estados Unidos, Álvaro Alberto embarcara imediatamente para a Alemanha. Aí, segundo Moniz Bandeira em seu livro *Presença dos Estados Unidos no Brasil*, percebeu que agentes secretos seguiam-no por toda parte.

Esse fato, na Alemanha, parecia fazer parte de alguma ação articulada. A vaia, também. Segundo a *Última Hora*, jornal que o apoia, Getúlio foi hostilizado apenas por uma parte do público da tribuna social, e imediatamente o público muito maior das arquibancadas populares, calou a vaia, aplaudindo-o.

A vaia, em geral manifestação popular e plebeia, partira desta vez da tribuna frequentada pelos grupos mais ricos e aristocráticos. As notícias sobre a Petrobrás tinham pouquíssimo destaque e, aliás, pouquíssima presença nos jornais. E simplesmente não foi publicada por qualquer dos grandes jornais a notícia de que ela saía do papel e assumia efetivamente o controle das reservas e da indústria petrolífera no Brasil.

Provavelmente a vaia a Getúlio na elegantíssima tribuna social do Jockey tivera duas outras origens imediatas. Uma, a violenta campanha do jornalista Carlos Lacerda contra ele, tanto em seu jornal, a *Tribuna da Imprensa*, de tiragem inexpressiva, quanto na *Rádio Globo*, nas outras rádios e nas televisões dos “Diários e Emissoras Associados”, de Assis Chateaubriand. Outra origem, sobretudo esta, era o aumento de cem por cento do salário mínimo decretado por Getúlio no Dia do Trabalho, 1º de maio, impugnado por várias medidas judiciais e confirmado, no dia 5 de julho, por decisão do Supremo Tribunal Federal.

— Em vigor o novo salário mínimo! — anunciara com ênfase uma notícia em destaque na *Última Hora*. — Por 6 votos a 2, o Supremo Tribunal considerara legal o decreto de 1º de maio, negando o mandado de segurança impetrado pelo Sindicato das Indústrias de Fiação e Tecelagem. A decisão do Supremo fora prece-



Jornalista e escritor, Carlos Lacerda foi um dos maiores opositores do governo de Getúlio Vargas

didada por uma ameaça de greve geral e foi comemorada, dois dias depois, numa audiência a líderes sindicais, na qual Getúlio disse:

— Vencemos, afinal!

Seria sua última vitória antes da tragédia.

O decreto de 1º de maio, publicado no Diário Oficial de 4 desse mês, que aumentava o salário mínimo em 100%, entraria em vigor, como era habitual, sessenta dias depois da publicação — ou seja, no início de julho. O recurso ao mandado de segurança deixara a questão em suspenso, mas a decisão do Supremo criava um fato consumado: já nos dez primeiros dias de agosto, os trabalhadores de salário mínimo deveriam receber pagamento em dobro a partir do sexagésimo dia a contar de 4 de maio, ou seja, 4 de julho.

Nos dias de hoje, quando um aumento dez vezes menor do salário mínimo pareceria um escândalo, podemos imaginar o que seriam alguns ressentimentos na tribuna social do Jockey. Alguns dos aristocráticos autores das vaias estariam entre os que se imaginavam coagidos a racionar o champanha, o caviar, os vestidos de haute couture de suas senhoras, os automóveis, as viagens a Paris, as jóias das amantes, para pagar salário dobrado aos operários e empregados de suas empresas.

Faltava memória a esses senhores. Pouco antes da Revolução de 1930, que levaria Getúlio à Presidência da República pela primeira vez, as mordomias dos ricos tinham sido ameaçadas não pelas decisões dele, mas pelas consequências de duas crises — uma a das vendas internacionais do café brasileiro e a outra a da quebra da Bolsa de Nova York em outubro de 1929, responsável pela depressão que arruinaria em seguida todas as economias do mundo.

Washington Luís, o então Presidente da República e suposto representante e defensor dos interesses da economia cafeeira, tinha horror às extravagâncias dos barões e cafeicultores que conhecia — o champanha, o caviar, os vestidos de haute couture de suas senhoras, os automóveis, as viagens a Paris e as joias das amantes. HorrORIZAVA-se, sobretudo, com os automóveis e as amantes, e recusava-se, porque elas perpetuavam os automóveis e as amantes, a permitir medidas em defesa da economia cafeeira do Brasil.

A Revolução de 1930, que levaria Getúlio ao poder pela primeira vez, foi, sem dúvida, uma consequência da crise mundial da economia e também uma consequência da crise nacional da economia. Na chefia do governo provisório, em seguida à vitória da Revolução, que não provocara e tentara até evitar, Getúlio considerou de sua responsabilidade salvar a economia de São Paulo e a economia do café — tal sua importância para o futuro do Brasil — sem mergulhar na histeria moralista de Washington Luís. Para salvar o café, e os empregos e exportações que dependiam dele, Getúlio salvou também os cafeicultores e, com eles, seus automóveis e amantes.

Todas as vezes, porém, que tomava medidas em defesa do capital, Getúlio tomava medidas paralelas em defesa do trabalho. Para evitar a ruína de São Paulo, ele teve de salvar o café. Para salvar o café, teve de dar fôlego aos barões que escandalizavam Washington Luís. Em compensação, foi decretando as leis trabalhistas pelas quais não era perdoado: entre elas a do salário mínimo.

O decreto de maio de 1954 aumentava em 100% o salário mínimo anterior — reajustado pelo próprio Getúlio em 1952, depois de um congelamento imposto pelo governo do Presidente Eurico Dutra, de janeiro de 1946 a janeiro de 1951. Esse aumento de 100% no salário mínimo não era um aceno populista e demagógico, mas a cobrança de uma retribuição parcial ao que a economia urbana do país vinha recebendo de benefícios produzidos pelo governo.

O aumento de 100% do salário mínimo — hoje impensável — causara horror a alguns senhores de fraque e cartola e a algumas senhoras enchapeladas da tribuna social do Jockey. Para não ter de pagá-lo, esses senhores alegavam que o aumento elevaria de tal maneira os custos da produção industrial no Brasil que a economia do país seria lançada ao fundo de um abismo.

O que, porém, aconteceu foi surpreendente. Mesmo com as consequências da crise política que sobreviria nesse mês de agosto de 1954 e teria como desfecho o suicídio de Getúlio, a economia industrial brasileira teve nesse ano um crescimento de cerca de 12%. Era um aumento considerável do mercado interno e do PIB. Se os assalariados ganhavam com isso, os empresários ganhavam muito mais.

No Brasil de nossos dias, seria vaiado, mesmo no Jockey Club, um Presidente que fazia o país crescer? Talvez. Porque esse Presidente afrontava grandes e insaciáveis interesses econômicos estrangeiros. Sua decisão sobre o salário mínimo não seria engolida com facilidade; e menos ainda a criação da Petrobrás e a entrada em vigor do monopólio estatal do petróleo.

A vaia no Jóquei não será um presságio, não antecipará o que vai, em seguida, acontecer?

Para Getúlio foi mais que um presságio. Foi uma certeza, como dirá amanhã ao filho mais velho, Lutero, que o visitou já de manhã. Getúlio recebeu-o perguntando se Lutero se lembrava de uma conversa que tinham tido no início de 1945.



3

“VAI ACONTECER DE NOVO”, DIZ GETÚLIO

Lutero não podia esquecer. No início de 1945, ele servia como oficial médico da Força Aérea Brasileira, a FAB, no teatro de operações dos países Aliados na Itália, na Segunda Guerra Mundial. Em pouco tempo, suas façanhas cirúrgicas tornaram-se lendárias e ele começou a ser chamado para operar oficiais e soldados das forças norte-americanas, inglesas e de outros países aliados, nessa frente de operações.

Nos meses finais da guerra, no início de 1945, antes mesmo do colapso e da capitulação da Alemanha nazista, quando as tropas alemãs eram definitivamente expulsas da Itália e as forças brasileiras de terra e ar, a FEB e a FAB, deram por encerrada sua participação nas operações na Península Italiana, Lutero foi convidado a visitar os Estados Unidos, onde queriam agradecer-lhe pelo que fizera, na condição de médico, um dos melhores cirurgiões das forças aliadas, pelos oficiais e soldados norte-americanos feridos em combate na frente italiana.

Foto: Museu da Imagem e do Som da Associação Nacional dos Veteranos da FEB - Direção Central



O ortopedista Lutero Vargas, filho de Getúlio Vargas, serviu como médico voluntário da Força Aérea

Recebido e homenageado como grande médico, é claro que Lutero foi ouvido também como o filho do Presidente do Brasil. Num almoço em Wall Street, no último dia da viagem, pediram que ele falasse dos planos de seu pai para o futuro do país.

Lutero contou sobre os projetos de Getúlio desde a Revolução de 1930, em favor do desenvolvimento e da emancipação econômica do Brasil, projetos acelerados, nos anos da guerra e em virtude das demandas que ela impunha, pela implantação da grande siderurgia (a usina de Volta Redonda estava em fase final de construção), pela retomada das reservas de minério de ferro antes alienadas a interesses estrangeiros (a Companhia Vale do Rio Doce fora constituída com apoio do Presidente Roosevelt) e pelo primeiro projeto brasileiro sob controle nacional de uma grande usina hidrelétrica (o projeto de Paulo Afonso, no Rio São Francisco). Falou também dos planos políticos do pai — e do projeto de desmonte do Estado Novo, já em pleno andamento.

À saída, o anfitrião insistiu em levá-lo até o elevador — era um daqueles enormes arranha-céus no distrito financeiro de Manhattan. No caminho, longe dos olhos e ouvidos dos outros convidados, o anfitrião interrompeu o percurso para dizer:

— Este almoço foi para o médico Lutero Vargas, não para o filho do Presidente do Brasil. Mas sua exposição sobre o Brasil me deixa à vontade para pedir que o senhor comunique a seu pai, o Presidente, o que desgraçadamente vai acontecer nos Estados Unidos.

— O Presidente Roosevelt está gravemente doente e desenganoado, e não tem muito tempo de vida. Roosevelt tem grande admiração pelo Presidente Vargas e a maior gratidão pela ajuda do Brasil na guerra.

— A maioria dos grandes banqueiros e industriais americanos não gosta do Presidente Vargas. O pretexto é que ele chefia um governo ditatorial, mas a verdadeira razão é que o programa econômico do governo brasileiro prejudica os interesses de grandes grupos americanos.

— Roosevelt compreende que o Brasil tem o direito de se desenvolver, e que isso é bom para os Estados Unidos. Por isso apoiou a construção da usina de Volta Redonda. Mas os grandes banqueiros e industriais também não gostam de Roosevelt. Assim que ele morrer, o novo governo vai retirar o apoio a seu pai e vai tentar derrubá-lo.

— Mas não vão derrubar ditadores como Franco, da Espanha, que apoiou Hitler e a Alemanha nazista, e Salazar, de Portugal, que ficou neutro. Não vão mexer com os militares argentinos, como esse coronel Perón, que controlam o governo e só agora rompem com a Alemanha para a Argentina poder entrar na ONU.

De volta ao Rio, Lutero transmitiu ao pai o aviso e não estranhou que ele parecesse indiferente:

— Exagero. Imagina... Essas coisas não são assim.

O Presidente evitava contagiar a família com suas preocupações. Supondo que fosse isso, Lutero não insistiu.

Agora, em 1954, Getúlio, aparentemente sem propósito, pergunta a Lutero se ainda se lembra dessa conversa de 1945.

— Sim, lembro, mas por quê?

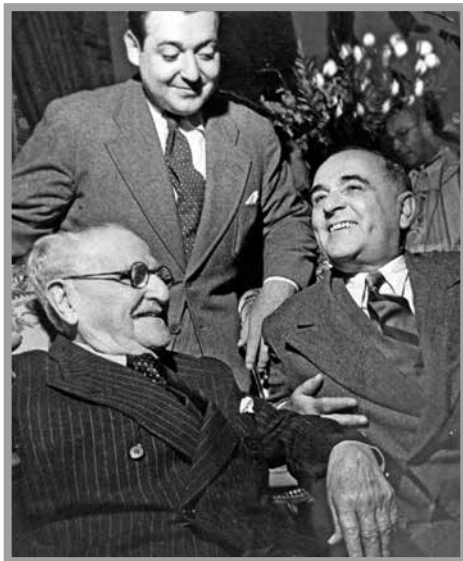
— Como tu tinhas razão, meu filho. Na época eu não acreditei que isso fosse possível.

Só à medida que avançarem os dias deste mês de agosto, Lutero começará a compreender o que Getúlio diz em seguida:

— Vai acontecer de novo...

Lutero compreenderá que seu pai já se sabe com a cabeça a prêmio.

Acervo Estadão



O Presidente Getúlio Vargas acompanhado do pai, Manuel Vargas e do filho Lutero, década de 1940



O RECADO DO REI DA MÍDIA A GETÚLIO: *“É só ele desistir da Petrobrás!”*

Essa conversa aconteceu na manhã de 2 de agosto, um dia depois de a Petrobrás tomar posse de todas as reservas de petróleo do país. Só três dias depois, na madrugada de 5 de agosto é que aconteceu o atentado da rua Tonelero, em Copacabana, contra o jornalista Carlos Lacerda, no qual morreu o Major Rubens Florentino Vaz.

Esse atentado é até hoje apontado como causa da crise final do segundo governo Vargas e do suicídio de Getúlio. Três dias antes, no entanto, Getúlio sabia que ia acontecer de novo aquilo que acontecera em 1945, um golpe para derrubá-lo. Esse golpe, então, aconteceria mesmo sem o atentado. Mas o atentado serviu de pretexto e estopim para ele e precipitou a crise.

No momento do atentado, a guerra contra Getúlio mudou de caráter:

— Em 5 de agosto — dirá Tancredo Neves, então Ministro da Justiça — a crise deixou de ser uma crise política e passou a ser uma crise militar. Aí, realmente, nós encontramos algumas semelhanças com todos os projetos que a CIA adotou na América do Sul, em face de governos que ela desejava combater.

— Você vê: no Chile foi o assassinato do [General René] Schneider, [Comandante do Exército], que antecedeu a queda do [Presidente Salvador] Allende. Aqui no Brasil pegaram o major Vaz. Quer dizer, houve realmente assim uma certa... Era preciso juntar ao quadro o ingrediente emocional. E o ingrediente emocional só se atinge com um cadáver. Então foi o major Vaz, lamentavelmente, quem teve de dar essa contribuição.¹

Muito antes do atentado, Carlos Lacerda já falava toda noite pelas TVs dos “Diários Associados” de Assis Chateaubriand, pedindo a derrubada de Getúlio. Antes de ter acesso a essas TVs, uma no Rio e a outra em São Paulo, as únicas no Brasil de então, um verdadeiro monopólio privado, Lacerda estava confinado a seu jornal, a Tribuna da Imprensa, de tiragem inexpressiva, e à Rádio Globo, que não era fácil sintonizar fora do Rio. A televisão é que lhe deu a repercussão que teve. Sem a televisão de Chateaubriand, Carlos Lacerda não levaria tão longe e tão fundo sua campanha contra Getúlio, a pretexto de episódios de corrupção, quase todos supostos, nos quais o Presidente, que sempre agia firmemente nos casos verdadeiros, não tinha qualquer responsabilidade.

A campanha de Lacerda, dos jornais de Chateaubriand e de outros grandes jornais tratava apenas de corrupção, porque não podia confessar seus verdadeiros motivos, sobretudo a Petrobrás.

1 Entrevista a José Augusto Ribeiro, em agosto de 1979, quando se completavam 25 anos do suicídio de Getúlio, publicada em O Globo.

Muito antes, também, do atentado da Rua Tonelero, amigos e colaboradores como Oswaldo Aranha e Tancredo Neves esforçavam-se para conter ou, pelo menos, atenuar a fúria dos ataques dos “Diários Associados” e das TVs de Chateaubriand, ao governo e à pessoa de Getúlio.

Esses esforços, segundo Tancredo, resultaram inúteis. Mas no dia 16, associando-se pessoalmente a eles, Getúlio recebeu Chateaubriand no Palácio do Catete — encontro que seria revelado pelo próprio Chateaubriand na sessão do Senado na tarde de 24 de agosto, horas depois do suicídio. Nesse discurso, Chateaubriand começou lembrando seu longo relacionamento com Getúlio, anterior à própria Revolução de 1930:

— Nestes trinta anos e pouco, estabeleceu-se entre mim e Getúlio Vargas uma intimidade tão constante, tão permanente, sem embargo das divergências doutrinárias, de pontos de vista contrários no encarar os problemas do Brasil, que a nossa amizade pode ser conservada de tal modo, nestes três decênios, que há oito dias dele recebi um convite para ir ao Palácio do Catete.

— Esse nosso encontro foi uma das páginas mais dramáticas da nossa vida, pois o que Getúlio Vargas me pedia era o que eu estava disposto a lhe dar: o ato de justiça de esperar que os acontecimentos nos quais se achava envolvida a sua autoridade, pudessem merecer do Judiciário o julgamento indispensável, para que os seus concidadãos aferissem da limpeza, da decência e da dignidade de sua pessoa naquele emaranhado de acontecimentos, de nenhum dos quais, estou certo, havia tido ciência.

A 16 de agosto, nesse encontro, Chateaubriand declarou-se disposto ao ato de justiça de aguardar a decisão da Justiça sobre “os acontecimentos nos quais estava envolvida a autoridade do Presidente”. A 16 de agosto, Chateaubriand, o jornalista e empresário de jornal, rádio e TV mais poderoso do Brasil daquele momento, não duvidava “da limpeza, da decência e da dignidade [de Getúlio]

naquele emaranhado de acontecimentos”. De nenhum deles, Chateaubriand estava certo, o Presidente “havia tido ciência”.

Apesar disso, os jornais de Chateaubriand, as rádios de Chateaubriand e a TV de Chateaubriand permaneceram, por mais oito dias, até o desfecho da crise, à disposição de Carlos Lacerda e seus acólitos, contra Getúlio.

Na tarde de 24 de agosto, com o Presidente morto, Chateaubriand só se lembra dos momentos poéticos da convivência com ele. Chateaubriand nem sequer pudera revelar, antes da morte de Getúlio, esse encontro de 16 de agosto. Porque a conspiração avançava e ele era um de seus maiores cúmplices.

Chateaubriand também não revelou, no mesmo discurso, o encontro que tivera, em plena crise, com o General Mozart Dornelles, Subchefe do Gabinete Militar de Getúlio.

No auge da crise de agosto de 1954, um dos subchefes do Gabinete Militar da Presidência, o General Mozart Dornelles, foi procurar Chateaubriand, que conhecia desde a Revolução de 30, ele combatente e Chateaubriand jornalista.

Chocado com a virulência dos ataques a Getúlio nas televisões de Chateaubriand, o General perguntou por que uma campanha tão rancorosa e mentirosa, na qual Carlos Lacerda não fazia a menor cerimônia com os fatos e podia inventar o que quisesse, porque as TVs de Chateaubriand não abriam espaço para o direito de resposta.

Ao menos, propõe o General Mozart, que Chateaubriand agisse para moderar o tom dos ataques, não necessariamente seu conteúdo. Chateaubriand interrompe para dizer:

— Mozart, eu sou o maior admirador do Presidente, eu adoro o Presidente.

E oferece:

— Na hora que o Presidente quiser eu tiro as televisões do Lacerda e entrego a ele, para a defesa do governo...

Mas revela seu preço:

— É só ele desistir da Petrobrás...

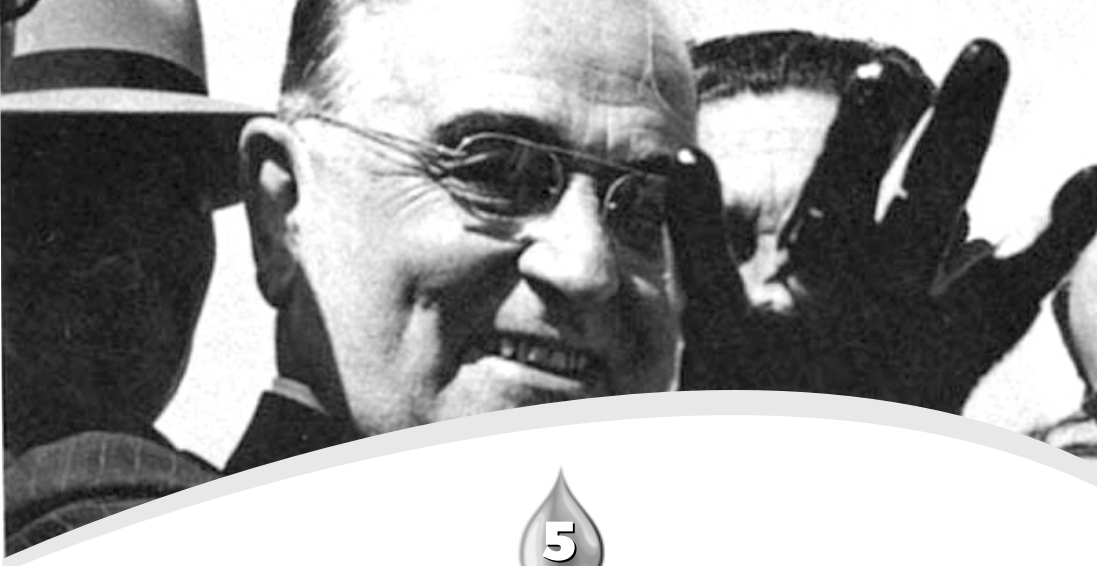
De volta ao Palácio do Catete, sede do governo e acabrunhado com a chantagem de Chateaubriand, o General Mozart decidiu aconselhar-se com o Ministro da Justiça Tancredo Neves, seu cunhado. Poderia ou deveria contar a Getúlio, a quem não revelara que iria falar com Chateaubriand, a proposta que ouvira deste?

Tancredo sugeriu que o General contasse, que o Presidente precisava saber do preço de Chateaubriand. Mas — acrescentou — de uma coisa ambos podiam ter certeza:

— O Presidente morre, mas não desiste da Petrobrás.

Dias depois, na manhã de 24 de agosto, Getúlio pôs fim à própria vida. Esse gesto impediu a guerra civil que fatalmente resultaria de sua deposição e garantiu as eleições de 1954 e 1955, a vitória e o governo do Presidente Juscelino Kubitschek e a preservação de sua herança política, uma herança acumulada desde a Revolução de 30, liderada por ele, e naquele momento simbolizada pela Petrobrás.

“ O Código de Minas, decretado ainda com base nos poderes discricionários do governo provisório da Revolução de 30, que permitiu as medidas nacionalistas adotadas em seguida por Getúlio na linha das que vinha decretando desde 1930, para proteger nossas reservas de ferro e petróleo e desenvolver as respectivas indústrias. ”



A REVOLUÇÃO DE 30 PÕE O PETRÓLEO SOB CONTROLE DO GOVERNO FEDERAL

Fazia pouco menos de um ano que Getúlio tinha sancionado a lei de criação da Petrobrás, mas mais de vinte que, em 1931, no início de seu primeiro governo, ele adotou a primeira de uma sequência de decisões em defesa do petróleo brasileiro, que ainda nem se comprovara se existia.

A história da Petrobrás começou, de fato, com o triunfo da Revolução de 30 e a chegada de Getúlio à Presidência da República, com o título de Chefe do Governo Provisório.

Até aquele momento — apesar de uma luta de décadas em todo o mundo pelo controle de reservas e mercados petrolífe-

ros, e de guerras, revoluções e golpes de Estado em vários lugares, inclusive na América Latina (caso do México, mergulhado numa revolução interminável, iniciada em 1910) — até aquele momento o governo brasileiro não interviu na questão do petróleo e os governos estaduais podiam outorgar e outorgavam sem qualquer controle ou critério grandes concessões a grupos estrangeiros.

A Royal Dutch Shell, por exemplo, atuava no Brasil desde 1921, dispondo de enormes áreas de concessão que obtivera por meio de uma subsidiária, a Companhia Brasileira de Petróleo. A Standard Oil, futura Exxon, tinha como intermediária a Companhia Geral de Petróleo Pan-Brasileira. Só em 1921, no governo do Presidente Epitácio Pessoa, as duas tinham assinado cerca de 120 contratos de concessão, contratos outorgados pelos governos estaduais sem que o governo federal considerasse necessário ao menos tomar conhecimento deles e preocupar-se com isso.

Em 1927, o deputado Ildefonso Simões Lopes, do Rio Grande do Sul, fizera um discurso de grande impacto na Câmara, denunciando o perigo dessas concessões descontroladas. O Estado do Amazonas, o de maior extensão territorial no Brasil, concedera grande parte de seu território a empresas petrolíferas. Das seis fatias em que fora dividido o Estado, quatro estavam em poder de testas de ferro da Standard Oil.

Em julho de 1931, Getúlio tomou a primeira de uma série de decisões que se prolongariam até o ano de sua morte, 1954, e que foram determinantes nos acontecimentos de sua vida e do país — a começar por um decreto que suprimia a prerrogativa até então exercida sem qualquer controle pelos governos estaduais, de outorgar concessões a quem quer que fosse para a exploração de reservas de petróleo. Pelo decreto de julho de 1931, qualquer concessão ou simples autorização de pesquisa e prospecção passava a depender da concordância do governo federal.

Ainda não era a definição de uma política petrolífera completa, mas já era a adoção de um critério válido para todo o país — um critério nacionalista. Enquanto não se discutia e decidia o regime da indústria do petróleo no Brasil, acabava-se, pelo menos, com a farra das concessões, que retalhavam o território dos Estados.

O decreto de julho de 1931 colocou sob controle do governo federal todas as futuras concessões e também, em grande medida, as que já tinham sido outorgadas pelos Estados. Só assim seria possível inventariar as possibilidades da indústria petrolífera no Brasil e discutir seu futuro e definitivo regime.

A questão do petróleo seria objeto, no primeiro governo Vargas, de novas e importantíssimas decisões em 1934 e 1938. No caso do petróleo, naquele momento, o governo provisório de Getúlio não tinha como ir além dessa primeira medida de controle.

O Brasil não tinha condições de financiar as pesquisas e a construção de refinarias, ponto de partida de uma indústria petrolífera — até por não ter certeza da quantidade e da possibilidade de extração do petróleo ainda não descoberto em seu território.

Mas tinha outra prioridade, paralela e mais viável naquele momento: o governo provisório sabia, com alguns números indiscutíveis, do volume das reservas de ferro do Brasil e das necessidades de seu mercado em matéria de produtos siderúrgicos. Iniciar uma indústria siderúrgica estava ao alcance do governo brasileiro, ainda que dependesse da contribuição de capitais e empréstimos externos.

Depois de implantada a indústria do aço é que chegaria o momento de tomar iniciativas para a criação e o desenvolvimento de uma indústria petrolífera vinculada aos interesses brasileiros e não ao interesse dos grandes grupos internacionais.

Em 1933, Getúlio convocou eleições para uma Assembleia Nacional Constituinte que restabeleceria a legalidade constitucional depois de três anos e meio do governo provisório da Revolução de 1930. Essa Constituinte encerrou seu trabalho em julho de 1934, promulgando uma Constituição que foi um grande avanço em relação às nossas constituições anteriores: a do Império, outorgada em 1824, e a da primeira República, votada em 1891.

A Constituição de 1934 transformou em norma constitucional os princípios fundamentais das leis trabalhistas de Getúlio, conferiu proteção constitucional a algumas das diretrizes de sua política econômica nacionalista e definiu uma ordem econômica inspirada pela ideia da função social da propriedade e, portanto, da justiça social. Na prática, essa ordem econômica poderia revelar-se ilusória, total ou parcialmente, mas era muito mais avançada que o individualismo escravista-capitalista da Constituição do Império e da Constituição da República Velha.

A Constituição de 1934 foi também um avanço em matéria política e eleitoral. Ela aprovava e com isso tornara definitivas conquistas como o voto secreto, o voto feminino e a Justiça Eleitoral. Ao mesmo tempo, ela criava obstáculos consideráveis à ação do governo.

Exemplo indiscutível disso foi o fato de, menos de uma semana antes da promulgação da Constituição, o governo ter adotado por decreto uma das leis mais importantes do ciclo da Revolução de 1930, em cuja rápida aprovação pelo futuro Congresso não podia ter maiores esperanças: o Código de Minas, que separava a propriedade do solo da propriedade do subsolo e transferia esta última à União, ao patrimônio público federal.

Foi esse Código de Minas, decretado ainda com base nos poderes discricionários do governo provisório da Revolução de 30, que permitiu as medidas nacionalistas adotadas em seguida por Getúlio na linha das que vinha decretando desde 1930, para proteger

nossas reservas de ferro e petróleo e desenvolver as respectivas indústrias.

A Constituição de 1934 não criava qualquer obstáculo às regras do Código de Minas, assim como não os criava em relação a outros grandes eixos da política econômica nacionalista do governo provisório — fosse em relação ao petróleo ou às outras riquezas minerais do país. Sem querer, porém, e contra o propósito de seus capítulos relativos à ordem econômica e social do país, ela restaurava em grande medida os poderes de que os Estados dispunham antes da Revolução de 30 e, assim, devolvia às oligarquias regionais grande parte dos privilégios suprimidos pela revolução.

Além disso, estabelecia mecanismos tão complicados de funcionamento dos poderes constitucionais — em particular no relacionamento entre o governo e o Congresso — que tolhia enormemente a ação do governo. Isso significava que as oligarquias estaduais e maiorias ocasionais no Congresso poderiam imobilizar o governo, tolher o avanço econômico e social que a própria Constituição consagrava e até mesmo empreender movimentos de retrocesso em relação a medidas da Revolução de 1930.

O Código de Minas impediu que a questão do petróleo voltasse ao regime anterior à Revolução de 1930, com os governos estaduais outorgando concessões a torto e a direito. Agora caberia ao governo federal controlar o petróleo brasileiro, se e quando fosse achado. O regime da Constituição de 1934 durou pouco, atropelado pelo levante armado de 1935, a chamada Intentona Comunista, e pelo advento do Estado Novo, em novembro de 1937.

“ O Estado Novo assumia o resgate de suas propostas econômicas e sociais, mas seria um retrocesso em relação às propostas políticas da Revolução de 1930. ”



1938: GETÚLIO NACIONALIZA TODAS AS RESERVAS DE PETRÓLEO NO BRASIL

A Constituição do Estado Novo, autoritária em suas disposições políticas, era nacionalista na ordem econômica que definia. A Revolução de 30 fora democrática no plano político e nacionalista no plano econômico. O Estado Novo assumia o resgate de suas propostas econômicas e sociais, mas seria um retrocesso em relação às propostas políticas da Revolução de 1930.

Esse retrocesso foi imposto pela radicalização do conflito ideológico mundial em que três forças disputavam mercados, fatias de poder e até territórios: as potências de extrema direita do Eixo liderado pela Alemanha nazista de Hitler e integrado também pela



Comemoração do 1º de Maio no Campo do Vasco da Gama, Rio de Janeiro, 1942

Itália fascista de Mussolini e pelo Japão militarista; as potências capitalistas, de centro, centro-esquerda ou centro-direita, lideradas pelos Estados Unidos, a Inglaterra e a França; e a Rússia Soviética, ainda sem países satélites mas controladora de partidos comunistas, alguns muito influentes, no mundo inteiro.

Um desses partidos, o do Brasil, rompeu em 1935 a ainda frágil legalidade constitucional organizada pela Constituição de 1934, com uma insurreição temerária concebida romanticamente por seus comparsas brasileiros e autorizada irresponsavelmente em Moscou pelo Komintern, a organização internacional dos partidos comunistas controlada com mão de ferro por Stalin.

Para responder à insurreição, depois de dominada pelo Exército, o Congresso eleito democraticamente mudou a Constituição e decretou o estado de guerra, transferindo o controle do poder das mãos do governo constitucional para os chefes militares, muitos deles simpáticos ao Eixo, mais por admirarem a disciplina e a competência do exército alemão que por verdadeira afinidade com o nazismo.

O que parecia inevitável em tal situação era um golpe desses chefes militares, que alinharia o Brasil com o Eixo e teria grande apoio popular nas forças no integralismo, um movimento fascista nativo, financiado pelo fascismo italiano e chefiado por um intelectual de extrema-direita, Plínio Salgado, que era candidato à Presidência da República na sucessão de Getúlio, prevista para o começo de 1938.

Getúlio, nesse momento, era Presidente constitucional, eleito pela Constituinte, mas estava enfraquecido e despojado da maior parte de seus poderes, que o Congresso transferira aos militares ao decretar o estado de guerra. Para evitar esse golpe, Getúlio antecipou-se, deu o golpe do Estado Novo, decretou a Constituição de 10 de novembro de 1937 e alinhou o Brasil com as potências ocidentais lideradas pelos Estados Unidos e contrárias a Hitler.

A Constituição do Estado Novo acentuaria o perfil nacionalista da Constituição de 1934, que, aliás, determinava a nacionalização dos bancos e das companhias de seguros, mas não a do petróleo. Ela acentuaria, mais ainda, o perfil das decisões do governo provisório de Getúlio em matéria econômica.

Com base no Código de Minas decretado dias antes da entrada em vigor da Constituição de 1934, Getúlio conseguira anular as autorizações para a pesquisa de petróleo outorgadas antes da Revolução de 30 a grupos multinacionais e seus representantes, sobretudo no Amazonas, no qual, de seis autorizações que cobriam praticamente todo o território do Estado, quatro tinham sido dadas a empresas pertencentes ao grupo norte-americano Rockefeller.

Além disso, a Constituição de 1934 permitira a empresas “organizadas no país”, que podiam ser controladas por estrangeiros, requerer e receber autorizações ou concessões para a exploração de minérios, o que incluía o petróleo. Apesar dessa permissão, nem a Shell, nem a Standard Oil nem qualquer outra das grandes multinacionais do petróleo apresentara qualquer proposta de pesquisa ou exploração. O que interessava a esses grupos era apenas com-

prar áreas presumidamente petrolíferas, para mantê-las como reserva estratégica.

Já em abril de 1938, e com base na Constituição do Estado Novo, o governo adotaria uma decisão tão importante quanto a proposta de criação da Petrobrás em dezembro de 1951, no primeiro ano do segundo governo Vargas: a nacionalização das reservas brasileiras de petróleo.

Se a proposta de criação da Petrobrás desencadeou grande controvérsia e a campanha interna e internacional que levaria Getúlio ao suicídio em agosto de 1954, por que não aconteceu a mesma coisa em 1938? Possivelmente porque a situação internacional era melhor para o Brasil em 1938 do que na década de 1950 e porque Getúlio pôde agir com ousadia, na certeza de que o Presidente Franklin Roosevelt obrigaria o governo dos Estados Unidos e as multinacionais do petróleo a respeitarem a decisão brasileira.

No momento em que Getúlio agiu, em abril de 1938, as manchetes dos jornais de todo o mundo registravam o choque da nacionalização do petróleo no México, decretada pelo governo do general Lázaro Cárdenas.

— A atitude do General Lázaro Cárdenas — escreveu o jornalista Mário Victor em seu livro *A Batalha do Petróleo Brasileiro* — era um exemplo para todos aqueles que, no Brasil, se preocupavam com a defesa das riquezas minerais, notadamente o petróleo. Era uma preocupação que datava dos idos de 1927, quando o deputado Simões Lopes, do Partido Republicano Riograndense, em discurso na Câmara Federal, advertira contra a investida dos estrangeiros na aquisição de áreas presumidamente petrolíferas.

Em abril de 1938, desabavam sobre o México as mais terríveis pressões da diplomacia inglesa e norte-americana. Era chegado, portanto, o momento propício para a adoção de medidas preventivas em defesa do petróleo brasileiro.

Na longa história das revoluções e do petróleo do México, muitos tinham sido os atos de intervenção política e militar dos Estados Unidos, a começar pela invasão e anexação ao território norte-americano, quase cem anos antes, de cerca de metade do território mexicano (áreas hoje pertencentes ao Texas, ao Novo México e ao Arizona).

Em 1938, porém, os Estados Unidos não intervieram, porque Roosevelt sabia da inevitabilidade da guerra entre as grandes potências e precisava preservar seus interesses estratégicos maiores no conjunto das três Américas. Uma intervenção direta no México e qualquer intervenção oblíqua no Brasil seriam um desastre político para os Estados Unidos — ainda mais com a Argentina já seriamente inclinada pela Alemanha de Hitler (e com o Uruguai e o Chile igualmente influenciados).

Roosevelt ficou aliviado com o desfecho da crise de 1937 e com o fato de Getúlio ter garantido sua permanência no poder por meio do golpe de 10 de novembro. Roosevelt contava com o Brasil, mas sabia que o compromisso maior de Getúlio teria de ser com o Brasil e os interesses brasileiros.

Foi assim que Getúlio pôde realizar, a partir de 11 de abril de 1938, sem intervenção norte-americana, a primeira nacionalização do petróleo brasileiro. O princípio da nacionalização já tinha sido estabelecido pela Constituição de 1937. A Constituição anterior, de 1934, permitia a exploração de minas e jazidas minerais (o que incluía o petróleo) por empresas “organizadas no Brasil”. Uma subsidiária da Shell ou da Standard Oil poderia tranquilamente, com a ajuda de alguns testas-de-ferro nativos, naturalmente bem pagos, registrar-se como empresa organizada no Brasil e habilitar-se a concessões para a pesquisa e extração de petróleo.

Por isso e para evitar que tais grupos invocassem direitos adquiridos previamente, o Código de Minas, decretado dias antes da vigência da Constituição de 1934, criara mecanismos de defesa das reservas brasileiras.

A Constituição de 1937 substituíra o conceito de empresas “organizadas no Brasil” por dois princípios bem mais rigorosos. O primeiro repetia a norma do decreto assinado por Getúlio nos primeiros meses do governo provisório da Revolução de 1930, para impedir e anular as concessões irresponsáveis que vinham sendo feitas por alguns Estados:

— Art. 143 — O aproveitamento industrial das minas e das jazidas minerais depende de autorização federal.

O outro dizia:

— Parágrafo 1º. — A autorização só poderá ser concedida a brasileiros ou empresas constituídas por acionistas brasileiros.

Uma empresa simplesmente organizada no Brasil poderia ter alguns acionistas minoritários brasileiros, donos de duas ou três ações, como aconteceria ao longo de décadas com os diretores brasileiros da Light, que explorava serviços de eletricidade no Rio e em São Paulo. Mais de 99% das ações pertenceriam, como pertenciam na Light, aos donos estrangeiros. Já uma empresa constituída exclusivamente por acionistas brasileiros não seria tão facilmente controlável do estrangeiro. Se fosse, as multinacionais não lutariam tanto nem gastariam tanto dinheiro para amaciar, em países como o Brasil, as leis sobre capitais estrangeiros e remessa de lucros.

É possível que Getúlio já pensasse, em 1938, na solução do monopólio estatal, que seria adotada na Lei da Petrobrás, na década de 1950. Essa era uma das alternativas propostas em estudo do Estado-Maior do Exército, chefiado pelo General Góis Monteiro. Mas a prioridade, em 1938, era a siderurgia: o Brasil já explorava e exportava minério de ferro e praticamente não produzia aço. O petróleo ainda não tinha sido descoberto em nenhum ponto do território brasileiro e o Brasil não dispunha de qualquer refinaria para o desdobramento de derivados de petróleo.

O conjunto de decretos sobre petróleo que Getúlio assinou a partir de abril de 1938 partia de um pressuposto definido e defendido pelo general Júlio Caetano Horta Barbosa, futuro presidente do Conselho Nacional do Petróleo: o de que a base da indústria do petróleo seria o refino — e as refinarias deveriam preceder, se necessário, a exploração e a própria descoberta de petróleo. Para Horta Barbosa e sua equipe, a chave da indústria do petróleo estava na refinação, existindo ou não petróleo no Brasil: só quem refinasse estaria em condições de fixar os preços dos derivados. O mercado do óleo bruto era livre no mundo e a indústria do refino deveria preceder a descoberta do óleo.

Essa não era uma afirmação arbitrária e fora comprovada pouco antes em dois países vizinhos do Brasil, a Argentina e o Uruguai. A Argentina dispunha de sua estatal petrolífera, a YPF (Yacimientos Petrolíferos Fiscales), criada em 1922. O México criou a Pemex em 1938, logo depois da nacionalização decretada pelo Presidente Cárdenas. A Bolívia criou em 1936 a Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos, privatizada num de seus arrastões recolonizadores e restaurada em 2006 por Evo Morales.

A prioridade do refino foi testada e comprovada pela Argentina. No começo, sua YPF limitava-se a extrair petróleo bruto. O refino e o mercado estavam sob o controle das multinacionais, especialmente a West India, subsidiária da Standard Oil, e os preços da gasolina e da nafta consumidas pelos argentinos eram determinados em Nova York.

Um dos diretores da YPF, o General Enrique Mosconi, comandara anos antes uma base das primeiras unidades da aviação militar da Argentina. Um dia os aviões não puderam decolar, por falta de combustível: o governo atrasara o pagamento e o vendedor sustara o fornecimento. Mosconi, alarmado, passou a estudar a questão do petróleo e afinal foi chamado para a diretoria da YPF. Nela, propôs ao Presidente da República, o velho líder radical Hipólito Yrigoyen, a construção de refinarias pela empresa estatal.

Assim que a primeira refinaria entrou em funcionamento, a YPF conseguiu baixar o preço da gasolina, dos 30 centavos de dólar fixados pela Standard Oil para 20 centavos — uma redução que ensinava muito. Só a refinaria de La Plata, que custara 24 milhões de pesos, permitiu à Argentina, até 1935, economias de mais de 400 milhões.

Em 1930, Yrigoyen foi derrubado pelo golpe de Estado direitista do general José Félix Uriburu, no momento em que negociava com o governo da União Soviética a compra de gasolina a 12 centavos de dólar o litro. Um dos primeiros atos do governo Uriburu foi romper relações comerciais com a União Soviética e suspender essa compra.

O Uruguai, que não produzia petróleo nenhum, montara também um parque de refino e já refinava mais de metade de seu petróleo importado. É claro que as multinacionais reagiram. Não no Uruguai, mercado muito pequeno, mas na Argentina, onde em 1935 elas se associaram a grupos locais e importaram grande quantidade de petróleo bruto, que passaram a vender a preços abaixo da tabela e com grandes comissões aos intermediários. Era uma operação de dumping, para liquidar a YPF.

O Presidente da República já não era o general Uriburu, mas o general Agustin P. Justo, eleito com o apoio dos radicais e até dos socialistas, mas que não tinha força suficiente para resistir ao cerco sem conceder alguma coisa. O governo, para não permitir a liquidação da YPF, teve de autorizar a entrada das multinacionais no mercado, concorrendo com ela. O patrimônio da Standard Oil passou para o governo por cerca de 100 milhões de dólares e foi transferido à Shell, que daí em diante dividiria seus lucros com o governo. O acordo previa também que a Shell deixaria o mercado brasileiro livre para a Standard Oil. Ou seja, tentavam decidir o futuro de parte substancial e nevrálgica da economia brasileira por um acordo entre o governo da Argentina e o grupo Shell.

Getúlio sabia bem da situação da Argentina, tornara-se amigo do Presidente Agustin Justo, a quem conhecera em janeiro, na inauguração da ponte Uruguaiana-Paso de los Libres, na fronteira entre os dois países, e concluiu que na questão do petróleo só poderia agir com audácia se agisse com inteligência — e que também não seria inteligente agir sem audácia.

Esse caminhar sobre o fio de uma navalha ficaria mais claro nos episódios seguintes da luta pela criação da indústria siderúrgica no Brasil — mas hoje ele parece claro também na questão do petróleo.

O governo brasileiro já tinha a seu favor os dispositivos da Constituição de 1937 que faziam depender de autorização do governo federal o aproveitamento dos recursos minerais e só permitiam essa autorização a brasileiros ou empresas cujos acionistas fossem todos brasileiros.

“ Até o Código de Minas, o proprietário da superfície era considerado proprietário também das riquezas do subsolo. Um parágrafo desse novo decreto acrescentava ficarem “de nenhum efeito os manifestos e registros de jazidas de petróleo e gases naturais que porventura hajam sido efetuados com fraude da lei”. ”



UMA REFORMA AGRÁRIA NOS LATIFÚNDIOS SUBTERRÂNEOS

Assim, o decreto de 11 de abril, o primeiro da legislação petrolífera de 1938, repetia a norma constitucional e entrava — da mesma forma que o Código de Minas de 1934 — nos casos particulares que a norma constitucional pudesse atingir. O Código de Minas anulava as enormes e irrefletidas concessões de terras supostamente petrolíferas de antes de 1930. O decreto de 11 de abril de 1938 fazia a mesma coisa, mas com maior competência jurídica, ao dizer — e aqui temos de traduzir o rigor da linguagem legal para a clareza da linguagem leiga — que a lei não reconhecia o domínio de particulares, isto é, a propriedade privada, sobre jazidas de petróleo e gases naturais, pelo fato de não ter sido descoberta nenhuma jazida suscetível de utilização industrial ao longo de todo o período que se estendia até a decretação do Código de Minas, em julho de 1934.

Até o Código de Minas, o proprietário da superfície era considerado proprietário também das riquezas do subsolo. Um parágrafo desse novo decreto acrescentava ficarem “de nenhum efeito os manifestos e registros de jazidas de petróleo e gases naturais que porventura hajam sido efetuados com fraude da lei”.

O decreto de 1938 desapropriava sem indenização todos os latifúndios subterrâneos que os grandes grupos multinacionais da indústria petrolífera vinham acumulando — acumulação realizada, mais frequentemente, por meio de concessões como aquelas do Amazonas, de antes de 1930. Mas também consumada por meio de acordos sacramentados por escrituras entre os proprietários da superfície e empresas petrolíferas interessadas apenas no subsolo e seus recursos minerais.

O decreto de 11 de abril de 1938 deve seu texto final, assim como os demais desse ano sobre a questão do petróleo, ao talento jurídico e político do então Ministro da Justiça Francisco Campos. Conhecido já nessa época, no irresistível humor dos mineiros, como “Chico Ciência”, hoje Francisco Campos só é lembrado por ter sido o autor da Constituição autoritária de 1937 e também, quase trinta anos depois, do primeiro Ato Institucional do ciclo de governos militares iniciado em 1964 pelo golpe contra o Presidente João Goulart.

O decreto de 11 de abril de 1938 liquidava antecipadamente qualquer alegação de direito adquirido que viesse a ser apresentada contra as suas disposições. Assim, eram tornados nulos os contratos assinados entre os Grupos Shell e Standard Oil e vários proprietários de terras nas áreas de São Paulo e Paraná. Como diria o General Horta Barbosa, o objetivo da Standard Oil e da Shell era, “à sombra de nossa legislação anterior ao Código de Minas, apossar-se das terras supostamente petrolíferas, impedindo, de fato, toda e qualquer possibilidade de pesquisa.”

Mal os escritórios de advocacia e consultoria contratados pelos grandes grupos multinacionais começavam a situar-se diante dessas anulações, mais amplas que a mais atrevida reforma agrária, e

Getúlio, no dia 29 de abril, assinou o Decreto nº. 395 que nacionalizava também a indústria do refino de petróleo.

Até então, as medidas de defesa do petróleo brasileiro poderiam ser consideradas reações poéticas do governo da Revolução de 30 e do governo constitucional de 1934: anular concessões anteriores, concentrar no governo federal o poder de deferir novas concessões, separar a propriedade da superfície da propriedade do subsolo — tudo isso poderia ser contornado pelo poder maior, o poder econômico de quem controla o refino do petróleo e, controlando o refino, controlará todo o mercado.

Agora, porém, com o decreto de 29 de abril, o governo brasileiro intervinha também na fração mais rica da indústria petrolífera — o setor da refinação. Até então, qualquer empresa poderia construir e operar refinarias de petróleo no Brasil. Nenhuma se interessara por isso, embora, vizinhos do Brasil, a Argentina tivesse montado o parque de refino que lhe economizava e já dava tanto dinheiro e o Uruguai refinasse mais de metade de seu consumo de petróleo.

Agora, por esse decreto, só poderiam operar refinarias de capital social constituído exclusivamente por brasileiros natos, titulares de ações nominativas. Além disso, a direção e a gerência das empresas refinadoras teriam de ser confiadas exclusivamente a brasileiros natos. O decreto, refletindo as conclusões e preocupações dos generais Horta Barbosa e Ibá Jobim Meirelles, era ainda mais rigoroso que o de 11 de abril, que não exigia brasileiros natos nem como acionistas nem como diretores e gerentes das empresas. E concentrava no governo federal a competência exclusiva de autorizar a instalação de qualquer refinaria ou depósito, assim como de limitar a capacidade de produção e a natureza e qualidade dos produtos refinados. E declarava de competência exclusiva do governo federal o poder de autorizar, regular e controlar a importação, a exportação e o transporte de petróleo e seus derivados — aí incluídos a construção de oleodutos e a distribuição e o comércio do petróleo.



Getúlio Vargas com membros do Conselho Nacional do Petróleo, entre eles seu presidente, o general Horta Barbosa (primeiro à esquerda)

Embora nada fosse estatizado ou monopolizado, esse decreto de 1938 submetia o conjunto da indústria e do comércio de petróleo e seus derivados à jurisdição do governo federal — o que não era novidade nem extravagância, porque todos os países, sabendo-se às vésperas de uma guerra mundial de escala sem precedentes, tratavam de proteger-se com medidas semelhantes.

Dois setores altamente lucrativos mas não estratégicos do ciclo da economia petrolífera, também sujeitos ao controle do governo federal, foram deixados, na prática, em poder das multinacionais — a distribuição e o varejo. Com isso ficavam amaciadas as resistências desses grupos, que, de fato, preferiram os lucros imediatos da nova situação aos riscos da resistência e da luta pelo domínio do refino e, em seguida, da extração do petróleo bruto.

Também pelo decreto de 29 de abril foi criado o Conselho Nacional do Petróleo, mas este só passou a ter existência e poderes efetivos por outro decreto, de julho (nº 538), que lhe dava poderes para opinar sobre a conveniência da outorga de autorização de pesquisa e concessões de lavra de jazidas de petróleo, gases naturais, rochas betuminosas e pirobetuminosas.

Em geral, o conjunto de decretos de 1938 sobre o petróleo é tratado como se tivesse havido apenas um, o de criação do Conselho Nacional do Petróleo, CNP, sendo tudo mais consequência disso. É claro que, no início, o CNP parecia ser mais importante que os atos de nacionalização das reservas petrolíferas do país. O CNP foi o órgão capaz de fazer valer tudo o que tinha sido disposto nos decretos anteriores. O CNP foi o antecessor da Petrobrás e, mesmo depois do surgimento desta, desempenhou ainda por muitos anos um papel normativo de enorme importância.

(No arrastão neoliberal da década de 1990, o CNP foi substituído por uma chamada Agência Nacional de Petróleo, ANP. A tarefa da ANP não era defender os interesses nacionais na questão do petróleo, mas conceder a grupos privados, pouco importando se estrangeiros, áreas nas quais a Petrobrás tinha verificado a existência ou a possibilidade de boas e lucrativas quantidades de petróleo. Outro objetivo da substituição do CNP pela ANP não foi percebido imediatamente: o Conselho tinha representantes de vários ministérios, inclusive os militares, a ANP não tem. Se o Conselho continuasse a existir, os representantes das Forças Armadas certamente votariam contra as tentativas de tratar o petróleo como simples commodity e não como recurso estratégico e contra a concessão de áreas descobertas pela Petrobrás, como as do Pré-Sal, a grupos estrangeiros.)

Um terceiro Decreto nº 938, de dezembro de 1938, declarava depender do governo federal a autorização para o funcionamento de empresas destinadas ao aproveitamento de recursos minerais: só seriam autorizadas empresas constituídas exclusivamente de

acionistas brasileiros. Esse decreto referia-se a recursos minerais em geral — o petróleo e os outros. Porque a luta não era apenas pelo petróleo. Era também, e prioritariamente nesse momento, pelo ferro e pelo aço.

Com base nos decretos de abril, foi nomeado presidente do Conselho Nacional do Petróleo o general Horta Barbosa, que definira e defendera, como prioridade de um projeto de indústria petrolífera, a montagem de um parque de refino, modelo adotado nos decretos de 1938. O Conselho era constituído de representantes dos Ministérios da Guerra, Marinha, Agricultura e Viação e Obras Públicas e de organizações representativas da indústria e do comércio.



1939: JORRA PETRÓLEO EM LOBATO

Ainda em 1938, o General Horta Barbosa visitou a Argentina e o Uruguai, para observar os progressos da indústria petrolífera nos dois países, cuja prioridade continuava a ser um conjunto de refinarias. De volta ao Brasil, idealizou um plano para a indústria da refinação, a partir da construção, no Rio, de uma refinaria para 10 mil barris diários. Essa refinaria utilizaria petróleo importado e seu lucro líquido seria empregado na intensificação da pesquisa.

Em janeiro de 1939, a história do Brasil mudaria de curso em consequência daquilo que na hora poderia ter parecido um acontecimento secundário. Um pequeno acontecimento, no lugar chamado Lobato, no Recôncavo Baiano, perto de Salvador. Essa histó-

ria seria reconstituída pelo depoimento de um dos pioneiros da pesquisa de petróleo no Brasil, Oscar Cordeiro, a outro pioneiro, o mais discutido deles, o escritor Monteiro Lobato.

— Em dezembro [de 1938] — diria Oscar Cordeiro, citado por Lourival Coutinho e Joel Silveira no livro *O Petróleo Brasileiro: Traição e Vitória* — os testemunhos já começavam a dar sinais de impregnação de petróleo, segundo as análises do dr. Fróes de Abreu, um homem de bem naquela quadrilha. Aqueles sinais de petróleo próximo agitaram o Departamento. Mandaram para Lobato o engenheiro Custodio Braga e logo depois ... Moacir da Rocha... Desconfiei de alguma ursada — e foi o que não tardou. Certos, no Departamento Mineral, de que o petróleo do Lobato saía mesmo, o pirotécnico do Departamento, Luciano Jacques de Moraes, oficiou ao Conselho Nacional do Petróleo, sugerindo a conveniência da paralisação da perfuração do Lobato... Gritei, berrei, espernee e continuei nos trabalhos da perfuração, mas parece que vieram ordens para me afastar... Resisti a tudo e fiquei, mais atento que nunca.

— No dia 20 de janeiro, entramos numa camada de arenito bastante impregnada de petróleo. Custódio, Moacir e Miranda (José Miranda, outro técnico) costumavam ficar na cidade; quem dirigia o serviço era o perfurador Ernesto, apenas. Arquitetei um plano. Dei jeito de um velho operário amigo de Ernesto convidá-lo a passar o domingo fora. No dia 21, sábado, ele fechou o serviço ao meio dia e foi para casa. Fiquei sozinho no campo, alegre, ansioso, satisfeito, torcendo por dentro para que não aparecesse nenhum sabotador. O último testemunho retirado do poço mostrava-se impregnadíssimo, mas Ernesto, que nunca vira petróleo, não dera atenção. No dia 22, domingo, fui cedíssimo para Lobato e tive a mais formidável sensação de minha vida.

— O petróleo manava da boca do poço e corria pelo chão, rumo ao leito da estrada de ferro. Voltei correndo para casa. Mande telegramas para Getúlio, Horta Barbosa, Fróes e outros, menos a

Fernando Costa, que era ministro novo [da Agricultura] e cujas ideias sobre petróleo eu desconhecia. Segunda feira o Interventor [Artur Neiva] foi com uma comitiva visitar o Lobato. Fui com eles e encontrei o Braga e seus companheiros desapontadíssimos com o desastre de um petróleo que eles tinham ordens para sabotar e que saíra na ausência deles, de noite... Encontramos a boca do poço obstruída e o petróleo que havia escorrido rumo ao leito da estrada de ferro fora oculto por uma camada de areia. “Então, o que há?” foi a pergunta de todos. E eles, com caras criminosas: “Não há nada.”

— Mas os presentes insistiram na retirada dos tampões que obstruíam o poço. Braga alegou que era trabalho demorado, de horas. O Interventor disse que esperaria — e o sabotador não teve mais remédio, foi obrigado a dar ordens aos operários. Removidos de pronto os embaraços, a sensação dos presentes foi prodigiosa, ao verem o petróleo do Brasil borbotar daquele poço. Estava acabada a lenda do não há petróleo no Brasil. O prêmio que tive foi o decreto do sr. Getúlio Vargas nacionalizando as minas de Lobato, sem a menor indenização. Fui corrido de Lobato, fui expulso do meu campo. E como não encontrasse fundamento para me submeter ao Tribunal de Segurança, o governo demitiu-me da presidência da Bolsa de Mercadorias, instituição por mim fundada e da qual fui presidente por 12 anos.

Oscar Cordeiro acreditava-se vítima de uma conspiração de funcionários corruptos, pagos pelas multinacionais para impedir, de qualquer maneira, que se descobrisse petróleo no Brasil. Essa conspiração certamente existira e ainda existia, mas nesse momento havia um fato novo ou um conjunto de fatos novos, resultantes dos decretos de 1938 sobre petróleo.

Se o noticiário dos jornais não fosse suficiente, o governo disporia pouco depois do testemunho do engenheiro Fróes de Abreu, um de seus técnicos mais respeitados, citado por Mário Victor, em seu livro *A Batalha do Petróleo Brasileiro*:

— O engenheiro Fróes de Abreu também estivera em Lobato e voltara de lá convicto: era petróleo, sim. Ia dizer isso em seu discurso de posse na Academia de Ciências, no Rio de Janeiro, diante dos então donos da geologia brasileira. Mas os doutores da academia, à afirmação de Fróes de Abreu de que o petróleo era uma realidade no Recôncavo Baiano, franziram a cara e sorriram irônicos, como se o novo acadêmico estivesse dizendo uma heresia. Fróes insistiu na leitura de seu discurso e foi o tumulto. Um dos doutores, mais inflamado, chegou a gritar que só um doido ou um ignorante poderia acreditar na balela do petróleo baiano. Fróes dobrou as laudas, deixou a tribuna, indignado e derrotado.

A notícia do jorro de petróleo no primeiro poço de Lobato, fora publicada nos jornais de 21 de janeiro — acrescida de um detalhe significativo: o lençol petrolífero estava a apenas 210 metros de profundidade.

O governo não só não ignorou a notícia como providenciou a continuidade do trabalho em Lobato. Já a 8 de fevereiro, um decreto de Getúlio, atendendo a ponderações dos órgãos de segurança nacional, declarou reserva petrolífera a área do Recôncavo, na Bahia, tendo como centro “o poço nº 163, situado em Lobato, nos arredores de Salvador”, dentro da qual não seriam outorgadas autorizações de pesquisa nem concessões de lavra de jazidas de petróleo e gases naturais.

Oscar Cordeiro protestou, mas sua luta nesse momento não era mais com multinacionais corruptoras e funcionários brasileiros corruptos. Pelos decretos sobre petróleo de 1938, o governo tinha de tomar conta do poço de Lobato, especialmente depois de seus resultados positivos.

Da mesma forma que a autorização a Oscar Cordeiro, foram canceladas as de Edson de Carvalho em Riacho Doce (onde afinal não se encontrou petróleo), as de Monteiro Lobato em São Paulo

e Mato Grosso (igualmente frustradas) e também as do industrial Guilherme Guinle, no Recôncavo.

Os decretos de 1938 não estatizavam, apenas nacionalizavam a indústria do petróleo no Brasil.

— Mas o governo, claramente — escreveu Mário Victor — não queria correr o menor risco, mesmo com pioneiros como Oscar Cordeiro, de permitir a entrada clandestina dos grandes consórcios internacionais na pesquisa, extração ou refinação de petróleo: eles ficariam confinados às etapas, altamente lucrativas e sem qualquer risco, da distribuição e do varejo de derivados de petróleo.

Além do mais, seria inútil correr com a perfuração de poços de petróleo em Lobato antes de construir refinarias. O petróleo bruto extraído no Brasil teria de ser entregue às multinacionais, para refiná-lo fora do Brasil. Se voltasse, pagaríamos por ele em dólar, aos preços impostos pelas multinacionais.



“ A notícia do jorro de petróleo no primeiro poço de Lobato, fora publicada nos jornais de 21 de janeiro — acrescida de um detalhe significativo: o lençol petrolífero estava a apenas 210 metros de profundidade. ”

**“ Além da Shell e da Standard Oil,
uma terceira das futuras Sete
Irmãs, a Texaco, americana como a
Standard Oil, também se envolvera
a fundo com a Alemanha nazista,
bem antes da visita do dr. Westrick
aos Estados Unidos. ”**



1940: ROOSEVELT PENSA NUMA PETROBRÁS NOS ESTADOS UNIDOS

A Segunda Guerra Mundial, deflagrada em setembro de 1939, retardou o projeto de construção de refinarias e desenvolvimento de uma indústria petrolífera no Brasil. A guerra deu prioridade à siderurgia e tornou impossível o encaminhamento da questão do petróleo.

Em 1940, enquanto as tropas de Hitler avançavam sucessivamente sobre a Dinamarca, a Noruega, a Holanda, o Luxemburgo, a Bélgica e a França, chegou a Nova York o advogado alemão dr. Gerhard Westrick, que se apresentava como simples consultor comercial encarregado de interesses privados. Na verdade sua missão era diplomática, delegada pelo Ministro do Exterior da Alemanha nazista, Joachim von Ribbentrop: convencer empresários americanos, especialmente da indústria do petróleo, a suspen-

derem os fornecimentos à Inglaterra, a pretexto de que esta já se encontrava na contagem regressiva da capitulação, embora ainda não invadida pela Alemanha.

Com um séquito que incluía seus filhos e a misteriosa baronesa Ingrid von Wagenheim, que também conversava com muitos empresários, o dr. Westrick instalou-se no caríssimo hotel Plaza, com despesas pagas por uma das futuras Sete Irmãs do cartel petrolífero, a Texaco, que lhe pôs também à disposição um escritório em sua sede em Nova York. Os honorários e outras despesas do dr. Westrick eram pagos pela Texaco e também, provavelmente, pela ITT, a gigante americana da telefonia de longa distância. (Na Alemanha, o dr. Westrick era advogado tanto da Texaco quanto da ITT.)

Entre outros empresários, o dr. Westrick e a baronesa Ingrid conversaram com Henry Ford, o maior dos fundadores e um dos maiores magnatas da indústria automobilística, cujo antisemitismo obsessivo despertava enormes esperanças em agentes alemães como o dr. Westrick e a baronesa, pagos por empresas americanas poderosíssimas para a promoção, em território norte-americano, de ações pró-nazistas que não agrediam apenas a Inglaterra: a prazo um pouco mais longo, agrediriam os próprios Estados Unidos.

O argumento principal dos dois agentes nazistas era que a guerra poderia terminar em três meses se as empresas americanas estrangulassem a Inglaterra, impedindo-a de resistir, uma vez suspensos os fornecimentos norte-americanos de caráter estratégico, como o petróleo.

Alemães como eram, o dr. Westrick e a baronesa trabalhavam em defesa de sua pátria. Já o apoio e o financiamento que recebiam, de dirigentes de empresas sediadas nos Estados Unidos, como a Texaco e a ITT, só poderia ser qualificado de traição — e assim o seria — por um futuro Presidente dos Estados Unidos, Harry S. Truman, que na época era senador e presidiu uma comis-

são parlamentar de inquérito sobre o comportamento das grandes companhias petrolíferas norte-americanas nesse período.

A chegada e a atuação do dr. Westrick e sua baronesa não foram nem o primeiro nem o único episódio nesse processo de atos de traição.

Em 1926, a Standard Oil assinara um acordo com a I. G. Farben, alemã, do setor químico, para a troca de pesquisas e patentes. Os americanos da Standard Oil estavam especialmente impressionados com os progressos da indústria alemã na produção de óleo a partir do carvão (a Alemanha não tinha petróleo) e nas pesquisas que levavam ao desenvolvimento da borracha sintética.

A Alemanha de 1926, ainda dobrada ao peso de sua reconstrução e das reparações impostas pelos países aliados vencedores da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), preferia cooperar a competir. Pelo acordo de 1926, a I. G. Farben ficaria fora da indústria do petróleo, o que preservava o mercado alemão de derivados para a Standard Oil, e esta ficaria fora da indústria química.

A chegada de Hitler ao poder, em 1933, não interrompera a cooperação entre as duas empresas. Foi depois disso que os alemães tiveram acesso às patentes do chumbo tetraetila, essencial para os aviões que dependiam de combustível de cem octanas — e para o estabelecimento do poderio militar da Luftwaffe, a força aérea do Terceiro Reich. Mesmo depois disso e do agressivo rearmamento alemão empreendido por Hitler, a Standard Oil absteve-se de realizar pesquisas sobre a borracha sintética, confiando que Hitler permitiria à I. G. Farben fornecer sua tecnologia aos americanos.

Pior ainda: depois dos avanços militares realizados por Hitler na Europa, com a anexação da Áustria e a invasão do território sudeto da então Tchecoslováquia, a Standard continuou a prestar informações vitais à Alemanha.

A Standard Oil tinha sede nos Estados Unidos e os Rockefeller, seus controladores, eram cidadãos americanos, com deveres para com os Estados Unidos. A Shell era um grupo sediado na Inglaterra e na Holanda — e tinha deveres para com a Holanda, que a Alemanha invadiria já em maio de 1940, e com a Inglaterra, que Hitler fazia tudo para invadir.

Acontece, porém — como contaria o jornalista britânico Anthony Sampson em seu livro *As Sete Irmãs* — que o presidente da Shell, Henri Deterding, holandês de nascimento, fora casado com uma aristocrata russa emigrada, que estimulava ainda mais seu anticomunismo já visceral. O anticomunismo não levou Deterding a tornar-se um democrata radical, mas a simpatias pelo nazismo, que se tornaram verdadeiro fanatismo quando, em 1936, ao completar 70 anos, ele se casou mais uma vez, com uma alemã também nazista.

Deterding afirmava, em público, que os nazistas eram a única solução capaz de enfrentar e liquidar o perigo comunista. Por isso e por esse casamento, acabou afastado, pela maioria dos acionistas, da direção da Shell, que exercera por trinta anos. Mas não sossegou.

Deterding instalou-se, com a mulher nazista, numa propriedade em Mecklenburg, na Alemanha. Embora aposentado, viajava frequentemente à Holanda, para estimular e articular o estreitamento das relações entre os holandeses e a Alemanha nazista. Deterding tornou-se tão simpático aos grandes chefes nazistas que, quando morreu, em março de 1940, seis meses depois da eclosão da Segunda Guerra Mundial, Hitler e Goering mandaram coroas a seu funeral.

Além da Shell e da Standard Oil, uma terceira das futuras Sete Irmãs, a Texaco, americana como a Standard Oil, também se envolvera a fundo com a Alemanha nazista, bem antes da visita do dr. Westrick aos Estados Unidos.

Em 1937, durante a Guerra Civil Espanhola, petroleiros da Texaco, carregados de óleo cru destinado à Bélgica, foram desviados da rota e desembarcaram sua carga em portos da Espanha controlados pelas tropas rebeldes do General Franco.

Os Estados Unidos, assim como a Inglaterra e a França, tinham-se declarado neutros em face da situação da Espanha (quando o certo teria sido apoiar o governo republicano eleito, contra a rebelião de ultradireita e pró-nazista liderada por Franco), enquanto a Alemanha de Hitler e a Itália fascista apoiavam abertamente os rebeldes contra a república espanhola.

Roosevelt mandou advertir o presidente da Texaco, Torkild Rieber, de que a empresa poderia ser processada por violação da neutralidade e conspiração. Não adiantou. A Texaco deixou de desembarcar petróleo em portos na Espanha e passou a desembarcá-lo na Itália de Mussolini, que o entregava às forças rebeldes de Franco. Com a Itália, o governo dos Estados Unidos mantinha relações diplomáticas e comerciais normais — não havendo como impedir essas operações da Texaco.

A Texaco, além disso, concedeu ao General Franco créditos no valor de 6 milhões de dólares, para pagamento depois de terminada a guerra civil e destinados à compra de petróleo. Era muito dinheiro e muito petróleo. Em 1973 a cotação internacional estava em 3 dólares o barril (preço que vigorara por muito tempo e só então seria abruptamente elevado para 12 dólares no primeiro dos chamados choques do petróleo). Supondo-se que fosse esse e não menor que esse o preço do petróleo na época da Guerra Civil espanhola, os 6 milhões de dólares de crédito ao General Franco permitiriam a compra de pelo menos 2 milhões de barris, sem qualquer pagamento à vista.

Com a ajuda econômica e militar da Alemanha e da Itália, especialmente com as tropas de terra da Divisão Azul alemã e os ataques aéreos da Luftwaffe do Marechal Goering, a

neutralidade dos governos dos Estados Unidos, da Inglaterra e da França e o petróleo da Texaco, Franco derrotou e destruiu a república espanhola, fazendo da Espanha uma aliada de Hitler — e da Península Ibérica um território que poderia ser facilmente ocupado pelo Terceiro Reich para servir de base a operações alemãs contra a Inglaterra, contra a França e até contra os Estados Unidos.

Torkild Rieber, o presidente da Texaco, estava decidido também a ajudar Hitler diretamente. Por um primeiro acordo, ele se comprometeu a fornecer à Alemanha petróleo produzido na Colômbia. Iniciada a guerra, Rieber contornou o bloqueio britânico decretado contra a Alemanha, mandando seus navios carregados de petróleo a portos de países neutros. Na impossibilidade de retirar da Alemanha o dinheiro desses carregamentos, Rieber aceitou receber em pagamento três navios que estavam em Hamburgo. Os nazistas gostaram e Rieber foi encontrar o Marechal Goering em Berlim.

A pedido de Goering, Rieber viajou a Washington em janeiro de 1940 para apresentar a Roosevelt um plano de paz que previa a rendição da Inglaterra. Nesse momento, Hitler já invadira e dominara a Polônia, com o apoio da União Soviética. Mas ainda não atacara a Europa Ocidental, o que só faria a partir de abril de 1940, com a invasão, sucessivamente, da Dinamarca, da Noruega, da Holanda, da Bélgica, do Luxemburgo e da França. Se a Inglaterra não se rendeu nem depois da queda da França, não seria em janeiro, muito antes disso e quando ninguém poderia acreditar na derrocada francesa, que ela o faria. Roosevelt, naturalmente, ignorou a proposta e fez mais, aconselhando Rieber, que presidia uma empresa americana, a “cortar sua conexão nazista”.

Rieber não aceitou o conselho e em seguida mandou o dr. Westrick aos Estados Unidos, com a missão de atrair empresários americanos para a posição alemã, de modo a enfraquecer a posição de Roosevelt, que ainda era de neutralidade.

Era tal o envolvimento dos grandes grupos multinacionais com a Alemanha de Hitler que a viagem e os contactos do dr. Westrick foram organizados pelo coronel Sosthenes Behn, presidente da ITT (Westrick advogava para a ITT e a Texaco na Alemanha). O coronel Behn, cidadão americano, era visitante habitual da Alemanha de Hitler e interlocutor frequente dos figurões do Terceiro Reich. Cheio de boa vontade, também ele, para com os chefões do nazismo, o coronel Behn foi à Holanda e à Alemanha, em plena guerra, para organizar a missão do dr. Westrick.

É incrível que homens como esses, de olhos e garras de águia, não contassem com atos de resistência e represálias a suas iniciativas — e muito menos com a competência e a determinação dos adversários.

Na Europa dominada por Hitler, a Inglaterra ficara praticamente sozinha depois da queda da França, em junho de 1940. Mas ela sabia que poderia contar com o apoio de Roosevelt, o que ainda não significava o apoio total e incondicional dos Estados Unidos. A maioria do Congresso norte-americano era isolacionista e opunha-se à entrada dos Estados Unidos na luta contra Hitler. Boa parte da imprensa tinha a mesma atitude (a televisão ainda era inexpressiva e o rádio não dispunha de influência proporcional a seu público enorme), e muitos empresários estavam em dúvida.

Dos que não estavam, destacava-se a figura de Henry Ford, antissemita em tal estado de delírio que financiara a publicação em grande escala de um livro infamante, Os protocolos dos sábios de Sião, sobre uma suposta conspiração judaica para o domínio do mundo. A autoria do livro era atribuída a alguns dos cérebros dessa inexistente conspiração, mas na verdade ele fora produzido, décadas antes, pela polícia secreta czarista, na Rússia, para justificar a perseguição, a deportação e o massacre dos judeus, em sucessivos pogroms, por ela própria engendrados ou diretamente executados.

Agora Henry Ford vivia tomado pelo delírio de que iriam assassiná-lo a sangue frio as sociedades secretas judaicas que ele próprio ajudara a construir na imaginação, e apenas nela, dos leitores mais crédulos dos Protocolos. Não foi por acaso que o dr. Westrick e sua baronesa Ingrid procuraram Henry Ford nos Estados Unidos.

Certamente com a concordância e a cobertura de Roosevelt, a Inglaterra mantinha nos Estados Unidos, sob a chefia do futuramente famoso Sir William Stephenson, um dispositivo de seu não menos famoso e eficiente serviço secreto. Como saberíamos muito tempo depois pelas aventuras de outro agente secreto britânico, James Bond, código 007, personagem de ficção mas não tanto, Stephenson teria até licença para matar — ou poderia sequestrar e mandar preso para a Inglaterra o dr. Westrick e a baronesa Ingrid. Mas preferiu uma solução mais inteligente politicamente: desmascarar o agente alemão, despertar os jornais, mostrar à opinião pública norte-americana o perigo e o caráter traiçoeiro da ação



Construção da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), 1941.

nazista, alertar empresas do porte da Standard Oil e da Texaco e empresários do poder de Henry Ford da vocação suicida de suas atitudes e iniciativas.

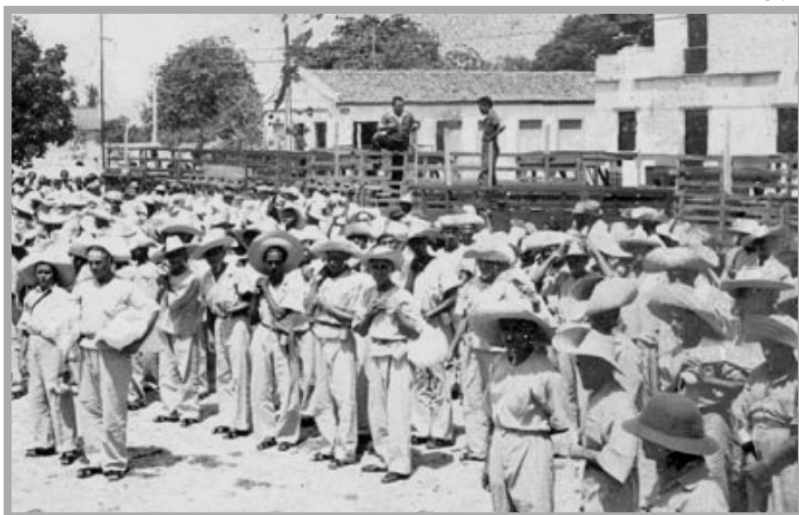
Sir William Stephenson era muito experiente em ações de guerra política e psicológica, o que não acontecia com empresários ambiciosos e politicamente míopes como o coronel Behn, da ITT, e Torkild Rieber, da Texaco, ou paranóicos como Deterding, da Shell, e Henry Ford. Sir William conseguiu que um dos jornais mais influentes dos Estados Unidos, o New York Herald Tribune, denunciasse a presença, a identidade, os objetivos e as ações do dr. Westrick.

Expulsos dos Estados Unidos, o dr. Westrick e sua baronesa tiveram de dar a volta ao mundo. Sem a oportunidade de voltar a Nova York, no Atlântico, para daí rumar à Europa e à Alemanha, tiveram de embarcar imediatamente em São Francisco, na costa do Pacífico, onde estavam, para o Japão, e do Japão, via Sibéria, tomaram o caminho de Berlim. Rieber, naturalmente, teve de renunciar à presidência da Texaco, como antes Deterding fora afastado da presidência da Shell.

No mesmo momento em que dava apoio ao governo brasileiro para a construção de Volta Redonda, o que demonstrava a confiança que tinha na ação de Getúlio contra Hitler, o governo dos Estados Unidos estava processando a Standard Oil, com base na lei antitruste, “por ter feito acordos restritivos com a I.G. Farben”.

— A verdade — escreveu o jornal PM, de Nova York — é que Adolf Hitler usou e continua usando cidadãos norte-americanos e as próprias leis norte-americanas para o avanço da causa nazista neste hemisfério.

Quando a guerra começou, em setembro de 1939, o governo americano constatou que os alemães não tinham transmitido a tecnologia nem permitido a fabricação de borracha sintética nos Estados Unidos.



Soldados da Borracha

— Nós (os Estados Unidos) — diria o então Procurador Geral assistente Wendell Berge — não tínhamos experiência, informação ou know-how e não tínhamos obtido permissão da Alemanha para fabricar borracha sintética. O governo dos Estados Unidos não tinha conhecimento desses fatos. Os termos do acordo Standard Oil-I.G. Farben eram secretos. Poucas semanas antes do ataque japonês a Pearl Harbor [dezembro de 1941], a Goodrich e a Goodyear foram impedidas, pelo poderio combinado da Standard Oil e da I. G. Farben, de produzir borracha sintética nos Estados Unidos.

Do Ministério da Justiça, que realizara a investigação de abertura do processo, o caso Standard Oil-I.G. Farben passou a uma comissão do Senado encarregada de investigar questões de defesa nacional e presidida pelo então senador e futuro Presidente Harry Truman.

A Standard Oil foi acusada de omissão no caso da tecnologia da borracha sintética, omissão que deixaria os Estados Unidos em situação difícilíssima no momento em que, mais adiante, depois

do ataque à base norte-americana de Pearl Harbor, os japoneses passaram a ocupar as plantações de seringueira da Malásia. Depois de uma audiência da comissão do Senado, um repórter perguntou a Truman se considerava traição os acordos da Standard Oil com a I.G. Farben.

— Sim — respondeu Truman — o que mais poderiam ser?

Foi provavelmente nessa altura que os Estados Unidos se voltaram para o Brasil, onde o governo Vargas organizou o chamado Exército da Borracha, com o qual se pretendia transformar a economia extensiva da borracha, na Amazônia, numa economia intensiva, como na Malásia, para atender à demanda do mercado e das forças armadas norte-americanas.

Deve ter sido também nesta altura que Roosevelt pensou pela primeira vez em criar uma empresa petrolífera estatal, controlada pelo governo, uma Petrobrás dos Estados Unidos, para fazer frente aos grandes consórcios privados que deixavam não só o governo mas o conjunto dos Estados Unidos, sua sociedade, sua economia, sua segurança, nas situações em que agora se descobriam a cada momento: fornecendo petróleo a Franco, na Espanha, e à própria Alemanha em guerra com a Inglaterra e a França; privados de borracha natural pelo avanço do Japão nas plantações do Sudeste da Ásia, e de borracha sintética pelos acordos secretos entre a Standard Oil e a Alemanha nazista; e palco de conspirações como a do dr. Westrick, financiado pela Texaco e pela ITT para tramocar com empresários americanos, como Henry Ford, a paralisia do governo dos Estados Unidos e a capitulação da Inglaterra.

Não será fora de propósito considerar que a solução adotada dez anos depois por Getúlio para a questão do petróleo brasileiro — a Petrobrás — tenha sido remotamente influenciada pelo que Roosevelt e os Estados Unidos sofriam nesse momento e pelo projeto que Roosevelt discutiu seriamente com seus assessores, de criar uma empresa petrolífera controlada pelo governo, talvez nos

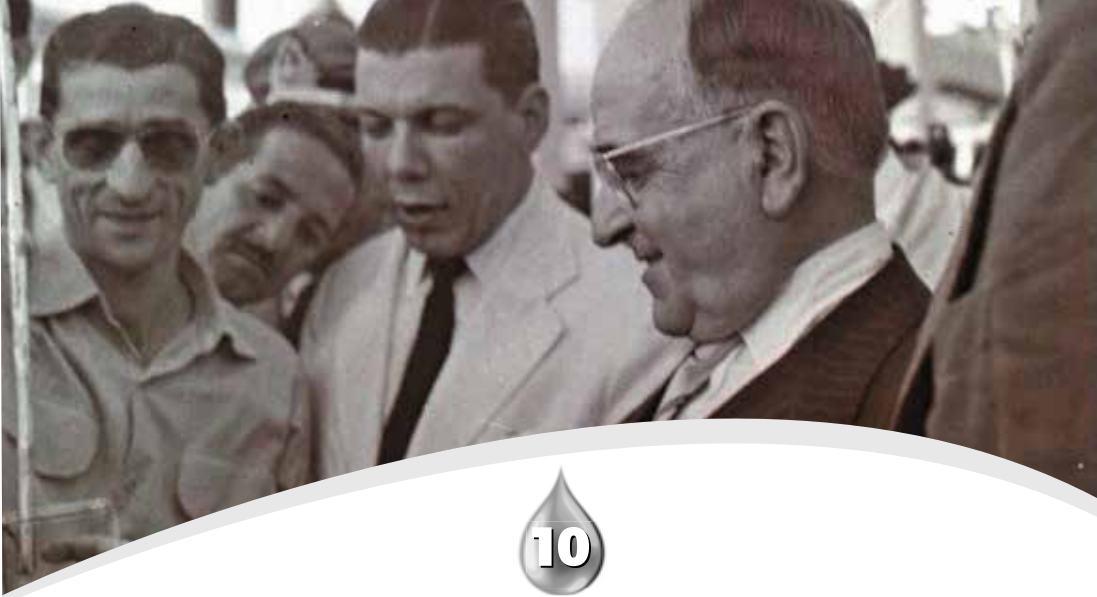
moldes da British Petroleum, existente na Inglaterra desde a época da Primeira Guerra Mundial.

Com a entrada dos Estados Unidos na guerra, em dezembro de 1941, a criação dessa estatal tornou-se desnecessária, porque Roosevelt passou a ter poderes de emergência para enquadrar qualquer empresa que tivesse operações nos Estados Unidos e para defender os interesses nacionais dos Estados Unidos não só contra a agressão por parte de governos e consórcios estrangeiros, mas também contra os ataques das próprias empresas americanas por tanto tempo acumpliciadas com a Alemanha de Hitler.

Durante a guerra não foi possível no Brasil planejar ou executar qualquer projeto para o desenvolvimento da indústria do petróleo. Em 1945, terminada a guerra, Getúlio planejava aplicar na construção das primeiras refinarias brasileiras de petróleo o saldo comercial que o Brasil acumulara ao longo da guerra — de 700 a 800 milhões de dólares em valores da época, muitos bilhões em dinheiro de hoje.

Desde fevereiro, pelo menos, ele também adotava medidas para o desmonte do Estado Novo, com a decretação de um novo Código Eleitoral, a convocação de eleições e, em abril, a concessão de anistia. Mas foi deposto em outubro, cinco meses depois da rendição da Alemanha e do fim da guerra na Europa, e seis meses depois da morte de Franklin Delano Roosevelt.

Em março, nos Estados Unidos, o filho mais velho de Getúlio, Lutero, tinha sido avisado de que o governo de seu pai seria derubado pouco depois da morte de Roosevelt. Assim que Getúlio foi deposto, o primeiro ato do novo governo, chefiado pelo Presidente José Linhares, até então Presidente do Supremo, foi abrir a capitais estrangeiros o lucrativo setor da refinação de petróleo, publicando no Diário Oficial uma resolução nesse sentido do Conselho Nacional de Petróleo, resolução para a qual Getúlio vinha há tempos negando autorização.



SEGUNDO GOVERNO VARGAS “ELE VOLTARÁ”

Deposto em outubro de 1945, Getúlio foi eleito senador em dezembro e, embora não quisesse, teve de ser candidato à Presidência nas eleições de 1950 para retomar o projeto de seu primeiro governo.

Muito antes disso, uma frase — “Ele voltará!” — antecipava um novo governo Vargas, pintada em todos os muros e muitas paredes de cidades grandes e pequenas em todo o país. “Ele”, nem se precisava explicitar, era Getúlio e o anúncio de sua volta correspondia à crescente rejeição popular ao governo do Presidente Eurico Dutra, eleito em dezembro de 1945, um mês e dias depois da derrubada de Getúlio a 29 de outubro.

Entre outras razões, Dutra era muito impopular porque, apesar de uma alta de pelo menos 30% no custo de vida, manteve congelado pelos cinco anos de seu mandato o salário mínimo



Integrantes do queremismo defendendo a permanência de Getúlio Vargas no poder.

(criado por Getúlio) e interveio em metade dos cerca de 800 sindicatos então existentes, para que não pudessem reivindicar ou protestar.

Além desse perfil reacionário e repressivo do governo Dutra, que logo também se revelaria absolutamente submisso aos interesses e imposições do governo dos Estados Unidos, não mais presidido por Franklin Roosevelt, falecido em abril de 1945, e sim por seu sucessor Harry Truman, outro retrocesso marcou esse Brasil sem Getúlio: a ação e as decisões da maioria conservadora da Assembleia Constituinte eleita em dezembro de 1945 junto com Dutra.

Como escreveu Moniz Bandeira em *Presença dos Estados Unidos no Brasil*:

— A Assembleia Constituinte elaborou a nova Carta Magna sob pressão dos trustes americanos, notadamente a Standard Oil de New Jersey e a ITT. O artigo 5º, sobre a concessão dos serviços de telégrafos e telecomunicações, interessava à ITT. Os artigos 151,

152 e 153, sobre a propriedade do subsolo e o aproveitamento industrial das minas e jazidas, inquietavam a Standard Oil. Um cidadão americano, chamado Paul Howard Schoppel, chegou ao Rio de Janeiro para acompanhar os trabalhos da Constituinte. Hospedou-se no Hotel Glória. O ex-Presidente da República e Senador Arthur Bernardes denunciou-o. Schoppel era agente da Standard Oil. Tinha como objetivo a modificação do que dispunha a Carta do Estado Novo sobre a exploração do petróleo. E conseguiu. O art. 153 da Constituição saiu conforme os seus desígnios.

A Constituição de 1946, influenciada por Mr. Schoppel, da Standard Oil, recuou na questão do petróleo, para permitir que sua exploração fosse outorgada a “sociedades registradas no Brasil”, o que abria inteiramente a indústria petrolífera às multinacionais, bastando arremeterem meia-dúzia de testas de ferro para formalizar o registro de uma sociedade em território brasileiro.

Em 1947 e 1948, Dutra avançou no caminho da submissão com o projeto do chamado Estatuto do Petróleo, que pretendia adaptar a essa norma da nova Constituição a legislação petrolífera legada por Getúlio. Na verdade, a proposta de estatuto enviada por Dutra ao Congresso revogava a legislação de Getúlio em seu primeiro governo e abria inteiramente aos capitais estrangeiros todos os setores da indústria do petróleo no Brasil.

A iniciativa de Dutra provocou grandes debates no Clube Militar, nos quais o General Horta Barbosa, um dos inspiradores da política nacionalista adotada pelo primeiro governo Vargas, liderou a oposição ao projeto, enquanto o General Juarez Távora liderava a corrente contrária, que alegava não ter o Brasil nem recursos nem competência para tentar uma opção nacional para o petróleo.

Os debates no Clube Militar transbordaram para as ruas e estimularam a campanha popular do “O Petróleo é Nosso”, que teve repercussão nacional e provocou a paralisia no Congresso do projeto de Dutra, afinal arquivado sem ser votado.



Nesse clima, a campanha presidencial de Getúlio, em 1950, nesse ano, foi a reafirmação das teses nacionalistas que defendia desde o início de seu primeiro governo, com a vitória da Revolução de 1930.

Na Bahia, onde se confirmara em 1939 a existência de petróleo no Brasil, Getúlio defenderia, num comício de Salvador, a 30 de agosto, uma política petrolífera nacionalista na linha de seu primeiro governo:

— Após o primeiro ano do governo provisório, resultante do movimento renovador de 1930 — disse ele — [eu] já informava a Nação sobre providências tomadas com a firme decisão de iniciar a luta pela descoberta do petróleo brasileiro e sua efetiva incorporação ao patrimônio nacional.

Era preciso, em primeiro lugar, “destruir com fatos o derrotismo que uma literatura falsamente técnica e tecnicamente equívoca infundia”.

— No entanto — prosseguiu — o petróleo baiano emergiu em Lobato, a 21 de janeiro de 1939, descoberto pelos técnicos do Ministério da Agricultura, com o material precário que possuíamos. O trabalho prosseguiu constante, e em 1945 os poços baianos já constituíam quatro centros de considerável importância econômica.

Em 1950, mais de dez anos depois da descoberta de Lobato, o problema é diferente:

— Outros são, agora, os argumentos com que se pretende dificultar a exploração e a industrialização petrolífera por parte do Estado. Nova onda de pessimismo e desalento se levantou, a partir de 1945, contra a capacidade dos brasileiros, atingindo, infelizmente, as altas esferas oficiais. O próprio Poder Executivo, em mensagem dirigida à Câmara dos Deputados, opinou pela impossibilidade de levarmos a bom termo, sem concessões a empresas estrangeiras, a exploração e a industrialização do petróleo brasileiro.

Era o projeto do chamado Estatuto do Petróleo, elaborado pelo governo Dutra de acordo com as conveniências das multinacionais do petróleo.

— Pouco tempo depois, entretanto, eclodiu, em todos os recantos do país, histórica reação em defesa da Lei 395, a lei nacionalizadora do nosso petróleo, promulgada em 1938 pelo meu governo.

— O poder público está enrodilhado num cipoal de contradições e incertezas. No entanto, não faltam os exemplos das perigosas situações criadas aos países que confiaram a exploração de suas reservas petrolíferas a grupos estrangeiros. Por outro lado, a posição vantajosa do Uruguai, que refina, sob monopólio estatal, o petróleo importado para o seu consumo interno, mostra como essa solução merece ser cuidadosamente examinada antes de qualquer providência definitiva.

— Não nos devem seduzir, por isso, por mais tentadoras que se apresentem, as sugestões dos que advogam a entrega, a organizações internacionais, do petróleo cuja existência no Brasil, graças ao meu governo, já não podem mais negar. Nem nos devemos intimidar com as veladas ameaças que se agitam contra a nossa indeclinável decisão, porque precisamos ser realistas e perseverar na incondicional defesa dos supremos interesses da Nação.

— Já o disse e repito solenemente, que “quem entrega o seu petróleo aliena a sua própria independência”.

— O que nos cumpre é intensificar as pesquisas, aumentar, multiplicar a produção. E para isso é imprescindível adquirir o material necessário. Durante a guerra negaram-se a vendê-lo, sob o fundamento da própria guerra. Mas a conflagração terminou em 1945. E quando deixei o governo, logo depois do conflito mundial, o Brasil era, pela primeira vez, na sua história, credor internacional, através de divisas que tinham valor ouro. Éramos credores dos Estados Unidos, da França e da Inglaterra, além de outros países, de mais de 13 milhões de contos, ou seja, 13 bilhões de cruzeiros.

Pelos cálculos posteriores, as reservas brasileiras passavam de 700 milhões de dólares de então, hoje dezenas ou mais de bilhões de dólares, que Getúlio pretendia, finda a guerra e normalizado o comércio mundial, aplicar nas primeiras refinarias e, na medida do possível, também na ampliação de Volta Redonda. Ele então pergunta:

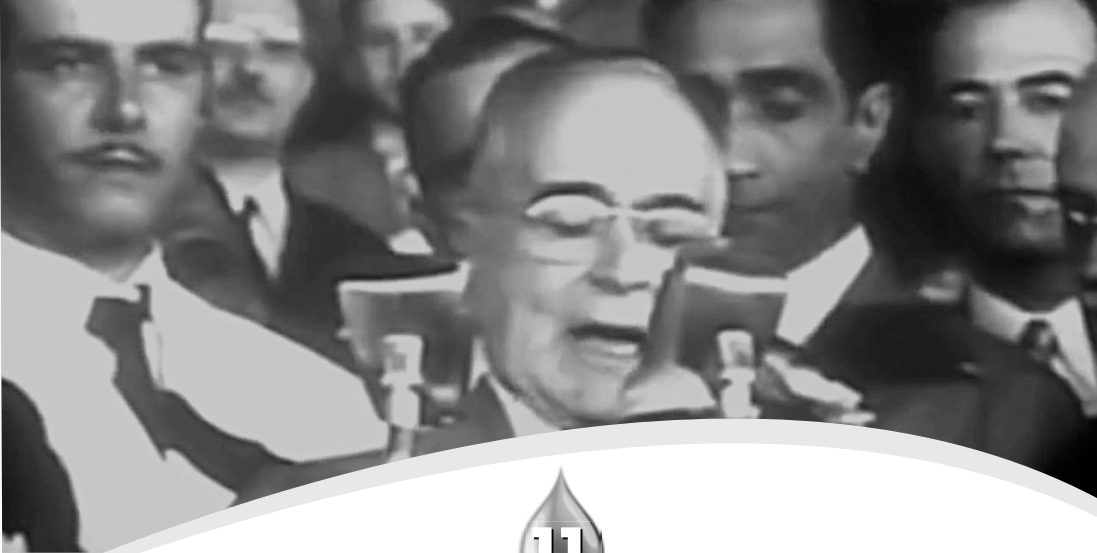
— Que fizeram desse dinheiro? Por que não compraram material para o reaparelhamento dos nossos transportes? Por que não adquiriram máquinas, sondas e perfuratrizes para incrementar a pesquisa e desenvolver a produção de petróleo? Por que fundiram as nossas reservas em quinquilharias, em automóveis, em objetos de luxo, em coisas que não aproveitam à comunidade, que não criam riqueza? São essas as perguntas que o povo faz pela minha voz e ficamos, ele e eu, aguardando respostas claras, límpidas, que todos possam verificar.

— É preciso dizer a verdade. Fala-se muito em colaboração do Brasil, em solidariedade americana, já não digo para a defesa do continente, mas para a defesa da própria democracia. Está certo. Não o negamos. Mas não se deve exigir do Brasil colaboração e sacrifício, distribuindo aos outros os benefícios. Temos importantes e urgentes problemas a resolver. O petróleo é um deles. Se desejam a nossa cooperação eficiente, devem, primeiramente, auxiliar-nos a conseguir a solução, de acordo com os interesses brasileiros...

Os Estados Unidos, no governo Roosevelt, haviam ajudado o Brasil a construir Volta Redonda. Agora, sem Roosevelt e sem os perigos decorrentes da guerra, seu interesse era garantir o petróleo brasileiro para suas próprias empresas petrolíferas. Não para extraí-lo, mas para mantê-lo como reserva estratégica, enquanto a situação política internacional lhes permitisse explorar as concessões de que dispunham em outras, mais distantes e mais rentáveis áreas do planeta. Se e quando sobreviesse outra guerra, recorreriam às concessões mais próximas, no Brasil e outras regiões da América Latina.

— Não nos opomos, como se costuma insinuar — disse Getúlio — à vinda de capitais estrangeiros para o Brasil. Ao contrário, desejamos que venham. Somos contrários, sim, à entrega de nossos recursos naturais, de nossas reservas, ao controle de companhias estrangeiras, em geral a serviço do capital cosmopolita. Falemos claro: o que é imprescindível à defesa nacional, o que constitui alicerce da nossa soberania, não pode ser entregue a interesses estrangeiros; deve ser explorado por brasileiros com organizações predominantemente brasileiras, e, se possível, com alta percentagem de participação do Estado, evitando-se desse modo a penetração sub-reptícia de monopólios ameaçadores. Quando o meu governo iniciou as gestões para a grande exploração siderúrgica não faltaram vozes agourentas e interesseiras que prognosticassem o nosso fracasso. Mas Volta Redonda está aí.

“ A legislação vigente que garantiria a diretriz nacionalista era o conjunto de decretos de 1938, do Estado Novo. Esses decretos não chegavam a estatizar o petróleo, como aconteceria em 1953, com a decretação do monopólio estatal pela Lei da Petrobrás, mas asseguravam sua nacionalização, de modo que não pudesse haver concessões a grupos estrangeiros que prejudicassem o interesse nacional. ”



O PROJETO DA PETROBRÁS: GETÚLIO QUER EVITAR ONDA ANTES DO TEMPO

Eleito Presidente da República em outubro de 1950, Getúlio assumiu o governo na tarde de 31 de janeiro de 1951. Ao lado do ministério, ele organizou, no próprio Palácio do Catete, no Rio de Janeiro, sede da Presidência da República, uma assessoria econômica praticamente invisível. O ministério, ostensivo, cuidaria da cooperação com os Estados Unidos, e essa cooperação deteria o braço da resistência interna, que tentara impedir sua posse, mas já não teria apoio nem pretexto para recorrer ao golpe ou à revolução.

A assessoria cuidaria de projetos que seriam a retomada de Volta Redonda e das outras iniciativas do primeiro governo

Vargas nas áreas do petróleo, dos minérios, do carvão, da siderurgia, da eletricidade, dos transportes — e até da defesa ecológica, numa época em que as ONGs ainda não tinham sido inventadas e nenhum governo dava importância às questões do meio ambiente.

No dia 10 de fevereiro, quando já tinham passado o rumor, o movimento e as manchetes da posse e dos primeiros dias de governo, Getúlio chamou o economista Rômulo de Almeida e convidou-o para chefiar sua Assessoria Econômica. Montá-la não foi uma operação burocrática das mais complicadas. Os assessores que fossem funcionários públicos seriam simplesmente requisitados para prestar serviços na Presidência da República. Os outros seriam nomeados para os cargos disponíveis de oficial de gabinete. Seriam poucos assessores, provavelmente menos de dez, quase todos já funcionários. Trabalhariam com poucos auxiliares, em pouco espaço, no Palácio do Catete, um palácio pequeno diante dos que viriam depois.

O primeiro pedido de Getúlio a Rômulo de Almeida foi a elaboração da mensagem presidencial ao Congresso na abertura do ano legislativo, em março. Nessa mensagem, exigida pela Constituição, os Presidentes prestavam contas de seus atos no ano anterior. Getúlio, empossado a 31 de janeiro, ainda não tinha contas a prestar, e aproveitou para fazer da mensagem o documento de exposição de seu programa de governo. Seria, como veio a ser chamada, sua mensagem programática.

O segundo pedido foi o de um projeto para o petróleo, na linha nacionalista:

— A orientação do Presidente — diria Rômulo de Almeida — foi no sentido de acentuar a nota nacionalista, mas sem espantar as empresas privadas, e a necessidade de soluções objetivas e imediatas para os vários problemas atinentes à obtenção de petróleo e seus derivados.

— Num dos primeiros despachos, recebi alguns papéis com propostas e dados, muito pobres de dados, para examinar e opinar, justamente com a instrução de procurar para o petróleo uma solução nacionalista, porém suficiente. Não apenas uma nova lei: um esquema objetivo, capaz de encaminhar definitivamente a solução.

Uma das preocupações de Rômulo de Almeida era convencer Getúlio de que deveriam trabalhar numa política que reunisse o desenvolvimento das fontes de energia e ao mesmo tempo a defesa das fontes da vida, o que hoje se chamaria — e era espantoso que já se cogitasse disso no Brasil de 1951 — uma política de desenvolvimento sustentável e uma política de defesa ambiental.

— Com o Presidente acertei desde logo desenvolver a sequência dos projetos de uma política de energia: imediatamente os de petróleo e carvão mineral; logo depois os de eletricidade e, afinal, um que cobrisse uma política e um programa de preservação, ampliação, tecnologia e melhor uso dos recursos florestais.

Rômulo de Almeida era conhecido por suas posições de esquerda. Seu segundo na assessoria, Jesus Soares Pereira, era considerado ainda mais esquerdista. Em 1930, ao elaborar as leis trabalhistas, Getúlio cercara-se de conselheiros de esquerda como o socialista Joaquim Pimenta, e, apesar disso, fora acusado de copiar as leis fascistas da Itália de Mussolini. No início mesmo da campanha de 1950, Getúlio pressentira que seu segundo governo não chegaria ao fim. Por isso, tinha pressa:

— Não havíamos ainda concluído essa tarefa — dirá Jesus Soares Pereira sobre a mensagem programática — e já estávamos pressionados para tratar do problema do petróleo. O grupo de trabalho, muito reduzido, tinha como presidente o dr. Rômulo de Almeida. Os outros funcionários eram o dr. João Neiva de Figueiredo, encarregado da parte técnica, e eu, incumbido da parte econômica. A documentação, constante de dezenas de pastas, nos foi encaminhada pelo Presidente da República.

— Essa documentação constava em parte de sugestões as mais variadas e procedentes das mais diferentes origens. Lembro-me bem das sugestões oferecidas pelo ex-Presidente Artur Bernardes, muito bem elaboradas, salvo quanto à dimensão do problema. Para ele, o petróleo não requeria grandes esforços. A parte financeira, por exemplo, era posta em termos de um décimo ou menos daquilo que nos figurou necessário ao elaborarmos o projeto da Petrobrás.

Além de pressa, Getúlio tinha cautelas, que procurou transmitir a Rômulo de Almeida:

— Getúlio mandou, por exemplo, instruções sobre política de petróleo. A formulação da mensagem tinha de ser cautelosa para não levantar onda antes do tempo e, além disso, porque a massa de informações era limitada.

Os integrantes da assessoria debateram longamente a questão do petróleo, sem desconsiderar as contribuições enviadas a Getúlio, mas sem se limitar a elas. Após demorados debates, segundo Jesus Soares Pereira, a questão fora mais ou menos definida:

— Achávamos que a legislação vigente assegurava a diretriz nacionalista, caso não fossem feitas concessões a empresas organizadas no Brasil para pesquisa. Mesmo no caso disto acontecer, a limitação imposta pela legislação quanto à área, ou seja, concessões máximas de mil hectares, constituía garantia suficiente de que a pesquisa e exploração de petróleo no Brasil estavam a salvo de investidas.

A legislação vigente que garantiria a diretriz nacionalista era o conjunto de decretos de 1938, do Estado Novo. Esses decretos não chegavam a estatizar o petróleo, como aconteceria em 1953, com a decretação do monopólio estatal pela Lei da Petrobrás, mas asseguravam sua nacionalização, de modo que não pudesse haver concessões a grupos estrangeiros que prejudicassem o interesse nacional.

A Assessoria Econômica verificou que esses decretos permaneciam em vigor, apesar da introdução fraudulenta, na Constituição de 1946, de um dispositivo que permitiria concessões a “sociedades organizadas no Brasil”. Pelos decretos de 1938, as empresas que poderiam participar da exploração do petróleo tinham de ser constituídas por maioria de cidadãos brasileiros. Pelo dispositivo contrabandeado para a Constituição de 46, bastaria que se tratasse de sociedades organizadas no Brasil, o que abria as portas do país e de seus recursos petrolíferos a qualquer multinacional que conseguisse a assinatura de dois ou três testas de ferro brasileiros.

Apesar desse contrabando constitucional, os integrantes da assessoria consideravam que a legislação de 1938 ainda tinha condições de impedir a alienação das reservas petrolíferas.

— Havia uma opção — acrescentava Jesus Soares Pereira — e esta era pedir ao Congresso apenas a criação de uma empresa que habilitasse o governo a trabalhar em matéria de petróleo, fugindo dos entraves burocráticos da repartição pública comum, como sucedia com o CNP, o Conselho Nacional do Petróleo. O governo deixava de lado a discussão em torno da proibição do capital estrangeiro na indústria petrolífera e saía para criar uma empresa em que o capital estrangeiro não estivesse presente ou estivesse de maneira tão diminuta que não causasse perda.

O documento submetido a Getúlio pela Assessoria Econômica mereceu dele o seguinte despacho:

— Prossigam-se os estudos, sem temor quanto ao vulto dos investimentos, desde que os fundamentos do programa sejam objetivos e a possibilidade de mobilizar recursos seja efetiva.

O que o Presidente recomendava ao seu corpo de assessores era — segundo Jesus Soares Pereira — que não temessem o tamanho do problema:

— E foi nessa base, com esse incentivo, que prosseguimos. Ficou assentado que caberia ao Estado enfrentar o problema do petróleo, já que não se confiava e nem se depositava a esperança no setor privado. Tínhamos a esperança, algo ingênua, de obter a aprovação do projeto no Congresso em menos de um ano, quando na realidade se levaram dois anos e meio.

Ao mesmo tempo que recebia o documento preliminar da Assessoria Econômica e recomendava a seus integrantes o prosseguimento dos estudos, sem receio do vulto dos investimentos previsíveis, Getúlio mantinha implicitamente as recomendações feitas a Rômulo de Almeida para a elaboração de sua primeira mensagem ao Congresso: acentuar a nota nacionalista, mas sem espantar as empresas privadas; e, no caso específico do petróleo, “cautela para não levantar onda antes do tempo”.

A preocupação de Getúlio era a construção, em andamento, das primeiras refinarias de petróleo no Brasil — para atenderem gradualmente ao consumo então registrado no país, de 105 mil barris diários. (Nesse momento, a importação de combustíveis líquidos pelo Brasil já custava 250 milhões de dólares por ano, o que absorvia grande parte das receitas e reservas cambiais do país.)

Já nos estudos dos quais tinham resultado, em 1938, no primeiro governo Vargas, os decretos de criação do Conselho Nacional do Petróleo e de regulamentação da pesquisa e lavra das reservas petrolíferas existentes no Brasil, impusera-se como verdade praticamente indiscutível o resultado da experiência da Argentina e do Uruguai, na montagem de sua indústria do petróleo: essa indústria começa com a instalação de um parque de refino. Um país que não disponha de petróleo em seu subsolo pode organizar uma expressiva e até poderosa indústria de petróleo se tiver refinarias. Outro país, com reservas imensas de petróleo, não terá uma verdadeira indústria petrolífera se se limitar à extração desse petróleo e não dispuser da capacidade industrial de refiná-lo.

Getúlio encarregara a Assessoria Econômica de estudar como o Brasil deveria pesquisar e extrair petróleo. A questão das primeiras refinarias já estava encaminhada, graças às medidas de seu primeiro governo.

— A montagem de refinarias — escreveu Moniz Bandeira em seu livro clássico *Presença dos Estados Unidos no Brasil* — adquiria, naquela situação, o caráter da maior urgência, enquanto o Conselho Nacional de Petróleo, órgão do Governo Federal, continuava os trabalhos de prospecção e perfuração dos poços. Tanto o Banco Mundial quanto o Eximbank norte-americano, ambos controlados politicamente pelo governo dos Estados Unidos, negavam-se então a conceder empréstimos para o desenvolvimento daquela indústria, sob a alegação de que havia, em termos razoáveis, disponibilidade de capitais privados estrangeiros interessados no setor.

— Mas os equipamentos para as refinarias, bem como para pesquisa e exploração do petróleo, já estavam encomendados nos Estados Unidos, não dependiam de financiamento norte-americano e Vargas queria tão somente que o Departamento de Estado intervisse junto à Defense Production Administration [Administração da Produção para a Defesa] para que concedesse a mais alta prioridade ao seu atendimento. E nenhum dos dois órgãos julgava aquele problema essencial, ante a perspectiva de guerra contra a União Soviética. Essa Administração de Produção para a Defesa vinha dos dias da Segunda Guerra Mundial e tinha a prerrogativa de decidir que bens os Estados Unidos poderiam exportar e quais deveriam reter, para suas necessidades de defesa.

Para algumas correntes de linha-dura norte-americana, os Estados Unidos deveriam ameaçar o Brasil — seu aliado na Segunda Guerra e bem antes dela — forçando-o a mandar tropas à aventura norte-americana que era a Guerra da Coreia, iniciada em 1950, e ainda a ceder minerais estratégicos e assinar um acordo militar com os Estados Unidos. A ameaça deveria incluir

até a suspensão de fornecimento de petróleo. Mas, como diz Moniz Bandeira:

— As pressões norte-americanas resultaram, no caso, inócuas e mesmo contraproducentes, ao exacerbarem a resistência nacionalista, sobretudo dentro das Forças Armadas. A ameaça de boicote ao abastecimento do Brasil não se concretizou, evidentemente, e os Estados Unidos terminaram por fornecer-lhe os equipamentos destinados à instalação de refinarias e à exploração de petróleo, a fim de evitar que o Governo de Vargas os comprasse na Europa, cujos países, recuperando-se das consequências da guerra, voltavam a competir no mercado mundial.



12

UMA BATALHA LONGA, DE QUASE DOIS ANOS, ATÉ A LEI DA PETROBRÁS

Os atos de Getúlio nos primeiros meses de seu segundo governo, ao longo de 1951, seriam suficientes para deixar claro que ele não estava disposto a deixar-se enquadrar, como aconteceria com Perón dois anos depois.

Até hoje os cientistas políticos discutem se houve duas fases no segundo governo Vargas, uma conservadora, até 1953, e outra reformista, a partir daí. Pelo que estamos vendo do primeiro ano do segundo governo Vargas, a posição e as atitudes de Getúlio não foram nada conservadoras. Essa impressão pode ter resultado da política econômica inicial, na aparência ortodoxa, mas temperada por decisões como aumentos substanciais do salário mínimo. E por outra decisão, talvez a mais importante de sua vida: o projeto da Petrobrás, mandado ao Congresso em dezembro de 1951.

O projeto por ele mandado ao Congresso foi aquele recomendado desde o início pelos integrantes de sua Assessoria Econômica, que não estabelecia o monopólio estatal do petróleo.

O futuro Ministro da Justiça Tancredo Neves, então deputado federal pelo PSD de Minas e já muito ligado a Getúlio, explicaria:

— O Presidente Getúlio Vargas não enviou para a Câmara o projeto da Petrobrás consignando nele expressamente a tese do monopólio estatal. Reuniu alguns amigos: Antonio Balbino, da Bahia; Walter Cavalcanti, do Ceará; Brochado da Rocha, do Rio Grande do Sul; eu também fazia parte desse grupo. Vargas nos disse que se ele mandasse ao Congresso o seu projeto da Petrobrás com a cláusula do monopólio estatal, este seria fatalmente combatido e violentamente combatido. Que ele ia mandar com a tese em aberto, mas que pediria a um de nós que apresentasse a emenda instituindo o monopólio estatal, porque assim haveria mais facilidade nas negociações, de vez que os seus adversários poderiam apoiar uma emenda que não fosse apresentada como de sua autoria. Assim se fez. O incumbido de apresentar a emenda foi o deputado Brochado da Rocha, e é interessante observar-se o quanto a malícia do Presidente era realista. Tão logo foi apresentada a emenda, os adversários de Vargas mais intransigentes no plenário tomaram conta da emenda e foram muito além do que nós pretendíamos. Os parlamentares da União Democrática Nacional passaram a apoiar a tese do monopólio estatal do petróleo e também a estatização das refinarias e de todas as subsidiárias que viessem a ser criadas em razão do complexo petrolífero estatal no Brasil.

Outra razão para Getúlio não incluir o monopólio no projeto mandado ao Congresso eram os equipamentos comprados pelo Brasil nos Estados Unidos para as futuras refinarias da Petrobrás. Esses equipamentos estavam em fase de embarque e sua entrega seria embargada se se soubesse que eles seriam utilizados por um monopólio que contrariaria grandes interesses norte-americanos.

A moderação do projeto não enganou os inimigos de Getúlio. Jesus Soares Pereira, autor principal do projeto na Assessoria Econômica da Presidência, descreveria a batalha parlamentar que se seguiu:

— Iniciou-se oficialmente essa batalha, longa, de 22 meses, em 5 de dezembro de 1951, ao assinar Getúlio Vargas, em reunião pública a que compareceu todo o ministério, a mensagem com que submetia ao exame do Congresso o projeto de criação da Petrobrás.

— Nessa solenidade, fez o Presidente memorável improviso, irradiado para todo o país, em que sintetizou de maneira admiravelmente precisa os motivos da sua proposição, o significado econômico e político da autossuficiência brasileira em petróleo, a que o projeto visava, e aquilo que seria de esperar da iniciativa governamental, para os anos seguintes à aprovação da lei solicitada ao Congresso. Entretanto, o destino só lhe permitiria conduzir essa luta até o seu desfecho próximo; não presenciar os efeitos da providência governamental que assim promovia, solenemente.

De saída, o projeto sofreu a oposição da esquerda e também da UDN, União Democrática Nacional, de centro-direita e oposição ao governo. Como escreveria Moniz Bandeira:

— A corrente nacionalista, apoiada pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), alegava que alguns dos artigos [do projeto] favoreciam a infiltração da Standard Oil na administração da empresa. E a UDN, que se dispunha a lançar o povo contra o Governo, abraçou a tese dos nacionalistas, uma parte talvez julgando que assim tornaria o projeto inexecutável e desacreditaria o empreendimento. A maioria da UDN, como se sabe, estava até então comprometida com o Estatuto do Petróleo [projeto do governo Dutra, de caráter nitidamente entreguista].

Na Assembleia Nacional Constituinte, em 1946, o Partido Comunista votara pela aceitação de capitais estrangeiros na exploração

de petróleo no Brasil. Agora, tentava ser mais nacionalista do que Getúlio fora em seu primeiro governo.

O tema era tão apaixonante que muitos deputados da UDN passaram a defender a tese nacionalista e monopolista. Um deputado da UDN, Bilac Pinto, apresentou emendas estabelecendo o monopólio estatal. Até hoje se diz que o monopólio — depois confirmado com poucos votos contrários pela Constituição de 1988 e renegado em seguida pela onda neoliberal da década de 1990 — foi uma conquista da UDN e da emenda do deputado Bilac Pinto.

Na verdade, como disse Tancredo Neves, isso já estava combinado quando Getúlio mandou ao Congresso a mensagem da Petrobrás sem a cláusula do monopólio. A emenda decisiva acabou por ser a apresentada pelo deputado Eusébio Rocha, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) de São Paulo.

No mesmo mês em que mandou ao Congresso o projeto da Petrobrás, Getúlio respondeu ao pedido de tropas brasileiras para a Guerra da Coréia, uma guerra iniciada em 1950 e na qual os Estados Unidos confrontavam-se com as forças da Coréia do Norte, apoiada pela então União Soviética (e, em seguida, pela China comunista). Essa decisão foi dada em resposta a um novo pedido do Departamento de Estado, agora a 30 países, entre os quais o Brasil, no mês de dezembro.

O Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, General Góis Monteiro, comunicou ao representante norte-americano, General Bolté, que o governo brasileiro “encontraria dificuldades para obter suficiente apoio popular à decisão e por isso considerava inconveniente a participação efetiva de quaisquer forças brasileiras em qualquer tipo de guerra asiática”.

Depois dessas duas decisões desafiadoras — recusar tropas para a Guerra da Coréia e mandar ao Congresso o projeto da Petrobrás — Getúlio fez outro desafio e denunciou, em seu discurso

de fim de ano, na noite de 31 de dezembro de 1951, os abusos do capital estrangeiro no Brasil.

— Em 1950 — escreveria Moniz Bandeira — o total dos registros de capital estrangeiro montou a 25 bilhões de cruzeiros. Nesse total, o dinheiro estrangeiro realmente trazido para o Brasil representava pouco mais de 9 bilhões, enquanto se consideravam como capital estrangeiro mais de 15 bilhões em moeda nacional, provenientes de lucros legalmente intransferíveis e indevidamente incorporados ao capital.

— Entretanto — advertiu Getúlio em seu discurso — o que vimos nesse mesmo ano de 1950 foi o capital estrangeiro registrado num total de 25 bilhões, ostentando, pois, um excedente de 16 bilhões sobre o seu legítimo e real valor. Isso representa um aumento escandaloso e ilegal de cerca de 200% no capital estrangeiro aplicado no Brasil.

Getúlio não dispunha ainda dos números da remessa de lucros sobre esses capitais em 1951. Em 1950, as remessas de lucros tinham chegado a cerca de 87 milhões de dólares. Em 1951, saltaram para 137 milhões. Segundo cálculos do Ministério da Fazenda, citados por Moniz Bandeira, as empresas americanas sediadas no Brasil enviaram para suas matrizes lucros da ordem de Cr\$ 2,6 bi em 51, e de 1,9 bi em 52. Isso sem falar no superfaturamento...

**“ Não é segredo para ninguém
o fato de um dos trustes ter
mandado emissário ao Brasil
empenhar-se no sentido
de a Constituição permitir
pudessem estrangeiros
explorar o subsolo brasileiro... ”**



O petróleo é nosso

13

NA ARGENTINA, PERÓN CEDE; NO BRASIL, GETÚLIO RESISTE

Em meados de 1953, o governo dos Estados Unidos mandou em missão especial a países da América Latina o professor Milton Eisenhower, irmão do Presidente Eisenhower, encarregado de conseguir concessões petrolíferas desses países a empresas norte-americanas.

Antes de vir ao Brasil, o professor Eisenhower esteve na Argentina, onde foi bem sucedido e o Presidente Perón, antes visto como defensor de uma política econômica muito independente, acabou por ceder e fez amplas concessões, de cujo alcance os jornais logo deram notícia, como esta, por exemplo, publicada no Brasil:

— Notícias de Buenos Aires, recebidas pelo Journal of Commerce, de Nova York, informam que uma delegação da Dresser Indus-

tries, de Dallas, está estudando a possibilidade de perfuração de poços de petróleo na Argentina e, aparentemente, é constituída pelos primeiros homens de negócios atraídos pelo novo plano de Perón para facilitar a entrada de capitais estrangeiros. John B. O'Connor, vice-presidente da Dresser, é o chefe da delegação que chegou a Buenos Aires.

No dia 22 de julho o dr. Eisenhower chegou ao Brasil, onde esperava encontrar uma atitude igualmente submissa. Mas defrontou-se com outra postura, especialmente porque sua vinda coincidia com a decisão unilateral do governo de seu irmão de extinguir a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, que estudava e processava projetos de ajuda econômica. Essa decisão foi uma resposta a iniciativas de Getúlio como a proposta de criação da Petrobrás.

— Os brasileiros — registrou um jornalista norte-americano — estavam furiosos e não faziam nenhum esforço para esconder sua cólera.

Nesse clima, Getúlio recebeu o dr. Milton Eisenhower no Palácio do Catete, em encontro com a presença do Ministro da Fazenda Oswaldo Aranha.

Não havia muito o que conversar. Ao contrário de Perón, Getúlio não vai concordar com a entrega do petróleo brasileiro aos grandes consórcios internacionais. Getúlio, aliás, está prestes a assinar a Lei da Petrobrás e do monopólio estatal do petróleo, em fase final de tramitação no Congresso.

Na opinião de seus inimigos, Getúlio decidira não ouvir a voz da razão e pretendia precipitar o Brasil naquilo que tinha sido o peronismo antes de Perón converter-se à convivência pelo modelo do Dr. Milton e do Presidente Dwight Eisenhower — o modelo da abertura da indústria petrolífera argentina aos capitais privados, isto é, aos capitais privados norte-americanos.

Esses capitais, aliás, já se preparavam para deslocar porção considerável dos interesses ingleses na indústria petrolífera do Irã do Rei dos Reis, o Xainxá Reza Pahlevi, assenhoreando-se de parte de seu monopólio, depois da derrubada e aprisionamento, pela CIA norte-americana, do Primeiro-Ministro nacionalista Mohamed Mossadegh, cujo partido conquistara a maioria no parlamento e apoiara a nacionalização da grande refinaria da British Petroleum em Abadan.

No Brasil, já em setembro, a Câmara dos Deputados entrava nos debates e votações finais do projeto da Petrobrás, examinando as modificações nele introduzidas pelo Senado. Uma dessas modificações era a emenda de autoria do Senador Ismar de Góis, que permitia virtuais contratos de risco entre a Petrobrás e outras empresas — uma porta aberta para tornar letra morta o monopólio estatal do petróleo.

Na noite de 15 de setembro, a Câmara ouviu o deputado Arthur Bernardes, que, como Presidente da República nos anos 20, iniciara a luta contra a entrega do petróleo e do minério de ferro brasileiros a interesses estrangeiros. Bernardes estava doente e não devia sequer sair de casa, mas apareceu de surpresa para defender o projeto contra essas mudanças:

— Já tive ensejo de dizer desta tribuna — afirmou ele — que uma das tarefas mais árduas para o político no Brasil é defender as riquezas naturais do país... Não é segredo para ninguém o fato de um dos trustes ter mandado emissário ao Brasil empenhar-se no sentido de a Constituição permitir pudessem estrangeiros explorar o subsolo brasileiro... A importância [do petróleo] é tal que ainda agora vimos o que ocorreu. Um embaixador estrangeiro, recentemente chegado, antes de entregar suas credenciais, faz declarações a favor da livre participação nas iniciativas industriais; a seguir um Chefe de Estado poderoso manda conselhos às nações latinas no sentido de aceitarem o capital estrangeiro. Serão coincidências?

— Há um elemento de fabricação da opinião pública em nosso país — acrescentou — perigosíssimo. É exatamente o desses trustes. Eles governam telégrafos, rádios e têm à sua disposição colunas em todos os grandes jornais ... para forjar uma opinião pública, trabalho oculto que aqui se desenvolve com desconhecimento de brasileiros e principalmente do governo.

Bernardes, que apoiara Getúlio na Revolução de 1930 e depois romperá com ele, acusa Getúlio de desconhecer a influência dos grandes grupos estrangeiros na fabricação da opinião pública no Brasil. É um exagero e até uma injustiça, Getúlio já é e daqui para a frente será ainda mais alvo da ação desses grupos, mas o importante nessa noite é que a palavra do velho Bernardes revela-se decisiva e garante a derrubada da emenda Ismar de Góis, rejeitada por 131 votos a 45.

A redação final do projeto da Petrobrás foi aprovada a 21 de setembro, coincidindo com um discurso de Getúlio numa concentração de trabalhadores diante da Prefeitura da cidade de Rio Grande, o maior centro portuário do Rio Grande do Sul.

Getúlio manifesta o propósito de satisfazer as aspirações dos trabalhadores e insiste em que se organizem em seus sindicatos, a fim de mais facilmente fazerem chegar suas aspirações ao poder público. No mesmo discurso, afirma que “a independência de uma nação é um ato político e um imperativo da consciência nacional, mas não é completa enquanto à independência política não se seguir a independência econômica”.



O PROJETO DA PETROBRÁS CONVERTE-SE EM LEI

No dia 24 de setembro, Getúlio recebe, aprovado pelo Congresso, o projeto da Petrobrás, que sanciona a 3 de outubro, quando se completavam três anos da eleição que o conduziu de volta à Presidência, e 23 anos do início da Revolução de 1930, que o levara a ela pela primeira vez.

Após sancionar o projeto, que se transforma na Lei 2.004, Getúlio discursa, em solenidade no Palácio do Catete, no Rio, em presença de todo o ministério e faz um balanço das iniciativas econômicas de seu governo, dizendo:

— Ultrapassada a primeira metade do meu mandato presidencial, conforta-me verificar que, apesar de tantos obstáculos, o meu governo apresenta um acervo considerável de serviços e realizações. Forçado, inicialmente, a adotar rígida política de compressão

de despesas, para lograr o saneamento do meio financeiro, nem por isso foram prejudicadas as obras de interesse público. E, contrastando com os déficits dos exercícios anteriores, a execução dos orçamentos federais de 1951 e 1952 registrou saldos apreciáveis, não obstante os onerosos compromissos do Tesouro, inclusive o pagamento de vultosas dívidas flutuantes que vinham dos anos precedentes.

— O Congresso acaba de consubstanciar em lei o plano governamental para a exploração do nosso petróleo. A Petrobrás assegurará não só o desenvolvimento da indústria petrolífera nacional, como contribuirá decisivamente para limitar a evasão de nossas divisas. Constituída com capital, técnica e trabalho exclusivamente brasileiros, a Petrobrás resulta de uma firme política nacionalista no terreno econômico, já consagrada por outros arrojados empreendimentos em cuja viabilidade sempre confiei.

— Quando se construía Volta Redonda, muitos descreram de suas possibilidades, mas hoje a grande siderurgia se ergue como um testemunho irrefragável da capacidade criadora nacional.

— Quando foram lançadas as bases da usina de Paulo Afonso, houve igualmente quem vaticinasse o insucesso da obra grandiosa, que em breve será o esteio de toda a economia nordestina.

— As obras de Paulo Afonso prosseguem vigorosamente, graças ao cuidado constante do governo em apressar a sua conclusão.

O projeto de Paulo Afonso, aprovado por Getúlio em 1945, no fim de seu primeiro governo, fora apresentado pelo então Ministro da Agricultura, Apolônio Salles, e era a primeira grande usina hidrelétrica projetada e construída no Brasil pelo próprio Brasil. Todas as anteriores tinham sido de iniciativa das concessionárias estrangeiras, embora, possivelmente, com recursos em grande parte brasileiros.

Voltando à questão do petróleo, ele informa:

— Já se acha praticamente ultimada a duplicação da Refinaria de Mataripe e intensificam-se os trabalhos da Refinaria de Cubatão, com a qual se conjugará uma nova fábrica de fertilizantes nitrogenados.

— Também foi sancionado recentemente o programa nacional de exploração e aproveitamento industrial do carvão, que contribuirá decisivamente para apressar o ritmo em que se processa o nosso desenvolvimento industrial.

— Estão quase concluídos os estudos pertinentes ao Plano Nacional de Eletrificação, que nos dará, para o futuro, a segurança e a tranquilidade do abundante suprimento de energia elétrica, à altura das solicitações de nosso surto industrial.

— Dentro de alguns meses começará a funcionar a segunda usina de Volta Redonda. Cada vez mais se afirma a importância econômica desse gigantesco empreendimento do meu governo passado. Ainda para o desenvolvimento da nossa siderurgia, o governo iniciou a concretização do processo de instalação da Companhia Mannesmann em Minas Gerais.

A sanção da lei da Petrobrás e essas outras iniciativas provocam reações nos Estados Unidos.

— Os capitalistas americanos — escreverá Moniz Bandeira — receberam a notícia com ceticismo. Não acreditavam na viabilidade da Petrobrás nem na sustentação do monopólio estatal pelo Brasil ... O Secretário de Estado dos Estados Unidos, John Foster Dulles, comunicou ao Embaixador Walter Moreira Sales que o Eximbank só concederia 100 milhões de dólares ao Brasil, e ainda assim para o pagamento de atrasados comerciais, do empréstimo de 250 milhões que o governo anterior, do Presidente Truman, do Partido Democrata, prometera e que Vargas quisera elevar para 300.

— Moreira Sales, apesar de sua tendência pelo Partido Republicano, assustou-se. Mostrou o perigo que correriam as relações políticas e econômicas entre os dois países, caso o Governo dos Estados Unidos insistisse em alterar os entendimentos anteriores. Dulles permaneceu irredutível. Disse que os 100 milhões de dólares resolveriam. Moreira Sales respondeu-lhe então que considerava a sua atitude desapontadora e que não estava ali para discutir o aspecto econômico e sim o aspecto político da questão.

Logo é possível perceber que Getúlio estava politicamente com a cabeça a prêmio, que aconteceria de novo o que acontecera em 1945 e que seu governo sofreria novas tentativas de golpe. Sobre isso diria seu então Ministro da Justiça, Tancredo Neves:

— A situação econômica do país era perfeitamente estável. Quando iniciamos o ano de 1954, não havia maiores choques na economia brasileira. Mas já no início de 1954, quando estavam para ser concluídas as refinarias de São Paulo, obras iniciadas pelo governo do Presidente Eurico Gaspar Dutra, e concluídas pelo presidente Getúlio Vargas, novas ondas de pressões passaram a incidir sobre o Presidente e estas ondas de pressão eram no sentido de retardar ou sustar a conclusão das refinarias. As grandes empresas fornecedoras de petróleo se obrigariam a nos fornecer o [petróleo] por preços vis, desde que nós abrissemos mão do que consideravam, na ocasião, uma pretensão vã e abstrata.

— Vargas resistiu, resistiu o mais que pode, e, na medida que resistiu, as sanções começaram a se fazer sentir. Nós tínhamos uma posição tranquila no mercado do café de todo o mundo, e tínhamos no café, naquela ocasião, a nossa mais importante fonte de receita em dólar, porque o café era a riqueza responsável não apenas para fazer face aos nossos compromissos com o exterior, mas era aquela que nos proporcionava economias para financiar obras de grandes efeitos, de grandes realizações no Brasil. Começamos a sofrer a pressão dos trustes internacionais. Começou a cair o preço do café.

Ainda em dezembro — e isso também contribuiu para a sequência de iniciativas destinadas a desestabilizar a economia brasileira e o segundo governo Vargas — Getúlio anunciou em Curitiba a próxima criação da Eletrobrás, que se combinava com a Petrobrás na construção de uma política de independência econômica em matéria de energia.

Ele tinha ido a Curitiba para as comemorações do centenário da criação da Província, depois Estado do Paraná, desmembrado da Província de São Paulo e já tinha feito todos os discursos oficialmente programados quando, no dia 21 de dezembro, resolveu falar de improviso numa reunião da Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguai, que agrupava os Estados percorridos por esses dois rios — São Paulo, Mato Grosso, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Estavam na reunião os governadores desses Estados e Getúlio, dirigindo-se a eles, disse:

— ... quero chamar a atenção de todos vós [para] a necessidade urgente, a necessidade cada vez maior de aproveitamento do potencial hidrelétrico do Brasil. O desenvolvimento industrial do país está em atraso porque lhe falta energia elétrica necessária; porque esse desenvolvimento não é acompanhado pela produção de energia barata para essa expansão industrial.

— Esta situação precisa ser resolvida dentro de um plano geral, de programa federal que aproveite a todo o país. Assim como foi criada a Petrobrás, que está sendo montada a fim de fornecer recursos necessários para a extração do petróleo brasileiro, estamos elaborando, agora, [o projeto de uma] companhia de eletricidade que deverá ser denominada Eletrobrás. Já foi apresentado ao Congresso projeto para votação dos recursos necessários a esse empreendimento. Está sendo elaborado o Plano Geral de Eletrificação, que será brevemente apresentado. O Fundo Nacional de Eletrificação constitui capitais necessários a fim de fornecer à União, aos Estados e aos Municípios os meios destinados à produção de energia elétrica. Essa produção tanto pode ser hidrelétrica como termoeletrica, mas é produção de eletricidade para o nosso desenvolvimento industrial.

— Devo dizer aos senhores que, até certo ponto, nesse propósito, estou sendo sabotado por interesses contrários de empresas privadas, que já ganharam muito mais no Brasil; que têm em cruzeiros duzentas vezes o capital que empregaram em dólares para levá-lo para o estrangeiro a título de dividendos. Em vez de os dólares produzirem cruzeiros, os cruzeiros é que estão produzindo dólares e emigrando.

— Ou criamos fundos necessários para estabelecermos sobre bases a indústria da produção da energia elétrica nacional ou teremos que encampar as empresas que não estão dando o resultado desejado. Esta a tese que eu queria deixar lançada no momento em que vos dirijo a palavra, congratulando-me com todos vós por esta reunião em que tenho a declarar que, na ocasião em que comemoramos a emancipação política do Paraná na Federação Brasileira, precisamos levar avante a campanha da emancipação política do Brasil.

Horas depois desse discurso, em jantar com os governadores dos Estados da bacia Paraná-Uruguai, Getúlio disse ao Governador do Paraná, Munhoz da Rocha:

— Com esse discurso, talvez eu tenha assinado minha sentença de morte.²

Apesar disso, Getúlio, em sua mensagem de Ano Novo, pelo rádio, na noite de 31 de dezembro, reafirmou a decisão de pedir ao Congresso a criação da Eletrobrás e vinculou-a a dois outros grandes projetos:

— Devo anunciar-vos que em 1954 começarão a ser executados três grandes planos de relevância extraordinária, destinados a transformar a estrutura econômica e a fisionomia do país... O primeiro é o da Petrobrás, por meio do qual demonstraremos de maneira concreta aos pessimistas e descrentes que estamos aptos a resolver o problema do petróleo em bases nacionalistas, isto é, com o trabalho, a técnica e o capital exclusivamente brasileiros.

2 Informação de Munhoz da Rocha ao autor, anos depois.

— O segundo é o Plano de Eletrificação, também de importância vital para o nosso desenvolvimento, que reclama, cada vez mais, de maneira premente, energia abundante e produzida a baixo custo, para a expansão e a intensificação das indústrias, elevando-nos da condição semicolonial...

— Empenha-se ainda o governo em outra obra de singular magnitude, que virá redimir economicamente toda uma prodigiosa região com dimensões de continente. Refiro-me ao Plano de Valorização Econômica da Amazônia...

Getúlio concluiu a mensagem de Ano Novo anunciando já estar quase pronto, em todos os Estados do país, o levantamento da evolução do custo de vida, previsto e exigido em lei para o reajustamento do salário mínimo:

— ... o levantamento geral e sistematizado do custo de vida em todo Devemos confiar em que os empregadores, beneficiados por fartos lucros, compreenderão a necessidade de proporcionar aos empregados uma remuneração mais compensadora...

O salário mínimo será uma das mais duras batalhas de Getúlio em 1954 e pesará decisivamente na escalada da desestabilização e derrubada de seu governo. Nesse momento ele não tem condições de saber, mas um órgão da CIA, o Intelligence Advisory Committee, acaba de transmitir ao Departamento de Estado informações segundo as quais Getúlio está mal de saúde, com a possibilidade de se tornar física ou mentalmente incapaz de superar os problemas do governo, caso em que o Vice-Presidente Café Filho o substituiria.

Já era a armação de uma nova tentativa de impeachment, primeiro passo para o golpe.

“ – Inicie a marcha, superando todos os obstáculos – diz Getúlio – para a criação da nossa siderurgia. Agora vamos para as fontes de energia. ”

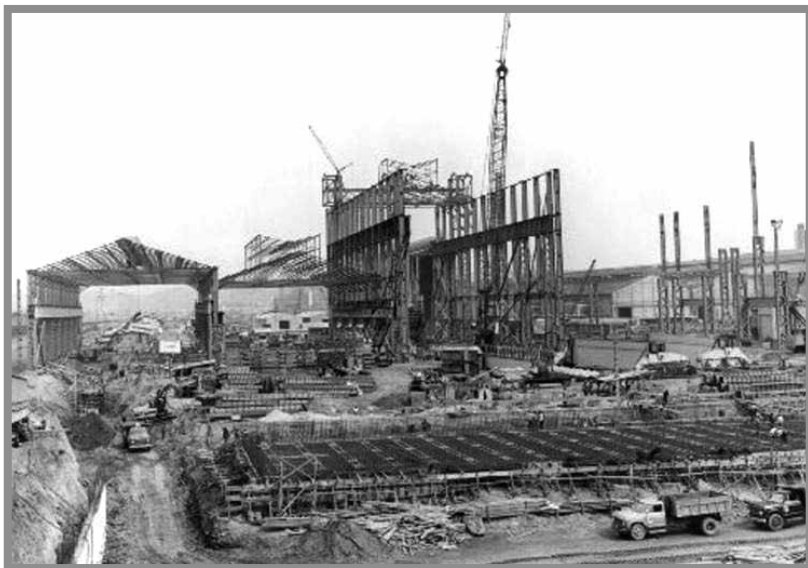
15

OS MARCOS DECISIVOS NA HISTÓRIA

O pedido oficial de impeachment só seria apresentado em maio e não era para valer, era para ser derrotado e assim convencer os militares de que, não sendo possível afastar Getúlio por meios legais, eles teriam de recorrer ao golpe.

Em janeiro de 1954, discursando no terceiro aniversário de seu segundo governo, Getúlio lembra o que chama os dois marcos decisivos na história do Brasil — “o da utilização do nosso ferro e o da formação das nossas fontes de energia”.

A revolução do ferro e do aço, ele, Getúlio, a fizera em seu primeiro governo, com a criação da Companhia Siderúrgica Nacional (Volta Redonda) e da Companhia Vale do Rio Doce. E não fora sequer convidado, no governo Dutra, para a inauguração de Volta Redonda, que tinha deixado quase pronta em 1945.



Construção da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), 1941

— Iniciei a marcha, superando todos os obstáculos — diz Getúlio — para a criação da nossa siderurgia. Agora vamos para as fontes de energia.

Em seu primeiro governo, Getúlio dera a partida para a indústria do petróleo com os decretos de 1938. Com o projeto da Usina Hidrelétrica de Paulo Afonso e a criação da Companhia Hidrelétrica do São Francisco, dera a partida, igualmente, para a criação de uma indústria nacional de energia elétrica que fosse capaz de suprir as deficiências e os desserviços cada vez maiores das concessionárias estrangeiras.

A participação de capitais estrangeiros na economia brasileira não era recente e o Brasil oferecia a esses capitais uma das mais favoráveis legislações cambiais do mundo. Um estudo do Departamento de Comércio dos Estados Unidos, publicado pouco depois da morte de Getúlio, mostrava o Brasil em terceiro lugar, em segui-

da ao Canadá e à Inglaterra, entre os maiores receptores de capital norte-americano na indústria. Só a partir de 1957, três anos depois da morte de Getúlio, é que essa situação mudou, simultaneamente à criação do Mercado Comum Europeu. De fato, os investimentos norte-americanos na Europa triplicaram entre 1957 e 1964.

Nos três primeiros anos de seu segundo governo, Getúlio já criara a Petrobrás e agora avançava com os estudos para o projeto da Eletrobrás. Nesse discurso de prestação de contas no terceiro aniversário do governo, ele faz novas revelações sobre a questão do petróleo e da eletricidade no Brasil:

— Uma curiosa coincidência criou um regime fiscal privilegiado para desenvolver o consumo de gasolina. Ao mesmo tempo entravam em derrocada nossos transportes ferroviários. Se tivesse demorado mais um pouco, sem estancar as sangrias e sem o apoio da Lei, o povo teria perdido a sua batalha e seria obrigado a uma rendição incondicional!

— Nestes últimos dez anos, o desenvolvimento do Brasil tem exigido um aumento de produção de energia elétrica na base de 14% ao ano. As empresas concessionárias, não dispendo mais de capital, têm recorrido a empréstimos. Não podendo dar mais garantias, têm recorrido às garantias do governo. E aos que apontam o governo como culpado da crise de energia elétrica ... respondo com [os] 312 milhões de dólares de certificados de garantia de empréstimos para energia elétrica.

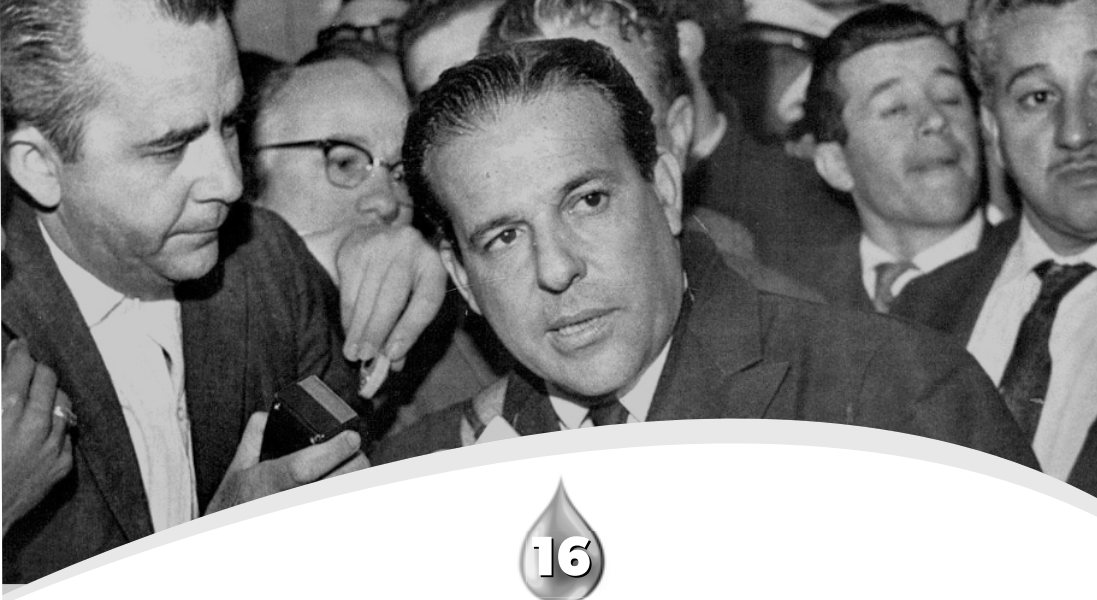
O governo já emitira certificados de garantia de câmbio no total de 312 milhões de dólares — certificados que asseguravam dólares pela cotação oficial, não pelas cotações do mercado, muito superiores. Mas as concessionárias estrangeiras queriam mais.

— Nessas condições — responde Getúlio — não há investimento. Se [o governo] fornecer, através do câmbio, os dólares para a compra das instalações, onde está o capital estrangeiro?

E, respondendo às ambiguidades e insinuações de órgãos da imprensa americana, como a Business Week, Getúlio afirma claramente:

— Eu não pretendo nacionalizar nem os bens nem o capital estrangeiro. Não pretendo encampar nem desapropriar empresas. O que tenho o dever de evitar é a desnacionalização do Brasil.

— Eis por que se impõe a criação da Eletrobrás. Desde que somos nós mesmos que temos de solucionar o problema, vamos resolvê-lo. Uma instalação de energia hidrelétrica exige, em média, 30% de compras no exterior e 70% de obras que podem ser feitas com pessoal e material nacionais. Já verificamos que as empresas concessionárias não podem arcar com a responsabilidade do investimento. Já verificamos, ainda, que a parte de capital nacional pode ser suprida por nós mesmos. Já verificamos que a parte de capital estrangeiro destinada à compra de maquinismo e instalações só é fornecida mediante garantia do governo. Nessas condições, seria incúria governamental permitir que o consumo de energia estivesse produzindo renda em divisas sem investimento efetivo de capital. É claro que este programa vem ferir, frontalmente, os interessados nesse negócio. Mas para tudo há um limite.



16

DA QUEDA DE JANGO À CRISE DE AGOSTO

Em fevereiro, Getúlio, que passava o verão trabalhando em Petrópolis, uma tradição na vida republicana do país, foi visitado lá por uma delegação de trabalhadores, que lhe apresentaram um memorial de reivindicações. Jango agradeceu em nome de Getúlio e informou que já estavam concluídos os estudos das comissões estaduais do salário mínimo e em pouco tempo ele teria pronta a exposição de motivos com a qual o Ministério do Trabalho proporia a nova tabela do salário mínimo.

No mesmo dia desse encontro, o Ministro da Guerra, General Ciro do Espírito Santo Cardoso, recebeu em seu gabinete um grupo de generais e coronéis no qual se destacava o Brigadeiro Eduardo Gomes, candidato à Presidência em 1950 contra Getúlio e antes em 1945 contra o General Eurico Dutra, então apoiado por Getúlio. O grupo confirmou ao Ministro a existência nos quartéis de um

documento de crítica ao governo já assinado por muitos coronéis do Exército.

Segundo o noticiário inicial dos jornais, o documento pedia providências para “a melhoria das condições sociais da classe, sufocada pelo encarecimento contínuo e irrefreável do custo de vida”.

Depois se soube que o manifesto, afinal assinado por 82 oficiais, alegava que faltavam verbas e equipamentos ao Exército, que os efetivos eram mal pagos, que não contavam com eficaz assistência social e entre eles germinavam o descontentamento e as inquietudes. E acrescentava que a elevação do salário mínimo ao nível que atingiam os vencimentos máximos de um militar graduado provocaria uma crise de recrutamento no Exército.

Era contra o reajuste do salário mínimo o pronunciamento assinado por oficiais que estavam muito longe dos privilégios de uma plutocracia que se sentia roubada pela perspectiva do aumento próximo do salário mínimo.

Sem perceber o quanto eram prisioneiros de seus preconceitos e de sua desinformação, os signatários do memorial dos coronéis — e até seu redator, o então tenente-coronel Golbery do Couto e Silva — deixavam-se usar pelo pior poder econômico nativo e estrangeiro.

— Quando saiu o Manifesto dos Coronéis, que foi realmente a primeira expressão de uma indisciplina militar — diria Tancredo Neves, então Ministro da Justiça de Getúlio — o espírito que animou o manifesto foi um espírito até reacionário, porque eles protestavam contra o salário mínimo.³

O Ministro da Guerra, General Cardoso, preferiu engolir o desaforo dos 82 coronéis signatários do manifesto e sacrificar sua própria cabeça, pedindo demissão.

3 Tancredo Neves, entrevista ao autor, 1979

O manifesto dos coronéis provocara a demissão do Ministro da Guerra e alcançaria seu objetivo maior. Junto com o Ministro da Guerra deixaria o governo o Ministro do Trabalho João Goulart, alvo momentâneo de uma intervenção militar que tinha como objetivo final a derrubada do segundo governo Vargas.

Ao pedir demissão, Jango encaminhou a Getúlio os estudos para a revisão dos níveis de salário mínimo, congelamento de preços, extensão das leis sociais aos trabalhadores rurais e fiscalização pelos próprios operários do cumprimento da legislação trabalhista.

Mesmo diante dessa ameaça militar, Getúlio continuou avançando com seus projetos e a 15 de março, na mensagem ao Congresso pela abertura do ano legislativo, ele anunciou resultados econômicos que certamente não agradariam aos grupos hostis a ele:

— O Brasil — disse ele — está caminhando a passos largos para atingir sua plena emancipação econômica e poder, enfim, propiciar, a quantos nele vivem e labutam, condições satisfatórias de vida. Índices dos mais expressivos, calculados inclusive por órgãos internacionais, bem atestam a rapidez e a grandeza desse crescimento.

— O aumento da renda nacional per capita, por exemplo, vem-se processando recentemente à taxa bastante elevada de 8,2% ao ano, em ritmo comparável ao dos países mais progressistas do mundo. O nível da atividade econômica mantém-se alto, sustentado por uma expansão do consumo da ordem de 7,5% e dos investimentos de 12,4%, em média, ao ano.

A UDN (União Democrática Nacional, principal partido de oposição) não percebe, como reconhecerá quinze anos depois seu então líder Afonso Arinos, que a campanha para derrubar Getúlio atende ao interesse dos grupos estrangeiros prejudicados pelo rápido avanço do desenvolvimento do Brasil.

Aliomar Baleeiro, também da UDN opositorista, como que responde à mensagem de Getúlio e pede seu impeachment. Mas não é o impeachment o que a UDN quer:

— Para seus mentores — escreve Maria Celina Soares d'Araújo — o pedido de impeachment representava um artifício legal através do qual Vargas poderia ser pressionado; caso não fosse aprovado, restariam as saídas excepcionais. Nas palavras de Aliomar Baleeiro, em discurso na Câmara a 22 de março de 1954, derrotado o pedido restariam três saídas para realizar o afastamento do Presidente: a) golpe de Estado; b) renúncia; c) reforma da Constituição visando ao parlamentarismo. A segunda e a terceira eram consideradas improváveis, pois o “egoísmo” de Vargas não lhe permitiria renunciar, assim como não seria legalmente possível votar de novo uma emenda parlamentarista que havia sido derrotada em 1952. Restava a saída golpista para a deposição sumária do Presidente.⁴

Getúlio, em abril, parecia ter pressa quando mandou ao Congresso, quase ao mesmo tempo, dois projetos que prejudicavam dois grandes interesses, internos e externos.

O primeiro assegurava ao trabalhador rural direitos como a estabilidade, antes só reconhecidos aos trabalhadores urbanos. O segundo era o da Eletrobrás.

Já nos primeiros dias do governo provisório da Revolução de 1930, Getúlio criara o Ministério do Trabalho e adotara as primeiras leis de proteção ao trabalho. Ele pretendia que elas beneficiassem igualmente os trabalhadores urbanos e os rurais.

Foram tão grandes, porém, as reações, que ele teve de optar — como diria depois seu futuro Ministro da Justiça Tancredo Neves

4 Maria Celina Soares d'Araújo, *O segundo governo Vargas*, Rio, Zahar, 1982, página 126.

— por uma aliança com a burguesia rural para reformar as relações sociais nas cidades. A regulamentação do trabalho rural ficaria para depois, mas Getúlio teria retaguarda para garantir a observância das leis de proteção ao trabalho urbano, num país cuja industrialização se acelerava.

Na campanha presidencial de 1950, ele prometera a extensão das leis trabalhistas ao trabalhador rural e, embora evitando essa expressão, uma verdadeira reforma agrária, que assegurasse, sem prejuízo aos detentores do direito de propriedade, o direito à propriedade aos milhões que não o tinham.

No governo, a partir de 1951, Getúlio criara a Comissão Nacional de Política Agrária, propusera a regulamentação da desapropriação por interesse social, para viabilizar pelo menos um início de reforma agrária, e estimulava a criação de sindicatos rurais.

Nesse projeto de abril de 1954, Getúlio propunha garantias de estabilidade ao trabalhador rural, limitação da jornada de trabalho, proteção à mulher e ao menor e filiação do trabalhador ao IAPI, Instituto de Aposentaria e Pensões dos Industriários.

Em abril de 1954, Getúlio mandou também ao Congresso o projeto da Eletrobrás, que anunciara em dezembro, em Curitiba.

O chamado projeto da Eletrobrás era, na verdade, um conjunto de quatro projetos. O primeiro criava o imposto único sobre energia elétrica e foi rapidamente discutido na Câmara e no Senado. A esse projeto não havia oposição: isolado dos outros, ele criava recursos abundantes para o governo federal, para os Estados e até para municípios — e da mesma forma poderia servir a grandes contratos com a iniciativa privada, nacional e estrangeira. Aprovado no início de agosto, Getúlio deixou de sancioná-lo por questão de dias. Foi sancionado a 31 de agosto pelo novo Presidente, Café Filho.

O segundo projeto estabeleceria o rateio das receitas desse imposto único. O terceiro instituiria o Plano Nacional de Eletrificação — e acabou abandonado. O quarto e último é que propunha a criação da Eletrobrás — e só seria votado em 1961. Sancionado pelo Presidente Jânio Quadros, esse projeto permitiu a instalação da Eletrobrás pelo Presidente João Goulart, nos últimos dias do governo parlamentarista do Primeiro-ministro Tancredo Neves.

Nessa escalada de iniciativas com que, como depois se perceberia, tentava antecipar-se ao golpe para derrubá-lo, Getúlio deu seu passo mais ousado desde a criação da Petrobrás, na noite de 1º de maio, Dia do Trabalho. Pelo rádio, no programa “Voz do Brasil”, transmitido para todo o país por todas as emissoras, ele anunciou a assinatura do decreto que aumentava o salário mínimo. O índice do aumento, 100%, era o proposto por João Goulart ao deixar o Ministério do Trabalho em fevereiro.

No mesmo dia, o Diário Oficial publicara o novo regulamento dos Institutos de Previdência, que resultava dos debates e recomendações do Congresso da Previdência, planejado desde a gestão de Jango no Ministério do Trabalho e realizado pouco depois, com a participação de dirigentes sindicais de todo o país, que representavam milhões de trabalhadores, segurados obrigatórios dos institutos de previdência social. O Regulamento atendia às reivindicações do movimento sindical e permitia a participação de trabalhadores na administração dos institutos ligados à respectiva categoria profissional.

No mesmo discurso, Getúlio prestou homenagem a Jango, sacrificado em fevereiro por atos e ideias que eram dele próprio mas também de Getúlio, e pediu o apoio dos trabalhadores a seu governo:

— Hoje — disse Getúlio — estais com o governo. Amanhã sereis o governo.

O decreto do salário mínimo ainda não tinha saído no Diário Oficial quando, no dia 3 de maio, teve início a nova tentativa de impeachment de Getúlio.

O autor do pedido de impeachment era o mesmo líder estudantil Wilson Leite Passos, ligado à UDN e organizador de comitês pró-Brigadeiro Eduardo Gomes na campanha presidencial de 1950, que apresentara em 1952 pedido idêntico rejeitado pela Câmara.

Coincidência ou não, caíam as exportações brasileiras de café para os Estados Unidos.

A previsão era de uma queda de 5% no consumo, embora se esperasse que poderia chegar a 12%. Em março daquele ano de 1954, os Estados Unidos tinham importado apenas 84 milhões de libras-peso de café brasileiro, contra 118 milhões de libras-peso em março de 1953.

Notícias econômicas como essa eram objeto das colunas políticas dos jornais tanto quanto a decretação do novo salário mínimo e o novo pedido de impeachment. A cobertura política indagava o que aconteceria meses depois, em outubro, quando seriam eleitos a nova Câmara dos Deputados, dois terços do Senado e os governadores de alguns dos Estados mais importantes, como São Paulo, o Rio Grande do Sul, Pernambuco e a Bahia.

Nesse momento, Murilo Marroquim, o principal colunista da cadeia de jornais de Assis Chateaubriand, o Rei da Mídia de então, registra um novo impulso dos grupos conservadores:

— Aberta a luta: livre iniciativa versus intervencionismo. Confirmada a tese do Vice-Presidente da República. Até o momento, nada autoriza a imaginar que o processo normal da vida pública seja afetado ... Aqui, a tese exposta há alguns meses pelo Vice-Presidente readquire sua oportunidade. O sr. Café Filho observou que a sucessão presidencial se caracterizaria pela resistência do

grupo empresarial da livre empresa contra o intervencionismo estatal em ascensão... As classes conservadoras procurariam interferir abertamente no pleito, a fim de vencer as forças intervencionistas, que se robustecem com o populismo disseminado em todo o país.

A reação ostensiva dos grupos conservadores começa imediatamente, por um manifesto da Associação Comercial de São Paulo, Federação do Comércio de São Paulo, Bolsa de Mercadorias, Federação das Empresas de Transporte Rodoviário, Federação das Indústrias, Centro das Indústrias, Sociedade Rural Brasileira e Bolsa de Cereais de São Paulo. Dizia o manifesto:

— As medidas de caráter econômico e social decretados pelo Sr. Presidente da República a 1º de Maio bem como o discurso que então pronunciou intranquilizaram as classes produtoras de São Paulo e, por certo, do Brasil ... Profundamente apreensivas, as classes produtoras observam a presente atuação do governo, contrária aos ideais de ordem, segurança e expansão econômica, respeito à tradição e princípios éticos que constituem aspirações do povo brasileiro.

O protesto dessas entidades empresariais foi a reação ostensiva, mas havia também sinais de conspiração — dos quais Getúlio foi avisado por seu secretário particular no primeiro governo, Luís Vergara, então em funções diplomáticas no exterior, como este contaria em suas memórias:

— Nos primeiros dias de maio [no Rio, em trânsito de Montevideu para a Itália], fui procurado por um oficial aviador, meu amigo, que me pôs ao corrente de um complô no Galeão e que me autorizou a transmitir tudo ao Presidente, prontificando-se a ir à sua presença. (Já se conheciam movimentos preparatórios de conspiração, que não cessavam desde o memorial dos coronéis.) Considerei tão graves as revelações que imediatamente me dirigi ao Catete.

Vergara levou um relatório escrito, que acabou lendo para Getúlio, e em suas memórias descreveu a reação deste:

— O seu olhar parecia estender-se sobre a mesa, em busca de um ponto de apoio.

De repente, segundo Vergara, Getúlio inclinou-se sobre o espaldar da cadeira e disse:

— Fizeste bem em trazer isso ao meu conhecimento. Vejo confirmadas com pormenores informações que tenho recebido de outras fontes.⁵

Nesse momento começava a receber assinaturas na Comissão de Finanças da Câmara o projeto que aprova a proposta de orçamento para 1955 encaminhada ao Congresso pelo governo. A proposta estima a receita em 51,58 bilhões de cruzeiros e a despesa em 51,57 bilhões, um orçamento com superávit. É o maior aumento da receita orçamentária em toda a história.

No fim de maio, a Comissão Especial da Câmara criada para opinar sobre o pedido de impeachment de Getúlio discutiu o parecer do relator, deputado Vieira Lins, que opinava pelo arquivamento do processo, e aprovou-o por 12 votos a 4.

O parecer devia ser submetido ao plenário da Câmara, onde o debate sobre o impeachment teve início a 2 de junho. Boa parte da própria UDN achava que o pedido não tinha sentido, mas um dos maiores líderes do partido manteve-se intransigente — o Brigadeiro Eduardo Gomes. Esse fato foi revelado pelo mais insuspeito biógrafo de Carlos Lacerda, o maior dos opositores de Getúlio, John W. Foster Dulles:

5 Luís Vergara, Fui secretário de Getúlio Vargas, Porto Alegre, Editora Globo, 1960, páginas 246-247.

— Afonso Arinos — escreveu Dulles — encontrou Eduardo Gomes inflexível na exigência de que o líder da UDN no Congresso [apoiasse a proposta de impeachment do Presidente]. Afonso Arinos disse ao Brigadeiro que o impeachment não era o caminho certo a seguir e que o projeto provavelmente seria recusado, beneficiando o Presidente. O Brigadeiro insistiu.⁶

Afonso Arinos contaria, em suas memórias, como foi esse episódio:

— Foi o Brigadeiro que me pediu, pessoalmente, que encaminhasse o requerimento. Eu disse a ele: “Brigadeiro, é completamente impossível. Esse recurso nunca deu resultado, mesmo quando era recomendável. Todas as tentativas feitas durante a República fracassaram. Não há justificativa alguma para o que o senhor está querendo que eu faça, é uma aventura. O senhor está me mandando chefiar uma aventura destinada ao fracasso.” Ele falava sempre por meias palavras — não por sutileza, mas por reserva militar — e me disse: “Mas dr. Afonso, isso é preciso.” Insistiu, insistiu, e da última vez chegou a ir à minha casa em Petrópolis. Ficou pedindo, pedindo, e afinal me disse: “Isso é necessário para que se forme, no meio militar, a consciência de que não há solução legal”. Aí, descobri o jogo.⁷

O pedido de impeachment foi votado no plenário da Câmara na sessão de 16 de junho e rejeitado por 136 a 25 votos. Esse resultado satisfazia o desejo do Brigadeiro Eduardo Gomes, que fora explícito na conversa com Afonso Arinos. A votação e a rejeição do pedido de impeachment eram necessárias para que se formasse no meio militar a consciência de que não havia solução legal possível para afastar Getúlio da Presidência.

6 John W. Foster Dulles, Carlos Lacerda..., página 168.

7 Afonso Arinos, O intelectual e o político, Brasília, Senado Federal/Cpdoc/D. Quixote, 1983, p. 150.

Outra expectativa dramática, nesses dias, era o decreto do salário mínimo, contra o qual tinha sido impetrado mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal pelo Sindicato das Indústrias de Fiação e Tecelagem. A 5 de julho, o Supremo decidiu, por 6 votos a 2, que o decreto de Getúlio era constitucional e legal. O decreto de aumento do salário mínimo, assinado a 1º de maio e publicado no dia 4 desse mês, entraria em vigor sessenta dias depois, isto é, no momento em que o Supremo o confirmava.

No dia seguinte à decisão do Supremo, Getúlio recebe uma representação dos sindicatos de trabalhadores e diz a eles:

— Afinal, vencemos.

Essa vitória seria a última de Getúlio Vargas vivo.

Na tarde de domingo, 1º de agosto, Getúlio foi vaiado por senhores e senhoras que ocupavam a tribuna social do Jockey Club do Rio, quando se anunciou sua chegada para assistir ao Grande Prêmio Brasil.

Na semana seguinte as empresas desses senhores começariam a pagar o salário mínimo dobrado a seus empregados. Mas os aplausos e os vivas a Getúlio do público das áreas populares do hipódromo silenciaram as vaias.

Na manhã de segunda-feira, Lutero, o filho mais velho de Getúlio, foi ao Palácio do Catete para levar um abraço e dar uma força ao pai. Na conversa Getúlio perguntou a Lutero se se lembrava de uma conversa que tinham tido nos primeiros meses de 1945, sobre a possibilidade de um golpe para a derrubada de seu primeiro governo.

— Pois é — disse Getúlio. — Vai acontecer de novo...

O aumento de 100% do salário mínimo, que começaria a ser pago na semana seguinte, incomodava muito os que tinham vaiado Getúlio, mas não precipitaria o Brasil no abismo previsto pelos

economistas e palpiteiros também incomodados: apesar da crise daquele agosto, a economia industrial brasileira cresceria 12% em 1954, arrastaria com ela o crescimento e o PIB dos outros setores da economia do país. E os que reclamavam do novo salário mínimo ganhariam bom dinheiro com o ritmo e a arrancada do desenvolvimento do país naquele momento.

Getúlio sabia que não era só o salário mínimo. No domingo da vaia, a Petrobrás deixara de ser uma empresa de papel, uma ficção jurídica, e assumira o controle efetivo de todas as reservas de petróleo do Brasil, de todos os navios da Frota Nacional de Petroleiros, da Refinaria de Mataripe, já em funcionamento, da Refinaria de Cubatão, já em construção, e de todos os outros ativos do setor estatal da indústria petrolífera brasileira.

Três dias depois, na madrugada de 5 de agosto, quinta-feira, é que aconteceu o atentado contra Carlos Lacerda na Rua Tonelero, em Copacabana, no qual morreu o major da Aeronáutica Rubem Florentino Vaz. O atentado precipitou a crise final do segundo governo Vargas, mas três dias antes Getúlio já sabia do golpe iminente contra ele, um golpe civil-militar que já estava decidido e só aguardava a melhor oportunidade para ser posto em movimento. A melhor oportunidade ou viria por acaso ou seria construída.

Derrotado o impeachment, faltava um acontecimento traumático que mobilizasse a opinião militar. Faltava, por exemplo, um cadáver militar.

— Em 5 de agosto — dirá Tancredo Neves, Ministro da Justiça de Getúlio — a crise deixou de ser uma crise política e passou a ser uma crise militar. Aí, realmente, nós encontramos algumas semelhanças com todos os projetos que a CIA adotou na América do Sul, em face de governos que ela desejava combater.

— Você vê: no Chile foi o assassinato do Schneider, [General René Schneider, Comandante do Exército], que antecedeu a queda

do Allende [o Presidente Salvador Allende]. Aqui no Brasil pegaram o major Vaz. Quer dizer, houve realmente assim uma certa... Era preciso juntar ao quadro o ingrediente emocional. E o ingrediente emocional só se atinge com um cadáver. Então foi o major Vaz, lamentavelmente, quem teve de dar essa contribuição.

Tancredo acompanha, como Ministro da Justiça de Getúlio, as primeiras diligências e as providências iniciais do inquérito policial, mas logo percebe — como diria depois — que forças poderosas se organizavam para levar ao banco dos réus não apenas os pistoleiros e eventuais mandantes, mas o próprio Presidente.

A mídia se mobiliza contra Getúlio, Carlos Lacerda fala contra ele toda noite pelas duas únicas TVs em funcionamento no Brasil, uma no Rio e a outra em São Paulo, ambas de propriedade de Assis Chateaubriand — um monopólio privado absoluto. A onda avança, manifestos militares exigem a renúncia de Getúlio e no auge da crise o preço da chantagem é anunciado sem meias palavras.

Assis Chateaubriand, que comanda o linchamento midiático de Getúlio, tem um encontro com o General Mozart Dornelles, sub-chefe do Gabinete Militar da Presidência da República, de quem era amigo pessoal desde a Revolução de 30, quando se conheceram, Mozart combatente e Chateaubriand jornalista. É Mozart que procura Chateaubriand, sem Getúlio saber, e pergunta porque tanto rancor, tanto ódio na campanha das televisões, das rádios e jornais fortíssimos da rede dos “Associados” de Chateaubriand em todos os Estados e de sua revista ilustrada O Cruzeiro, que vende meio milhão de exemplares por semana.

Chateaubriand não faz cerimônia, faz seu preço:

— Mozart, eu sou o maior admirador do Presidente, eu adoro o Presidente. À hora que ele quiser, eu tiro o Carlos Lacerda da televisão e entrego para quem ele quiser... É só ele desistir da Petrobrás.

O General, chocado com a crueza da proposta, volta para o Palácio do Catete, sede da Presidência da República, onde encontra o Ministro da Justiça Tancredo Neves, conta o episódio e pede uma opinião: deve contar ou não a Getúlio sobre a proposta de Chateaubriand?

— Acho que você deve contar — responde Tancredo. — O Presidente precisa saber disso. Mas nós dois sabemos de uma coisa: o Presidente morre mas não desiste da Petrobrás.

Dias depois, o suicídio de Getúlio virou o jogo e não só assegurou a sobrevivência e o futuro da Petrobrás como impediu uma guerra civil que estouraria a qualquer momento e sacrificaria a vida de muitos brasileiros. O suicídio garantiu ainda a eleição presidencial de 1955 e a candidatura, a vitória, a posse e o governo do Presidente Juscelino Kubitschek e também adiou por dez anos o golpe de 1964.



O VICE CAFÉ FILHO NÃO OUSA MEXER NA PETROBRÁS

O suicídio de Getúlio Vargas, na manhã de 24 de agosto de 1954, pode ter parecido a muitos que abriria caminho para a extinção ou a privatização da Petrobrás. Logo um emissário do governo dos Estados Unidos chegaria ao Brasil para fazer sondagens sobre essa possibilidade, mas saiu decepcionado. O Brasil continuava mobilizado pela palavra de ordem “O Petróleo é Nosso!” e levaria mais de quarenta anos para ser envolvido e golpeado pelo oposto disso, a impostura de “O Petróleo é Vosso!”

O Vice-Presidente Café Filho, que assumiu o governo na manhã de 24 de agosto, estava metido até o pescoço na conspiração contra Getúlio, uma conspiração contra a Petrobrás e contra as outras realizações dos dois governos Vargas.

Desde as sete horas da manhã de 24 de agosto de 1954, como conta em suas memórias, Café Filho dormia sob o efeito de sedativos e medicamentos redutores da pressão arterial, em casa de seu amigo e médico Raimundo de Brito, quando chegou a notícia do suicídio de Getúlio. Foram chamá-lo:

— Acordei meio tonto — diria ele em suas memórias — ainda sob a ação dos remédios, com meu médico e meu secretário particular à cabeceira. Diziam que a situação, ao que parecia, se agravava. Havia, mesmo, certos boatos estranhos. Justificavam a iniciativa de despertar-me, informando que várias pessoas desejavam falar-me sem demora. Continuou nesse tom a conversa, enquanto eu trocava de roupa. Começava a desconfiar de que tinham algo muito grave a comunicar-me, mas não pretendiam fazê-lo de uma vez...

Inopinadamente — acrescentava — “irrompeu no quarto, chorando, o General Pinto Aleixo, senador pela Bahia”:

— Café, nunca imaginei que você chegasse à Presidência da República em condições tão trágicas!

Só então Café Filho soube do suicídio e que o General Caiado de Castro, Chefe do Gabinete Militar, aguardava ao telefone, para fazer a comunicação oficial da morte de Getúlio.

— Urgia — diz Café sobre suas primeiras reações — dominar a situação e avocar o comando dos acontecimentos. Já não podia parar. Não era mais simples espectador. Tinha, agora, obrigações a cumprir.

Só então Café foi informado da Carta Testamento e daquilo que vinha sendo chamado de “o bilhete” — um papel encontrado no gabinete reservado de Getúlio, na noite de 15 de agosto, com a frase: “À sanha dos meus inimigos, deixo o legado de minha morte...”

— Soube que essas palavras estavam sendo irradiadas a cada instante e compreendi logo o perigo que encerravam, como fonte de excitação subversiva e como estímulo a represálias por parte de algumas camadas do povo, nem sempre devidamente esclarecidas e geralmente levadas a se deixarem levar pela simplicidade espontânea e pura dos sentimentos. Procurei neutralizá-las através de uma nota oficial redigida em linguagem adequada ao momento.

Nota para a qual, em sua primeira decisão como Presidente, Café Filho pediu ampla divulgação e que “fosse lida repetidamente nas emissoras com que pudesse contar o governo que nascia”.

— Deste modo — disse Café Filho nas memórias — travou-se nos microfones a singular batalha entre o bilhete de Getúlio e a pequena proclamação do novo Presidente, num dia em que todo o Brasil estava ao pé do rádio.

Na nota anunciada em seu nome, Café Filho dizia não haver palavras que pudessem descrever sua emoção e que a notícia do gesto “de desespero” do Presidente da República atingia-o como um raio. Dizia também que o Brasil devia pôr de lado quaisquer sentimentos políticos ou pessoais, para prestar a Getúlio as homenagens póstumas de que era credor. E concluía com um aceno que era ao mesmo tempo um apelo:

— Dirigindo, neste momento penoso, as primeiras palavras à Nação, faço-o com a alma suspensa. Antes de quaisquer outras manifestações de minha parte, quero desde logo assumir o compromisso de empenhar todas as minhas forças para dar aos humildes a proteção que foi sempre a preocupação máxima do Presidente Getúlio Vargas.

O próprio Café afirmaria, nas memórias, sobre sua nota:

— Tratava-se, como se vê, de uma exortação tranquilizadora, destinada a arrefecer os ânimos excitados pelo bilhete e conjurar

quaisquer explorações sobre os propósitos do novo governo, confirmados depois na manutenção do salário mínimo e da legislação trabalhista...

GETÚLIO MORTO SALVA A PETROBRÁS

Meia hora apenas, depois de morrer, Getúlio conseguia que seu sucessor, um antigo sindicalista de classe média recém-convertido ao pensamento conservador, se comprometesse com a defesa da legislação trabalhista e com a manutenção do salário mínimo — isto é, com o salário mínimo majorado em 100% que começara a ser pago nesse mesmo mês de agosto! Além de evitar a guerra civil e resgatar sua honra, o Presidente morto começava a produzir outros ganhos.

À noite, afinal, Café Filho recebeu o General Juarez Távora, o maior líder militar da conspiração contra Getúlio, que aceitou assumir a chefia da Casa Militar da Presidência.

— Naquela primeira conversa — diria Café em suas memórias — adiantei ao General a minha intenção de não promover devassas contra o governo do Presidente morto. Preferia a norma de encaminhar à Justiça os fatos apurados, por vias regulares, quanto à má aplicação dos dinheiros públicos, não só na administração de Vargas, mas também na minha.

A perigosa ingenuidade de Juarez Távora não causou os estragos de uma devassa, para os quais Café Filho estava advertido, mas levou-o à escolha do General Henrique Baptista Duffles Teixeira Lott para o Ministério da Guerra, em substituição a Zenóbio da Costa, dois dias depois.

Para os grupos anti-Vargas civis e militares, que pretendiam perpetuar-se no poder e, a longo prazo, desfazer o que Café Filho cautelosamente prometia preservar, era fundamental evitar que as



Corpo de Getúlio velado por milhares de pessoas, entre as quais se vê Juscelino Kubitschek e João Goulart.

eleições de outubro de 1954 e outubro de 1955 resultassem na vitória de candidatos identificados com Getúlio — e para isso eles já cogitavam do adiamento dessas eleições. Lott não concordou com o cancelamento das eleições e, por isso, mudou a história do Brasil.

O primeiro ato de Café Filho como Presidente da República, ao ser informado da morte de Getúlio, fora a nota oficial em que se comprometia a dar prosseguimento à luta em favor dos trabalhadores e dos humildes. Isso significava, na prática, que Café, intimidado pelo clima de opinião pública resultante do suicídio de Getúlio, decidira descontentar as forças conservadoras que o vinham apoiando como uma boa alternativa ao Presidente morto, e manter a decisão deste, de aumentar em 100% o salário mínimo — uma das principais razões, aliás, da feroz campanha contra ele.

Até o Ministro da Fazenda escolhido por Café Filho, Eugênio Gudin, o Papa do pensamento econômico conservador e reacionário no Brasil, teve de engolir essa decisão. Os grupos que tinham apoiado mais entusiasticamente a campanha de Carlos Lacerda, os promotores da vaia a Getúlio no Jockey Club e até os mais exaltados entre os oficiais da FAB ligados a Carlos Lacerda tiveram de engolir, junto com Carlos Lacerda e o professor Eugênio Gudin, essa capitulação inicial de Café Filho.

Assim como não houve condições políticas para revogar o aumento de 100% do salário mínimo e para o cancelamento das eleições de 1954 e de 1955, o governo Café Filho também não teve condições de atender às expectativas existentes dentro e fora do Brasil em relação à Petrobrás.

Com a Petrobrás e as eleições aconteceu a mesma coisa que com o salário mínimo aumentado em 100%: a morte de Getúlio tornou-os intocáveis. Isso foi entendido por Café Filho, mas não pelos grupos mais empenhados em colher os resultados que esperavam do fim do governo Vargas.

Setenta e duas horas, apenas, depois do suicídio, o Wall Street Journal, o jornal dos grandes grupos financeiros norte-americanos, declarava em sua edição de 27 de agosto:

— Funcionários americanos predizem que Café Filho pode eventualmente abrir a possibilidade de investimentos de interesses estrangeiros nas indústrias do petróleo e da energia elétrica no Brasil.

Os investimentos estrangeiros em energia elétrica não estavam proibidos no Brasil. Na indústria do petróleo, o monopólio cobria apenas a pesquisa, a extração e o refino. Grupos estrangeiros operavam livremente e continuariam a operar na distribuição e no varejo de derivados; e por alguns anos ainda operariam também na importação de petróleo.

O EMISSÁRIO AMERICANO

Mais alguns dias e, a 8 de setembro, chegava ao Rio o Subsecretário de Estado dos Estados Unidos, Henry Holland, que, naturalmente, vinha sondar a nova situação política. Na época, o New York Times era mais um jornal grande que um grande jornal e escreveu:

— A chegada ao Rio de Henry Holland não poderia ser mais oportuna. O Brasil tem que corrigir a política verdadeiramente desastrosa do extinto Presidente Vargas quanto ao comércio e ao trabalho. A pedra de toque é o petróleo. Não é nenhum exagero dizer que, se o Brasil modificar sua política nacionalista para o fomento de seus recursos petrolíferos jacentes, sua economia poderá transformar-se.

Muita gente nos Estados Unidos achava que as coisas podiam mudar radicalmente, do dia para a noite, no Brasil. O New York Times já sabia um pouco mais:

— Dificilmente poderia o novo governo do sr. Café Filho mudar abruptamente de política num momento de fermentação nacionalista e tensão interna, mas pode-se ter esperança para o futuro.

Na mesma linha e no mesmo dia, o Financial Times, de Londres, escrevia:

— É evidente que se o atual governo do sr. Café Filho conseguir fazer prevalecer seus pontos de vista, o Brasil abrirá suas portas ao capital estrangeiro, mesmo para a exploração do petróleo. Mas parece também que a pressão americana no caso do petróleo aumentou.

Uma das primeiras decisões de Café Filho, ao assumir o governo, pode ter estimulado essas expectativas e até o aumento da pressão norte-americana: a escolha do General Juarez Távora, na noite de 24 de agosto, para a chefia do Gabinete Militar da Presidência.

Juarez fora um dos conspiradores mais ativos da campanha final contra Getúlio. Em anos anteriores liderara, no Clube Militar, a corrente contrária à solução nacionalista para o petróleo no Brasil.

Nessa época o Presidente da República era o General Eurico Dutra, que no primeiro governo Vargas fora acusado de inclinações pró-nazistas, e agora chefiava um governo irrestritamente alinhado com as pretensões norte-americanas. Dutra mandara ao Congresso o projeto de um Estatuto do Petróleo tão favorável aos capitais estrangeiros que suscitara um grande debate em todo o país.

Esse debate chegou ao Clube Militar, onde as teses nacionalistas e a oposição ao Estatuto do Petróleo foram assumidas por um grupo sob a liderança do General Júlio Caetano Horta Barbosa, primeiro presidente do Conselho Nacional do Petróleo, criado por Getúlio em 1938. O grupo favorável aos capitais estrangeiros foi conduzido por Juarez, por não acreditar que o Brasil tivesse recursos e competência para explorar seu petróleo.

AS ESPERANÇAS DESPERTADAS POR JUAREZ

Seis anos depois desse debate, a chegada de Juarez ao primeiro escalão do novo governo despertou nos círculos financeiros dos Estados Unidos e da Inglaterra a expectativa de que, em face da suposta vitória militar contra Getúlio, ele pudesse conduzir Café Filho a revogar o monopólio confiado à Petrobrás.

Café, que chegava muito fraco ao governo, conferiu grandes poderes a Juarez, o que pode ter aumentado ainda mais essas expectativas. Café decidira extinguir ou fora convencido a extinguir a assessoria econômica instalada por Getúlio no Palácio do Catete e responsável pelos projetos da Petrobrás, da Eletrobrás, do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, do Banco do Nordeste e do Plano do Carvão Nacional.

— Expliquei a Juarez — diria Café em suas memórias — que, em vez de manter as assessorias criadas por Getúlio no Catete, pretendia ampliar as funções das Casas Civil e Militar, alargando as suas atribuições, no sentido de uma cooperação mais acentuada com o Presidente, no âmbito da administração central do país.

— Obtendo resposta favorável ao convite, recomendei a Juarez que escolhesse seus auxiliares tendo em vista que vários órgãos federais antes subordinados diretamente ao Presidente da República, teriam, agora, sua orientação confiada a ele e sua equipe. Entre esses órgãos estava a Petrobrás. Entre as novas atribuições do Gabinete Militar, figurava o conjunto da política do petróleo.

Café Filho não esclareceu, nas memórias, se desde logo confiou a Juarez sua decisão de conduzir a política do petróleo da mesma forma que decidira conduzir a questão das eleições e a das leis trabalhistas e do salário mínimo: não contrariar a orientação que Getúlio seguira ou seguiria.

O que Café Filho disse sobre o petróleo em suas memórias foi o seguinte:

— Relativamente ao concurso do capital estrangeiro, ocorreu-me, na Presidência da República, uma experiência diversa da do Presidente Getúlio Vargas. Não recebi manifestações de desinteresse. De recusas não posso falar, porquanto não considerei jamais a hipótese de atrair aquele capital e adaptá-lo à disciplina da lei que criara a Petrobrás.

— Mas um dia o Presidente de uma companhia estrangeira, não me recordo bem se da Standard ou da Atlantic, de passagem pelo Rio, visitou-me no Catete, onde me fez a seguinte declaração: “Se o Brasil modificar sua política petrolífera, nós nos interessaremos imediatamente em fazer inversões aqui, na prospecção de petróleo.”

— Respondi-lhe que o meu governo não pretendia promover a revisão da lei que criara a Petrobrás, não só porque esta tivera recentemente em seu favor a maioria dos votos no Congresso Nacional, mas também porque estava numa fase de experiência inicial, antes de cujo término não seria lícito proclamar o seu bom ou mau êxito.

— Pessoalmente favorável ao concurso do capital estrangeiro, especialmente na prospecção, não podia, entretanto, procurar impor o meu ponto de vista pela circunstância de estar na Presidência da República. Sabia do empenho de grupos externos, de participar do desenvolvimento econômico do Brasil...

Café Filho, com sua longa experiência na vida política, acreditaria mesmo nisso, que os grupos externos estavam generosamente interessados em ajudar o desenvolvimento econômico do Brasil? Ele disse mais, nas memórias, que logo ao assumir o governo, irromperam debates em que se admitia a reforma da legislação petrolífera:

— Achei, no entanto, que devia tomar posição contrária à tese revisionista. A Petrobrás ainda não fora submetida a teste suficiente... O tema era por natureza divisionista e meu empenho era suprimir atritos e promover a normalização da vida nacional... O General Juarez Távora entendia ... que se devia prestigiar a solução já adotada em lei.

Na verdade Café Filho não ousara mexer na Petrobrás em seguida à morte de Getúlio.

UM PARECER DO ESTADO-MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS

Se os grandes grupos petrolíferos internacionais esperavam uma ação decidida do General Juarez, devem ter sofrido uma enorme decepção. Ainda que quisesse, Juarez não teria apoio militar

para isso. Já a 4 de novembro de 1954, Café Filho recebeu um parecer do Estado Maior das Forças Armadas, encaminhado por seu novo Chefe, o General Canrobert Pereira da Costa, “considerando inoportuna, naquele momento, uma alteração no monopólio estatal da exploração do petróleo...”

Canrobert fora um dos líderes do golpe contra Getúlio, mas não aceitava, como a maioria dos militares, que se mexesse na Petrobrás.

— Opinaram os militares — disse Café Filho em suas memórias — que, “pelo menos no campo da refinação e dos transportes, os recursos nacionais, devidamente mobilizados, poderiam concorrer, substancialmente, para atenuar as despesas em divisas estrangeiras, necessárias à obtenção do petróleo e seus derivados, cujo consumo crescente decorre do próprio desenvolvimento da economia nacional”, salientando ainda a perspectiva de abertura, na América do Sul, de fontes de importação de óleo bruto, e o aumento previsto, em número e produção, para as destilarias nacionais.

É possível que o parecer do EMFA tenha sido elaborado a pedido do próprio Café. Ao mencioná-lo pela primeira vez, ele diz que “obteve um ofício do Estado Maior etc. etc.” Mesmo antes desse parecer, ele sabia que não podia mexer na Petrobrás por causa do suicídio de Getúlio. Pela mesma razão, ele não mexera no salário mínimo e não ousara adiar nem a eleição de 1954, nem a de 1955.

“ Juscelino fora eleito como candidato identificado com Getúlio – e sofrera, por isso, pressões, vetos e tentativas de golpe de toda ordem. Não poderia, sem pagar altíssimo preço político, ceder a argumentos e pressões contra a Petrobrás. ”



18

A PETROBRÁS NOS ANOS JK

Não conseguindo cancelar nem adiar as eleições de 1954 e de 1955, o governo Café Filho tentou de todas as maneiras impedir a candidatura e em seguida a eleição e a posse do candidato identificado com Getúlio, o Governador Juscelino Kubitschek, de Minas Gerais.

A todas as ações de intimidação para que desistisse, Juscelino resistiu com algum apoio da mídia e muito apoio político e popular. Às tentativas de impedir sua posse, resistiu também com muito apoio político e popular, mas principalmente com bom apoio militar, do então Ministro da Guerra, General Henrique Teixeira Lott, sustentado por um bom esquema nos comandos do Exército.

Lott fora indicado para o cargo de Ministro da Guerra, logo nos primeiros dias do governo Café Filho, pelo General Juarez Távora, um dos líderes militares da conspiração contra Getúlio, por ser o

número um no chamado almanaque do Exército, que classificava os oficiais de todas as patentes por ordem de importância, de acordo com critérios como antiguidade, cursos e classificação nestes, condecorações, postos ocupados e missões cumpridas.

Oficial sempre legalista e considerado “caxias”, no jargão da caserna, pelo rigor na observância dos regulamentos e da disciplina, Lott sentiu-se usado quando percebeu que o governo Café Filho se envolvia em nova conspiração, agora contra Juscelino. Lott se opôs e, com um contragolpe em novembro de 1955, garantiu a posse do Presidente eleito.

Em fevereiro de 1956, recém-empossado na Presidência da República como sucessor de Café Filho e herdeiro de Getúlio, Juscelino teve uma primeira reunião com Lucas Lopes, por ele nomeado Presidente do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, mas, além e acima disso, coordenador do Programa de Metas do governo, o que fazia dele, cumulativamente, uma espécie de Ministro de fato do Planejamento.

Juscelino, com a exuberância habitual, elogiou muito o Programa de Metas que Lucas Lopes apresentara, considerando-o sensacional, genial... Mas fez uma ressalva:

— Lucas — disse Juscelino — não vamos privatizar a Petrobrás. Isso você esqueça. Fui eleito como herdeiro do Dr. Getúlio. Se eu tentar mexer na Petrobrás estou no chão. Não tenho condições políticas para isso.

Juscelino fora eleito como candidato identificado com Getúlio — e sofrera, por isso, pressões, vetos e tentativas de golpe de toda ordem. Não poderia, sem pagar altíssimo preço político, ceder a argumentos e pressões contra a Petrobrás. Com o extraordinário instinto político que lhe permitira vencer tantos obstáculos no caminho para a Presidência, e que lhe permitiria completar nela seus cinco anos de mandato, vencendo duas rebeliões militares e uma

permanente conspiração golpista, Juscelino deve ter considerado com alívio que Getúlio deixara resolvida a questão da Petrobrás, para que ele, como sucessor, pudesse entregar-se por inteiro à realização, em plano nacional, daquilo que começara em Minas e que o convertera em candidato natural a Presidente da República: um grande programa de energia e transportes como alavanca de um visionário projeto de desenvolvimento da economia brasileira.

Do Plano de Juscelino constava a meta de elevar a produção de petróleo bruto de apenas 6.800 para nada menos que 100 mil barris diários até o fim de seu governo.

Juscelino, além disso, assumiu a Presidência tendo diante de si as perspectivas abertas pela recente entrada em funcionamento da Refinaria de Cubatão, no litoral de São Paulo, construída quase toda no segundo governo Vargas e inaugurada em abril de 1955 no governo Café Filho. A decisão de construí-la, recomendada pelo Conselho Nacional do Petróleo, vinha de 1949, no governo do General Eurico Dutra, na linha da prioridade para o refino que Getúlio adotara em seu primeiro governo.

A refinaria começou a operar processando 45 mil barris por dia e atenderia a nada menos que 50% da demanda do país. Isso liberaria o governo de grandes gastos com a importação de derivados e daria grande impulso ao crescimento acelerado da economia do país e a uma das prioridades do plano de metas aprovado por Juscelino, o desenvolvimento da indústria automobilística.

Desde agosto de 1954 a Petrobrás operava os campos de petróleo antes a cargo do Conselho Nacional do Petróleo e em seu relatório de 1955 registrava que a produção de petróleo na Bahia mais que dobrara, dando para suprir com folga a refinaria de Mataripe, que já processava cinco mil barris diários.

A Petrobrás avançava também com sua organização interna. No fundamental setor de pesquisa, a preocupação era organizar um

departamento de padrão técnico equivalente ao das maiores empresas do mundo. Com vistas a esse padrão, a diretoria da Petrobrás ainda em 1954 contratara por cinco anos os serviços do geólogo norte-americano Walter Link, que acabava de se aposentar como geólogo-chefe da Standard Oil de Nova Jersey.

LINK E O CAMPO DE NOVA OLINDA

Passado algum tempo, os serviços de Link à Petrobrás passaram a ser discutidos, perguntando-se se ele de fato era leal a ela ou se no fundo e secretamente continuava a serviço da Standard Oil norte-americana. As desconfianças começaram a partir de divergências com as expectativas da diretoria da Petrobrás, presidida pelo coronel Janary Gentil Nunes desde os primeiros dias do governo JK.

Janary, nascido na cidade de Alenquer, no Pará, foi o primeiro governador nomeado para o Território Federal do Amapá, destacado do território paraense em 1943, logo depois da entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial contra a Alemanha de Hitler.

Juntamente com o do Amapá, na fronteira norte do Brasil, foram criados também, todos em regiões de fronteira, os territórios federais do Iguazu, depois reincorporado ao Paraná; o de Ponta Porã, no atual estado do Mato Grosso do Sul; o de Rio Branco, atual estado de Roraima; e o de Guaporé, que deu origem ao estado de Rondônia. Em 1942, também por causa da guerra, tinha sido criado o Território de Fernando de Noronha, destacado de Pernambuco. Antes já existia o Território do Acre, criado em 1904.

A criação dos novos territórios destinava-se a proteger essas fronteiras, militarmente e economicamente, de qualquer possível intercorrência da guerra e Janary, depois da guerra, continuou no governo do Amapá. Essa longa experiência identificou-o profundamente com os problemas da Amazônia e no início de 1956, Jus-

celino, eleito Presidente da República em outubro de 1955, escolheu-o para a presidência da Petrobrás.

Por sugestão de Tancredo Neves, um de seus mais próximos conselheiros políticos, Juscelino decidira entregar a Presidência da Petrobrás a um militar, de modo a tranquilizar o conjunto das Forças Armadas quanto à condução da empresa: ela não seria instrumento de interesses políticos nem estaria vulnerável a pressões que a desviassem de suas finalidades estratégicas e de suas responsabilidades com a segurança nacional.

Janary era um homem do Exército, que na Segunda Guerra Mundial fora responsável por uma importante região de fronteira, e era também um homem da Amazônia, onde em 1955 se descobrira uma potencial e possivelmente grande reserva de petróleo.

Ao longo do governo JK e da gestão do coronel Janary Nunes na Petrobrás, essa possível grande reserva, situada em Nova Olinda, no Amazonas, um distrito do município de Itacoatiara a pouco mais de cem quilômetros de Manaus, tornou mágico o nome desse lugar assim que a notícia dessa descoberta espalhou-se por todos os jornais, no Brasil inteiro.

Recentemente a revista *Cenarium*, de Manaus, que se apresenta como uma publicação “da Amazônia para o mundo”, reviveu aqueles dias da magia de Nova Olinda com uma reportagem de Náferson Cruz, que reconstitui o momento da descoberta, as emoções que ele despertou e como as expectativas cresceram e depois foram frustradas.

— Era madrugada de 13 de maio de 1955 — diz Náferson — quando centenas de operários do poço petrolífero NO-3 da Petrobrás, no município de Nova Olinda do Norte, situado à margem direita do Rio Madeira, foram às lágrimas e emoção. Sobre eles caíram gotas do ‘ouro negro’ que jorrava a 45 metros de altura durante 15 minutos, segundo relatos dos moradores mais antigos.

— Diante do feito histórico, dois mil trabalhadores extasiados - segundo Náferson — cantaram o Hino Nacional.

Logo Nova Olinda foi elevada à categoria de município e recebeu a visita de Café Filho, ainda Presidente, e depois de Juscelino, cujo terno claro chegou a ser molhado (e fotografado) pelo “petróleo que veio à flor da terra”.

— Após a repercussão — prossegue a reportagem — a cidade entrou num ciclo de prosperidade com a construção de hospital, maternidade, escolas, acesso à água potável e energia elétrica. Abundância inimaginável para os ribeirinhos da pequena Nova Olinda, que, até então, tinham uma vida pacata [de] roçado, plantio e pesca. Hoje, a maioria dos 45 mil moradores do município desconhece tal feito histórico, que repercutiu no mundo inteiro [como] a grande descoberta do maior lençol petrolífero do Brasil.

Depois as grandes expectativas não se confirmaram e até o nome de Nova Olinda desapareceu do noticiário e da memória dos milhões de brasileiros que um dia sonharam com ele.

— Segundo relatos nos jornais — concluía esse trecho da reportagem — o petróleo voltou a subir pelas sondas, mas os poços não foram desenvolvidos porque um geólogo americano, Walter Link, contratado pela Petrobrás, alegou que o hidrocarboneto da região não tinha valor comercial e determinou o fechamento dos poços. Não compensaria o investimento. E com isso os poços foram lacrados.

LINK E A AMAZÔNIA

No início das operações da Petrobrás, em 1954, o Brasil já dispunha de alguns engenheiros, geólogos e outros técnicos de nível superior com alguma experiência na pesquisa e prospecção de petróleo, experiência herdada sobretudo das atividades do Conselho

Nacional do Petróleo, criado em 1938, no primeiro governo Vargas. Mas era necessário contar com técnicos de experiência maior e o primeiro Presidente da Petrobrás, Juracy Magalhães, contratou Link, geólogo de grande reputação, que acabava de se aposentar como geólogo-chefe da Standard Oil de Nova Jersey.

Juracy, um dos jovens líderes militares (“tenentes”) da Revolução de 1930, foi Interventor na Bahia no início do primeiro governo Vargas e depois governador eleito. Em 1937 opôs-se à decretação do Estado Novo e deixou o governo da Bahia, afastou-se de Getúlio e voltou às fileiras do Exército.

Em 1945 foi um dos fundadores da UDN, a União Democrática Nacional, de oposição a Getúlio, e apoiou a candidatura presidencial do Brigadeiro Eduardo Gomes, que foi derrotado pelo General Eurico Dutra, apoiado por Getúlio. Em 1950, foi inicialmente contra nova candidatura presidencial do Brigadeiro, que dessa vez tinha como adversário o próprio Getúlio e foi derrotado por este.

Apesar de adversários nessas duas eleições, Getúlio convidou-o para participar de seu segundo governo e Juracy foi de início presidente da Companhia Vale do Rio Doce e depois Adido Militar nos Estados Unidos. Em maio de 1954, Getúlio confiou-lhe a presidência da Petrobrás, criada em 1953 e instalada naquele momento.

Com esse convite a Juracy para a Petrobrás, assim como antes convidara outros integrantes da UDN para outros cargos, Getúlio pretendia neutralizar os ímpetos golpistas que se avolumavam nesse partido. Da UDN participara do primeiro ministério de Getúlio o udenista de Pernambuco João Cleofas, nomeado Ministro da Agricultura. Do segundo Ministério, nomeado em meados de 1953, era originário da UDN o Ministro mais importante, o da Fazenda, Oswaldo Aranha, companheiro de juventude de Getúlio e seu principal parceiro na Revolução de 1930.

Em meados de 1954, pouco depois da investidura de Juracy na presidência da Petrobrás, uma convenção nacional da UDN foi arrebataada pela palavra incendiária de Carlos Lacerda e decidiu por maioria que a partir dali a prioridade do partido seria a derrubada do governo de Getúlio. Isso só não atingiu nem perturbou a instalação da Petrobrás porque Juracy estava em sua presidência e também porque boa parte das bancadas da UDN na Câmara e no Senado tinham apoiado e até patrocinado a cláusula do monopólio estatal do petróleo na votação da Lei 2.004.

Já o fato de Juracy ter sido adido militar nos Estados Unidos foi importante para facilitar-lhe um bom acervo de informação sobre as reações do novo governo norte-americano, empossado no início do ano e presidido pelo General Dwight D. Eisenhower, um governo extremamente conservador e ostensivamente hostil a projetos estatais de desenvolvimento na América Latina, como o da Petrobrás.

A contratação de um geólogo como Walter Link, de nacionalidade norte-americana e ligado ao grupo Standard Oil, pretendia ser tranquilizadora para o governo, mas em contrapartida despertou no Brasil e na própria Petrobrás a suspeita de que ele pudesse sabotar projetos desta.

Contratado, Link trouxe com ele alguns especialistas com experiência internacional e em 1955 assumiu as funções de chefe de operações da Petrobrás. Já em 1956, porém, na gestão de Janary Nunes, entrou em conflito com este, ao defender uma política de cautela em relação à região amazônica.

Segundo ele, áreas da Bahia e Sergipe deveriam ser prioritárias e as da Amazônia ofereceriam dificuldade que poderiam criar riscos para a Petrobrás, caso esta não agisse com cuidado. Janary era favorável à exploração de áreas como Nova Olinda, onde acreditava existir um verdadeiro mar de petróleo, enquanto Link acreditava que essa opção exigiria investimentos que poderiam comprometer a própria estabilidade financeira da Petrobrás. Link resumia

sua posição insistindo na prioridade para setores de rentabilidade, onde o óleo já tivesse sido descoberto com possibilidades comerciais confirmadas.

O RELATÓRIO LINK

Nos anos finais do governo JK, as teses de Link eram objeto de discussão pública e apaixonada.

No início de 1960, esse debate subiu de tom quando o general Tácito de Freitas publicou o livro *Petróleo* apesar de Mr. Link, no qual acusava Link de ter sabotado o poço de Nova Olinda, na Amazônia, por defender interesses das empresas estrangeiras no setor.

Em dezembro desse ano, com seu contrato de cinco anos com a Petrobrás chegando ao fim, Link viajou para os Estados Unidos e no embarque deu uma entrevista coletiva na qual reafirmou as conclusões do relatório que tinha apresentado à diretoria da empresa em agosto.

O relatório, resultado de estudos de 14 geólogos, dos quais seis brasileiros e oito estrangeiros, sugeria a suspensão das pesquisas no Acre, na Amazônia, exceto no médio Amazonas, e no Sul do país.

Seu sucessor na chefia de operações da Petrobrás, o brasileiro Pedro Moura, qualificaria esse relatório de “verdadeiro balaço de ricochete nas aspirações nacionais ao abastecimento interno do petróleo”.

Na época, o debate e a controvérsia sobre o relatório Link concentravam-se na questão de Nova Olinda e da Amazônia. Com o tempo, porém, o que passou a interessar mais foi a sugestão de Link de que o Brasil poderia ter mais petróleo no fundo do mar que em terra firme — sugestão confirmada na Bacia de Campos na década de 1970, em consequência das crises mundiais do petróleo de 1973 e 1979, e na descoberta do Pré-Sal em 2006.

**“ – Se eu fizer isso,
Embaixador, se mexer
com a Petrobrás, esteja
certo que até as pedras
da rua se levantarão do
calçamento para se jogar
contra mim. ”**

Jânio Quadros



19

PETRÓLEO EM TROCA DE CAFÉ: O GOVERNO JÂNIO QUADROS

A Petrobrás e o petróleo estiveram entre os temas mais apaixonadamente discutidos na campanha presidencial de 1960, para a sucessão do Presidente JK. O candidato mais forte era Jânio Quadros, ex-Prefeito e ex-Governador de São Paulo. Mas sua candidatura, por uma coligação predominantemente oposicionista, era liderada pela UDN, na qual conviviam uma direção conservadora e um grupo minoritário muito progressista, a chamada Bossa Nova.

Jânio tentava mostrar-se insubmisso diante da UDN conservadora e equilibrar-se entre propostas moralistas de bom efeito eleitoral e afirmações nacionalistas e de apoio à Petrobrás. Mas era apontado pelos adversários como não confiável nessa questão. Seu principal adversário, o Marechal Henrique Teixeira Lott,

Ministro da Guerra de Juscelino depois de ter assegurado a eleição deste em 1955 e sua posse em janeiro de 1956, tornara-se o líder da corrente nacionalista do Exército e o maior símbolo da defesa da Petrobrás.

Com quase seis milhões de votos, resultado sem precedentes no Brasil, Jânio foi eleito em outubro de 1960, empossado em janeiro seguinte e logo deixou claro que precisaria do apoio das esquerdas para dar sustentabilidade à política externa independente que anunciou e que previa desde logo o restabelecimento de relações diplomáticas com a então União Soviética e o reconhecimento da China comunista.

Para dar de saída um sinal de que no caso da Petrobrás não faria qualquer concessão que a prejudicasse ou ameaçasse o monopólio estatal do petróleo, Jânio nomeou para sua presidência o engenheiro Geonísio Barroso e para a presidência do Conselho Nacional do Petróleo o professor Josafá Marinho, que tiveram sua indicação muito bem recebida pelas forças nacionalistas.

Outra iniciativa de Jânio que impressionou favoravelmente as esquerdas foi convencer Celso Furtado a permanecer na superintendência da Sudene, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, criada por Juscelino em razão de estudos conduzidos pelo próprio Celso e dirigida por ele desde sua instalação.

Na maioria conservadora da UDN e em outras forças conservadoras, a resistência à política externa de Jânio logo foi assumida por Carlos Lacerda, que tinha sido eleito governador do então Estado da Guanabara (a cidade do Rio de Janeiro, Capital da República antes da mudança para Brasília). Essa resistência aumentou depois que Jânio se opôs com firmeza e até veemência à tentativa de invasão de Cuba em abril, por exilados e mercenários desembarcados na Baía dos Porcos com financiamento e treinamento da CIA norte-americana.

Jânio não recuou e até avançou e provocou mais, praticamente mandando embora de seu gabinete o Embaixador dos Estados Unidos, John Moors Cabot, que tentava convencê-lo a permitir capitais estrangeiros na exploração do petróleo brasileiro.

Teatralmente e naturalmente pensando em fazer a notícia chegar aos jornais, Jânio interrompeu-o:

— Se eu fizer isso, Embaixador, se mexer com a Petrobrás, esteja certo que até as pedras da rua se levantarão do calçamento para se jogar contra mim.

Em contradição com atitudes como essas, Jânio permitira em abril uma reforma cambial que tinha dobrado o preço do dólar e, portanto, o dos derivados de petróleo importado, dos fretes rodoviários e de outros produtos dependentes de matéria-prima importada, como o pão de trigo. Essa política econômica, inspirada pelo Embaixador Roberto Campos, dificultava e em muitos casos impossibilitava o apoio da esquerda parlamentar a Jânio. E Jânio já tinha perdido o apoio das bancadas conservadoras no Congresso, especialmente o da UDN, embora nesta mantivesse o da Bossa Nova.

Jânio, aliás, pensava seriamente em mudar essa política econômica, demitindo o Ministro da Fazenda Clemente Mariani, dono do Banco da Bahia, e criando um Ministério do Planejamento para o qual convidaria Celso Furtado.

A CONDECORAÇÃO A CHE GUEVARA

Talvez para compensar essa política enquanto não pudesse mudá-la, Jânio ousou ainda mais e em agosto condecorou com a Grã-Cruz da Ordem do Cruzeiro do Sul, maior comenda brasileira, o Ministro das Indústrias de Cuba, Ernesto “Che” Guevara, que fez escala em Brasília de volta a Havana, depois de uma assembleia em Punta del Este, no Uruguai, do CIES, o Conselho Interameri-

cano Econômico e Social, convocada par discutir a Aliança para o Progresso, um projeto do Presidente John Kennedy, dos Estados Unidos, de pretendida cooperação econômica para o desenvolvimento da América Latina.

A condecoração a Guevara, que em Punta del Este combatera com ironia feroz as propostas americanas, levou ao paroxismo a campanha de Lacerda contra Jânio, agora convertida numa campanha para derrubar Jânio, promovendo seu impeachment. Como a condecoração a Guevara e o conjunto da política externa podiam não ser aceitas como motivo suficiente, Lacerda foi à TV na noite de 24 de agosto e acusou Jânio de lhe ter mandado ao encontro o Ministro da Justiça Oscar Pedroso Horta com a proposta de um golpe de Estado para fechar o Congresso.

Na manhã seguinte, 25 de agosto, Jânio renunciou, pensando, como escreveu o Washington Post, o jornal mais bem informado dos Estados Unidos, em voltar ao poder na onda de um movimento popular que teria como desfecho a convocação de uma Constituinte e nova eleição presidencial que o levaria de volta ao poder com poderes bem mais amplos.

Essa expectativa, se de fato existia, não se confirmou, e Jânio só voltou ao poder como Prefeito de São Paulo mais de vinte anos depois. No caso do petróleo e da Petrobrás, porém, ele deixou iniciadas com a União Soviética negociações promissoras que estimulavam o restabelecimento de relações diplomáticas com ela.

Essas relações tinham sido estabelecidas pela primeira vez em 1945, nos meses finais da Segunda Guerra Mundial, depois de um intervalo que vinha da tomada do poder pelos comunistas em 1917.

Antes o Brasil Império e o Brasil República relacionavam-se cordialmente com a Rússia czarista e não reconheceram a Rússia Soviética. Tal situação perdurou até a Segunda Guerra Mundial, quando a União Soviética foi invadida pela Alemanha de Hitler em

meados de 1941 e se tornou aliada dos países já em guerra com ela, como a Inglaterra e, em nome da França ocupada, os Franceses Livres de De Gaulle.

Em dezembro desse ano os Estados Unidos entraram também na guerra, atacados pelo Japão em Pearl Harbor, e se tornaram aliados da União Soviética. Em 1943 foi a vez do Brasil, que rompe relações com a Alemanha imediatamente depois do ataque aos Estados Unidos e foi atacado pelos submarinos nazistas por causa disso.

No início de 1945, com o fim da guerra próximo e o colapso da Alemanha garantido, o Presidente Roosevelt, dos Estados Unidos, liderava a organização da ONU e queria o Brasil como um de seus fundadores. Para isso era preciso o Brasil ter a aprovação da União Soviética, o que pressupunha o estabelecimento de relações diplomáticas com ela.

A pedido de Roosevelt, Getúlio fez isso e foi aceito na ONU sem oposição ou resistência. Mas Roosevelt morreu em abril e seu sucessor, o Vice Harry Truman assumiu a Presidência dos Estados Unidos com uma virada conservadora e belicista que acabou com a promissora coexistência pacífica que Roosevelt mantinha com a União Soviética.

A guerra na Europa terminou em maio, com a rendição da Alemanha. Em agosto, sem a menor necessidade, Truman determinou o ataque final ao Japão, que estava prestes a capitular incondicionalmente, com as bombas atômicas lançadas sobre Hiroshima e Nagasaki.

Como logo se percebeu, não foi para dobrar o Japão que esses ataques aconteceram, foi para intimidar a União Soviética, em primeiro lugar impedindo que ela invadisse o Japão, conseguisse a rendição dos japoneses e estendesse sua influência pelo Extremo Oriente; e, em segundo lugar, tentando inutilmente impedir que

ela levasse sua expansão aos países da Europa Oriental contíguos ou próximos a seu território.

A guerra fria logo alcançou a América Latina e em 1947 não convinha mais aos Estados Unidos que o Brasil mantivesse relações com a União Soviética. De imediato alguns incidentes menores e tolos precipitaram o rompimento.

PETRÓLEO EM TROCA DE CAFÉ, NÃO DE DÓLARES

Quase quinze anos depois, em 1961, essa era, no Brasil, uma questão discutida apaixonadamente. O Brasil precisava, com urgência, ampliar seu mercado externo. A União Soviética e os demais países do mundo comunista poderiam comprar café brasileiro — e o Brasil tinha enormes estoques excedentes, cujo armazenamento e manutenção custavam caríssimo. E poderiam vender petróleo ao Brasil nas condições mais vantajosas.

Jânio Quadros, em seus sete meses de governo, chegou a iniciar a negociação de um acordo pelo qual a União Soviética trocava seu petróleo por café brasileiro, sem que o Brasil tivesse de pagar esse petróleo em dólares, cada vez mais escassos em seu orçamento cambial e cada vez mais caros depois da reforma cambial desastrosamente autorizada por Jânio.

Apesar das vantagens indiscutíveis do restabelecimento das relações diplomáticas com a União Soviética e, ainda, do fato de que os Estados Unidos, campeões planetários do capitalismo e do anticomunismo, mantinham relações plenas, diplomáticas e comerciais, com ela e seus satélites, a decisão de reatar só aconteceu em novembro daquele ano de 1961, já no governo João Goulart, e foi recebida com protestos estridentes na Câmara e na imprensa, sobretudo por parte de parlamentares católicos ligados à Igreja mais conservadora, liderada pelo Cardeal-Arcebispo do Rio, D. Jaime Câmara, que era, na prática, politicamente, apenas um porta-voz bem manejado de Carlos Lacerda.



O GOVERNO JANGO

Em seguida à renúncia de Jânio, que fora eleito e assumiu o governo sem qualquer veto ou resistência, o seu Vice Jango, João Goulart, só chegou à Presidência depois de enfrentar dura batalha e fazer grandes concessões.

Depois que os ministros militares vetaram sua posse, Jango teve de concordar com uma emenda constitucional que estabelecia o modelo parlamentarista de governo, reduzindo consideravelmente seus poderes.

Como as Forças Armadas estavam divididas e Leonel Brizola, Governador do Rio Grande do Sul, mobilizava a opinião pública com a Campanha da Legalidade, a alternativa seria Jango assumir na crista de um movimento revolucionário armado — alternativa que ele não aceitou: a derramar sangue de brasileiros ele preferiria até renunciar ao mandato presidencial que lhe era conferido pela renúncia de Jânio.



A Refinaria Duque de Caxias (Reduc), no Rio de Janeiro, foi a primeira construída pela Petrobrás; a inauguração foi em 1961

Jango assumiu a Presidência a 7 de setembro de 1961 e dois dias depois, a 9 de setembro, a Petrobrás podia festejar mais um marco de sua desafiadora trajetória, com a entrada em operação de sua Refinaria Duque de Caxias, no município de mesmo nome, na Baixada Fluminense, no Estado do Rio.

Paralelamente ao desenvolvimento da prospecção e extração de óleo, que ainda não confirmara as expectativas despertadas pelo campo de Nova Olinda, na Amazônia, a Petrobrás dava prioridade à expansão de sua capacidade de refino, de acordo com a orientação adotada por Getúlio Vargas ainda em seu primeiro governo.

A capacidade de refino daria ao país a possibilidade de montar uma indústria petrolífera suficientemente avançada para sustentar uma política igualmente sustentável de desenvolvimento da

economia do país. Coerentemente com isso, a Reduc dava grande impulso à prioridade do refino com sua capacidade inicial de refinar 90 mil barris por dia, elevando a produção anual das refinarias da Petrobrás para mais de 60 milhões de barris.

O projeto da Reduc era anterior à própria criação da Petrobrás e vinha de 1952, no segundo governo Vargas, quando o Conselho Nacional do Petróleo tinha o encargo de conduzir toda a ação governamental no desenvolvimento de uma indústria petrolífera no Brasil.

Em abril desse ano, quando o Congresso discutia o projeto da Petrobrás que Getúlio tinha apresentado em dezembro anterior, o CNP aprovou o Plano de Localização de Refinarias de Petróleo, que incluía uma refinaria localizada na costa que fosse capaz de atender ao então Distrito Federal (a cidade do Rio de Janeiro), ao então Estado do Rio (o atual menos a cidade do Rio), ao Espírito Santo e parte de Minas Gerais.

Em 1958, o projeto já era conduzido pela Petrobrás e o Presidente Juscelino Kubitschek lançou a pedra fundamental da Reduc, dando início a sua construção. De 1961 a 1963, no governo Jango, a Reduc aumentou sua capacidade de refino do 90 mil barris diários iniciais para 190 mil.

Nessa época, a produção de derivados no Brasil já representava cerca de 76% de seu consumo global, em contraste com o quadro existente em 1953, ano de criação da Petrobrás, quando sua capacidade de refino era inferior a 4%. Com a Reduc o governo Jango e a Petrobrás se punham no rumo de uma das maiores metas da política petrolífera que vinha do primeiro governo Vargas, a autosuficiência nacional da produção dos derivados básicos de petróleo, o que permitiria ao país controlar o suprimento e o preço final desses derivados.

Getúlio, aliás, no início de seu segundo governo, não incluiu a cláusula do monopólio estatal no projeto de criação da Petrobrás

enviado ao Congresso. Com essa omissão ele evitou que fossem suspensos o embarque e a entrega de equipamentos para a construção de refinarias no Brasil. Ao mesmo tempo ele combinou com deputados ligados a ele que apresentassem as emendas necessárias para a instituição desse monopólio. Paralelamente a essas emendas, deputados da oposição e até das correntes mais conservadoras e direitistas apresentam emendas semelhantes e votaram a favor do monopólio.

Em 2021, ao completar 60 anos de operação, a Reduc era a terceira maior refinaria do país, com capacidade para processar 252 mil barris de petróleo por dia, e a mais complexa da Petrobrás, com 43 unidades de processo distribuídas em uma área de 13 km².

A PETROBRÁS PASSA A CONTROLAR 70% DAS IMPORTAÇÕES

No governo Jango, a crise política resultante da renúncia de Jânio Quadros afetou substancialmente a produção de petróleo bruto, que caiu tanto em 1962 quanto em 1964. Em compensação, o refino expandiu-se, em parte devido à operação a plena carga da Reduc. Mas o setor de refino tinha um problema interno, a competição de refinarias particulares que dispositivos da Lei 2.004, de criação da Petrobrás, tinham excluído do monopólio estatal.

Esses dispositivos permitiam que se mantivessem ativas as refinarias particulares já em funcionamento e as autorizadas até 30 de junho de 1952. Elas, porém, não poderiam ampliar sua capacidade de refino e a Petrobrás poderia, independentemente de autorização legislativa especial, tornar-se acionista delas, adquirindo no mínimo 51% de suas ações, “para o fim de torná-las suas subsidiárias”.

Os altos índices de crescimento da economia brasileira no governo JK (janeiro de 1956 a janeiro de 1961) tinham provocado

sucessivos e expressivos avanços no consumo de derivados de petróleo e as refinarias particulares passaram concomitantemente a reivindicar autorização para ampliar sua capacidade de refino.

Isso atrapalhava os planos da Petrobrás de continuar ampliando sua capacidade de refino (e também de importação de petróleo cru), para atender a esse mercado em expansão, enquanto procurava petróleo em terra e já cogitava de petróleo no mar (desde 1957-1958, no governo JK).

Ainda em 1958 o Conselho Nacional de Petróleo atribuiu à Petrobrás a responsabilidade pela importação de 70% do óleo adquirido no exterior. A resolução do CNP dizia:

— Embora a operação (de importação) não apresente rentabilidade direta, permite a obtenção de duas vantagens marcantes: pode a Petrobrás vincular a importação de óleo combustível à exportação de petróleo baiano e permite à Fronape [Frota Nacional de Petroleiros] uma utilização ainda mais econômica dos seus navios.

Os derivados produzidos pelo petróleo importado pela Petrobrás seriam vendidos às distribuidoras privadas existentes no mercado. Além da permissão para as refinarias particulares, a legislação original do monopólio não avançara sobre dois outros setores altamente lucrativos e praticamente sem riscos da indústria petrolífera, a distribuição e o varejo. Assim ficavam sossegadas e acomodadas às prerrogativas da Petrobrás tanto as grandes multinacionais distribuidoras, como a Standard Oil (Esso) norte-americana e a Shell, anglo-holandesa, quanto suas franquias do varejo e postos de serviço com as respectivas bandeiras.

Em 1961, no início do governo Jango, as importações brasileiras de petróleo vinham principalmente da Venezuela (54%), que então convivia nos melhores termos com os Estados Unidos, e da Arábia Saudita (42%), sua tradicional aliada e parceira. Da então União Soviética, com a qual Jânio Quadros iniciara negociações

para uma futura troca de petróleo por café, o Brasil importava apenas 4% de seu consumo.

Nessa época, aproveitando uma queda acentuada nos preços internacionais do petróleo, a Petrobrás decidiu renegociar seus contratos de compra a longo prazo e substituí-los por compras a curto prazo, com preços consideravelmente menores que os vigentes nos contratos de longa duração.

Pouco depois, em 1962, a Petrobrás ampliou sua participação no mercado e entrou no setor de distribuição, competindo com as distribuidoras privadas, e passou a vender seus produtos diretamente a outras empresas estatais e órgãos governamentais, como o Ministério da Marinha, a Companhia Nacional de Álcalis e o Lloyd Brasileiro. Em 1963, o CNP autorizou a Petrobrás a participar da distribuição a consumidores em geral, em todo o território nacional.

O AVANÇO PARA O PETRÓLEO NO MAR

Foi também no governo Jango, de 1961 para 1962, que se começou a cogitar da exploração de petróleo no mar, por não estarem as descobertas de petróleo em terra ocorrendo em volumes capazes de diminuir a dependência do petróleo importado.

Nem a descoberta de promissores campos de petróleo nos primeiros dez anos de atividades exploratórias da Petrobrás, como Tabuleiro dos Martins e Coqueiro Seco, em Alagoas, em 1957, e Carmópolis, em Sergipe, em 1963, aliviaram esse problema. Em meados da década de 60, segundo dados do IBGE, as compras de petróleo importado correspondiam a dois terços do consumo brasileiro de petróleo.

A decisão de direcionar as prospecções de petróleo para o litoral marítimo só seria adotada em 1966, mas já em 1961-1962 essa

hipótese estava em estudo e cogitação, a partir de semelhanças geológicas entre o litoral marítimo do Brasil e o da África Ocidental, que milhares de anos antes estavam unidos em um só continente.

O melhor exemplo disso seria a Nigéria, com suas ricas jazidas de petróleo, que evidenciavam a possibilidade da existência de acumulações semelhantes também na plataforma marítima do Brasil. A prospecção de petróleo no mar vinha ocorrendo desde as primeiras décadas do século nos litorais marítimos da Califórnia e do Golfo do México. No Brasil, trabalhos de sísmica exploratória em águas rasas já haviam sido iniciados no final da década de 1950, nas baías de Todos os Santos (Bahia) e de São José (Maranhão).

A hipótese e as expectativas de novas frentes de exploração de petróleo deixava clara a necessidade de um órgão dedicado a pesquisas, necessidade confirmada pelo avanço acelerado de inovações nas áreas de plataformas de perfuração e de produção, principalmente no Golfo do México. Para atender a essa necessidade, a Petrobrás criara em 1960 um grupo de trabalho com a incumbência de estabelecer diretrizes para a criação de um centro de pesquisas.

De acordo com as recomendações desse grupo de trabalho, o Conselho de Administração da Petrobrás aprovou, em 1963, a criação do Centro de Pesquisas e Desenvolvimento, Cenpes, que com o tempo se tornou uma referência internacional.

O MONOPÓLIO DAS IMPORTAÇÕES DE PETRÓLEO

Os avanços da Petrobrás tanto no refino como na importação de petróleo agravavam conflitos de interesse que vinham do governo JK com as refinarias particulares e ficava cada vez mais claro que a questão evoluiria, em primeiro lugar, no rumo do monopólio da importação de petróleo, entre outras razões porque os preços

pagos pela Petrobrás eram em média 10% menores que os das refinarias particulares.

Em fins de 1963, a Petrobrás já era responsável por 78% das importações de petróleo e derivados e em dezembro desse ano Jango assinou o decreto que estabelecia o monopólio das importações, que ficaria a cargo da Petrobrás e era justificado com base em resolução aprovada em agosto pelo Conselho Nacional do Petróleo.

Desde os decretos de 1938 que tinham anulado todas as concessões anteriores para pesquisa e exploração — dizia o decreto — era de competência exclusiva do governo federal autorizar, regular e controlar em todo o país a importação, a exportação, o transporte, a distribuição e o comércio do petróleo e seus derivados.

No exercício dessa competência, o governo tinha de considerar que as dificuldades do balanço de pagamentos do país impunham a diversificação de fontes de suprimento de petróleo e seus derivados, de modo a reduzir o impacto das importações sobre suas disponibilidades cambiais.

A concentração da importação do petróleo e derivados pelo governo federal constituiria também um mecanismo valioso para promover o incremento e a diversificação das exportações brasileiras, tanto de matérias-primas quanto de produtos industrializados, sendo, assim, altamente vantajosa para a economia nacional.

A unificação do transporte, além disso, reduziria os fretes e permitiria maior utilização de navios de bandeira brasileira, reduzindo-se o dispêndio de divisas correspondentes.

Um resultado indireto e muito favorável do monopólio foi apontado já num relatório da Petrobrás em 1964: as importações ocorriam com o compromisso de a empresa vendedora comprar mercadorias brasileiras no valor equivalente a 25% de seus fornecimentos de petróleo.

Além disso, esse relatório mencionava sensíveis reduções de preço no petróleo importado: os dados existentes mostravam a eliminação, a partir de 1964, da diferença entre preços de petróleo importado pelas refinarias particulares e pela empresa estatal. No período 1955-63, os preços pagos pela Petrobrás tinham sido, em média, cerca de 10% mais baixos.

A ENCAMPAÇÃO DAS REFINARIAS PARTICULARES

Depois de decretado o monopólio das importações, era inevitável que crescesse o movimento pela encampação das refinarias particulares. Elas tinham sido excluídas do monopólio pela Lei 2.004, mas essa era uma situação provisória e a própria lei previa a transformação dessas refinarias em subsidiárias da Petrobrás pela compra de pelo menos 51% de suas ações.

Era cada vez maior a radicalização da vida política do país e isso acelerava também esse movimento. As eleições de 1962 tinham sido marcadas pela derrama de dinheiro nativo e estrangeiro, inclusive da Embaixada dos Estados Unidos, para eleger candidatos de direita e excluir não apenas candidatos de esquerda, mas igualmente candidatos de centro ou até de centro-direita que defendiam a reforma agrária, a regulamentação das remessas de lucros e a Petrobrás e a Eletrobrás.

No novo Congresso, apesar disso, a oposição não conseguiu maioria, mas as minorias nas comissões da Câmara dos Deputados e do Senado conseguiam bloquear todos os projetos de reforma agrária. Não impediram, porém, a aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural, que foi sancionado em março de 1963 e estimulou muito a sindicalização rural.

O governo Jango já promovia ativamente a sindicalização rural e a multiplicação e atividade dos novos sindicatos de trabalhadores rurais em todo o país intensificava a campanha pela reforma

agrária. No movimento sindical urbano, em que a lei ainda proibia a existência de centrais sindicais, uma central sindical de fato, o CGT, Comando Geral dos Trabalhadores, liderava campanhas salariais e greves. No começo de 1964, as lideranças agrupadas no CGT convocaram um grande comício no Rio, pelas reformas e de apoio a Jango, marcado para a tarde e a noite de 13 de março, uma sexta-feira, diante da estação principal da ferrovia Central do Brasil.

A principal reivindicação do comício seria a reforma agrária, mas a encampação das refinarias particulares também seria defendida. Em seu discurso, Jango anunciou a assinatura de um decreto com medidas preliminares à reforma agrária — a possibilidade de desapropriação de terras marginais a rodovias e açudes custeados por recursos federais — e de outro encampando as refinarias particulares.

No trecho de seu discurso sobre as refinarias, Jango disse:

— “Acabei de assinar, antes de dirigir-me para esta grande festa cívica, o decreto de encampação de todas as refinarias particulares. A partir de hoje, trabalhadores brasileiros, a partir deste instante, as refinarias de Capuava, Ipiranga, Manguinhos, Amazonas e Destilaria Rio Grandense passam a pertencer ao povo, passam a pertencer ao patrimônio nacional.

— “Procurei, trabalhadores, depois de estudos cuidadosos elaborados por órgãos técnicos, depois de estudos profundos, procurei ser fiel ao espírito da Lei 2.004, lei que foi inspirada nos ideais patrióticos e imortais de um brasileiro que também continua imortal em nossa alma e nosso espírito. Ao anunciar, à frente do povo reunido em praça pública, o decreto de encampação de todas as refinarias de petróleo particulares, desejo prestar homenagem de respeito àquele que sempre esteve presente nos sentimentos do nosso povo, o grande e imortal Presidente Getúlio Vargas.

“O imortal e grande patriota Getúlio Vargas tombou, mas o povo continua a caminhada, guiado pelos seus ideais. E eu, particularmente, vivo hoje momento de profunda emoção ao poder dizer que, com este ato, soube interpretar o sentimento do povo brasileiro.

“Alegra-me ver, também, o povo reunido para prestigiar medidas como esta, da maior significação para o desenvolvimento do país e que habilita o Brasil a aproveitar melhor as suas riquezas minerais, especialmente as riquezas criadas pelo monopólio do petróleo”.

O decreto das refinarias apoiava-se, como a do monopólio da importação, numa resolução do Conselho Nacional do Petróleo, que recomendava a integração do monopólio estatal do refino, como serviço de utilidade pública, e, por isso, imprescindível à segurança nacional. Outro argumento era a conveniência da integração do monopólio estatal do refino, para eliminar o conflito estrutural entre o regime jurídico misto vigente no parque nacional de refino de petróleo e a lógica econômica a que deve submeter-se a própria expansão das capacidades das refinarias para suprir, pelos menores custos, os diversos mercados regionais do País.

Menos de três semanas depois do comício da Central, o golpe de 1º de abril derrubava o governo Jango. Mas o decreto de encampação das refinarias só seria revogado mais de um ano depois, em julho de 1965, por um decreto do Marechal Castello Branco, e não por razões técnicas e sim a pretexto de que o decreto de Jango tinha sido assinado sob “clima de tensão emocional e pressão de forças demagógicas e ideológicas”.

Já o monopólio da importação de petróleo, mantido pelo regime militar, só foi revogado em 1997, no governo Fernando Henrique Cardoso, no arrastão que, a pretexto de “flexibilizar”, extinguiu o monopólio estatal do petróleo.

“ Geisel não tinha a menor simpatia por ideias de esquerda e era tão anticomunista quanto Golbery, mas sua visão geopolítica era bem próxima da visão de Getúlio, bem distante da visão de Golbery e diametralmente oposta à de outra e pior influência no governo Castello, a do Ministro do Planejamento Roberto Campos ”



21

OS PRIMEIROS ANOS DO GOVERNO MILITAR

Em abril de 1964, em seguida ao golpe que derrubou o governo João Goulart, o escolhido dos generais para a Presidência foi o Marechal Humberto Castello Branco, que levou para a chefia de seu Gabinete Militar o General Ernesto Geisel, por muitos anos representante do Exército no Conselho Nacional do Petróleo e por algum tempo superintendente da Refinaria de Cubatão, em São Paulo, uma das maiores da Petrobrás.

Essa experiência e o que dela resultara de conhecimento e convicção em matéria de petróleo e da importância de seu controle para a segurança, o desenvolvimento e a soberania do país seriam suficientes para impedir que pesasse contra a Petrobrás outra grande influência militar no governo, a do General Golbery do Couto e Silva, Chefe do Serviço Nacional de Informações, o SNI.

Golbery, companheiro de Castello na FEB, a Força Expedicionária Brasileira, que lutara na frente italiana da Segunda Guerra

Mundial contra a Alemanha de Hitler, voltara da guerra convencido de que um novo perigo ameaçava o mundo, o comunismo soviético.

A Guerra Fria começava e logo Golbery era um de seus combatentes e comandantes no Brasil, no qual via duas ameaças: um Partido Comunista clandestino mas ativo e, na visão e na terminologia de Golbery, o nacional-reformismo de Getúlio Vargas, que poderia ser uma porta de entrada para o comunismo no Brasil.

Essa quase obsessão num homem tão racional como Golbery, levou-o em 1954 a articular e redigir em fevereiro o manifesto dos coronéis que tinha derrubado Jango do Ministério do Trabalho e em agosto um manifesto dos generais contra Getúlio.

A Petrobrás era peça essencial no projeto nacional-reformista de Getúlio e por definição contrariava interesses geopolíticos dos Estados Unidos contra a União Soviética. Ainda recentemente, no governo Jânio, servira de instrumento para o início de negociações com a União Soviética sobre uma possível troca de petróleo deles por café brasileiro.

Geisel não tinha a menor simpatia por ideias de esquerda e era tão anticomunista quanto Golbery, mas sua visão geopolítica era bem próxima da visão de Getúlio, bem distante da visão de Golbery e diametralmente oposta à de outra e pior influência no governo Castello, a do Ministro do Planejamento Roberto Campos, o maior defensor do fim do monopólio estatal do petróleo e da privatização da Petrobrás.

A POSIÇÃO DE GEISEL ESTENDE-SE PELOS VINTE ANOS DO GOVERNO MILITAR

Geisel, além dos anos que passara no Conselho Nacional do Petróleo e na Refinaria de Cubatão, tinha outros antecedentes que alimentavam suas convicções nacionalistas.

Ainda que sem maior importância, ele participou da Revolução de 30, nas forças pró-Getúlio, comandando como tenente uma bateria do Destacamento Miguel Costa, que se deslocou do Rio Grande do Sul para São Paulo na vanguarda das forças revolucionárias gaúchas. Depois da vitória da revolução e da instalação do governo provisório de Getúlio, ficou, entre março e junho de 1931, à disposição do interventor federal no Rio Grande do Norte, 1º tenente Aluísio de Andrade Moura, sendo nomeado secretário-geral do governo estadual. Depois, de janeiro a maio de 1934, ocupou a Secretaria da Fazenda e Obras Públicas da Paraíba.

Nas décadas seguintes, Geisel exerceu atividades estritamente militares, mas alguma boa lembrança desse período deve ter marcado muito sua memória e seus julgamentos, porque na crise de agosto de 1954 não apoiou os movimentos militares que pediam a renúncia de Getúlio.

Em 1957 passou a acumular a chefia da Seção de Informações do Estado-Maior do Exército com a de representante do Ministério da Guerra (depois Ministério do Exército, hoje Comando do Exército) no Conselho Nacional do Petróleo, um órgão civil normativo que orientava a política petrolífera do governo federal.

No Conselho coube a ele, por exemplo, relatar o processo que tratava da instalação de uma fábrica de borracha sintética no Brasil. Seu parecer foi contra as propostas apresentadas por empresas privadas e defendia a montagem da fábrica pela própria Petrobrás. Esse parecer foi aprovado e resultou na criação da Fabor, instalada junto à Refinaria Duque de Caixas.

As posições de Geisel em relação à Petrobrás divergiam até de posições anteriores de Castello nos debates do Clube Militar antes da criação da Petrobrás. Na década de 1940, o Clube participava ativamente dos debates suscitados pela proposta do Estatuto do Petróleo apresentada ao Congresso pelo Presidente Eurico Dutra.

O Estatuto autorizava a outorga de concessões para pesquisa e exploração de petróleo a empresas privadas, inclusive estrangeiras, e foi muito combatido pelos militares nacionalistas que seguiam a orientação de muitos anos do Estado-Maior do Exército, de considerar de segurança nacional a questão do petróleo. Essa orientação, aliás, fora determinante em toda a política, em todas as iniciativas e em todos os atos dos dois governos Vargas.

O grupo oposto, privatista, considerava que no contexto da Guerra Fria a verdadeira segurança nacional do Brasil estava na aliança incondicional com os Estados Unidos contra o comunismo internacional, representado pela União Soviética e seus parceiros. Era essa a posição de Golbery.

Em maio de 1950, ano por acaso da eleição de Getúlio para seu segundo governo, defrontaram-se na eleição para a diretoria do Clube Militar uma chapa nacionalista liderada pelo General Newton Estillac Leal e outra do grupo privatista e pró-apoio incondicional aos Estados Unidos, liderada pelo General Oswaldo Cordeiro de Farias e apoiada, entre outros, pelo então coronel Humberto Castello Branco.

Estillac venceu, foi nomeado Ministro da Guerra de Getúlio em janeiro seguinte, e o grupo oposto e derrotado criou a Cruzada Democrática, movimento que atuava no Clube Militar e fora dele fazendo oposição a Getúlio (e depois a Juscelino e a Jango). Na eleição seguinte, em maio de 1952, e de novo com apoio de Castello, o grupo da Cruzada venceu, com a candidatura do general Alcides Etchegoyen, e daí em diante a Cruzada passou a funcionar como um verdadeiro partido político que teve grande atuação na campanha para a derrubada de Getúlio em 1954.

Depois da criação da Petrobrás em 1953, a questão do petróleo praticamente ficou fora da agenda do Clube e a Cruzada concentrou sua ação na luta que desembocaria no golpe de 64 e na imposição de Castello para Presidente.

Castello nada fez nem tentou contra a Petrobrás, talvez atento ao contrapeso que era Geisel e ao que podia representar de apoio entre os militares. E de fato a influência direta e indireta de Geisel sobre a preservação e a defesa da Petrobrás estendeu-se pelos vinte anos do governo militar. Depois da volta do governo civil em 1985, só no governo Collor a Petrobrás passou a sofrer ameaças sérias e a viver em perigo.

No Gabinete Militar da Presidência, a defesa da Petrobrás não foi a única frente de resistência de Geisel em oposição a Roberto Campos. Quando se discutia o destino a dar à Companhia Telefônica Brasileira (CTB), comprada pelo governo à multinacional IT&T (International Telephone&Telegraph) junto com outras empresas estrangeiras de telefonia e eletricidade, Campos queria repassá-la à própria IT&T. Geisel foi contra e defendeu que a CTB fosse incorporada à Embratel, estatal e criada no governo Jango — o que veio a acontecer.

O MARECHAL E OS FUNCIONÁRIOS

O primeiro Presidente da Petrobrás no regime militar foi o Marechal Adhemar de Queiroz, da Cruzada Democrática como Castello, que o nomeou. O clima em todas as suas unidades naqueles primeiros dias era inquisitorial, de repressão e suspeita. A Petrobrás era tida como um ninho de comunistas perigosos e traiçoeiros. De dentro e fora dela os diretores e o próprio marechal sofriam grandes pressões para punir em massa funcionários de todos os escalões, dos de maior nível científico e técnico aos das mais simples atividades.

Anos depois, assumindo suas funções de administrador nas unidades da Bahia, o futuro Presidente da Aepet, Pedro Pinho, ouviu dos novos colegas o que acontecera na primeira visita do Marechal a essas unidades nos primeiros dias de sua gestão. O marechal, acompanhado de dois diretores — Geonísio Barroso e Leopoldo

Miguez de Mello, nomeados no governo Jango — foram recebidos na Bahia por Haroldo Ramos da Silva, da área de Prospecção e Produção, Orfila Lima dos Santos, da área de Transportes, e Hamilton Lopes, da Perfuração.

Esses diretores — segundo os colegas contavam anos depois a Pedro Pinho — levaram Adhemar de Queiroz para percorrer todas as instalações. Ele conversou com operadores, os chefes regionais, com todo mundo. Quando acabou de visitar as instalações e reagindo ao que tinha visto, o Marechal disse ao grupo:

— A Petrobrás não é de comunistas nem de sindicalistas. É de técnicos competentes. Vou dizer isso ao Marechal Castello Branco.

Essa boa impressão poderia ter criado condições para um bom relacionamento e um cessar-fogo na pretendida caçada aos comunistas na empresa. Mas havia órgãos “revolucionários” que atuavam livremente em todas as empresas e órgãos do governo e um deles, a CGI, Comissão Geral de Investigação, atuou na Petrobrás, para fazer à limpa e as punições desejadas, em muitos casos à revelia do Presidente da empresa.

Um artigo de Bruno Leal publicado no blog Café História em janeiro de 2021, com o título “Vigiar e punir: a Petrobrás durante a ditadura militar”, resgatou os resultados do trabalho das pesquisadoras Luci Praun e Cláudia Costa, que estudaram a repressão praticada pela ditadura na Petrobrás. Resumindo, Leal escreveu:

— Comandada por um general, segundo apontam as duas investigadoras, a CGI levantou cerca de 3 mil suspeitos em pelo menos 1.500 processos de investigação. Entre abril e outubro de 1964, período em que a CGI funcionou, 516 trabalhadores da Petrobrás foram sumariamente demitidos como resultado dos temidos Inquéritos Policiais-Militares (IPM). Outros tantos tiveram contratos rescindidos, foram intimidados, transferidos de área ou sofreram sanções administrativas.

— Mas a violência foi muito além de sindicâncias, demissões e outras punições no plano administrativo. De acordo com Praun e Costa, alguns trabalhadores da Petrobrás foram presos e torturados, caso do deputado federal Mário Soares Lima, dirigente sindical petroleiro da Refinaria Landulpho Alves, na Bahia. Segundo o jornal carioca *Correio da Manhã*, o parlamentar e funcionário da Petrobrás foi submetido a surras diárias na prisão da Polícia Militar.

O GOVERNO COSTA E SILVA

O segundo governo militar, presidido pelo também Marechal Arthur da Costa e Silva, foi imposto a Castello pela força de grupos militares que queriam prolongar o regime e evitar o restabelecimento do governo civil ao fim do mandato de Castello. Também não teve em sua composição os Generais Ernesto Geisel e Golbery do Couto e Silva que atuaram muito com Castello para impedir a ascensão de Costa e Silva. Nomeados por Castello nos últimos dias de seu mandato, Geisel foi para o STM, o Superior Tribunal Militar, e Golbery para o Tribunal de Contas da União.

Na área econômica, o grande privatizador, o Ministro do Planejamento Roberto Campos (que, aliás, não teve oportunidade de privatizar coisa nenhuma) foi substituído como principal figura pelo Ministro da Fazenda Antônio Delfim Neto, um jovem professor da Universidade de São Paulo, a USP.

Delfim, naquele momento, era Secretário da Fazenda do Governador Laudo Natel, de São Paulo e começara a trabalhar no serviço público na virada da década de 1950 para 1960, recrutado para o Gabinete de Planejamento do ex-Governador Carvalho Pinto pelo chefe desse gabinete, o democrata-cristão de esquerda Plínio de Arruda Sampaio, cassado em 1964, depois fundador do Partido dos Trabalhadores (PT) e afinal candidato a Presidente da República pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL).

Em seu período de estudante e recém formado, Delfim teria tido grandes simpatias pelas ideias de esquerda, mais até na linha laica de Celso Furtado que na linha católica da Teologia da Libertação, da qual Plínio era próximo. Segundo Maria da Conceição Tavares, sua adversária intelectual e política mas sempre justa e generosa no julgamento das pessoas, Delfim sempre foi um estruturalista, ou seja, um economista alinhado com as ideias do desenvolvimentismo, o oposto das posições de Roberto Campos, de “austeridade” e estabilidade da moeda a qualquer preço, inclusive a recessão e a estagnação econômica.

Ainda não se falava em neoliberalismo, conceito que só se disseminaria na virada da década de 1970 para a de 1980, mas Roberto Campos era o neoliberal *avant la lettre*. Delfim podia não ser um entusiasta da Petrobrás, mas nada faria contra ela. A seu lado na condução da equipe econômica, figurava o Ministro do Planejamento Hélio Beltrão, que no início da Petrobrás fora seu diretor-administrativo, responsável pelo planejamento de sua organização interna, um trabalho que responderia pela eficiência com que ela enfrentou desde o começo os complexos desafios à sua frente.

Em seu discurso de posse, Delfim anunciou como meta estratégica de sua gestão a aceleração do desenvolvimento econômico do país, em combinação com o combate ao processo inflacionário. A promessa de aceleração do crescimento era um aceno promissor depois dos quase três anos do estilo sombrio e recessivo do governo Castello.

Naquela época ainda de predomínio da mídia escrita sobre a televisiva, a revista Manchete, de grande tiragem e repercussão ainda maior que essa tiragem, promoveu, gravou e publicou um debate entre Roberto Campos e Fernanda Montenegro, já a grande presença que sempre seria na cultura brasileira — um debate original que de certo modo opunha o poder ao Brasil governado por esse poder.

Uma frase de Fernanda, uma queixa formulada amistosamente, não amargamente, e quase sorridente, espalhou-se pelo país e ganhou um boca a boca do qual hoje se diria que “viralizou”:

— Ministro, desculpe — disse Fernanda — mas o Brasil está triste...

Costa e Silva surgira nos primeiros momentos do golpe de 1º de abril como o mais carrancudo dos generais, mas assumiu o governo querendo ser simpático e popular. E de fato a economia começou logo a dar sinais que mais adiante o país entraria no que veio a ser chamado o “milagre brasileiro”.

A PRIMEIRA EXPERIÊNCIA DA PETROBRÁS NO MAR

Para a presidência da Petrobrás, Costa e Silva inicialmente convidou o General Emílio Garrastazu Médici, seu amigo de longa data que tivera importante papel em 64, na ofensiva militar para a derubada de Jango. Médici, no entanto, recusou o cargo, achando não estar suficientemente familiarizado com a questão do petróleo, e foi chefiar o SNI em substituição a Golbery.

Quem então assumiu a presidência da Petrobrás foi o General Artur Duarte Candal da Fonseca, que permaneceu dois anos no cargo. Em sua gestão a empresa atingiu a extração de duzentos mil barris diários de petróleo, iniciaram-se os trabalhos de exploração na plataforma continental.

O modesto retorno das bacias terrestres indicava a necessidade da saída para o mar, onde as primeiras pesquisas haviam começado em 1957, no governo JK. Em fins de 1966, nos meses finais do governo Castello Branco, a Petrobrás dera um passo importante nessa direção, com a construção da plataforma de perfuração Petrobrás I, para operar a profundidades de até 30 metros.

Mas foi entre 1967 e 1968, já no governo Costa e Silva, que aconteceu o verdadeiro início da exploração sistemática da plataforma continental, quando a maioria das bacias marítimas foi coberta pela sísmica de reflexão em suas porções rasas. Em 1968, foi iniciada a perfuração de um poço na costa do Espírito Santo, primeira experiência da Petrobrás no mar.

Os dados sísmicos revelaram uma série de locais propícios à acumulação de petróleo e gás na plataforma continental. Sem conseguir bons resultados no poço do Espírito Santo, a plataforma de perfuração foi deslocada para o litoral de Sergipe. Lá bastou a perfuração do segundo poço e ocorreu a primeira descoberta: o campo de Guaricema, que deu início à tradição de batizar com nomes de peixes as descobertas no mar.

Com o petróleo barato como estava e importado a cerca de 3 dólares o barril, investir no desenvolvimento de Guaricema foi uma decisão também de resultados a longo prazo da Petrobrás, porque criava condições para que técnicos brasileiros aprendessem a trabalhar no mar. Depois de Guaricema, ocorreram outras descobertas no litoral do Nordeste: em 1970, os campos de Caioba, Camorim, Robalo e Dourado, em Sergipe; e em 1973, Ubarana, no Rio Grande do Norte.

Ainda em 1968, e em seguida a essas descobertas no Nordeste, veio a Bacia de Campos. Nela as descobertas no mar dariam impulso à produção de petróleo e permitiram que o Brasil se tornasse autossuficiente.

Em março de 1969, Candal foi substituído pelo general Valde-
mar Levi Cardoso, que exercia a presidência do Conselho Nacional do Petróleo e decidiu aumentar a capacidade de refino, o que se tornou possível com a construção da refinaria de Paulínia, em São Paulo, cuja construção começou já em julho desse ano, com a meta de ser construída em apenas mil dias. Essa meta foi cumprida, Paulínia ficou pronta e entrou em operação em 1972 e os mil dias se converteram em referência internacional.

A PETROBRÁS CHEGA AO FUNDO DO MAR

No dia 31 de agosto desse 1969, Costa e Silva sofreu um AVC violento que o afastou do governo. Para impedir a posse de seu Vice, o civil Pedro Aleixo, os ministros militares formaram uma junta que assumiu o poder e logo o transferiu ao General Emílio Garrastazu Médici, escolhido pela cúpula das Forças Armadas.

Convidado por Médici, o General Ernesto Geisel assumiu a presidência da Petrobrás depois de aposentar-se do Superior Tribunal Militar.

Sob sua direção, a Petrobrás reduziu a exploração em áreas terrestres que apresentavam resultados pouco promissores, abaixo da necessidade de garantir o crescimento da produção no ritmo do aumento do consumo. Ao mesmo tempo, a Petrobrás passou a investir mais em atividades de rentabilidade segura, como o refino, prioridade desde o primeiro governo Vargas, e a distribuição de derivados, setor em que entrara há menos tempo e em que concorria com empresas privadas.

No campo da produção, a Petrobrás voltou-se para o exterior, para países sabidamente ricos em petróleo e de menores riscos de exploração, e criou a subsidiária Braspetro, Petrobrás Internacional S.A. Enquanto aguardava oportunidades em países, por exemplo, como o Iraque, a Petrobrás perfurou seu primeiro poço na foz do Rio Amazonas, em janeiro de 1970, e descobriu petróleo no município de São Mateus, no Espírito Santo (janeiro de 1972).

Em maio de 72, quatro meses antes do 7 de setembro em que seriam comemorados os 150 anos, o sesquicentenário da proclamação da Independência do Brasil, a Petrobrás inaugurou a Refinaria de Paulínia, a maior do país naquele momento e até os dias atuais, 51 anos depois.

A construção de Paulínia tinha sido completada nos mil dias previstos e ela era um bom símbolo do “milagre brasileiro”, que estava no auge econômico e o governo podia dizer que estava também no auge político, pois seu partido, a Arena, Aliança Renovadora Nacional, conquistara dois terços da Câmara dos Deputados e do Senado nas eleições de 1970 (realizadas, registre-se, num ambiente de intimidação e medo e com a prisão, às suas vésperas, dos principais advogados de defesa de presos políticos).

Paulínia pode refinar, meio século depois, 69 mil metros cúbicos por dia, o equivalente a 434 mil barris, cobrindo aproximadamente a 20% de todo o refino de petróleo no Brasil e quase a totalidade de petróleo produzido no Brasil, grande parte dele já oriunda da Bacia do Pré-Sal.

Paulínia fora um avanço programado e bem planejado e executado, mas no ano seguinte, 1973, a Petrobrás teve outro, previsível mas ocorrido em seguida a momentos de dúvida, suspense e tensa expectativa.

O navio-sonda Petrobrás II perfurava o que poderia ser o último poço da Bacia de Campos, depois de sete poços secos. Trabalhado a 110 metros de profundidade, o poço RJS-7 revelava-se complicado e demorado, um poço difícil.

A perfuração rocha adentro avançava lentamente, com a previsão de chegar a 3.500 metros e alcançar um ponto identificado como a Formação Macaé, composta de rochas calcárias. Naquela altura a equipe, como a história ou a lenda dizem dos marinheiros de Cristóvão Colombo a caminho das Américas, queria interromper a perfuração e desistir daquele poço que por meses e meses resistia sem apresentar resultados.

Mas o chefe da equipe, o geólogo Carlos Walter Marinho Campos insistiu. Analisando os dados sobre os quais trabalhava, cons-

tatou que só faltavam 200 metros para a perfuração penetrar no calcário. De volta de uma viagem de observação ao Oriente Médio, lembrou-se do exemplo de países como o Irã e o Iraque, onde formações de calcário produziam grandes volumes de petróleo em poços a até 5 mil metros de profundidade. Decidiu, então, que a sonda continuaria a perfurar os 200 metros que faltavam até os 3.500 metros previstos.

Chegando lá, o que se encontrou foi uma zona saturada de petróleo, mas decepcionante, uma zona em que os testes mostravam vazões muito baixas. O poço, em consequência, foi classificado como subcomercial. Essa nova informação, entretanto, garantiu que a Petrobrás não desistisse da Bacia de Campos.

A sonda foi transferida para um segundo poço, o 1-RJS 9A, que em dezembro de 1974, descobriu o campo de Garoupa. Confirmando as previsões que vinham do anterior, esse poço revelou uma coluna de óleo de mais de 100 metros, com reservas estimadas em torno de 100 milhões de barris.

A CRISE DO PETRÓLEO

Nesse mesmo ano de 1973, em outubro, a Guerra do Yom Kippur, entre árabes e israelenses, precipitou a primeira crise do petróleo, que em pouco tempo fez os preços internacionais subirem quatro vezes. A guerra foi provocada pela tentativa dos países árabes de recuperar territórios perdidos na Guerra dos Seis Dias, em 1967, e começou no dia 16 de outubro, quando a Síria e o Egito realizaram um ataque de surpresa a Israel.

A crise, desencadeada pela Opep, a Organização dos Países Produtores de Petróleo, teve como primeiro passo o embargo de fornecimento a países que tinham apoiado o governo de Israel, como os Estados Unidos, o Canadá, o Japão, a Holanda e o Reino Unido. Até o fim do embargo, em março de 1974, os preços do petróleo

passaram de 3 para 12 dólares o barril.

À medida que os preços começavam a subir, inicialmente para pouco mais que 5 dólares, discutia-se nos Estados Unidos e seus aliados europeus o quanto ainda poderiam aumentar, quando o então Xá da Pérsia, Reza Pahlevi, aliado dos Estados Unidos e segundo maior exportador de petróleo para estes, confirmou em uma entrevista:

— Claro que vai aumentar. Certamente! E como! ... Vocês aumentaram em 300% o preço do trigo que vendem e o mesmo foi feito para o açúcar e o cimento ... Vocês compram nosso petróleo cru e vendem de volta ... a centenas de vezes o preço que nos pagaram ... É justo que vocês paguem mais pelo óleo de agora em diante.

Os avanços que a Petrobrás vinha alcançando, tanto no refino depois da entrada em operação da refinaria de Paulínia quanto na exploração no mar, não eram suficientes para compensar os aumentos de preço do petróleo importado e seu repasse para o consumidor final dos derivados.

Mas esses aumentos tornavam mais viável o custo e o próprio risco dos investimentos no setor da produção, para que gradualmente fosse diminuindo o peso do petróleo importado sobre a economia brasileira.

No fim de 1973 e do governo Médici, o Brasil importava quase 80% do petróleo que consumia e gastava com isso 3 bilhões de dólares por ano. As perspectivas para 1974 eram sombrias e o famoso “milagre brasileiro” tinha acabado.



22

GEISEL: A CRISE DO PETRÓLEO E A BACIA DE CAMPOS

Médici podia aceitar Geisel na presidência da Petrobrás mas não o queria como sucessor na Presidência da República. Nessa escolha, porém, Médici teria de seguir o que fosse consensual ou indiscutivelmente majoritário entre os grandes comandos militares. Geisel, se não era um nome de consenso, era quem reunia mais apoio e não havia como opor-lhe qualquer outro pretendente

Roberto, filho de Médici, escreveria depois que o pai escolhera Geisel (na verdade aceitara) como num bordel o cliente escolhe uma parceira. No momento a censura impediu que fossem conhecidos os acontecimentos que se desenrolavam nas altas esferas militares, um círculo fechado ao qual pouco acesso tinham até mesmo os principais dirigentes da Arena, o partido do governo,

e do Congresso, que daria mais de quinhentos dos pouco mais de seiscentos membros do Colégio Eleitoral encarregado de formalizar a escolha do novo Presidente.

Mas já a 18 de junho de 1973, quase sete meses antes da reunião do Colégio Eleitoral, marcada para 15 de janeiro de 1974, Geisel foi oficialmente anunciado por Médici como candidato à sucessão presidencial.

No dia 11 de julho, Geisel deixou a presidência da Petrobrás e em seu discurso de despedida disse que se tinha oposto a tentativas de estender o monopólio estatal à distribuição de derivados de petróleo e à petroquímica, entendendo que esses setores deveriam, “de acordo com a política governamental estabelecida”, caber essencialmente ao capital particular. Essa posição privatista previa, porém, parcerias que incluiriam capitais estrangeiros, de preferência com transferência de tecnologia, além da utilização da poupança externa no desenvolvimento do Brasil.

Como Presidente da Petrobrás, Geisel criara a Braspetro, uma estatal com alcance internacional que fora do Brasil trabalharia em associação com empresas privadas em busca de concessões para a exploração de petróleo. Com esse pronunciamento de despedida, ele tentava definir com precisão suas futuras posições como Presidente da República.

Geisel afirmou ainda que “o monopólio legal atribuído à Petrobrás não constitui uma finalidade, mas é apenas um meio de ação” para assegurar ao país o necessário abastecimento de petróleo e derivados. Essa era, aliás, a definição do objetivo básico da Petrobrás explicitada na Lei 2.004, que a criara. Ótimo se esse abastecimento, nas melhores condições para a sociedade e o mercado brasileiros, pudesse coincidir com a autossuficiência, mas outra de suas mais importantes decisões na presidência da Petrobrás tinha sido desacelerar a exploração de campos pouco promissores e procurar petróleo onde os resultados fossem mais garantidos — inclusive fora do Brasil.

A autossuficiência, concluiu Geisel, dependerá de “fatores e circunstâncias aleatórias, independentes da nossa vontade”. Por isso e por mais desejável que seja, a autossuficiência não pode ser a missão básica da Petrobrás.

Geisel teve sua escolha para a Presidência da República formalizada pelo Colégio Eleitoral a 15 de janeiro de 1974, contra as “anticandidaturas” de Ulysses Guimarães e Barbosa Lima Sobrinho pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB) oposicionista, e assumiu a Presidência a 15 de março, com planos que preferiu não expor em seu discurso de posse, no qual fez apenas o elogio de seus antecessores, para manter unidas as correntes militares que se dispunham a apoiá-lo e também as que se assustariam com o que ele logo começaria a fazer.

Nem teria muito cabimento Geisel acenar com qualquer plano, porque nesse momento o mundo começava a sofrer as consequências da primeira crise do petróleo, que aumentara de 3 para 12 dólares o barril o preço internacional do petróleo importado.

A situação que o Brasil enfrentava seria explicada mais tarde pelo ex-Presidente da Petrobrás e ex-Ministro das Minas e Energia Shigeaki Ueki com um cotejo instigante:

— Sofríamos, importando entre 80% e 85% do petróleo que consumíamos, o que era sufocante para a economia nacional. Na década de 1950, exportando um saco de café, tínhamos condições de comprar 50 barris de petróleo. Quando veio a primeira crise do petróleo, com um saco de café mal comprávamos cinco barris. E com a segunda crise, um saco de café comprava um barril e meio.

Em Portugal, a 25 de abril, um mês e dez dias depois da posse de Geisel no Brasil, jovens capitães treinados para combater negros rebeldes nas colônias portuguesas da África, rebelaram-se na metrópole e derrubaram a ditadura fundada em 1932-1933 pelo

professor Antônio de Oliveira Salazar e dirigida, desde a incapacitação deste em 1968 e sua morte em 1970, pelo também professor Marcelo Caetano. A ditadura durara mais de quarenta anos e caiu em poucas horas, sem tentar qualquer resistência.

UMA DITADURA SE SABE COMO COMEÇA, NÃO COMO TERMINA

Geisel aproveitou para fazer chegar aos chefes militares que mais resistiam a seu projeto de abertura política, parcialmente revelado entre a eleição e a posse, a observação de que, como demonstrava Portugal, uma ditadura se sabe como começa, não como termina. No Brasil a distensão política era necessária — uma abertura lenta, gradual e segura — para que aqui não viesse acontecer qualquer coisa parecida com o que acontecera em Portugal, com capitães desfilando pelas ruas com cravos na boca dos fuzis e de braços dados com comunistas.

Sete meses depois, em novembro, o Brasil teria eleições diretas para o Senado, a Câmara dos Deputados e as Assembleias Legislativas estaduais — e Geisel ousou permitir que ambos os partidos, a Arena governista e o MDB oposicionista, tivessem acesso igual e gratuito à TV e ao rádio, nos horários de maior audiência. Ao mesmo tempo suspendia gradualmente a censura aos jornais, para que aos poucos se sentissem em condições de cobrir a campanha eleitoral.

No período da campanha, já desabavam sobre a economia brasileira as consequências da crise do petróleo e do aumento brutal do preço dos derivados. Geisel sofreu pressões pesadas para decretar o racionamento da gasolina e desistir de seu Plano Nacional de Desenvolvimento, ou seja, adotar uma política recessiva que contrastaria radicalmente com a euforia do “milagre brasileiro” e promoveria níveis de desemprego aos quais o país não estava acostumado. E como enfrentar uma campanha eleitoral com tão

acentuada e brusca redução na já precária qualidade de vida dos brasileiros.

Mesmo com a manutenção da política desenvolvimentista, a liberação da TV e do rádio para o MDB garantiu a este uma grande vantagem. A única eleição majoritária em jogo era para senador e o MDB venceu em 16 Estados. Nas eleições proporcionais, ele aumentou consideravelmente sua bancada de deputados federais, privando a Arena da maioria de dois terços que conquistara em 1970 na Câmara dos Deputados e também no Senado.

Ao tomar conhecimento desses resultados, Geisel se queixaria amargamente de Médici por não ter aproveitado sua maioria de dois terços no Congresso para encaminhar um projeto de abertura que substituísse o AI-5 então em vigor por salvaguardas constitucionais capazes de prevenir e reprimir qualquer ameaça ao regime.

Mas a verdade é que o resultado da eleição foi muito explorado entre os militares e deixou Geisel muito fraco sobretudo nos comandos mais importantes do Exército. Em maio morreria o, o General Vicente de Paulo Dale Coutinho, ministro dessa pasta escolhido por ele e Geisel teve de substituí-lo pelo então Chefe do Estado-Maior do Exército, General Silvio Frota, que era radicalmente contra a abertura e logo passou a ter ambições presidenciais.

Em tal situação, Geisel teve de retardar os passos seguintes da abertura e tratou de recompor sua força no Exército e no conjunto das Forças Armadas com bons resultados que, apesar da crise do petróleo, a ação de seu governo produzia. Entre esses resultados, a Petrobrás, presidida no governo Geisel pelo almirante Floriano Faria Lima e em seguida pelo General Araken de Oliveira, foi liberando cautelosamente informações que aos poucos deixavam claro que a Bacia de Campos tinha no fundo do mar muito mais petróleo do que se podia esperar e que essas reservas fariam no futuro a autossuficiência do Brasil em petróleo.

O CAMPO DE GAROUPA

Em 1973 o navio-sonda Petrobrás II vencera os duzentos metros finais da perfuração prevista de até 3.500 metros para o poço RJS-7, em lâmina d'água de 110 metros, e alcançara a Formação Macaé, composta de rochas calcárias. Mas o poço se revelou sub-comercial e o navio-sonda foi transferido para outro lugar.

A sonda continuou na Bacia de Campos e, em dezembro de 1974, trabalhando num segundo poço, o 1-RJS 9A, descobriu o campo de Garoupa. Como se previa pelos dados preliminares, o poço, a 124 metros de profundidade, revelou uma coluna de óleo de mais de 100 metros de espessura, com reservas estimadas em torno de 100 milhões de barris. Era o primeiro a produzir em reservatórios calcários no Brasil e revelou vazões de cerca de 3 mil barris por dia.

A descoberta de Garoupa demonstrava o potencial da Bacia de Campos, da qual se sabia que tinha sido formada 100 milhões de anos antes, a partir do processo de separação dos continentes sul-americano e africano. Sedimentos liberados no Oceano Atlântico ao longo desse tempo teriam formado uma espécie de aterro natural, que, sob variados níveis de pressão e temperatura, entraram em decomposição originando reservas de petróleo e gás natural dentro de rochas porosas no subsolo marinho.

A área da Bacia de Campos, até então a mais importante província petrolífera do país, com cerca de 100 mil quilômetros quadrados, estendia-se do Espírito Santo, na altura de Vitória, até Arraial do Cabo, no litoral norte do Estado do Rio de Janeiro.

Depois de Garoupa, foi descoberto em 1975 o campo de Namorado e, no ano seguinte, o de Enchova — seguidos, a partir da acumulação de conhecimento geológico e geofísico da Bacia de Campos, de descobertas como Pampo, Badejo, Bonito, Linguado, Bicudo e Corvina, entre outros.

Devido a dificuldades técnicas, o campo de Garoupa só começaria a produzir em 1979. Mas a Petrobrás precisava compensar o declínio dos campos terrestres em que operava e cogitava de aumentar rapidamente a produção interna. Na época, o Brasil extraía apenas 160 mil barris diários de petróleo de suas bacias sedimentares e pagar pelo petróleo importado a preços cada vez mais caros custaria mais que os investimentos necessários para extrair petróleo do fundo do mar.

Isso levou a Petrobrás a experimentar um novo sistema de produção flutuante e ela escolheu o poço 3-EN-1-RJS, no campo de Enchova, que se revelou um excelente produtor, com vazão de mais de 10 mil barris diários de óleo. Utilizando a plataforma semissubmersível Sedco 135-D, o Sistema de Produção Antecipada de Enchova entrou em produção em 13 de agosto de 1977, em 124 metros de lâmina d'água, inaugurando a produção na Bacia de Campos.

Essa experiência reduziu o tempo normalmente gasto entre a descoberta de petróleo e o início da produção comercial e foi um marco de avanço tecnológico, que se multiplicou em águas profundas (mais de 400 metros de lâmina d'água) e ultra profundas (a partir de 1.000 metros).

O exemplo de Enchova motivou a Petrobrás a instalar vários sistemas antecipados na Bacia de Campos. Esses sistemas, concebidos para utilização provisória, possibilitaram tais resultados que se transformariam em opções permanentes, os sistemas flutuantes de produção, modelo para a produção em campos em águas profundas, uma tecnologia que se tornou vanguarda no mundo e levou a Petrobrás a bater vários recordes internacionais.

1975, O PRÓ-ÁLCOOL E OS CONTRATOS DE RISCO

Depois dos avanços de 1974 na exploração de petróleo no mar, muito promissores mas de resultados que ainda demorariam, o governo Geisel partiu em 1975 para os projetos do Pro-Álcool e

dos contratos de risco com empresas privadas para a exploração de petróleo.

Como o Brasil importava 80% do petróleo que consumia, o Pro-Álcool propunha que se usasse álcool-motor em vez de derivados como a gasolina, para economizar petróleo e reduzir sua importação. O Pro-Álcool foi concebido pelo engenheiro, físico e professor José Walter Bautista Vidal, Secretário de Tecnologia Industrial do Ministério da Indústria e Comércio, em parceria com o Coronel-Aviador Urbano Ernesto Stumpf, Chefe da Divisão de Motores do Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento do Centro Tecnológico da Aeronáutica, o antigo ITA, de São José dos Campos, no Estado de São Paulo

Desde 1973, Stumpf e sua equipe trabalhavam com protótipos de carros a álcool e os testes davam resultados positivos, que se combinavam com o fato de o Brasil dispor de solo fértil, canaviais e destilarias, bastando o governo estimular a produção de álcool para desenvolver um mercado alternativo e reduzir as importações de petróleo.

Graças aos subsídios ao plantio de cana, à construção de novas destilarias e à ampliação das já existentes, as primeiras versões dos motores a álcool desenvolvidos pelo Centro Tecnológico da Aeronáutica foram testadas com sucesso no Circuito da Integração Nacional, em outubro de 1976, quando um Dodge, um Fusca e um Gurgel Xavante movidos a álcool percorreram 8 mil quilômetros em nove Estados, enfrentando estradas e rodovias das mais variadas condições.

O primeiro carro a álcool foi lançado em 1979 e na primeira década do Pro-Álcool os resultados foram positivos. Em 1983, as vendas do carro a álcool dominaram o mercado brasileiro. Em 1991, aproximadamente 60% dos cerca de 6 milhões de carros do país eram a álcool. De 1975 a 2000, foram produzidos cerca de 5,6 milhões de veículos a álcool hidratado.

Além disso, o Pro-Álcool promoveu a mistura de uma fração de álcool anidro (de 1,1 a 25% à gasolina consumida por uma frota superior a 10 milhões de veículos, evitando, assim, emissões de gás carbônico da ordem de 110 milhões de toneladas de carbono e a importação de aproximadamente 550 milhões de barris de petróleo, com uma economia de divisas da ordem de 11,5 bilhões de dólares.

Também em 1975 o governo Geisel teve de recorrer aos contratos de risco. Nesse ano os avanços da Petrobrás na Bacia de Campos eram consideráveis, mas só a médio prazo haveria resultados concretos. Enchova, por exemplo, começou a produzir petróleo em 1977 e Garoupa em 1979. Enquanto isso as importações de petróleo consumiam as receitas cambiais do país, a dívida externa aumentava, caía a taxa de crescimento econômico do país e o desequilíbrio do balanço de pagamentos se agravava.

Foi nesse contexto que começou a ser estudada no governo a adoção de contratos de risco entre a Petrobrás e empresas estrangeiras, para a pesquisa e possível exploração de petróleo na plataforma continental brasileira.

Em reunião do ministério, manifestaram-se contra os contratos de risco os Ministros Severo Gomes, da Indústria e Comércio, e Azeredo da Silveira, das Relações Exteriores. Geisel, a contragosto, não viu outra alternativa e na noite de 9 de outubro fez um pronunciamento dramático pela TV, para anunciar a decisão de autorizar os contratos.

Nesse pronunciamento ele reiterou o que dissera ao deixar a presidência da Petrobrás para ser candidato à Presidência da República e disse que o monopólio estatal previsto em lei não devia ser entendido como um fim em si mesmo e sim um meio para “assegurar, nas melhores condições possíveis, o abastecimento nacional de petróleo”.

Logo depois, para assegurar o fornecimento de petróleo pelos países árabes, a delegação brasileira na ONU votou a favor de uma moção que condenava o sionismo como uma forma de discriminação racial, o que provocou uma nota oficial de desaprovação dos Estados Unidos.

Nessa ocasião, o chanceler Azeredo da Silveira teria declarado a Henry Kissinger, Secretário de Estado dos Estados Unidos, que “talvez essa mudança não fosse tão brusca”, caso eles tivessem um milhão de barris de petróleo para fornecer diariamente ao Brasil.

— Com a produção na ordem de 200 mil barris diários para um consumo superior ao milhão de barris diários — escreveria Pedro Pinho no Monitor Mercantil — Geisel ... resolve abrir a exploração de petróleo em nossas bacias sedimentares às empresas estrangeiras, privadas ou estatais.

— O primeiro contrato foi assinado em 1977 com a British Petroleum (BP). Geisel conhecia a capacitação técnica dos geólogos e geofísicos da Petrobrás. Diversas vezes observara sua participação em congressos internacionais e na numerosa quantidade de artigos desses profissionais nas mais importantes publicações técnicas sobre petróleo.

— De algum modo, tenha ou não sido também seu objetivo, os contratos de risco nada de significativo obtiveram, mas demonstraram a alta qualidade dos profissionais da Petrobrás, que continuavam a descobrir e produzir petróleo no Brasil e no exterior.

1976: O CAMPO GIGANTE DE MAJNOON, NO IRAQUE

De todos os lugares no exterior em que poderia explorar petróleo para atender ao consumo no Brasil, era o Iraque o mais promissor quando a Petrobrás criou a Braspetro em 1972. Em

longo e detalhado depoimento a Paulo Moreira Leite para o site 247, o geólogo Guilherme Estrella, que participou da atuação da Braspetro no Iraque e mais tarde seria o grande condutor da descoberta do Pré-Sal, reconstituiria a chegada brasileira ao Iraque em 1973:

— No início da década de 1970, o Brasil vivia uma fase de grande crescimento econômico. Mas naquele tempo nossa produção de petróleo era baixa: as importações cobriam 80% das necessidades do país. Não tínhamos pesquisas apuradas, capazes de identificar a riqueza de nossas reservas e, por isso, em 1972 foi criada a Petrobrás Internacional, Braspetro. Sua missão era explorar e produzir petróleo no exterior, usando a tecnologia que já possuíamos para reforçar o suprimento nacional.

— Em julho de 1971, o governo do Iraque nacionalizou as empresas estrangeiras que controlavam o setor de petróleo e gás do país. Numa decisão obviamente a mando dos países de origem dessas empresas — Estados Unidos, Reino Unido, França e Holanda — a Corte Internacional de Haia decretou o bloqueio do petróleo iraquiano, que a partir de então não poderia ser comercializado. Era uma forma de estrangular um esforço legítimo de um país por sua soberania, que inclui o melhor aproveitamento possível dos recursos naturais, que deve ser assegurado a toda nação.

— Em 1973, o preço do barril de petróleo quadruplicou. Numa medida que seria seguida por outros países, que se recusavam a arcar com um prejuízo que não lhes dizia respeito, o governo brasileiro decidiu quebrar esse bloqueio. Naquele período, Ernesto Geisel era o presidente da Petrobrás. Os países da OPEP fizeram um movimento na mesma direção. Para estimular a chegada de investimentos de fora, criaram a categoria de “cliente preferencial”, que envolvia um conjunto de facilidades para países importadores dispostos a explorar petróleo em seus territórios. Era uma decisão política, como tudo o que acontece no petróleo.

A Braspetro foi para o Iraque em 1973 como prestadora de serviços e aproveitando as potencialidades da condição de cliente preferencial e logo iniciou trabalhos de exploração, sabendo que se entregava a um trabalho de risco, “mesmo com apoio de excelentes estudos de geologia de superfície e de geofísica”.

— O primeiro poço foi aberto — prossegue o depoimento de Estrella — sem sucesso. Mas aprovamos a perfuração de um segundo poço. Era Majnoon, onde assumi, em 1976, o cargo de gerente de exploração. Num trabalho de equipe, que envolveu vários profissionais por um longo período de estudo, e que não deve de forma alguma ser visto como fruto de uma ação individual, logo surgiram sinais de que se tratava de uma reserva realmente enorme.

Inicialmente se esperava que o campo, no sul do Iraque e descoberto em 1976, tivesse uma reserva de sete bilhões de barris, com um óleo entre pesado e médio. Logo, porém, verificou-se que Majnoon estava entre os campos de petróleo mais ricos do mundo, com reservas de óleo de 23 a 25 bilhões de barris e reservas provadas de 12,8 bilhões de barris. Essa reserva “realmente enorme”, como a qualificou Estrella, era tão grande que, nos anos seguintes foi possível perceber uma situação insustentável, do ponto de vista político e estratégico.

— O governo do Iraque — acrescentou Estrella — não tinha condições de deixar a exploração de Majnoon com uma empresa de país estrangeiro, ainda que fosse do Brasil, país que se recusara a participar do boicote. Em 1978, o contrato foi suspenso. É bom reconhecer que não éramos donos de Majnoon. Éramos prestadores de serviço do governo iraquiano, apenas.

A Braspetro tinha furado 20 poços no campo e colocado 14 sondas de perfuração em serviço.

Em outra passagem de seu depoimento a Paulo Moreira Leite, Estrella examinou acontecimentos posteriores à descoberta de

Majnoon, como a invasão do Iraque pelos Estados Unidos e a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) em 2003:

— A história do super campo de Majnoon, com uma reserva que chegamos a estimar em 80 bilhões de barris, é especialmente importante, porque ajuda a entender o caráter criminoso que pode assumir a disputa pelas áreas ricas em petróleo. Esse campo era o verdadeiro alvo dos invasores do Iraque em nome da chamada Colonização da OTAN, promovendo um genocídio que envergonha qualquer noção de civilização. A barbárie promovida no Iraque, com base na mentira inventada de que o país possuía armas de destruição em massa, é uma lição exemplar sobre a absoluta falta de qualquer sentido ético por parte do esforço das grandes potências para garantir seu suprimento de gás e petróleo. A causa real dessa invasão, um ato de pirataria em pleno século XXI, foi a tentativa, apoiada por tropas e forças mercenárias, de recuperar Majnoon.

O GOVERNO FIGUEIREDO E A SEGUNDA CRISE DO PETRÓLEO

O General João Figueiredo, sucessor de Geisel e último Presidente dos vinte anos de governo militar iniciados pelo golpe de 1964, teve sua escolha formalizada pelo Colégio Eleitoral a 15 de janeiro de 1979. No dia seguinte, o Xá Reza Pahlevi fugia do Irã, derrubado pela revolução republicana liderada pelo Aiatolá Khomeini — revolução que seria a causa da segunda crise mundial do petróleo e de consequências para a economia brasileira tão devastadoras quanto as da primeira crise.

Figueiredo tomou posse a 15 de março e já em julho advertia que o Brasil teria necessidade de adotar “uma nova economia de guerra”. No mesmo pronunciamento, ele anunciou o congelamento das importações de petróleo e a criação do Conselho Nacional de Energia, presidido pelo Vice-Presidente Aureliano Chaves e com-

posto por oito ministros, os presidentes do Conselho Nacional de Petróleo, da Petrobrás e da Eletrobrás e mais três cidadãos, “de reputação ilibada e notório saber no campo da energia”.

Desse pronunciamento em diante, o governo priorizou sua ação em favor do Pro-Álcool e outras fontes de energia alternativa e a Petrobrás intensificou a prospecção de petróleo na plataforma submarina, conseguindo dobrar a produção de petróleo de 160 mil para 320 mil barris diários entre 1979 e 1982.

No início dos anos 80, a Petrobrás já tinha um grande conhecimento geológico e geofísico da Bacia de Campos e pôde avançar para uma nova fronteira em águas profundas e depois em águas ultra profundas. Já em 1984, último ano do governo Figueiredo foi encontrado o campo gigante de Albacora, o primeiro em águas profundas, chegando a 1.100 metros.

No governo Figueiredo a Petrobrás teve avanços como a descoberta de Albacora, mas ela e o Brasil inteiro sofreram as pesadas consequências do segundo choque do petróleo.

Em 1978, imediatamente antes da investidura de Figueiredo, o preço médio internacional do petróleo estava em 12 dólares (contra os 3 dólares de antes do primeiro choque do petróleo em 1973). Em 1979, ele subiu de 12 para 29 dólares, em consequência do segundo choque, e em 1980 chegou a 35 dólares.

A dívida externa do Brasil, pesadamente castigada pelas despesas sempre crescentes com a importação de petróleo, cresceu 50 milhões de dólares entre a posse de Figueiredo em 1979 e os últimos momentos de seu governo e chegara aos 100 bilhões no fim de 1984.

E a inflação de 46% em março de 1979, que Figueiredo encontrara ao assumir, subira para 223% em dezembro de 1984.



23

OS PRIMEIROS GOVERNOS CIVIS DEPOIS DE VINTE ANOS

Esta foi a última eleição indireta no Brasil! — disse Tancredo Neves no plenário da Câmara dos Deputados na manhã de 15 de janeiro de 1985, nas primeiras e muito aplaudidas palavras de seu discurso como Presidente eleito da República, minutos depois da reunião do Colégio Eleitoral que o tinha escolhido.

Tancredo presidiria o primeiro governo civil no Brasil em vinte anos, depois dos cinco Generais-Présidentes do regime militar implantado pelo golpe de 1964. Ele deveria tomar posse na manhã de 15 de março, dois meses depois, mas na noite da véspera teve de ser internado para uma cirurgia intestinal de emergência no Hospital de Base de Brasília e quem tomou posse, interinamente, foi o Vice eleito com ele, José Sarney.

O exercício interino da Presidência tornou-se definitivo com a morte de Tancredo na noite de 21 de abril, que colocou Sarney diante da responsabilidade de conduzir a transição não apenas de um governo a outro, mas de um regime a outro — uma transição que ainda enfrentava resistências nos grupos radicais remanescentes do regime militar encerrado pela posse que deveria ser de Tancredo mas teve de ser dele.

Ao lado dessa resistência, amortecida pelo trauma decorrente da doença e da morte de Tancredo, o governo Sarney tinha a herança da inflação deixada pelo governo Figueiredo, de 223% em dezembro de 1984, e de uma dívida externa de 100 bilhões de dólares. Era preciso ativar logo a rolagem e a renegociação dessa dívida, que estrangulava a economia do país e se multiplicava desde os choques do petróleo dos anos 70, mas o mais urgente era enfrentar a inflação ou ao menos reduzir o ritmo de seus assustadores avanços mensais.

Sarney sabia-se um Presidente fraco e que seu governo poderia não durar, derrubado pela inflação, combinada com o irredentismo dos grupos que se opunham à transição para o governo civil e com a resistência oposta a sua escolha para Vice de Tancredo por ter sido antes. Por isso Sarney orientou a política econômica do mandato que começava a exercer para um modelo de combate à inflação que de todas as formas excluía a recessão.

Mais tarde Sarney poderia dizer que em seu governo o Brasil não tinha vivido um só dia de recessão. Para garantir que não houvesse recessão, Sarney logo reajustou o salário mínimo com um decreto que cobria as perdas causadas pela inflação e ainda aumentava seu poder de compra em 6% reais, acima da inflação.

Sarney não ignorava que um aumento real de 6% no salário mínimo provocaria o realinhamento dos outros salários e uns e outros alimentariam a espiral inflacionária. Mas já devia saber o que os índices de abril revelariam nos próximos dias: que a inflação caíra nesse mês para 7,2%.

Ao ser anunciado esse número, o Ministro da Fazenda Francisco Dornelles declarou esperar índices ainda menores ou pelo menos iguais, mas não índices maiores, nos meses seguintes. Para conseguir essa queda, explicou, o governo vinha recorrendo e continuaria a recorrer ao congelamento de preços administrados e de tarifas de serviços públicos.

A CONTRIBUIÇÃO DA PETROBRÁS NA LUTA CONTRA A INFLAÇÃO

Entre esses preços estavam os dos derivados de petróleo fornecidos pela Petrobrás, que assim passou a dar uma grande contribuição à política econômica do governo, absorvendo os prejuízos do congelamento.

A boa notícia de que a inflação caía foi o ponto alto de uma reunião do ministério a 7 de maio e Sarney pôde dizer:

— Embora essas políticas não costumem produzir resultados expressivos em curto prazo, a inflação em abril já se situou em 7,2%. De outra parte, o crescimento anual da base monetária que, em início de março, era de 260%, baixou, no final de abril, para 207%.

Numa economia estrangulada pela dívida externa, que, com a inflação em queda, passava a ser o maior problema do Brasil naquele momento, outra boa notícia que Sarney tinha para anunciar era a situação do comércio exterior do país:

— O equilíbrio das contas externas — disse ele na reunião do ministério — está sendo buscado através da obtenção de significativo superávit no comércio exterior. A prioridade concedida ao financiamento das exportações contribuiu para que o saldo comercial do mês de abril ultrapassasse 1 bilhão de dólares. O nível das reservas brasileiras está na casa dos 8 bilhões de dólares.

Isso aliava momentaneamente, mas não resolvia a questão da dívida externa, que chegava à beira dos 100 bilhões de dólares em fins de 1984. Os vencimentos em cada um dos próximos cinco anos seriam de cerca de 14% desse total, ou seja, já no ano de 85 o Brasil teria de pagar quase 13 bilhões, e outros 13 bilhões em 86, 87, 88 e 89, ao longo de todo o período previsível do governo Sarney. As reservas brasileiras e o superávit comercial não seriam suficientes sequer para cobrir os pagamentos até o fim daquele ano.

A dívida externa de países em desenvolvimento, como o Brasil, crescera exponencialmente em virtude das crises mundiais do petróleo, a partir de 1973, quando o preço do barril de óleo cru passara primeiro de 3 a 12 dólares e depois chegara aos 30. O Brasil ainda era grande importador e subitamente passou a pagar dez vezes mais pela mesma quantidade de petróleo.

Em 1985, o Brasil já produzia metade do petróleo que consumia, muito acima, portanto, dos 14% registrados em 1979, mas ainda tinha de importar metade de seu consumo e este poderia aumentar consideravelmente à medida que a economia crescesse para sustentar o poder aquisitivo dos salários.

Em setembro Sarney foi a Nova York para discursar na abertura da assembleia anual da ONU, e lembrou que no Brasil o salário mínimo ainda equivalia a 50 dólares e seria ainda menor se ele não o tivesse majorado em 100% às vésperas do 1º de maio. Pois esse país de 50 dólares de salário mínimo teria de pagar, nos próximos quatro anos, cerca de 50 bilhões de dólares só de juros de uma dívida externa que na verdade era exponencialmente menor, porque ao preço das importações de petróleo se acrescentavam os juros e outros encargos extorsivos da dívida externa.

— Esta — diz Sarney na ONU — é a situação de um país que tem potencialidades, uma pauta diversificada de exportações que vai de produtos primários a derivados de petróleo, produtos industrializados, máquinas e até aviões. Podemos avaliar o impacto destes fatores em outros países sem as nossas condições.

O Brasil, como lembrou Sarney na ONU, já exportava derivados de petróleo, mas estava prestes a iniciar conversações para a exportação, também, de tecnologia de petróleo.

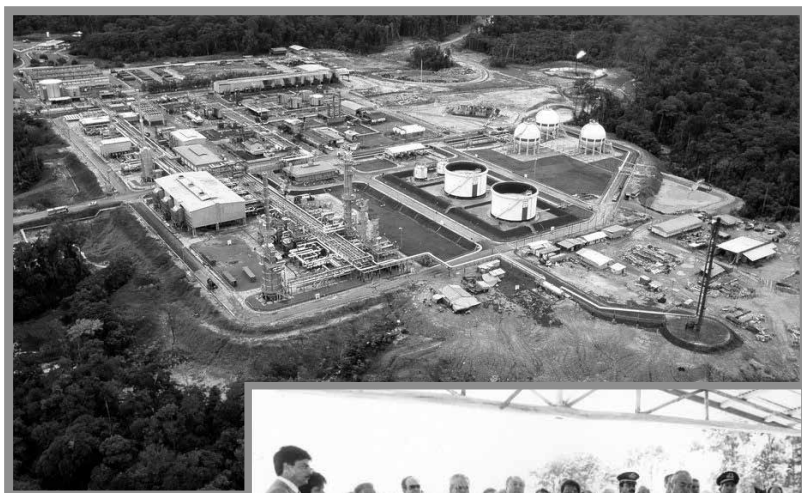
A 31 de outubro chegou a Brasília, em visita oficial, o Primeiro-Ministro da China comunista, Zhao Ziyang, e Sarney, quebrando o protocolo, foi recebê-lo no aeroporto. A China pretendia importar a tecnologia de petróleo da Petrobrás, que já se firmara na Bacia de Campos, primeiro passo da escalada que a levaria futuramente ao Pré-Sal. A China queria também importar aço do Brasil e produtos primários como minério de ferro e grãos.

1986: A PETROBRÁS DESCOBRE O CAMPO DE URUCU, NA AMAZÔNIA

1986 foi o ano do Plano Cruzado, que zerou a inflação, mas depois frustrou-se pelas imposições eleitorais do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), o partido que controlava o Congresso, e o ano da eleição da Constituinte convocada por iniciativa de Sarney — um ano de alta voltagem política.

Apesar disso, os avanços da Petrobrás continuavam, embora sacrificada pelo cerceamento do preço de seus derivados, que eram calculados pelo custo de produção, não pela política praticada no futuro de enriquecer parasitariamente acionistas minoritários. A Petrobrás investia em seu projeto de encontrar e explorar petróleo, de preferência no próprio Brasil, e em 1986 encontrou muito petróleo na Amazônia.

Trinta anos antes, recém fundada, a Petrobrás vivera a esperança e a decepção da experiência de Nova Olinda, na Amazônia. Mas a pesquisa não cessara e em 1986 a Amazônia finalmente revelou resultados positivos, com a descoberta das reservas de petróleo no Rio Urucu, próxima a esse rio, na Bacia do Solimões.



**Exploração
de petróleo
em Urucu na
Amazônia
original**



Presidente Sarney faz um discurso quando da inauguração do campo de petróleo em Urucu

Dessa Província Petrolífera de Urucu, com sede no município de Carauari, a 650 km de Manaus, verificou-se logo que era a maior reserva provada terrestre de petróleo e gás natural do Brasil, mas as primeiras notícias foram cautelosas. Só em abril de 1987 é que Sarney, para contrabalançar a onda de adversidades que vivia, anunciou:

— Achei que era meu dever dar, pessoalmente, uma excelente notícia ao povo brasileiro hoje. Outro dia eu tive a oportunidade de dizer que nós tínhamos perfurado na Amazônia e encontrado petróleo na área do Rio Juruá, na margem do Rio Urucu. Mas, com certa prudência, nós, embora dizendo que esse poço era de exce-

lente qualidade, uma vez que ele produzia 900 barris por dia, com 600 barris de concentrado de petróleo e também 500 mil metros cúbicos de gás, fomos cautelosos em não dizer que se tratava ainda de uma província produtora de petróleo.

— Mas agora eu posso anunciar que ontem à noite, depois de a Petrobrás perfurar o segundo poço, a 14 quilômetros de distância do primeiro, nós constatamos, comprovadamente, a existência de uma grande província produtora de petróleo na Amazônia. Essa província, já dimensionada, é de 100 quilômetros quadrados. Para que se possa verificar a dimensão dessa descoberta, basta dizer que esses dois poços são os melhores poços de petróleo em terra existentes no País.

Se o ano de 86 foi o da descoberta de petróleo em terra, na Amazônia, o de 1987 marcou um novo avanço no mar, com o início da produção no campo de Albacora, na Bacia de Campos — ainda a produção “antecipada”, em que a Petrobrás não esperava pela instalação de uma plataforma definitiva, mas armazenava provisoriamente num navio o petróleo extraído do fundo do mar.

Isso aconteceu em outubro, com o poço 1-RJS-297, que, com mais cinco poços, integrava a Fase I de exploração do campo. O que os poços extraíam seguia por manifold (MSP-1) para o navio de processamento P. P. Moraes (manifold é uma palavra inglesa que significa múltiplo e é utilizada quando são necessários vários tubos de entrada ou de saída de uma única instalação).

Os principais objetivos dessa Fase eram a antecipação de produção e a coleta de dados de produção e de reservatórios.

Em 1989, com a instalação de mais um manifold de produção foi possível interligar mais seis poços, sendo cinco no Arenito Marlim e um no Arenito Namorado, dando início a Fase IA que foi concluída em 1993, com a substituição do P. P. Moraes pela plataforma P-24 e a interligação de mais dois poços produtores no Arenito

Marlim e um no Namorado. O pico de produção do Campo de Al-bacora ocorreu já em dezembro de 1998, com a produção média de 199.800 barris/dia.

A verdadeira saga das descobertas e dos avanços da Petrobrás foi consagrada pela Assembleia Nacional Constituinte, que em 1988 introduziu o monopólio estatal do petróleo no texto da nova Constituição, em termos até mais abrangentes que os da Lei 2.004, que criara a Petrobrás.

Pelo art. 177 da Constituição, tal como originalmente votada, constituíam monopólio da União, além de atividades de menor porte ligadas à indústria petrolífera, a pesquisa e a lavra das jazidas de petróleo e gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos; a refinação do petróleo nacional ou estrangeiro; a importação e exportação dos produtos e derivados básicos resultantes dessas atividades; e o transporte marítimo do petróleo bruto de origem nacional ou de derivados básicos de petróleo produzidos no país, bem assim o transporte, por meio de conduto, de petróleo bruto, seus derivados e gás natural de qualquer origem.

Esse artigo da Constituição, aprovado por enorme maioria na Constituinte, vigorou por menos de dez anos. A pretexto de ser “flexibilizado”, ele foi na verdade revogado por uma emenda constitucional votada em 1995, no primeiro ano do governo Fernando Henrique Cardoso.

Já se espalhava pelo mundo o arrastão neoliberal iniciado em 1979/1980 pela ascensão ao poder de Reagan nos Estados Unidos e da sra. Thatcher na Inglaterra — o Brasil começou a ser contaminado em 1989, um ano depois do encerramento da Constituinte, pela eleição de Fernando Collor para a Presidência da República.

Collor foi envolvido logo por denúncias de corrupção — em seu caso verdadeiras — e, derrubado por um processo de impeachment, não teve tempo de agir a fundo contra a Petrobrás. Ao con-

trário dele, seu Vice e sucessor Itamar Franco defendeu a Petrobrás de todas as formas.

Graças a isso, a Petrobrás chegou inteira ao governo Fernando Henrique. E graças a toda a sua história sobreviveu a este.

O GOVERNO COLLOR

O governo Collor, empossado a 15 de março de 1990, começou agindo contra a Petrobrás pelos flancos. Um decreto de Collor logo depois da posse extinguiu suas subsidiárias Interbrás e Petromisa e o Conselho Nacional do Petróleo.

A Interbrás, Petrobrás Comércio Internacional S.A., era uma estatal 100% controlada pela Petrobrás, criada no governo Geisel para atuar no comércio exterior, alavancando a ação de empresas privadas brasileiras com o poder econômico decorrente da ação da Petrobrás como grande importadora e já exportadora. Ela tinha subsidiárias ou escritórios em Londres, Rotterdam e Nova York e os negócios possibilitados por ela chegaram a movimentar cerca de 4 bilhões de dólares por dia.

A Petromisa, também criada pelo governo Geisel, tinha por objetivo a exploração de cloreto de potássio, adubo químico, em Sergipe. Ela produzia cerca de 12% do potássio consumido no Brasil e sua atividade era altamente lucrativa.

A extinção de duas empresas tão lucrativas teve como pretexto a opção de concentrar a Petrobrás em sua principal atividade, o petróleo. No caso da Interbrás, sua extinção privou o Brasil, não só a Petrobrás, de um poderoso mecanismo de abertura de oportunidades para empresas privadas brasileiras.

Segundo o ex-Ministro das Minas e Energia e ex-Presidente da Petrobrás Shigeaki Ueki, “não havia qualquer razão para fechar a Interbrás”:

— Era uma subsidiária lucrativa. O governo, através da Petrobrás, apoiou os exportadores brasileiros para conquistar mercado no Oriente Médio, principalmente em países exportadores de petróleo: como éramos grandes compradores de petróleo, éramos bem recebidos. Fizemos várias operações de troca daquilo que temos condições de produzir e exportar ... Se a Interbrás continuasse existindo na reconstrução do Iraque, a Petrobrás já estaria lá, com as empresas de engenharia.

Pior que a extinção da Interbrás e da Petromisa foi, politicamente, a extinção do CNP, o Conselho Nacional do Petróleo, que era o órgão normativo da política de petróleo e existia desde 1938, quando Getúlio Vargas, em seu primeiro governo, anulou todas as concessões até então outorgadas a empresas privadas nacionais e estrangeiras e assim abriu caminho para a Petrobrás, que criaria no segundo governo.

O Conselho tinha representantes de vários ministérios, inclusive o então Ministério da Guerra, depois chamado de Ministério do Exército e afinal, com a criação do Ministério da Defesa, encarregado do conjunto das Forças Armadas, rebatizado de Comando do Exército.

Nos primeiros tempos do governo provisório da Revolução de 30, foi o Estado-Maior do Exército que estudou e levantou a questão do petróleo. Em caso de alguma situação interna ou de fronteira que exigisse a mobilização e movimentação de forças do Exército, este não teria mais de quinze dias de estoques de combustível para agir. E foi em função desses estudos que Getúlio, já em 1931, assinou sua primeira decisão sobre petróleo, fazendo depender de aprovação do governo federal as concessões que os governos dos Estados outorgavam a grupos privados locais e internacionais.

Finalmente, foi no CNP que o futuro Presidente Ernesto Geisel adquiriu a experiência que lhe permitiria defender a Petrobrás em pareceres e votações no próprio Conselho e depois presidi-la e,

como Presidente da República, apoiá-la em sua prioridade para o mar e em sua ação internacional.

A extinção do Conselho Nacional do Petróleo serviria imediatamente para afastar o Exército e o conjunto das Forças Armadas da discussão e formulação da política governamental do petróleo. Elas e ele eram quase unânimes ao considerar o petróleo um bem estratégico e não uma commodity qualquer, como se pregava no arrastão neoliberal que chegava ao poder no Brasil com o governo Collor.

A longo prazo, a inexistência do CNP facilitaria no governo Fernando Henrique Cardoso a criação da ANP, a Agência Nacional do Petróleo, que na prática seria uma agência nacional contra a Petrobrás.

O RECORDE MUNDIAL DE PROFUNDIDADE

A longo prazo, os objetivos estratégicos do governo Collor seguiam as recomendações do Consenso de Washington, o seminário que, em novembro de 1989, reunira representantes do governo dos Estados Unidos, do FMI, do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento, além de economistas de países latino-americanos, para impor a esses países as práticas do neoliberalismo.

Os princípios gerais do Consenso de Washington eram a retirada do Estado das atividades econômicas; a abertura dos mercados nacionais para a importação de bens e serviços e a entrada de capitais de risco; e a estabilidade monetária, por meio do combate intransigente à inflação, ainda que à custa de recessão, desemprego, arrocho salarial e diminuição dos investimentos públicos na área social.

Enquanto não era atacada por medidas como essas, a Petrobrás continuava com seus avanços e em setembro de 1990, seis

meses depois da posse de Collor e apesar do nenhum estímulo de seu governo, ela atingiu a produção de 682 mil barris por dia. Seu desempenho financeiro também foi excepcional: em fevereiro de 1991 ela anunciou um lucro de 577 milhões de dólares em 1990, e em julho de 1991 bateu o recorde mundial de profundidade na exploração de petróleo offshore (no mar).

Em vez de se felicitar por esses resultados, o governo Collor passou a emitir sinais de que pretendia uma reformulação mais profunda da política para o petróleo, com a revogação parcial do monopólio estatal.

MOTTA VEIGA E O CENPES

Era Presidente da Petrobrás nesse momento, nomeado por Collor, um executivo de grande prestígio no mercado financeiro, Luís Octávio da Motta Veiga, que presidira a CVM, Comissão de Valores Mobiliários, órgão normativo e fiscalizador das bolsas de valores.

Motta Veiga chegou à Petrobrás inteiramente convencido das vantagens e até da necessidade de privatizar tudo que fosse estatal e pensou desde logo em vender o Cenpes, o Centro de Pesquisas da Petrobrás, que tinha sido o principal indutor de avanços como o recorde mundial de profundidade em exploração de petróleo no mar.

Embora dotado de boa sofisticação intelectual em matéria financeira, Motta Veiga era um aderente incondicional à ideia simplória de que tecnologia se compra, não precisa produzir. Mas quando foi conhecer o Cenpes por dentro, não pôde deixar de verificar que ali se produzia tecnologia avançada que não existia para comprar em nenhum outro lugar.

Essa constatação mudou de estalo a visão de Motta Veiga sobre o Cenpes e o conjunto da Petrobrás. Coisa parecida acontecera em 1964, nos primeiros momentos depois do golpe, quando o Mare-

chal Ademar de Queiroz, nomeado Presidente da Petrobrás para “limpá-la” da presença de subversivos e corruptos em seus quadros, visitou pela primeira vez suas instalações na Bahia e ficou impressionado com o clima de trabalho, seriedade e competência que lá encontrou.

Também em setembro de 1990, seis meses apenas depois de nomeado, Motta Veiga demitiu-se da Presidência da Petrobrás, por recusar um contrato de fornecimento privilegiado para a VASP, a empresa aérea recém-privatizada do governo de São Paulo.

Motta Veiga denunciou pressões que estaria sofrendo de Paulo César Farias, o já famoso PC Farias, tesoureiro da campanha de Collor, e do secretário-geral da Presidência da República, embaixador Marcos Coimbra, cunhado de Collor, para fornecer combustível à VASP com financiamento a longo prazo e isenção de juros.

Collor negou as acusações e afirmou que “o fato de ser parente do Presidente, amigo do Presidente, conhecido do Presidente” não dava a qualquer pessoa salvo-conduto nem “delegação do Presidente para agir em seu nome”.

Depois surgiram outras denúncias de corrupção envolvendo a Petrobrás e também a Petros, seu fundo de pensões, denúncias que atingiam um auxiliar direto de Collor, o Secretário de Assuntos Estratégicos do governo, Pedro Paulo Leoni Ramos.

Em março de 1991, tornou-se claro e oficial o desejo de Collor de privatizar a Petrobrás — o que de saída despertou suspeitas da mesma ordem das que tinham levado Motta Veiga a demitir-se no ano anterior. Esse propósito ficou claro no Projeto de Reconstrução Nacional anunciado pelo governo e constituído por sete emendas constitucionais, 42 projetos de lei e dez decretos que tinham por objetivo “reerguer a economia, resgatar a dívida social e quebrar o monopólio estatal em várias atividades”. A expressão escondia o fato de que uma atividade (a exploração de petróleo), e uma empresa (a Petrobrás), eram o alvo principal do projeto.

Não era fácil fazer andar a privatização da Petrobrás, que dependeria em primeiro lugar da aprovação de uma emenda constitucional que autorizasse a quebra do monopólio estatal do petróleo. O governo não dispunha de apoio no Congresso para isso e a difícil situação econômica em que ele próprio enfiara o país, com o congelamento dos ativos financeiros no momento de sua posse, não aconselhava ousadias desse porte.

Assim a Petrobrás, movida por uma espécie de autopropulsão política, continuou a avançar e em 1992 recebeu o prêmio OTC Distinguished Achievement Award, o mais importante da indústria do petróleo, concedido a ela na Offshore Technology Conference em homenagem ao fato de sua tecnologia no mar ter alcançado a profundidade de dois mil metros.

Nesse ano, porém, uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) investigou e confirmou denúncias de corrupção contra Collor e a Câmara dos Deputados aprovou a 29 de setembro, por 441 a 38 votos, o pedido de impeachment que o afastou provisoriamente do cargo. A 29 de dezembro, o Senado estava reunido para decidir sobre sua destituição e afastamento definitivos quando ele renunciou ao mandato e o Vice Itamar Franco, que o substituíra interinamente, tornou-se seu sucessor.

O GOVERNO ITAMAR FRANCO

As disposições do Vice Itamar Franco em relação à Petrobrás, ao assumir a Presidência da República em outubro de 1992, ficaram claras já na escolha de seu Ministro das Minas e Energia, o deputado Paulino Cícero de Vasconcelos, de Minas Gerais e de notórias convicções em defesa da Petrobrás — as mesmas, aliás, do próprio Itamar enquanto Senador, entre 1975 e 1990.

Outra escolha que deixava claras as disposições de Itamar foi a do socialista Antônio Houaiss, um dos mais importantes intelectuais brasileiros de sua época, para o Ministério da Cultura.

Ao empossar esses e os demais ministros, Itamar fez um pronunciamento no qual definiu como sua primeira tarefa “colocar, em caráter de urgência, a administração de fato a serviço do Estado, e este, a serviço da nação”.

Referindo-se claramente à política econômica de Collor, Itamar afirmou que seu governo “desceria ao áspero solo da realidade” para repelir a modernidade “criminosa e cruel” que negava ao povo “a dignidade do pão, do alfabeto, do trabalho honrado, da saúde e da alegria”. E contestou a pregação em favor do enfraquecimento do Estado: “Se o Estado não servir para promover a paz, a justiça e o bem-estar entre os homens — acrescentou — para que servirá?”

Ainda em 1992, como Vice em exercício da Presidência antes do afastamento definitivo de Collor, Itamar determinou o adiamento do programa de desestatização para março de 1993, além de baixar decreto que ampliava a parcela de dinheiro vivo a ser usado obrigatoriamente na compra das empresas.

Também em resposta ao pensamento neoliberal que chegara ao poder com a eleição de Collor, Itamar promoveu a celebração de um contrato de gestão entre o governo federal e a Petrobrás, para demonstrar que uma estatal poderia ser conduzida com a mesma flexibilidade e funcionalidade de uma empresa privada. Os contratos de gestão tinham sido previstos pela Constituição Federal de 1988, com o objetivo de fixar metas de desempenho para estatais.

O Decreto nº 1.050, assinado por ele a 27 de janeiro de 1994, estabelecia as condições específicas para a celebração, entre a União Federal e a Petrobrás, do contrato individual de gestão previsto no Programa de Gestão das Empresas Estatais que vinha de 1991, no governo Collor.

Após a celebração do contrato individual de gestão, dizia o decreto, a Petrobrás só ficaria sujeita, no âmbito do Poder Executivo, às normas de controle interno e supervisão ministerial estabelecidas no próprio contrato.

O contrato visaria a aumentar a eficiência e incrementar a competitividade da Petrobrás, assegurando-lhe maior autonomia de gestão administrativa e empresarial, dentro do regime jurídico próprio das empresas privadas, conforme preceituado pelo art. 173, § 1º, da Constituição Federal, e teria como objetivos: eliminar fatores restritivos à flexibilidade de sua ação administrativa e empresarial, com vistas a alcançar seus objetivos estratégicos; atingir metas e resultados específicos, fixados periodicamente e aferidos, conjuntamente pela União e pela Petrobrás, por meio de indicadores e sistemática de avaliação; contribuir para o cumprimento de obrigações assumidas pela Petrobrás em compromissos internacionais e no país, para assegurar o abastecimento do mercado nacional de petróleo, gás natural e derivados, de modo a consolidar a credibilidade da empresa junto aos mercados e às comunidades onde atua, clientes, acionistas empregados e à sociedade; e afinal consolidar a atuação da Petrobrás como empresa integrada de petróleo e competitiva no âmbito internacional.

Todo esse enunciado tentava compensar os escândalos do governo Collor. Antes dele e desde sua fundação, passando inclusive pelos governos militares, a Petrobrás, salvo exceções raríssimas e pontuais, cumprira todos esses objetivos, sem necessidade de qualquer contrato de gestão.

Mas tudo isso mudaria a partir de 1º de janeiro de 1995, com a posse de Fernando Henrique Cardoso, sucessor de Itamar, como Presidente da República.



24

O GOVERNO FHC E SUA PALAVRA DE ORDEM: “O PETRÓLEO É VOSSO!”

O governo Fernando Henrique Cardoso começou no dia 1º de janeiro de 1995, mas a palavra de ordem que o marcaria do começo ao fim só seria dita três anos depois, no dia 16 de janeiro de 1998, por um dos mais importantes e poderosos auxiliares presidenciais, o Diretor-Geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP), David Zylbersztajn — genro, na época, de Fernando Henrique.

Nas palavras finais de seu discurso de posse, em solenidade que era também de instalação dessa Agência, Zylbersztajn declarou:

— Quero dizer para a sociedade que o petróleo é vosso! A sociedade quer mais óleo e menos monopólio!

O Diretor-Geral da ANP tinha resolvido fazer piada com a campanha “O Petróleo é Nosso!”, que nas décadas de 1940 e 1950 mobilizara o país e a maior parte da geração de seus pais contra a entrega do petróleo brasileiro e em favor do monopólio estatal e da Petrobrás. Piada de péssimo gosto, como de modo geral o “humor” medíocre e grosseiro do primitivismo neoliberal, piada que pretendia degradar toda a vitoriosa história da Petrobrás.

Opondo “O Petróleo é Vosso!” a “O Petróleo é Nosso!”, Zylbersztajn não podia querer que parecesse ignorância dizer o que dizia. Ele tinha vinte anos de graduação em engenharia mecânica e dezoito de mestrado na área de energia pela PUC-Rio, já dirigira um curso de doutorado sobre energia e relações internacionais na USP e era doutor em economia da energia pelo Institut d’Economie et de Politique de L’Energie, de Grenoble, na França.

Ele, na verdade, revelava enorme desprezo pela história de seu próprio país e pelos fatos da história da Petrobrás, que eram parte substancial da história do Brasil na segunda metade do século 20.

Mas não foi só isso. Nesse discurso, Zylbersztajn afirmara também, numa cobrança insolente, que a Petrobrás teria que comprovar capacidade técnica e financeira para produzir petróleo em novas áreas pleiteadas por ela recentemente. E acrescentara, num evidente aceno de cumplicidade às multinacionais ali representadas, que a ANP não pretendia ratificar a concessão de todas as áreas requisitadas pela Petrobrás:

— Se o papel da ANP fosse só o de ratificar, ela não precisaria existir — disse.

Depois de definidas as áreas de atuação da Petrobrás, o que deveria ocorrer em cerca de dois meses — e naturalmente aconteceria nesse clima de má vontade e desdém — a ANP daria início ao lançamento dos editais de concessão para novos projetos de exploração de petróleo.

Essa cobrança à Petrobrás escondia, entre outros, o fato de que, nos mais de dez anos de vigência dos contratos de risco, as multinacionais não tinham feito descobertas significativas de petróleo no mar e depois a Petrobrás o fez, em abundância, nos mesmos lugares em que as multinacionais tinham fracassado. Quem, portanto, tinha de demonstrar competência eram elas, as multinacionais, não a Petrobrás.

Afirmações tão abusivas e abusadas como essas foram tomadas como sendo do próprio Fernando Henrique, de quem na época Zylbersztajn era genro. E a “sociedade” à qual este pretendia dirigir-se foi tomada como sendo a comunidade dos dirigentes de empresas petrolíferas privadas, majoritariamente estrangeiras, que ouviam e aplaudiam palavras tão promissoras para eles e tão contra a Petrobrás.

A ELEIÇÃO DE FERNANDO HENRIQUE

A trajetória de Fernando Henrique antes de ser eleito Presidente da República e adotar a palavra de ordem de “O Petróleo é Vosso!” talvez explicasse com que facilidade ele mudava de posição.

Na eleição presidencial de 1989, a primeira pelo voto direto desde 1960, mais de um quarto de século antes, o então Senador Fernando Henrique tinha votado no também Senador Mário Covas, candidato do PSDB, Partido da Social Democracia Brasileira, formado basicamente por uma dissidência do então PMDB e do qual ambos eram fundadores. Mas Covas ficou em quarto lugar, fora do segundo turno e este foi disputado por Collor e Lula e Collor foi eleito Presidente.

Collor, naturalmente, procurou os partidos adversários em busca de apoio e participação destes em seu ministério. Fernando Henrique mostrava-se simpático à proposta e disposto a assumir algum ministério, mas imediatamente Covas vetou tanto o apoio quanto a participação do PSDB no novo governo.

Dois anos depois, Fernando Henrique foi um dos articuladores do impeachment de Collor, votado em setembro de 1992, e da organização do governo de Itamar Franco, no qual ocuparia inicialmente o cargo de Ministro das Relações Exteriores.

Em maio de 93, Itamar nomeou-o Ministro da Fazenda, com a expectativa de que Fernando Henrique montasse uma grande equipe para a adoção de medidas radicais contra a inflação, que aumentava perigosamente. Essa equipe veio a ser basicamente a que formulara o Plano Cruzado, de Sarney, e trabalhou a partir da experiência acumulada por esse plano, para formular o que veio a ser o Plano Real.

No fim de março de 94, com o Plano quase pronto, Fernando Henrique deixou o Ministério para ser candidato a Presidente, lançado por Itamar e sustentado politicamente pelo êxito que a nova política econômica viesse a ter.

É curioso que, antes de assumir o Ministério da Fazenda, Fernando Henrique tinha escassas perspectivas eleitorais e temia uma nova candidatura ao Senado. Ele estava no fim de seu segundo mandato de senador, conquistado meio de carona em 1986, na crista do sucesso eleitoral do Plano Cruzado e de que naquela eleição cada Estado elegeria dois senadores.

Pelo PMDB de São Paulo os candidatos eram o ex-Prefeito Mário Covas, para quem se previa grande votação, e Fernando Henrique, de quem nem se podia avaliar o potencial, porque em sua única candidatura anterior, a de 1978, ele fora eleito apenas, por uma sublegenda do antigo MDB, suplente do vencedor, o Senador Franco Montoro. Quatro anos depois, em 1982, Montoro foi eleito Governador de São Paulo e Fernando Henrique herdou os quatro anos restantes de seu mandato de senador.

Em 86, com duas vagas em disputa, era natural que tentasse a reeleição e ele a conseguiu, em grande parte alavancado pela for-

ça de Covas, candidato à outra vaga, que teve 6 milhões de votos, a maior votação já recebida por qualquer candidato em qualquer eleição no Brasil. O recorde anterior tinha sido de Jânio Quadros, em 1960, com 5,9 milhões de votos em todo o país, como candidato a Presidente. Covas teve 6 milhões só em São Paulo, como candidato ao Senado, e a “dobradinha”, a parceria com ele, garantiu a eleição de Fernando Henrique.

Mas em 94 a situação era diferente e até assumir o Ministério da Fazenda Fernando Henrique não sabia se devia tentar novamente o Senado ou se seria mais seguro concorrer a uma cadeira de deputado federal. O Plano Real é que decidiu sua vida e ele foi direto para a candidatura a Presidente.

O Plano Real deu certo, a inflação caiu e ele venceu já no primeiro turno da eleição, no dia 3 de outubro, com 54,3% do total (34 milhões de votos) contra 27% de Lula.

Em seu discurso de despedida no Senado, já como Presidente eleito, Fernando Henrique afirmou que naquele momento o desafio imediato imposto ao Brasil era superar o modelo de desenvolvimento dos dois governos Vargas, com o Estado no papel de principal fonte de investimentos e seguindo uma linha de desenvolvimento relativamente autárquica em relação ao resto do mundo. O maior objetivo do governo deveria ser, então, a reforma do Estado, restringindo-o ao papel de regulador da economia e provedor de saúde, educação e segurança para a sociedade.

Era um rompimento radical com o que tinham sido até recentemente suas posições políticas de esquerda e já no dia 22 de fevereiro de 1995, menos de dois meses depois de tomar posse na Presidência da República, Fernando Henrique mandou ao Congresso um primeiro pacote de emendas constitucionais que previam o fim do monopólio estatal do petróleo e das telecomunicações; a redefinição do conceito de empresa brasileira, acabando com as garantias à empresa brasileira de capital nacional; a liberação da

entrada de capitais privados na distribuição de gás natural canalizado; e a permissão para que capitais estrangeiros participassem da navegação de cabotagem.

O PEDIDO DE DESCULPAS DE ITAMAR

Esse avanço decidido de Fernando Henrique em sua adesão a todas as imposições do arrastão neoliberal — uma adesão com todas as características de submissão — provocou, além de reações populares em alguns casos violentas, um pedido de desculpas do próprio ex-Presidente Itamar Franco ao centenário Barbosa Lima Sobrinho, o jornalista que se tornara símbolo da luta nacionalista no Brasil, Presidente da ABI, a Associação Brasileira de Imprensa, e Vice de Ulysses Guimarães em 1973, na campanha do que foi chamado a “anticandidatura”, o protesto da oposição a mais um governo militar.

No início de 1998, coincidindo com a instalação da ANP e o discurso de “O Petróleo é Vosso!”, Itamar marcou uma visita a Barbosa Lima, para cumprimentá-lo por seu aniversário de 101 anos, e combinaram um almoço nos dias seguintes — almoço ao qual estiveram também presentes o Embaixador José Aparecido e o autor deste livro.

Mal se sentaram à mesa e Itamar apressou-se a dizer:

— Dr. Barbosa, minha visita tem também outro motivo: preciso muito pedir desculpas ao senhor.

Ante a surpresa de todos, Itamar prosseguiu contando que ao fazer de Fernando Henrique seu candidato a Presidente, com a convicção de que o Plano Real o elegeria, pediu que Fernando se comprometesse a não mexer na Petrobrás. Fernando prometeu e agora Itamar se culpava por não ter pedido esse compromisso por escrito.

Com a prova por escrito da promessa que tinha feito, seria mais difícil Fernando Henrique voltar atrás. Ou pelo menos ficaria publicamente comprovada a falsidade da promessa. Isso Itamar não se perdoava e por isso pedia desculpas ao velho Barbosa Lima.

Nesse início de 1998, Fernando Henrique se dava por amplamente vitorioso na realização de todas as suas metas políticas e já conseguira até a aprovação pelo Congresso da emenda constitucional que pela primeira vez em mais de cem anos de República permitiria a reeleição de seus Presidentes — a começar pela dele próprio.

No caso do petróleo, a luta iniciada em fevereiro de 1995 pela proposta da emenda constitucional que, a pretexto de flexibilizá-lo, acabava com o monopólio estatal exercido pela Petrobrás, a instalação da ANP no início de 1998 foi o ponto culminante de uma demorada batalha legislativa.

A GREVE ATINGE QUASE 90% DOS PETROLEIROS

Essa batalha começava pela necessidade de reformar a Constituição, porque em 1988 a Assembleia Nacional Constituinte incluía nela o monopólio estatal do petróleo, em vigor desde 1953, por força da legislação chamada de infraconstitucional, no caso a Lei 2.004, de criação da Petrobrás.

Já em fevereiro de 1995, o segundo mês de seu governo, Fernando Henrique mandou ao Congresso a Proposta de Emenda Constitucional que, a pretexto de “flexibilizar”, acabava com o monopólio. A proposta foi recebida com grande reação popular e mobilização sindical, que culminou no dia 3 de maio com a deflagração de uma greve nacional dos petroleiros.

Cerca de dez dias depois, o Tribunal Superior do Trabalho declarou a greve abusiva e a Petrobrás publicou uma primeira lista de



A paralisação é a mais longa desde 1995. Na foto, manifestação da categoria em frente à sede da Petrobrás no Rio de Janeiro.

demissões, incluindo alguns dirigentes sindicais. Nem a direção da Petrobrás nem o governo estavam dispostos a negociar condições para o encerramento da greve. Em cerca de vinte dias, começou a faltar gás de cozinha e também gasolina. No fim de maio, o governo deu ordem para a ocupação militar das refinarias da Petrobrás, para restabelecer seu funcionamento. A greve durava 32 dias e atingira quase 90% dos Petroleiros, paralisando terminais e a maioria das refinarias, quando teve de ser encerrada, sem que nenhuma reivindicação fosse atendida.

Mais de setenta petroleiros foram demitidos, mais de mil sofreram outras punições e alguns dirigentes sindicais foram processados pela Lei de Segurança Nacional.

Pouco depois, cerca de trezentos mil servidores federais entraram em greve, protestando contra as propostas de privatização dos Correios e das empresas do setor elétrico, e em defesa do monopólio estatal nos setores de petróleo e de telecomunicações.

Ainda em junho, a Câmara dos Deputados aprovou em primeiro turno a emenda constitucional da quebra do monopólio do petróleo, por 364 votos a favor, 141 contra e 3 abstenções. O governo conseguira um quórum altíssimo, com 508 deputados votando.

Eleito pelo PSDB, o partido de Fernando Henrique, o Deputado Almino Affonso, que na juventude participara da campanha “O Petróleo é Nosso!”, votou contra a proposta e declarou, discursando contra ela:

— A Petrobrás é a maior empresa da América Latina. Em todo o mundo, o monopólio ou é estatal ou é privado. Eu prefiro que ele continue estatal.

FERNANDO HENRIQUE PROMETE NÃO PRIVATIZAR A PETROBRÁS

Na Câmara dos Deputados, a emenda constitucional passou rápida e por votação folgada. No Senado a resistência foi maior. Fernando Henrique teve medo de ser derrotado e chegou a prometer por escrito, em carta ao Congresso, que a Petrobrás não seria privatizada. Além disso, garantia ele na carta, a Petrobrás manteria a exploração das jazidas que já eram suas e teria preferência nas futuras concorrências, em caso de propostas iguais.

Essa promessa contrariava a ameaçadora afirmação de seu genro David Zylberstajn, de que a Petrobrás precisaria demonstrar competência para conseguir a ratificação de áreas que pleiteava. E ia além, garantindo essa preferência à Petrobrás.

Se Fernando Henrique não fizesse essas concessões, a emenda corria o risco de não passar, o que sepultaria o fim do monopólio por bom tempo, mas não definitivamente. Se, porém, o Senado não opusesse a resistência que opôs, Fernando Henrique poderia ir muito além do que foi e partir direto da quebra do monopólio para a privatização da Petrobrás.

Em novembro de 1995, o Senado afinal aprovou a proposta, por 60 votos a favor e 15 contra e a emenda constitucional foi imediatamente promulgada. Ela mantinha a abertura original, o caput, do art. 177, que dizia:

Art. 177. Constituem monopólio da União:

- I - a pesquisa e a lavra das jazidas de petróleo e gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos;
- II - a refinação do petróleo nacional ou estrangeiro;
- III - a importação e exportação dos produtos e derivados básicos resultantes das atividades previstas nos incisos anteriores;
- IV - o transporte marítimo do petróleo bruto de origem nacional ou de derivados básicos de petróleo produzidos no País, bem assim o transporte, por meio de conduto, de petróleo bruto, seus derivados e gás natural de qualquer origem.

Esse monopólio, porém, seria contornado ou “flexibilizado”, como preferia dizer o governo, por um parágrafo primeiro, que desdizia os quatro incisos do art. 177:

§ 1º A União poderá contratar com empresas estatais ou privadas a realização das atividades previstas nos incisos I a IV deste artigo observadas as condições estabelecidas em lei.

Por esse parágrafo, portanto, tudo que era declarado monopólio, e podia ser feito por uma empresa estatal como a Petrobrás, poderia ser feito também por empresas privadas. Mas ainda estava em vigor a Lei 2.004, de 1953, que criara a Petrobrás, e era preciso revogar o dispositivo dessa lei que também estabelecia o monopólio estatal do petróleo. Só depois disso seria possível outorgar as concessões que as multinacionais aguardavam tão ansiosamente.

O projeto para esse fim foi mandado ao Congresso em março de 1996 e aprovado em agosto de 1997, convertendo-se na Lei 9.478, que tentava dissimular a extinção do monopólio estatal por uma suposta regulamentação de seu exercício, de modo a permitir amplas concessões de exploração de petróleo a empresas nacionais e estrangeiras.

A Lei 9.478 criava também a ANP, a Agência Nacional do Petróleo, órgão normativo como fora o Conselho Nacional do Petróleo, extinto pelo governo Collor em 1990, mas agora um órgão contra a Petrobrás, como ficaria claro no discurso de posse de seu primeiro Diretor-Geral, David Zylberstejn.

Além de tudo mais, essa nova e longa lei fazia questão em seu dispositivo final de enterrar bem fundo a lei de criação da Petrobrás, dizendo:

Art. 83. Revogam-se as disposições em contrário, inclusive a Lei nº 2.004, de 3 de outubro de 1953.

Com isso se tentava eliminar a memória do objetivo original e principal da Petrobrás, que não era a produção de lucros, mas atender da melhor maneira possível às necessidades do mercado e da sociedade brasileira.

AS MULTINACIONAIS PEGAM CARONA COM A PETROBRÁS

A Petrobrás, enquanto isso, prosseguia em seus avanços. Como de outras vezes, propostas e pressões para sua privatização aconteciam e desaconteciam e ela sobrevivia. Acontecera no governo Café Filho, logo depois da morte de Getúlio e pouco depois no início do governo Juscelino Kubitschek, fora pensada no governo Collor e este não tivera tempo nem força para agir e agora que ressurgia tinha sido travada pela carta ao Congresso na qual Fernando Henrique se comprometera a não pensar nisso.

Em 1996 a Petrobrás iniciou operações na Bolívia, em parceria com a Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos, e empreendeu a construção do gasoduto Brasil-Bolívia, investimento de 2 bilhões de dólares. Uma subsidiária sua, a Petrobrás Bolívia Refinación, geriu nos sete anos seguintes as duas maiores refinarias bolivianas, a Guillermo Elder Bell, em Santa Cruz de la Sierra, e a Gualberto Villarroel, em Cochabamba. Em conjunto, elas chegaram a refinar 40 mil barris por dia.

As operações na Bolívia prolongaram-se por dez anos, até que o governo de Evo Morales nacionalizou todas as reservas petrolíferas do país e ocupou as duas refinarias. Em maio de 2009 o governo brasileiro aceitou pagar os preços exigidos pela Bolívia e a Petrobrás pôde voltar a operar no refino do petróleo e na produção de gás, mas sem a propriedade das jazidas.

Instalada em janeiro de 1998, a ANP pôde dar início ainda nesse ano às rodadas de licitações para exploração e produção de petróleo, que desde logo atraíram cerca de cem empresas.

Na prática, contudo, as mais bem sucedidas experiências de empresas estrangeiras aconteceram em sociedade com a Petrobrás, como a rede de distribuição ampliada em sociedade com a Repsol, os poços de petróleo descobertos em parceria com a Shell e a Repsol e a construção da refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco, parceria da Petrobrás com a PDVSA venezuelana.

Havia também negociações com a Petrobrás, com a qual ela assinou em agosto 397 contratos de exploração de petróleo e de gás natural. Esses contratos davam à Petrobrás o direito de explorar 7,1% das bacias sedimentares brasileiras.

Na mesma época, ainda em 1998, mostrando em que escala podia continuar operando, a Petrobrás colocou em operação no campo de Albacora, na Bacia de Campos, a plataforma P-31, considerada a maior unidade de produção e de estocagem de petróleo do mundo.

Albacora, por suas reservas e agora pelo avanço tecnológico representado pela plataforma P-31, era uma tentação para as multinacionais e também foi objeto de uma carona. Em novembro de 1999, a Petrobrás anunciou que até julho de 2000 assinaria um contrato de parceria para o desenvolvimento do campo de Albacora Leste, na Bacia de Campos.

Seus parceiros nesse projeto seriam as poderosas Exxon, Texaco e Shell e um consórcio de duas empresas japonesas. As cinco seriam as primeiras empresas privadas a produzir petróleo no Brasil.

OS ACIONISTAS PRIVADOS E OS TRABALHADORES TERCEIRIZADOS

No início do ano 2000, o governo Fernando Henrique deu mais um passo oblíquo no rumo de uma futura privatização da Petrobrás, com o lançamento de suas ADRs (American Depositary Receipts), uma espécie de recibos de compra de ações, na Bolsa de Valores de Nova York. Esse passo contrariava duas promessas de Fernando Henrique: a que fizera a Itamar ao ser lançado candidato a Presidente e depois a que fez em carta ao Congresso para conseguir a aprovação da emenda constitucional de eliminação dissimulada do monopólio.

Os papéis negociados na Bolsa de Nova York abriam boa parte do capital da Petrobrás a investidores privados, sobretudo grandes fundos de investimentos, e essa massa de novos acionistas privados não ficou fragmentada e inofensiva. Por meio desses fundos e de todos os mecanismos de poder dos mercados financeiros, ela passou a pressionar por dividendos cada vez maiores, o que no futuro resultaria em os preços de derivados serem ajustados aos preços internacionais em dólar do petróleo bruto.

Isso deu origem ao processo que em diferentes momentos desnaturou a gestão da Petrobrás, que deixava de ser uma empresa virtualmente de serviço público produtora de petróleo para tornar-se prioritariamente uma produtora de dinheiro e dividendos. Esse processo resultou também em tal afastamento dos vínculos da Petrobrás com a realidade brasileira que ela passou a ser conduzida como uma empresa apátrida.

Exemplo disso foi, em dezembro do ano 2000, a iniciativa do então Presidente da Petrobrás, Henri Phillippe Reichstul, de criar a marca fantasia Petrobrax, que seria utilizada internacionalmente, a pretexto de que uma pesquisa realizada em sete países da América Latina e nos Estados Unidos detectara “forte resistência” ao sufixo “brás” e às cores verde e amarelo usadas na publicidade da Petrobrás.

A tentativa de substituir o nome Petrobrás por Petrobrax provocou tais reações — em muitos casos de riso ou ridículo — que, dois dias apenas depois do anúncio da mudança, o próprio Fernando Henrique pediu ao então líder do governo no Senado, José Roberto Arruda, que convencesse Reichstul a desistir da ideia.

A Petrobrás não mudou de nome, mas o peso crescente das ações em mãos privadas tornou-se cada vez mais agressivo e influente — e já nos governos Temer e Bolsonaro, a partir de 2016, conseguiu subordinar sua política de preços às variações dos preços internacionais do petróleo.

Ainda no governo Fernando Henrique, outro fenômeno perverso já se manifestava na gestão da Petrobrás, a terceirização a qualquer preço.

Em março de 2001 a Petrobrás — que tinha um histórico irrepreensível de cuidado e competência com a segurança de suas operações e de seus profissionais — sofreu seu maior acidente operacional, o afundamento da plataforma P-36.

Ela custara mais de 350 milhões de dólares e era a maior plataforma flutuante de exploração de petróleo e, após duas explosões em uma de suas colunas, adernou e, passados cinco dias, afundou.

Cerca de 170 profissionais embarcados foram resgatados, mas as explosões fizeram 11 vítimas fatais. Segundo uma investigação da ANP, de discutível credibilidade, as explosões e o consequente afundamento da plataforma tinham sido causados por erros de manutenção de projeto. O sindicato dos petroleiros contestou: os trabalhadores terceirizados da Petrobrás, cujo número aumentara muito durante o governo de Fernando Henrique, não eram adequadamente treinados para as funções mais complexas e perigosas que lhes eram entregues. Além disso, como constatou o Ministério Público do Trabalho, tinham remuneração menor e carga horária maior.

**“ – A Petrobrás – disse
Dilma – é uma empresa
tão importante, do ponto
de vista estratégico, no
Brasil, mas também por ser
a maior empresa, a maior
empregadora, a maior
contratadora de bens e
serviços e a empresa que,
hoje, vai ocupar cada vez
mais, a partir do Pré-Sal,
espaço muito grande, né? ”**



25

2009: A PRIMEIRA TENTATIVA DE CPI CONTRA A PETROBRÁS

Além da retomada do projeto do submarino de propulsão nuclear, o ano de 2009 teve como um grande avanço para a Petrobrás a conclusão dos trabalhos da comissão interministerial do Pré-Sal. Mas uma CPI sobre a Petrobrás, e na verdade contra ela, foi tentada no Congresso antes mesmo que o governo mandasse à Câmara dos Deputados o projeto de lei elaborado por essa comissão para estabelecer um novo modelo de exploração das áreas do Pré-Sal.

Já se sabia muito sobre esse projeto e os grupos multinacionais e nativos que se tinham beneficiado tão fartamente com os leilões do governo Fernando Henrique precisavam antecipar-se a ele para proteger seus interesses. Já se sabia, por exemplo, que o novo modelo manteria e asseguraria as concessões já outorgadas, mas ga-

rantiria à Petrobrás as áreas que já explorava e novas áreas que pudesse explorar e fossem vitais para o interesse do Brasil.

Por isso, os interesses privados multinacionais e nativos precisavam montar logo operações de desmoralização da Petrobrás e do governo Lula — e uma CPI do Congresso, com ampla cobertura da TV da grande mídia, seria o instrumento ideal. Em maio, antes que isso acontecesse, a entrada em funcionamento dessa CPI foi contestada pela Ministra do Gabinete Civil Dilma Rousseff, já escolhida como candidata de Lula à eleição presidencial de 2010.

— A Petrobrás — disse Dilma — é uma empresa tão importante, do ponto de vista estratégico, no Brasil, mas também por ser a maior empresa, a maior empregadora, a maior contratadora de bens e serviços e a empresa que, hoje, vai ocupar cada vez mais, a partir do Pré-Sal, espaço muito grande, né?

— Ela é uma empresa que tem de ser preservada. Acho que você pode ... investigar usando o TCU [Tribunal de Contas da União] e o Ministério Público. Essa história de falar que a Petrobrás é uma caixa-preta... ela pode ter sido uma caixa-preta em 97, em 98, em 99, em 2000.

Esses anos, no governo Fernando Henrique, tinham sido daqueles em que a Petrobrás ficara confinada à Bacia de Campos e impedida de explorar a Bacia de Santos, onde depois encontraria as maiores reservas do Pré-Sal.

— A Petrobrás de hoje — prosseguiu Dilma — é uma empresa com um nível de contabilidade dos mais apurados do mundo. Porque, caso contrário, os investidores não a procurariam como sendo um dos grandes objetos de investimento. Investidor não investe em caixa-preta desse tipo. Agora, é espantoso que se refiram dessa forma a uma empresa do porte da Petrobrás. Ninguém vai e abre ação na Bolsa de Nova York ... sem ter um nível de controle bastante razoável.

Paralelamente a ações desestabilizadoras como a tentativa da CPI, outras iniciativas, no Brasil e no exterior, revelavam métodos novos, agora de envolvimento, para os interesses privados interferirem na política que logo o governo anunciaria em relação ao Pré-Sal.

Em junho o, então, Presidente da Aepet, Fernando Siqueira, publicou um artigo com o título “Lobby internacional começa a dar resultados”, que alertava:

— Temos dito e repetido que os dois segmentos por trás do lobby internacional sobre os três poderes da nossa República são os Estados Unidos, que só têm 29 bilhões de barris de reservas e consomem 10 bilhões por ano, e o cartel internacional das Sete Irmãs, que já tiveram 90% das reservas mundiais sobre o seu domínio e hoje têm cerca de 3% apenas. O Pré-Sal pode ajudá-los a sobreviver.

— Na era Obama, ao contrário da era Bush, a atuação tem sido mais sutil: massagem no ego do “público-alvo”. Vejamos alguns exemplos:

- 1) Obama diz que Lula é “O Cara” (My Man), portanto, o líder mais popular do mundo;
- 2) Câmara de Comércio Brasil-EUA homenageia Gabrielli [Presidente da Petrobrás] com o título de “Homem do Ano”;
- 3) O Ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, foi homenageado pela Câmara Brasileira de Comércio da Grã-Bretanha, no dia 20 de maio, sendo agraciado com o título de “Personalidade do Ano”. A solenidade de agradecimento ocorreu em um Jantar de Gala realizado no Hotel Dorchester, de Londres, Inglaterra. Falando francamente, não há um único requisito em Lobão para justificar tal título. A não ser o golpe no ego para abrir a sua guarda para as corporações estrangeiras que querem manter a atual legislação do petróleo, favorável a eles. É o lobby domesticando o Lobão.

— Portanto, quando Lobão declara, em Londres: “A Petrobrás não pode encarar sozinha a grande tarefa de desenvolver o Pré-Sal”, e acrescenta: “Certamente faremos leilões no próximo ano” [esse é] o efeito do novo tipo de assédio. Lobão disse ainda que espera que o Congresso aprove a proposta do grupo interministerial, encampada pelo Presidente Lula, ainda este ano, para retomar os leilões no fim de 2011.

Lobão era ministro por indicação de seu então partido, o PMDB, que ocupava alguns cargos no governo em troca de apoio parlamentar, mas não tinha maior influência na Petrobrás nem na política petrolífera do governo, porque o controle de Lula sobre uma e outra era exercido por conexão direta com Dilma, Chefe do Gabinete Civil e ex-Ministra das Minas e Energia, e com Gabrielli.

A declaração de Lobão, de que a Petrobrás não poderia encarar sozinha a grande tarefa de desenvolver o Pré-Sal, e os leilões seriam logo retomados, não afetavam em nada os planos do governo.

Desde muito antes do Pré-Sal, a Petrobrás promovia parcerias com empresas privadas, mas parcerias que não implicavam concessões entreguistas como as dos leilões do governo Fernando Henrique. Dilma tinha mencionado o fato de a Petrobrás ser a maior contratadora de bens e serviços no Brasil — e ela chegou a ter uma rede de cerca de seis mil empresas fornecedoras desses bens e serviços.

Assim, a declaração de Lobão sobre a Petrobrás não poder encarar sozinha os desafios do Pré-Sal servia apenas para angariar-lhe a simpatia e o apoio de grupos privados e privatistas em futuras eleições. Podia ser lamentável que um governo como o de Lula tivesse de depender de alianças políticas que implicavam indicações como a de Lobão, mas o fato é que apesar disso a Petrobrás chegara ao Pré-Sal e em 2008 começara a produzir nele e em 2010 Lula chegaria ao final de seu segundo mandato com cerca de 80% de aprovação popular.

O PROJETO DO PRÉ-SAL: PARTILHA E NÃO CONCESSÃO

Em setembro de 2009, afinal, o governo enviou à Câmara dos Deputados o Projeto de Lei 5.938, que estabelecia um novo marco legal “para a exploração de petróleo, de gás natural e de outros combustíveis fósseis nas áreas da costa brasileira conhecidas como pré-sal e em outros campos estratégicos”.

O projeto previa que as áreas mais promissoras do Pré-Sal seriam exploradas em regime de partilha de produção, não mais no regime de concessão estabelecido no governo Fernando Henrique.

Pela Lei do Petróleo de Fernando Henrique (Lei 9.478, de 1997) a exploração, o desenvolvimento e a produção de petróleo, gás natural e de outros combustíveis fósseis seriam feitas em regime de concessão por empresas selecionadas em licitação, empresas que pagariam um bônus pela concessão e depois ficariam donas de todo o petróleo que encontrassem.

As novas regras só valeriam para contratações assinadas depois da conversão do projeto em lei. As áreas já licitadas, incluindo os blocos do Pré-Sal em que foram encontradas reservas de petróleo, seriam exploradas no regime antigo. Essa ressalva, em que o governo tanto insistia, destinava-se a desmentir antecipadamente a onda que certamente seria armada na grande mídia contra o projeto e a Petrobrás, sob a alegação de que o governo queria entregar todo o Pré-Sal a ela.

Pela nova modalidade, proposta no projeto de iniciativa do governo, as empresas pagariam à União um bônus de assinatura de contrato, mas depois dividiriam com ela, em regime de partilha, o petróleo que encontrassem. Se não encontrasse petróleo, a empresa não teria nenhum ressarcimento. Se encontrasse, ela teria o direito de reservar o suficiente para cobrir suas despesas. O saldo restante seria, então, distribuído entre a União e a empresa em proporções definidas em contrato.

A proposta previa também a adoção de um sistema de cessão onerosa de direitos, que concederia à Petrobrás o direito de explorar e produzir petróleo em áreas do Pré-Sal, até o limite de cinco bilhões de barris de petróleo e gás natural. Pela cessão, a Petrobrás pagaria à União um valor determinado. A cessão onerosa impediria que áreas de interesse da Petrobrás fossem tiradas dela e concedidas às multinacionais.

OITENTA OPORTUNIDADES PARA O LOBBY, DEZ MINUTOS PARA A AEPET

— Quando o Lula mandou o projeto em 2009 — diria o então Presidente da Aepet, Fernando Siqueira — essas empresas fizeram um lobby muito forte. Houve oito audiências públicas no Senado e duas na Câmara. Cada audiência tinha quatro mesas e de cada mesa participavam dois lobistas. Em cada mesa dois lobistas, eram 80 manifestações. Eu pedi pela Aepet para fazer um contraponto, deram dez minutos numa das 40 mesas.

Em entrevista ao Estado de S. Paulo, dias depois do encaminhamento do projeto, o diretor de Exploração e Produção da Petrobrás, Guilherme Estrella, explicou como esperava que viesse a funcionar uma das regras do projeto, que tornava a Petrobrás a operadora de todas as áreas do Pré-Sal, mesmo aquelas em que fosse parceira de outras empresas:

— Operadora única de todas as áreas da região do Pré-Sal, caso seja aprovado sem restrições o projeto de lei enviado pelo Presidente Lula ao Congresso — disse Estrella — a Petrobrás espera dosar a atuação nesses campos para dar tempo à indústria brasileira de se adequar à nova demanda. Não adianta mapear o Pré-Sal, ter dez oportunidades e querer desenvolver isso tudo ao mesmo tempo.

— O país já é autossuficiente. Então, o Conselho Nacional de Política Energética e o governo podem fazer um planejamento de longo prazo para gerenciar efetivamente a matriz energética nacional. Essa proposta dá ao governo brasileiro, e não só a este, a todos os governos, a possibilidade de fazer o planejamento estratégico energético nacional e trazer, através da companhia, empresas para fabricação no Brasil. Nós perdemos trinta anos de desenvolvimento e temos novamente uma oportunidade.

Quando o entrevistador do Estadão interrompe e objeta que não ficou claro se era vantagem para a Petrobrás ser operadora única, Estrella responde:

— Antes de ser vantagem ou desvantagem, é uma responsabilidade ... Efetivamente a Petrobrás tem grande experiência operacional, de exploração, perfuração e produção de óleo em águas profundas e ultra profundas. Se tivesse de ser escolhida a empresa mais experiente nesse tipo de operação, certamente seria a Petrobrás. Ao mesmo tempo, todos sabemos que a Petrobrás tem um compromisso com o desenvolvimento nacional. Há também um componente de interesse nacional, de aproveitar isso do ponto de vista tecnológico. Para nós é uma responsabilidade gigantesca.

A seguir, Estrella ouve não diante uma pergunta, mas uma afirmação que reflete as posições extremamente conservadoras do jornal:

— O tom do governo para justificar o novo marco é proteger o país de uma eventual ameaça estrangeira.

— O petróleo é uma riqueza não como qualquer outra. Ninguém invade um país por causa de laranja ou tâmara. Eu trabalhei em Bagdá por alguns anos e ninguém chegou com um tanque americano para tomar uma tamareira. Isso é uma coisa. A outra é o gráfico da Agência Internacional de Energia, que mostra que mais da metade do petróleo a ser consumido ainda não foi descoberto.

to. Então, o Ocidente, que é o grande consumidor de petróleo, tem uma fome estratégica de reservas enorme.

— O que está em jogo são reservas mundiais. Mais da metade do óleo a ser consumido em 2030 não foi descoberto ainda. As grandes petrolíferas mundiais, inclusive a Petrobrás, lidam com esse desafio de manter suas reservas. Quanto maior a produção, maior o desafio: se a empresa produz dois milhões de barris por dia, no fim do ano precisa de mais de 700 milhões de barris para repor a produção. O simples fato da grande empresa ter acesso a uma reserva já é uma garantia. É um bem, um patrimônio estratégico importantíssimo.

— Como brasileiro, como cidadão, acho que isso tem que ficar sempre evidente. Tem que fazer parte da reflexão da sociedade brasileira. Da exploração e da propriedade desta riqueza dependerá o futuro dos nossos filhos e netos. Certamente as nações hegemônicas devem estar pensando: “Tem um cara grande aí no sul que tem água, tem sol, mal ou bem tem uma democracia, tem uma economia crescente, agora descobre a expectativa de uma baita reserva de petróleo. Este cara vai nos incomodar.” É evidente que eles estão pensando isso. Agora, como é que vamos lidar com isso? O cara lá pensa... daqui a cinquenta, cem anos, um país que tem a potencialidade que tem o Brasil, fontes energéticas... então, recria a Quarta Frota... primeira coisa. O que é isso, camarada? O Brasil está sendo mapeado. Ninguém vai querer largar esta boca de ser o país com nível avançado. É briga de cachorro grande, mesmo.

A Quarta Frota da Marinha de Guerra dos Estados Unidos foi criada durante a Segunda Guerra Mundial, com sede na Estação Naval de Mayport, em Jacksonville, na Florida, e responsável pelos navios, aviões e submarinos da Marinha dos EUA que operassem no Mar do Caribe e nos Oceanos Atlântico e Pacífico, ao redor das América do Sul e Central.

Ela se destinava a proteger os Estados Unidos contra invasores de superfície, corredores de bloqueio, e submarinos e foi dissolvida em abril de 1945, nas semanas finais da guerra na Europa.

Em abril de 2008, o então Chefe de Operações Navais da Marinha de Guerra dos Estados Unidos, Almirante Gary Roughead, anunciou o restabelecimento da Quarta Frota. Nesse momento o Brasil se preparava para dar início à produção de petróleo no Pré-Sal, o que aconteceria a 1^o de setembro.

O FUTURO DA BACIA DE SANTOS

A coincidência entre o restabelecimento da Quarta Frota da Marinha de Guerra dos Estados Unidos e o início da produção de petróleo no Pré-Sal coincidia também com o fim do segundo mandato do segundo Presidente George Bush. As incertezas quanto ao resultado da eleição presidencial de novembro e o possível retorno do Partido Democrata ao poder; o que aconteceria com a eleição de Barack Obama, recomendava à linha dura dos interesses petrolíferos norte-americanos que os Estados Unidos dispusessem desde logo de dispositivos como a Quarta Frota.

A observação de Estrella sobre o renascimento da Quarta Frota correspondia ao que já não era possível esconder sobre o Pré-Sal e, mais que isso, nas dimensões e na importância do petróleo da Bacia de Santos.

— Em dez anos — dizia o Estadão, resumindo as previsões de Estrella — a Bacia de Santos, que ele define como “a joia da coroa” do novo momento do setor no Brasil, terá suplantado a Bacia de Campos, onde hoje estão concentrados mais de 80% da produção nacional. “Há sete anos, nem se falava na Bacia de Santos”, comenta. Ele deixa claro que a formação de um conteúdo industrial nacional no setor foi um dos motivos que sustentaram a condição de operadora única da Petrobrás.

— No anúncio de Tupi — intervém o entrevistador — foi dito que com o Pré-Sal o Brasil poderia chegar a mais de 100 bilhões de barris. A expectativa se mantém?

— A Bacia de Santos — responde Estrella — é muito prolífica e não tem óleo e gás só no Pré-Sal. A Bacia Equatorial é uma área enorme, com um potencial enorme. Enfim, não é difícil. Franca-mente não é difícil. Contando toda área sedimentar brasileira. Se você me perguntar em volumes recuperáveis, acho que é possível sim passar de 14 bilhões de barris hoje de reservas para chegar a isso. Acho que teremos surpresas por aí.

— E Santos vai suplantará o que é hoje a Bacia de Campos? — pergunta finalmente o entrevistador.

— Em dez anos isso acontece — conclui Estrella.

O relatório da diretoria da Petrobrás sobre as atividades da empresa em 2009 também destacou a importância da Bacia de Santos.

— O ano — dizia ele — foi marcado pela consolidação do sucesso da atividade exploratória no Pré-Sal, com o início da produção para o Teste de Longa Duração (TLD), no campo de Tupi, na Bacia de Santos. Também foram concluídos os testes de formação em Guará e em Iara, que confirmaram a estimativa de volume recuperável de quatro a seis bilhões de barris de óleo leve e gás natural. Para 2010 estão programados os TLDs de Guará e de Tupi Nordeste, e a entrada em produção do Sistema-Piloto de Tupi. Esses testes são de extrema importância porque fornecerão informações necessárias para definir a estratégia de desenvolvimento dessas áreas. Reiteramos que as reservas do País poderão duplicar, se confirmados os volumes recuperáveis estimados de óleo e gás somente nas acumulações testadas no Pré-Sal.

— A nova fronteira exploratória no Pré-Sal — que tem elevado potencial e baixo risco exploratório — levou o Governo brasileiro a propor um marco regulatório específico para a exploração e produção de óleo e gás natural nessa camada geológica, e em outras áreas que venham a ser consideradas estratégicas. A proposta, em trâmite no Congresso Nacional, não altera os termos dos contratos de concessão já firmados para aproximadamente 28% da área mapeada do Pré-Sal. Caso seja aprovado, além da concessão, o novo marco será constituído por outros dois regimes de contratação de atividades de exploração e produção. Para as áreas ainda não licitadas do Pré-Sal e as consideradas estratégicas, será adotado o sistema de partilha de produção, que terá a Petrobras como operadora de todos os blocos, com participação mínima de 30% nos projetos.

Outros números do relatório revelavam que em 2009 a produção de petróleo e gás da Petrobras, no Brasil e no exterior, atingira a média diária de 2,5 milhões de barris de óleo equivalente (boe), 5,2% acima do volume de 2008. As reservas provadas de óleo condensado e gás natural no Brasil e no exterior somaram, ao final de 2009, 14,9 bilhões de óleo equivalentes.

**“ – Na cessão onerosa –
lembraria Fernando – o
governo deu à Petrobrás sete
blocos, que deveriam conter
5 bilhões de barris, então
a Petrobrás pagou à União
74 bilhões de reais. Ocorre
que a Petrobrás perfurou os
primeiros campos, que foram
os de Franco e Libra, e só
Franco tinha 13 bilhões de
barris. ”**



RIQUEZA DO POVO.
FUTURO DO BRASIL.

26

2010: LULA SANCIONA A LEI DE PARTILHA E PODERIA ESTAR ASSINANDO SEU ATESTADO DE ÓBITO POLÍTICO

Quando Lula sancionou a Lei de Partilha em 2010, pensei que ele estava assinando seu atestado de óbito político — diria Fernando Siqueira mais de dez anos depois, em depoimento para este livro. Como Presidente da Aepet na época, Fernando acompanhara de perto os estudos da comissão interministerial que tinha elaborado o projeto e depois a tramitação deste na Câmara e no Senado.

Os grupos de pressão e interesses privados beneficiários dos oito anos de Fernando Henrique no governo não podiam aceitar que as descobertas do Pré-Sal e outros avanços nas Bacias de Santos e Campos ficassem subordinados a uma legislação que protegia dessa forma os interesses da Petrobrás.

— Depois — acrescentaria Fernando — eu me dei conta de que a Lei de Partilha restaurava o monopólio estatal no Pré-Sal e se aplicaria ao Pré-Sal. A lei do governo Fernando Henrique se aplicaria fora do Pré-Sal, portanto a Lei de Partilha restauraria o monopólio no Pré-Sal.

Um dos principais mecanismos da Lei de Partilha era a cessão onerosa, que consistia na contratação direta de áreas específicas de petróleo da União para a Petrobrás. O art. 1º da lei era claro:

“Fica a União autorizada a ceder onerosamente à Petróleo Brasileiro S.A. — Petrobrás, dispensada a licitação, o exercício das atividades de pesquisa e lavra de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos ... em áreas não concedidas localizadas no pré-sal.”

A cessão onerosa não dependia dos leilões da ANP inventados no governo Fernando Henrique, ocorreria apenas no Pré-Sal (respeitadas as concessões anteriores), e só podia ser feita em favor da Petrobrás.

— Na cessão onerosa — lembraria Fernando — o governo deu à Petrobrás sete blocos, que deveriam conter 5 bilhões de barris, então a Petrobrás pagou à União 74 bilhões de reais. Ocorre que a Petrobrás perfurou os primeiros campos, que foram os de Franco e Libra, e só Franco tinha 13 bilhões de barris. Então o excedente da cessão onerosa seria também de propriedade da Petrobrás, como decidiu a [Presidente] Dilma Rousseff. Mas quando veio o governo Temer, o governo disse “não”, que a Petrobrás contratou 5 bilhões de barris, mas a área da cessão onerosa tinha 21 bilhões. Aí o governo Temer resolveu licitar o excedente da cessão onerosa.

A licitação oferecida por Temer, uma de suas muitas concessões contra a Petrobrás, teve um resultado surpreendente, que revelava a extensão dos planos e engrenagens concebidos para a liquidação

e morte políticas de Lula e Dilma e o destino final da Petrobrás. Resultado que confirmou os maiores receios de Fernando:

— Aí, estranhamente — e eu não entendi por quê — essas empresas não concorreram, a Petrobrás concorreu praticamente sozinha. O meu raciocínio é que como havia um projeto de privatização da Petrobrás, os Estados Unidos decidiram: “Deixa a Petrobrás comprar, depois a gente compra ela barato.”

A hipótese que ocorrera a Fernando, de Lula estar assinando seu atestado de óbito político, não se realizou naquele momento. Lula vivia o último ano de seu segundo governo com mais de 80% de aprovação popular e o que se dizia é que na eleição presidencial ele conseguiria eleger “até um poste” como seu sucessor.

De fato, Lula conseguiu garantir a própria sucessão, elegendo a Presidente Dilma Rousseff, que tinha sido sua Ministra das Minas e Energia e Chefe do Gabinete Civil, mas nunca disputara uma eleição. No primeiro turno, Dilma teve 46,91% dos votos válidos, seu principal adversário, José Serra, do PSDB, ficou com 32,65% e Marina Silva, então do Partido Verde, com 19,33, chegou a quase vinte por cento.

Sem essa terceira via que foi Marina, Lula teria feito sua sucessora já no primeiro turno, o que nem ele conseguira, nem na eleição nem na reeleição. No segundo turno, Dilma se elegeu com 56,05% dos votos contra os 43,95% de Serra.

Com a eleição de Dilma, a hipótese de liquidação da Lei de Partilha e da privatização da Petrobrás ficou adiada em princípio pelos quatro anos seguintes, os anos de seu mandato. Evidentemente, porém, a luta contra a Petrobrás não cessaria, ela apenas inventou um novo instrumento, a lawfare, a guerra judiciária que receberia o nome de Operação Lava Jato, começaria em 2014 e mergulharia o Brasil num dos períodos mais perversos, destrutivos e trágicos de sua história.

OS OUTROS AVANÇOS DA PETROBRÁS EM 2010

O relatório da diretoria da Petrobrás relativo ao ano de 2010, mencionava três grandes realizações nesse ano: o início da operação do sistema piloto de produção no campo de Lula, na área de Tupi, no Pré-Sal da Bacia de Santos, que começou a operar com capacidade nominal de 100 mil barris por dia; a captação de 120,2 bilhões de reais pela maior oferta pública de ações já realizada no mundo; e a assinatura do Contrato de Cessão Onerosa, que garantia à Petrobrás o direito de produzir 5 bilhões de barris de óleo equivalente em áreas não licitadas do Pré-Sal.

A produção nacional natural atingira pouco mais de 2 milhões de barris de petróleo por dia, volume 1,7% acima do registrado em 2009, resultado que se devia principalmente à entrada em operação de novas plataformas.

As reservas provadas da Petrobrás alcançaram 15,9 bilhões de barris de óleo equivalente no final de 2010, com um aumento de 7,5% em relação a 2009, graças a novas descobertas, em especial nos campos de Lula e Cernambi. O índice de reposição de reservas foi de 229%, ou seja, para cada barril de óleo equivalente produzido, a Petrobrás acrescentou 2,29 barris a suas reservas.

Os investimentos da Petrobrás em 2010 totalizaram 76,4 bilhões de reais, 8% a mais que os de 2009 e se destinaram sobretudo ao aumento da produção de petróleo e gás natural, à melhoria e ampliação do parque de refino, à contratação de novas embarcações para o transporte de seus produtos e à conclusão de obras da malha de dutos de interligação dos maiores grandes mercados do país.

O Plano Estratégico seguido pela Petrobrás previa 67% de conteúdo nacional nos projetos em andamento, o que gerou encomendas de 28,4 bilhões de dólares/ano, em média, aos fornecedores estabelecidos no Brasil e a criação de 1,46 milhão de postos de trabalho diretos e indiretos em todo o país.



27

O GOVERNO DILMA AVANÇA E CONSOLIDA UMA INFRAESTRUTURA PARA O PRÉ-SAL

Com o fim do segundo governo Lula e a posse da Presidente Dilma Rousseff em 1º de janeiro de 2011, Guilherme Estrella, que estava com 68 anos, decidiu deixar a Diretoria de Exploração e Produção da Petrobrás, na qual conduzira a saga do Pré-Sal, a maior descoberta, até aquele momento, da indústria petrolífera mundial no século 21.

Depois de já ter dado sua contribuição naqueles oito anos do governo Lula, ele entendia que o trabalho devia prosseguir sob a condução de profissionais mais jovens, com mais familiaridade com novas tecnologias. Mas foi convocado a continuar, por pelo menos mais algum tempo:



Guilherme Estrella, que estava com 68 anos, decidiu deixar a Diretoria de Exploração e Produção da Petrobrás

— Acabei ficando — disse Estrella em entrevista para este livro — para dar a roupagem à estrutura final do modelo adotado pela Lei de Partilha para a exploração do Pré-Sal e para gerenciar convenientemente, de acordo com a minha equipe técnica, os próximos vinte, trinta anos [da Petrobrás] dentro do novo marco regulatório. Então fiquei mais um período, até 2012.

Segundo Estrella, uma das mais importantes decisões de Dilma como Presidente em relação ao Pré-Sal foi reconhecer à Petrobrás a posse do chamado excedente de petróleo descoberto da primeira cessão onerosa que ela tinha recebido pela Lei de Partilha e que pagara antecipadamente à União. O contrato de cessão autorizara a extração de até cinco bilhões de barris de petróleo naqueles blocos, mas a Petrobrás descobrira ali o potencial de mais de vinte bilhões.

Esse excedente era cobiçado pelas multinacionais que tinham concessões no Brasil, mas fora descoberto pela Petrobrás e a suas custas. Por que, então, dá-las de presente a outras empresas? Dilma decidiu que o excedente ficaria com a Petrobrás e sua decisão foi posta no rol das queixas não confessadas, encobertas pela mistificação das pedaladas fiscais que em 2016 serviriam de pretexto para seu impeachment.

Essa decisão dava à Petrobrás um mínimo de garantias de que os excedentes de reservas de petróleo descobertas por ela não seriam entregues a grupos privados que nada tinham feito para descobri-los. Mas depois do impeachment o governo Temer revogou a decisão de Dilma e decidiu licitar a exploração desses excedentes, abrindo um precedente contra a Petrobrás.

Além das garantias à Petrobrás na questão dos excedentes, o governo Dilma teve três iniciativas principais em sua política petrolífera, a criação da Pré-Sal Petróleo S.A., empresa pública federal vinculada ao Ministério de Minas e Energia e responsável pela gestão dos contratos de partilha; a parceria com empresas privadas, fundos de investimento e fundos de pensão na empresa Sete Brasil, criada para construir no Brasil as plataformas de que a Petrobrás precisaria nos próximos anos; e a exploração pela Petrobrás do petróleo descoberto na chama Faixa Equatorial, que se estendia do Rio Grande do Norte ao Amapá.

Sobre esses projetos, Estrella diria em sua entrevista para este livro:

— No período em que permaneci, foi configurada a construção das estruturas financeiras e industriais destinadas a suportar as grandes demandas industriais que a exploração do Pré-Sal já apresentava como absolutamente necessárias. A perspectiva de crescimento da produção de petróleo não estava só no Pré-Sal, estava na continuidade das nossas pesquisas geológicas na Faixa Equatorial brasileira, entre Natal e o Amapá, na fronteira com as Guianas.

— Essa é uma faixa geológica muito complicada, mas que nós, na elaboração do novo marco regulatório, colocamos lá, já com essa perspectiva. Nós colocamos lá que o processo de partilha se estenderia a outras áreas estratégicas. Esse apêndice visava o nordeste brasileiro, onde já tínhamos feito grandes descobertas em águas profundas e em toda a faixa equatorial. Isso foi introduzido na lei e depois implementado.

A EMPRESA PRÉ-SAL PETRÓLEO E A SETE BRASIL

A empresa Pré-Sal Petróleo (PPSA) já estava praticamente em funcionamento por outros meios, quando foi formalmente criada em 1º de agosto de 2013, como sociedade anônima de capital fechado, com capital inicial de 50 milhões de reais formado por ações nominativas de propriedade integral da União.

De acordo com a Lei de Partilha, ela teria por objeto a gestão dos Contratos de Partilha de Produção celebrados pelo Ministério das Minas e Energia e a gestão dos contratos de comercialização do petróleo e gás natural de propriedade da União. Com poucos funcionários e pequena estrutura ela podia dar conta de suas tarefas e dando conta delas a Pré-Sal Petróleo protegia os direitos da Petrobrás.

Além disso a PPSA revelou-se muito lucrativa ao gerir, no regime de partilha, as receitas da União pela parte que cabia a esta no petróleo produzido pela Petrobrás e comercializado por ela.

Em 2021, por exemplo, ela encerrou o ano com arrecadação de 1,22 bilhão de reais para a União, 74% maior que o resultado de 2020, quando foram arrecadados 704 milhões. Esse resultado foi um recorde na série histórica, superando o recorde anterior de 1,1 bilhão, registrado em 2018.

Com tal desempenho, a PPSA não foi objeto das mesmas controvérsias que sempre cercaram a Sete Brasil, criada em 2010 e desti-

nada à construção de plataformas para a exploração e produção de petróleo no mar. Projetada em escala compatível com as imensas possibilidades das descobertas da Petrobrás nas bacias de Santos e de Campos, sobretudo na camada pré-sal, ela em pouco tempo se tornou a maior empresa do mundo no mercado de sondas de águas ultra profundas, além de ser o maior competidor global no setor.

Em 2011 e 2012, a Sete Brasil ganhou duas licitações da Petrobrás para a construção de 28 sondas de última geração e as expectativas em relação a ela eram promissoras. Ela disporia de garantias financeiras sólidas e dos investimentos necessários para as tarefas que assumia, além de parcerias estratégicas com grandes estaleiros e empresas operadoras.

Isso reduzia os riscos de uma atividade nova no Brasil, em termos de escala, e fundamental para o crescimento do país. As sondas seriam operadas por sete empresas e seriam construídas no Brasil, de acordo com a previsão de conteúdo local incluída na Lei de Partilha.

A primeira sonda deveria entrar em operação em 2015 e a última em 2020 e todo o projeto geraria cerca de cem mil empregos diretos e indiretos no Brasil.

— O maior avanço da Petrobrás no governo Dilma — diria Estrella — foi a consolidação de uma infraestrutura para o Pré-Sal, inclusive com a formação da Sete Brasil. Era preciso construirmos plataformas no Brasil, era uma grande oportunidade. Então foi constituída a Sete Brasil, com a participação da Petrobrás.

— Um avanço extraordinário foi a recuperação da indústria naval brasileira, estaleiros no Brasil, no Rio Grande do Sul, no Rio, em Paranaguá. Na esteira dessa capacitação, veio a necessidade de construção de sondas, tanto para perfuração quanto para produção. Depois do grande desastre de Macondo, no Golfo do México,

vieram novas exigências de segurança e os empresários brasileiros, junto com estrangeiros, construíram uma estrutura de capacitação industrial. O Brasil estava se preparando para um grande salto.

O projeto da Sete Brasil era ameaçador para os grupos estrangeiros que perderiam cada vez mais mercado no Brasil à medida que ele tivesse êxito. Mas foi muito criticado no Brasil pelas correntes de esquerda que já consideravam excessivamente cautelosas algumas orientações da política petrolífera do governo.

— Eram opiniões — diria Estrella — com base numa abordagem ideológica e política absolutamente distorcida. Uma coisa é você analisar de fora, outra coisa é a análise de quem está dentro do contexto que vigorava na época. Houve momentos — e eu não estava mais lá — de conciliação, de atendimento de algumas “exigências”, entre aspas, do setor privado, do setor financeiro, mas o cerne da coisa, do marco regulatório, se manteve.

— Houve a mudança do marco regulatório, para a Petrobrás deixar de ser a operadora única, para ela escolher entre ser ou não ser. Eu fui absolutamente contra, ser operadora única era essencial, era política de estado, perdemos a condição de operadora única, mas dentro do contexto — tal como considerado à época — essas concessões possibilitaram manter o essencial. Então é muito difícil criticarmos.

— Depois a gente pode dizer que não devia ter feito isso, não devia ter feito aquilo, mas naquele instante era importante tentar preservar pelo menos o núcleo do marco regulatório.

2012: ESTRELLA DEIXA A DIRETORIA DA PETROBRÁS

Em 2012, Guilherme Estrella deixou a Diretoria de Exploração e Produção da Petrobrás, como pretendia desde o fim de 2010, mas

sua substituição não foi a única na diretoria da empresa naquele momento.

Em fevereiro desse ano, José Sérgio Gabrielli deixou a presidência da Petrobrás e foi substituído por Graça Foster, engenheira-química dos quadros da empresa, que no momento exercia a diretoria de sua área de Gás e Energia, além da presidência da Petrobras Gás.

De 2003 a 2005, Graça tinha ocupado a Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis do Ministério de Minas e Energia, então comandado pela futura Presidente Dilma Rousseff.

2012 foi o último ano de tranquilidade e estabilidade dos dois mandatos de Dilma na Presidência da República e nele a Petrobrás teve uma pequena queda em sua produção de petróleo, com 1.98 milhão de barris por dia, 2% menor que a de 2011 — queda compensada pela produção de derivados, de 1.99 milhão de barris por dia, 5% maior que a de 2011. Mais importante que isso foram os recordes diários de processamento, com a utilização média de 96% da capacidade de produção das refinarias da Petrobrás e com a correspondente redução das importações de derivados.

Segundo o relatório da diretoria relativo a esse ano, previsões realistas para 2013 sugeriam que a produção de petróleo nesse ano ficaria no mesmo patamar de 2012, devido a uma grande concentração, na primeira metade do ano, de paradas programadas de plataformas. Mas no segundo semestre entrariam em operação seis novas plataformas, nos campos de Sapinhoá, Baúna e Piracaba, Lula Nordeste, Papa-Terra e Roncador, e isso sustentaria aumentos significativos de produção em 2014.

A Petrobrás pode não ter avançado muito em 2012, mas o governo Dilma deu um passo substancial em seu favor, com um grande avanço em sua política de defesa, que já tinha como prioridades

a Amazônia Azul, em cujo perímetro ficavam as Bacias de Campos e de Santos e o Pré-Sal, e o projeto do submarino nuclear.

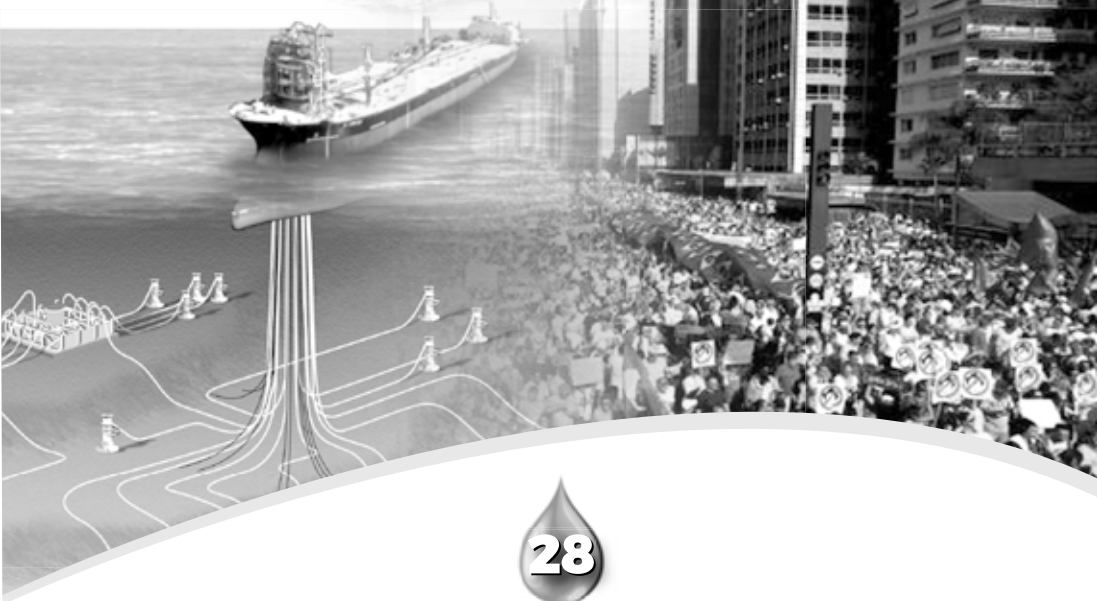
Objeto de um acordo de cooperação e transferência de tecnologia em 2009 entre o então Presidente Lula e o então Presidente da França Nicolas Sarkozy, o projeto do submarino de propulsão nuclear brasileiro avançava desde 2010, quando cerca de 80 engenheiros da Marinha do Brasil participaram de cursos e treinamentos ministrados pela empresa francesa DCNS, na França e no Brasil. Em 2012, esses profissionais repassavam para outros integrantes da Marinha do Brasil o que tinham aprendido e ao mesmo tempo trabalhavam na formulação e desenvolvimento do projeto do submarino, batizado com a sigla SN-BR.

Ainda em 2012, segundo uma exposição postada no site do Ministério da Defesa brasileiro, “o projeto do primeiro Submarino com Propulsão Nuclear Brasileiro (SN-BR) teve início em julho ... no Escritório Técnico de Projeto da Coordenadoria-Geral do Programa de Desenvolvimento de Submarino com Propulsão Nuclear (COGESN), localizado no complexo do Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo (CTMSP)”.

O projeto era desenvolvido por uma equipe de engenheiros “altamente qualificada”, denominada de Corpo Técnico de Projeto do SN-BR (CTP), e formada por cerca de 200 integrantes da Marinha.



Nuclep avança no projeto de construção do primeiro submarino de propulsão nuclear do Brasil



28

2013: DAS MANIFESTAÇÕES DE RUA À ESPIONAGEM NA PETROBRÁS

O ano de 2013 começou sob as melhores perspectivas para a Petrobrás, com a finalização de plataformas que adicionariam um milhão de barris por dia a sua capacidade de produção e lhe permitiriam alcançar um crescimento de 7,5% na produção de petróleo no Brasil em 2014.

O sucesso do Brasil com o Pré-Sal era acompanhado no mundo inteiro com atenção e expectativa e a 31 de maio o então Vice-Presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, que visitava o Brasil, esteve com a Presidente Dilma em Brasília, para conversarem sobre energia. Outros encontros de Biden nessa viagem foram com o então Vice Michel Temer e com a Presidente da Petrobrás, Graça Foster.

Tudo, portanto, parecia bem, mas em junho explodiram manifestações de rua que inicialmente pareciam espontâneas e destinadas apenas a protestar contra aumentos de vinte centavos nas tarifas de transportes públicos, mas tinham sido deliberadamente organizadas e promovidas, ganharam grande e constante cobertura de TV, espalharam-se por cerca de quinhentas cidades do país e em pouco tempo deixaram Dilma lutando pela sobrevivência de seu governo.

Essas manifestações chegaram a ter o apoio de 89% nas pesquisas de opinião pública, quando ainda não se sabia que eram manipuladas para desestabilizar o governo. Depois se soube que tinham sido convocadas pela internet por duas organizações internacionais, Anonymous e Black Blocs.

Essas manifestações, diria o então Presidente da Aepet, Fernando Siqueira, derrubaram de 70% para 30% a aprovação do governo Dilma:

— Pressionada, Dilma resolveu leiloar o campo de Libra, um dos maiores do Pré-Sal. Foi um leilão muito ruim para o Brasil.

Na tarde de 24 de junho, Dilma reuniu em Brasília os 26 governadores de Estado, o governador do Distrito Federal e os 26 prefeitos de capitais e propôs a negociação de cinco “pactos nacionais” — responsabilidade fiscal, saúde, transporte, educação e reforma política — que pudessem esvaziar a crise.

Dilma propôs também um plebiscito que decidiria sobre a convocação de uma Constituinte destinada exclusivamente a fazer a reforma política.

— Quero neste momento — disse ela — propor um debate sobre a convocação de um plebiscito popular que autorize o funcionamento de um processo constituinte específico para fazer a reforma política que o país tanto necessita. O Brasil está maduro para avançar e já deixou claro que não quer ficar parado onde está.

As manifestações de rua tinham evoluído dos protestos iniciais contra o aumento das tarifas do transporte público para protestos generalizados contra tudo que pudesse mobilizar a insatisfação popular e levar para as ruas multidões nunca antes vistas — o que as novas redes sociais e todos os recursos da internet tornavam fácil e instantâneo.

A necessidade e agora a urgência de uma reforma política surgiam como o denominador comum de todos os impasses e era evidente que não poderiam ser conduzidas por um Congresso fracionado em muitos partidos e correntes temáticas — daí a proposta do plebiscito e da mini constituinte, proposta que naturalmente não se viabilizou.

O governo Dilma sobreviveu a essa crise, por trás da qual estavam interesses geopolíticos ainda invisíveis para a maioria do eleitorado. Esses interesses — explicou Fernando Siqueira, então Presidente da Aepet — diziam respeito ao petróleo:

— Eu acho que tudo vem do seguinte: os Estados Unidos [estavam] numa emergência energética muito grande, [com] 40 bilhões de barris de reserva e [consumindo] mais de oito bilhões por ano. Por isso invadiram o Iraque, atacaram a Líbia, e [queriam] o Pré-Sal.

— Você se lembra de que em 2013 foi denunciado que a Agência Nacional de Segurança espionou o Pré-Sal e chegou a inspecionar o prontuário médico da Dilma.

Foi quando ela cancelou a viagem que faria aos Estados Unidos.

— Numa semana a Graça Foster foi lá e disse: os dados da Petrobrás são inexpugnáveis. Mas aí disse também que o banco de dados tem, trabalhando nele, 15 empresas brasileiras, 12 americanas e 5 japonesas e chinesas. Pelo menos 12 americanas trabalhando no banco de dados da Petrobrás. E a criptografia dos

dados, para não serem espionados, era feita por três empresas americanas. Não precisava espionar...

AS REVELAÇÕES DE EDWARD SNOWDEN

As denúncias de espionagem na Petrobrás figuravam nos documentos vazados por Edward Snowden, ex-analista e ex-administrador de sistemas da NSA, a Agência Nacional de Segurança, e da CIA, a central de espionagem dos Estados Unidos, e publicados pelos jornais The Guardian e The Washington Post.

O teor dos documentos sobre a Petrobrás foi revelado em reportagem do programa Fantástico, da TV Globo e envolvia dados sobre a tecnologia de exploração de petróleo em alta profundidade na camada do Pré-Sal. Eles tinham também informações sobre os métodos de treinamento de agentes encarregados de acessar as redes privadas de instituições como a Petrobrás, o Ministério das Relações Exteriores da França, o Google e a Rede Swift, que reunia vários bancos.

Os documentos copiados por Snowden foram levados ao jornalista norte-americano Glenn Greenwald, que escreveu as reportagens publicadas sobre eles desde maio.

— Ninguém tem dúvidas — escreveu Greenwald — de que os Estados Unidos têm direito de fazer espionagem para proteger a segurança nacional.

Isso, porém, não justifica espionar indivíduos e empresas que nada têm a ver com o terrorismo.

Na semana seguinte, outra reportagem do Fantástico mostrou que Dilma e seus principais assessores também foram monitorados pela Agência Nacional de Segurança dos Estados Unidos. Essa revelação teve reação imediata em Brasília. Na segunda-feira, o

governo convocou o embaixador americano, Thomas Shannon, pedindo explicações, e Dilma ameaçou cancelar sua visita aos Estados Unidos programada para outubro.

Dias depois, Dilma tratou da questão pessoalmente com Barack Obama, Presidente dos Estados Unidos, durante o encontro do G-20, o grupo das vinte maiores economias do mundo, em São Petersburgo, na Rússia.

— Eles vão me informar o tamanho do rombo — disse Dilma. — Quero saber tudo o que há sobre o Brasil. Acho complicado ficar sabendo dessas coisas pelos jornais.

Segundo Dilma, Obama pediu alguns dias para apresentar explicações ao governo brasileiro, disse levar “muito a sério” as alegações de espionagem, que vai trabalhar com o governo do Brasil para “resolver essa fonte de tensão” e que considera “um passo atrás” a ser revisto esse tipo de ação dos serviços de inteligência dos Estados Unidos.

DILMA CANCELA VIAGEM AOS ESTADOS UNIDOS

Na tarde de 17 de setembro o cancelamento da viagem que Dilma faria aos Estados Unidos em outubro foi anunciado por meio de nota oficial da Secretaria de Imprensa da Presidência da República.

Pouco antes, Dilma conversara durante cerca de vinte minutos, por telefone, com Obama, mas não considerou convincentes as explicações que recebeu sobre o fato de ela própria, seus assessores e a Petrobrás terem sido alvos da espionagem dos Estados Unidos.

— Tendo em conta a proximidade da programada visita de Estado a Washington — dizia a nota oficial da Presidência — e na

ausência de tempestiva apuração do ocorrido, com as correspondentes explicações e o compromisso de cessar as atividades de interceptação, não estão dadas as condições para a realização da visita na data anteriormente acordada.

— Dessa forma — acrescentava — os dois Presidentes decidiram adiar a visita de Estado, pois os resultados desta visita não devem ficar condicionados a um tema cuja solução satisfatória para o Brasil ainda não foi alcançada.

A nota oficial brasileira dizia ainda que “as práticas ilegais de interceptação das comunicações e dados de cidadãos, empresas e membros do governo brasileiro constituem fato grave, atentatório à soberania nacional e aos direitos individuais, e incompatível com a convivência democrática entre países amigos”.

Paralelamente ao comunicado no Brasil, a Casa Branca também emitiu uma nota para explicar o cancelamento da visita de Dilma:

— O Presidente [Barack Obama] disse que entende e lamenta as preocupações que a revelação das supostas atividades de inteligência dos Estados Unidos geraram no Brasil, e deixou claro que está comprometido a trabalhar junto com a Presidente Rousseff e o seu governo, por meio dos canais diplomáticos, para superar esta fonte de tensão no nosso relacionamento bilateral”.

A decisão de Dilma, de não ir aos Estados Unidos, evitava também que o Vice-Presidente Michel Temer assumisse a Presidência dois dias depois de seu partido, o PMDB, decidir romper com o governo.

O PMDB acabava de aprovar por aclamação seu desembarque da base aliada, numa reunião que durou menos de cinco minutos e na qual os participantes gritavam “Fora PT” e “Temer Presidente!”. Temer, que assumiria a Presidência em caso de impeachment, não compareceu à reunião. Esse “desembarque” foi mais um jogo

de cena. O rompimento com Dilma para valer só aconteceria em 2016, pouco antes do impeachment.

O cancelamento da visita oficial aos Estados Unidos não importava no cancelamento da viagem de Dilma a Nova York pouco depois, para falar na Assembleia Geral da ONU ainda em setembro.

— Irei à ONU propor uma nova governança contra invasão de privacidade — dissera Dilma pouco antes de cancelar a visita oficial a Obama.



Dilma diz na ONU que espionagem fere soberania e direito internacional

“ As ações da Lava Jato, os depoimentos, as conduções coercitivas, as prisões, as delações, forneciam cotidianamente vasto material às televisões, avisadas de véspera do que aconteceria na manhã seguinte, de modo a possibilitar transmissões ao vivo já nos primeiros telejornais e reportagens hollywoodianas nos telejornais da noite. ”



2014-2016: EM SEGUIDA À ESPIONAGEM, A LAVA JATO E O GOLPE CONTRA DILMA

Em março de 2014, seis meses depois das revelações sobre a espionagem na Petrobrás, na esteira de seus resultados e como se em consequência dela, surgiu com fúria e estrépito a Operação Lava Jato, que abriria caminho para a derrubada do governo Dilma em 2016, para a prisão de Lula e a eleição de Bolsonaro em 2018 e para a longamente desejada demolição da Petrobrás, que vinha de setenta anos antes, de agosto de 1954, quando o suicídio de Getúlio Vargas adiou por dez anos o golpe de 1964 e garantiu a preservação dos avanços de seus dois governos, a começar da Petrobrás.

Oficialmente a Lava Jato era uma operação a cargo de uma força tarefa do Ministério Público Federal instituída pela Procuradoria-Geral da República para investigar irregularidades na Petrobrás, mas na prática foi conduzida desde o início numa parceria ilegal e criminosa entre o juiz Sérgio Moro e os procuradores da força-tarefa, sobretudo seu coordenador Deltan Dallagnol.

Como juiz, Moro deveria agir imparcialmente e, nas investigações, limitar-se a fazer respeitar as regras do devido processo legal, para depois decidir com isenção sobre os pedidos do Ministério Público que viesse a receber. Moro, porém, estava empenhado desde o começo em “chegar a Lula”, torná-lo réu, condená-lo e pô-lo na cadeia, e na verdade conduziu as investigações, combinando com os procuradores as operações de cada dia.

Na época não se perguntou em que medida a Lava Jato teria começado com base nos resultados da espionagem na Petrobrás e do acesso que as multinacionais tinham a seu banco de dados, nem em que medida esse acesso e a espionagem teriam interagido para que a Lava Jato pudesse começar com tal impacto e tais resultados na grande mídia.

As ações da Lava Jato, os depoimentos, as conduções coercitivas, as prisões, as delações, forneciam cotidianamente vasto material às televisões, avisadas de véspera do que aconteceria na manhã seguinte, de modo a possibilitar transmissões ao vivo já nos primeiros telejornais e reportagens hollywoodianas nos telejornais da noite. Isso passou a ficar indiscutivelmente provado a partir das revelações da chamada Vaza Jato, em 2019, que comprovou a cumplicidade entre os protagonistas da cruzada lavajatista contra Lula e o governo Dilma e contra a Petrobrás.

Era comum, desde o começo, o noticiário da TV sobre a Lava Jato começar com um aviso:

— Hoje a Lava Jato chegou mais perto de Lula.

Chegar mais perto de Lula era também chegar cada vez mais perto dos centros nevrálgicos da Petrobrás.

Esse empenho de Sérgio Moro vinha de longe, como revelou em dezembro de 2018 o futuro Chefe do Gabinete Civil do governo Bolsonaro, Onyx Lorenzoni, em entrevista a Roberto D'Ávila.

O convite a Lorenzoni para esse cargo já tinha sido confirmado e ele queria mostrar intimidade e parceria com Sérgio Moro, que seria o super-Ministro da Justiça do governo Bolsonaro. Por iniciativa própria, sem ser perguntado, Lorenzoni contou então que na época da CPI do Mensalão, em 2005/2006, da qual fora integrante, convivia nela com Moro, que acompanhava os trabalhos da CPI e já tentava “chegar a Lula”. Mas não conseguiu, porque ainda não existia a lei da delação premiada, que só seria aprovada no governo Dilma. Graças a ela é que Moro aproveitou a Lava Jato e chegou finalmente a Lula em 2016, decretando sua condução coercitiva.

A PRIMEIRA DELAÇÃO E A TENTATIVA DE ENVOLVER ESTRELLA

Ainda em março de 2014, em seu primeiro mês de funcionamento, a Lava Jato chegou a seu primeiro delator entre executivos e diretores da Petrobrás — o que levanta de novo a questão de saber em que medida ela atuava com base em informações levantadas pela espionagem da Agência Nacional de Segurança dos Estados Unidos.

Esse delator foi Paulo Roberto Costa, Diretor de Abastecimento da Petrobrás, funcionário de carreira concursado em 1977, um ano depois de formar-se em Engenharia Mecânica pela Universidade Federal do Paraná. Ele exercia cargos de direção desde 1995, ainda no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso, tendo sido diretor da Gaspetro de 1997 a 2000. Em 2004, por indicação do deputado federal José Janene, do PP, Partido Progressista, do Paraná, foi nomeado para o cargo de Diretor de Abastecimento.

Nascido e formado no Paraná e integrante dos quadros de direção da Petrobrás desde o primeiro governo de Fernando Henrique, a indicação de Paulo Roberto Costa por um deputado do Paraná, pertencente a um partido que fazia parte da base de apoio do governo no Congresso, passou incólume pelos filtros do governo Lula e ele teve seu nome aprovado pelo Conselho de Administração da Petrobrás para a Diretoria de Abastecimento da empresa, na qual permanecia dez anos depois, em 2014, quando a Lava Jato foi para cima dele no primeiro mês de suas operações.

Preso em março, já em setembro Paulo Roberto concluiu as negociações para sua delação premiada e nela declarou ter compartilhado propinas pagas por empreiteiras com parlamentares como o Presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves, o Presidente do Senado, Renan Calheiros, e o Ministro das Minas e Energia, Edison Lobão, todos do PMDB.

Nesse início de operações da Lava Jato, ainda não eram de conhecimento público as condições em que cada delação era arrancada do candidato a delatar, que geralmente estava preso. Nas negociações para uma delação premiada, não bastava o candidato contar o que pudesse provar ou sustentar com um mínimo de verossimilhança sobre seus possíveis cúmplices: era preciso dizer alguma coisa sobre pessoas que os investigadores indicavam — pessoas com alguma proximidade com Lula e depois o próprio Lula. Assim surgiu o bordão que era repetido na TV a toda hora: “hoje a Lava Jato chegou mais perto de Lula.”

No caso de Paulo Roberto Costa, foi suficiente que acusasse Lobão, Ministro das Minas e Energia tanto no governo Dilma quanto no governo Lula. Essa acusação permitia à Lava Jato chegar bem perto de Dilma, que disputaria em novembro uma reeleição muito difícil e muito ameaçada pelas manifestações de 2013, e suficientemente perto de Lula para que outros investigados e candidatos à delação premiadas fossem pressionados a acusá-lo.

Paralelamente, a Petrobrás era diariamente vulnerada com a vinheta que no Jornal Nacional precedia o longo bloco de notícias sobre os avanços da Lava Jato, com a boca de uma grande tubulação expelindo esgoto.

Graças a seu acordo de delação com a Lava Jato, Paulo Roberto Costa conseguiu já em 2016 que fosse convertida em prisão domiciliar a sentença de 12 anos a que tinha sido condenado.

Além de Paulo Roberto, a Lava Jato voltou-se para outros diretores e executivos da Petrobrás, com êxito em alguns casos, como os de Nestor Cerveró, Renato Duque e Pedro Barusco, mas caluniosamente em relação, por exemplo, a Guilherme Estrela, o descobridor do Pré-Sal.

Em entrevista para este livro, Estrela reconstituiu essa tentativa:

— Todo mundo sabe que a Lava Jato foi projetada, construída e promovida pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos, e no Brasil até a Presidência da República foi espionada! Era energia para um gigante. Ainda mais com o Brics, imagina, um gigante com tanta energia e o apoio do Brics! Isso era intolerável.

— Tentaram envolver meu nome, tentaram: eu fui objeto de uma denúncia da Veja, logo no início, denúncia absolutamente descabida. Foi uma decisão técnica e financeira da companhia, se eu não me engano na prorrogação de um contrato com uma empresa estrangeira. E depois fui denunciado no Jornal Nacional ... Foi numa quinta-feira e na terça-feira seguinte eles desmentiram. Eu tive uma ajuda muito grande do escritório do Wadih Damous.

A REELEIÇÃO DE DILMA

Com tanta coisa contra seu governo e sua candidatura e com o massacre diário da cobertura da TV ao reality show da Lava Jato, Dilma enfrentou bem a campanha de sua reeleição nas eleições de

2014 e no primeiro turno, a 5 de outubro, ficou em primeiro lugar, com 41,59% dos votos válidos, enquanto Aécio Neves, seu principal adversário teve 33,55%

Mais de quarenta por cento nesse primeiro turno era um resultado muito expressivo, porque nesse ano a eleição presidencial teve uma forte candidatura de terceira via, a de Marina Silva, com 21,32% dos votos.

No segundo turno, disputadíssimo, Dilma venceu Aécio por 54 a 51 milhões de votos. O PSDB, partido de Aécio, considerou que a pequena diferença entre esses totais justificaria um pedido de auditoria na apuração, a fim de que fosse apurada a lisura das eleições, por conta dos boatos de fraude que circulavam em redes sociais. Um ano depois a auditoria conduzida e custeada pelo PSDB não encontrou nenhum indício de fraude.

O segundo governo Dilma, empossado a 1º de janeiro de 2015, começou com um desentendimento entre ela e a então Presidente da Petrobrás, Graça Foster. Pouco antes, em dezembro de 2014, Graça proibira 23 construtoras apontadas nas investigações da Lava Jato de fazerem negócios com a Petrobrás.

Talvez intimidada pela cobertura e pelo apoio da grande mídia com que o lavajatismo sempre contava para suas maiores arbitrariedades, Graça chegara a dizer numa entrevista que a Lava Jato faria muito bem à Petrobrás, levando-a a corrigir seus rumos e ter mais cuidado com a conduta de seus executivos.

Nesse estado de espírito, Graça desviou-se da posição de Dilma, que defendia a responsabilização e punição dos investigados cuja corrupção fosse comprovada, mas não a liquidação das empresas a que eles pertencessem. Naturalmente a decisão de Graça contra as 23 empresas deixava-a bem com a Lava Jato, mas Dilma não concordou e substituiu Graça na presidência da Petrobrás pelo então Presidente do Banco do Brasil, Ademar Bendine.

Outro fato negativo — e logo fatal — nesse começo do segundo governo Dilma foi a eleição de Eduardo Cunha para a Presidência da Câmara dos Deputados em fevereiro. Os partidos de esquerda que apoiavam o governo dividiram-se entre duas candidaturas principais, a do deputado Arlindo Chinaglia, do PT, que já tinha sido Presidente da Câmara no governo Lula, e a do deputado Júlio Delgado, do Partido Socialista Brasileiro (PSB).

Eduardo Cunha, ligado às bancadas evangélicas e então líder do PMBD, foi eleito já em primeiro turno, com 267 votos. Chinaglia foi o segundo mais votado, com 136 votos, Delgado teve 100 votos e Chico Alencar, do PSOL, teve 8 votos.

Eduardo Cunha tinha uma longa história de acusações de corrupção, que começava já no governo Collor, quando foi presidente da Telerj, a Telefônica Federal do Estado do Rio de Janeiro. Essa história teve um novo capítulo já em agosto, quando Cunha foi objeto de denúncia ao Supremo oferecida pela Procuradoria Geral da República, acusado de receber 5 milhões de reais em propinas.

Em setembro, o Ministério Público da Suíça repassou à Justiça brasileira um processo-crime aberto em abril por suspeita de corrupção e lavagem de dinheiro. Esse processo resultava de movimentações em contas num banco suíço — contas, segundo o Ministério Público suíço, controladas por Eduardo Cunha, em seu nome ou no de parentes.

Diante desses fatos, dois partidos políticos, o PSOL e a Rede, pediram ao Conselho de Ética da Câmara em outubro a cassação do mandato de Cunha. No dia 3 de dezembro, horas antes de o PT negar apoio a ele no Conselho de Ética, Cunha aceitou um dos pedidos de impeachment apresentados contra Dilma que aguardavam seu despacho.

“ Com a derrubada do governo Dilma pelo golpe do impeachment, a história da Petrobrás e seus avanços foi interrompida bruscamente e substituída pelo começo de outra história, o primeiro e o segundo capítulos de uma narrativa que não é a deste livro, a história de mais uma tentativa de destruição da Petrobrás, destruição que não se completou, mas deixou a Petrobrás virtualmente esquartejada. ”



GOVERNOS TEMER E BOLSONARO: O ESQUARTEJAMENTO DA PETROBRÁS

O processo de impeachment contra Dilma, aberto por Eduardo Cunha em dezembro de 2015, afastou-a provisoriamente do cargo em maio, por decisão da Câmara dos Deputados, e definitivamente em agosto de 2016, quando o Senado cassou seu mandato.

Com a derrubada do governo Dilma pelo golpe do impeachment, a história da Petrobrás e seus avanços foi interrompida bruscamente e substituída pelo começo de outra história, o primeiro e o segundo capítulos de uma narrativa que não é a deste

livro, a história de mais uma tentativa de destruição da Petrobrás, destruição que não se completou, mas deixou a Petrobrás virtualmente esquartejada. Essa tentativa poderia ser convertida na solução final contra a Petrobrás, caso fosse diferente o resultado da eleição presidencial de 2022.

O governo Temer, objeto do primeiro desses capítulos, foi mais sóbrio, fixou-se primeiro na aprovação do projeto do senador José Serra que desmantelava as garantias dadas à Petrobrás pela Lei da Partilha e restabelecia o modelo vigente no governo Fernando Henrique, de coexistência entre a Petrobrás e as multinacionais; e, em seguida, na política de paridade de importação de preços dos derivados.

O governo Bolsonaro, objeto do segundo capítulo dessa história, foi além, impulsionado pelo primarismo, pela indigência mental e pela estupidez de Bolsonaro: seu objetivo era a destruição completa e definitiva da Petrobrás.

Chegado a esse ponto de seu trabalho no momento em que faltava muito pouco para a eleição presidencial de 2022, o autor deste livro preferiu suspender provisoriamente sua reconstituição da história da Petrobrás e seus avanços até que, com a vitória de Lula, o resultado da eleição lhe permitisse escrever o capítulo final do livro, marcado já pela expectativa de sua reconstrução, não por protestos que se esgotariam na própria impotência.

A seu autor, este livro sempre pareceu ser, modestamente, apenas uma releitura sistemática, mas muito pessoal, dos fatos componentes da vida documentada da Petrobrás. Ele, como jornalista, acompanhava esses fatos desde 1957, no governo do Presidente Juscelino Kubitschek, três anos apenas depois da criação da Petrobrás, quando escreveu e publicou seu primeiro artigo sobre ela, alertando para os perigos que rondavam sua sobrevivência.

Escrito depois da vitória de Lula no segundo turno, este capítulo final refletirá naturalmente as expectativas despertadas pela nova situação em que o país passou a se encontrar e serão muito diferentes do que seriam caso Bolsonaro conseguisse a reeleição.

Nessa hipótese assustadora, cuja não realização foi encarada com alívio até por eleitores que não gostam de Lula, o livro terminaria por protestos semelhantes aos que marcaram os anos de Temer e Bolsonaro. Como o que se confirmou foi a hipótese Lula, o presente capítulo limitar-se-á a resumir a ação devastadora dos governos Temer e Bolsonaro em sua política petrolífera e por um igualmente breve registro de algumas expectativas em relação ao novo governo Lula e por um epílogo com a antevisão de Guilherme Estrella, o maior condutor da descoberta do Pré-Sal, de um futuro possível para a Petrobrás, a ser construído a partir de sua reconstrução.

Essa reconstrução será necessariamente mais difícil e desafiadora que a própria construção original da Petrobrás no segundo governo de Getúlio Vargas.

Em 1953, quando a Petrobrás foi criada, o Brasil dispunha de poucas reservas de petróleo a explorar e não sabia se continuaria a ter pouco ou se acabaria por ter muito petróleo. Naquele momento, as ambições das multinacionais eram limitadas e elas queriam acabar com a Petrobrás para apoderar-se de concessões que poderiam ser úteis ou até indispensáveis em futuro próximo ou distante, dependendo dos rumos que tomasse a Guerra Fria.

Em 2023, setenta anos depois e graças às decisões de Getúlio Vargas desde 1931, Lula volta ao poder com as enormes reservas do Pré-Sal em disputa com as multinacionais e as ambições destas, muito maiores agora que em 1953, e diante de desafios a enfrentar muito mais ameaçadores.

TEMER NOS ESTADOS UNIDOS

Consumado contra Dilma Rousseff o golpe do impeachment, já em setembro de 2015 o Vice promovido a Presidente Michel Temer foi aos Estados Unidos, oficialmente para falar na Assembleia Geral da ONU, mas, segundo o jornalista Glenn Greenwald, então um dos editores do site The Intercept Brasil, “para receber instruções”:

— Na volta, nomeou Pedro Parente para presidente da Petrobrás e para retomar o processo de privatizações e implantar a PPI, a política de Preços Paritários de Importação, cujo objetivo principal era mobilizar a opinião pública contra a Petrobrás, visando à sua desnacionalização.

O primeiro passo depois do impeachment foi a conversão em lei do projeto do senador José Serra que praticamente acabava com as prerrogativas da Petrobrás no Pré Sal (descoberto exclusivamente por ela) e concedia as maiores facilidades às petroleiras privadas. Em seguida o governo Temer adotou um programa de venda de ativos e uma política de preços que levaria fatalmente à privatização da Petrobrás.

Essa política de preços, que consistia em a Petrobrás vender os derivados produzidos por suas refinarias não em função de seu custo mais um lucro adequado, e sim em paridade com os preços internacionais, somados aos custos e margens de lucros de toda cadeia de importação. Essa política de preços beneficiava enormemente os acionistas privados e minoritários da Petrobrás, com dividendos astronômicos, e serviu também para entregar boa parte do mercado brasileiro de derivados a concorrentes estrangeiros, cujos preços passaram a ser menores que os das refinarias da Petrobrás.

Com dados atualizados até agosto de 2022, a FNP, Federação Nacional dos Petroleiros, publicou no fim desse ano uma pesquisa sobre as privatizações na Petrobrás entre 2015, ainda no fim do

governo Dilma, e os governos Temer e Bolsonaro. Batizada de Privatômetro, essa pesquisa oferece uma visão de conjunto dos ativos privatizados e respectivo valor.

— Até a última atualização, realizada em 1º de agosto de 2022 — diz o Privatômetro — o total de ativos vendidos ... entre o ano de 2015 e agosto de 2022 foi de 269 bilhões de reais. Os maiores ativos privatizados foram a empresa de transporte de gás natural TAG (45,2 bilhões de reais), a BR Distribuidora (29,9 bilhões) e a também transportadora de gás natural NTS (24,6 bilhões).

A NTS, Nova Transportadora do Sudeste, maior e mais lucrativa malha de gás da Petrobrás, responsável pelo escoamento de 70% do gás natural no país, começou a ser vendida em 2016, já no governo Temer.

NO GOVERNO BOLSONARO

Bolsonaro tomou posse a 1º de janeiro de 2019, no auge de uma ofensiva muito bem trabalhada contra a Petrobrás desde a irrupção da Lava Jato e com Lula na prisão desde abril anterior, e foi rápido na expansão e aprofundamento do projeto das privatizações.

Ainda em 2019 foi privatizada a TAG, Transportadora Associada de Gás S.A., outra malha da rede de distribuição de gás, que foi imediatamente alugada à própria Petrobrás, por 3 bilhões de reais por ano.

Tiveram maior repercussão em 2021 as privatizações da Refinaria Landulpho Alves, na Bahia, e da BR Distribuidora, mas no conjunto, segundo o Privatômetro da FNP, foi na área de Exploração e Produção, a área responsável pelas descobertas do Pré-Sal, que a Petrobrás sofreu as maiores perdas nos governos Temer e Bolsonaro — perdas que corresponderam a 39% do total de ativos subtraídos de seu patrimônio.

Nessa área foram vendidos, por exemplo, 25% do Campo de Roncador e o bloco exploratório BM-S-8, na Bacia de Santos; participação de 10% no Campo de Lapa; e a participação de 50% na Petrobrás Oil & Gas B.V. empresa com ativos na Nigéria.

O segundo setor com maiores privatizações foi o de transporte de gás natural, responsável pela rede de gasodutos, onde aconteceu a venda da NTS e da TAG. As duas, junto com a Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A (TBG), detinham praticamente toda a malha dutoviária de gás natural do Brasil. Por se tratar de empresas muito grandes, a privatização das duas somou quase 70 bilhões de reais, 25% de todas as privatizações que esquarteraram a Petrobrás nesse período.

O terceiro e quarto setor mais atingidos pelas privatizações foram o de distribuição/revenda e o de refino, que concentraram respectivamente 20% e 5,6% das perdas sofridas pela Petrobrás.

No setor de distribuição/revenda, foram vendidas — segundo o Privatômetro — “três empresas fundamentais para a economia brasileira”: a BR Distribuidora (maior distribuidora de combustíveis líquidos do país), a Gaspetro (distribuidora de gás natural que detinha participação em grande parte das distribuidoras estaduais de gás natural do país), e a Liquigás, maior distribuidora de gás de cozinha (GLP) do Brasil.

No setor de refino, a Refinaria Landulpho Alves (RLAM), na Bahia, foi a primeira refinaria estatal vendida e única já em operação privada, que logo aumentou arbitrariamente seus preços no mercado praticamente cativo que lhe foi doado. Além dela, já estavam com sua venda adiantada a Reman, no Amazonas, e a Lubnor, no Ceará, além da venda das refinarias estrangeiras de Pasadena (EUA) e Nensei Seikyu (Japão).

O CASO BR: DESDE GEISEL EM DEFESA DO CONSUMIDOR E DA PETROBRÁS

A privatização da Refinaria Landulpho Alves pode ter repercutido mais no público consumidor porque seus preços logo foram aumentados e porque existe muito mais familiaridade com a ideia coletiva do papel de uma refinaria que com a ideia de uma distribuidora. Mas a venda da BR feriu muito mais fundo a Petrobrás.

Em entrevista para este livro, o economista Sylvio Massa, hoje diretor da Aepet e um dos fundadores da BR Distribuidora, da qual chegou a ser um dos superintendentes, reconstituiu o momento e as circunstâncias da criação dessa empresa.

— O Presidente Geisel [então Presidente da Petrobrás, no governo Médici, de 1969 a 1973] fez uma reunião, porque nós não tínhamos um parâmetro para saber se os preços fixados pelo CNP, o Conselho Nacional do Petróleo, eram preços justos, corretos. As multinacionais que operavam na distribuição incorporavam no capital imobilizado vários terrenos, vários tanques, postos em locais altamente valorizados, como a avenida Vieira Souto, no Rio de Janeiro, e isso valorizava demais [seus investimentos] e o CNP era obrigado a reajustar os preços.

A Lei 2.004, de 1953, que criou a Petrobrás, tinha deixado o setor de distribuição fora do monopólio, tanto para evitar a desapropriação da enorme rede de postos de serviço operados sob a bandeira das multinacionais em todo o país, como para deixar a elas essa compensação que evitaria maiores pressões contra a aprovação do projeto da Petrobrás no Congresso e em seguida contra a própria Petrobrás.

— Então — acrescentou Sylvio Massa — o Presidente Geisel disse que precisava estabelecer um parâmetro nacional para saber se esses preços eram justos. Essa é a explicação para o surgimento da BR e para isso ele pediu um projeto. Eu apresentei um projeto

que transformava radicalmente a imagem da Petrobrás. Consegui reunir um grupo excepcional de intelectuais nacionalistas encabeçado pelo Aluizio Magalhães, que era um homem de esquerda, extremamente respeitado, professor e um grande designer. Depois eu agreguei o Zivaldo, para criar as folhinhas para caminhoneiros.

— O Aluizio Magalhães criou magistralmente o BR, o BR é um símbolo de Brasil, é um símbolo de estrada, são duas partículas gráficas que, se você colocar um traço por cima, você identifica a Petrobrás. No corpo da palavra Petrobrás já tem BR, se você falar “obrigado” tem BR, ele foi fazendo essas analogias criativas, ele criou o Lubrax. Com essas associações puramente comerciais, no fundo você criou um símbolo forte, nacional, verde, amarelo, azul, e substituiu o antigo losango com a longa palavra Petrobrás. Feito isso, a Petrobrás absorveu esse símbolo para ela. Hoje na sede da Petrobrás, na Avenida Chile, no Rio, você encontra um BR gigante, ou seja, esse símbolo, que foi criado para distribuição.

— Com essa criação, nós fomos fundo na construção de postos de gasolina e em sua arquitetura. Um deles, na Lagoa Rodrigo de Freitas, no Rio, foi prêmio na Alemanha. Nós transformamos a imagem do posto, que era algo sujo, em algo limpo. O Henfil estava preparando uma cartilha para os frentistas. Os nossos primeiros frentistas usavam macacão branco.

— E o preço? O preço caiu barbaramente, porque a Petrobrás Distribuidora passou a oferecer ao CNP um parâmetro justo de custo. Com isso, três grandes multinacionais abandonaram o mercado de distribuição, a Texaco, a Esso, a Atlantic. A BR controlou esse mercado, você nunca teve greve de caminhoneiro, nunca teve reclamação da qualidade do produto, você teve a presença da BR em todos os rincões do Brasil.

— Tudo isso — concluiu Silvio Massa — foi sendo desmontado aos poucos e ela tinha uma posição já madura de 30% do mercado

convivendo com multinacionais. A privatização da BR vai ter de ser investigada, porque ela foi vendida em Bolsa. A grande pergunta é se de fato aquele preço representava o patrimônio da BR — patrimônio concreto ou subjetivo, como era o símbolo BR. Jamais se poderia transferir esse símbolo para a iniciativa privada.

COM A PARIDADE DE PREÇOS, A PETROBRÁS ENTREGOU 30% DE SEU MERCADO

Antes mesmo da privatização da BR, a política da paridade de importação de preços levou a Petrobrás a ir perdendo o domínio que adquirira no mercado brasileiro de derivados de petróleo.

Segundo Fernando Siqueira, diretor da Aepet e seu ex-Presidente, essa paridade não tem cabimento:

— A Petrobrás — diz ele — é superavitária na produção de petróleo, ou seja, produz mais do que o consumo nacional. Mas desde 2016, as diretorias da Petrobrás adotam a política do Preço de Paridade de Importação, como se os combustíveis fossem importados e pagando todas as taxas, de internação, transporte e outras, a despeito de serem produzidos e refinados no País.

O pior dessa política, segundo Felipe Coutinho, Vice-Presidente da Aepet e seu Presidente no governo Temer e em parte do governo Bolsonaro, foi a Petrobrás perder para as multinacionais boa parte do mercado consumidor que a BR tinha conquistado.

Em entrevista para este livro, Felipe explicou:

— O que tem acontecido é que a Petrobrás tem praticado preços altos e seus produtos vêm perdendo competitividade. Disso resulta o aumento da importação desses derivados. Esses derivados são produzidos basicamente nos Estados Unidos, diesel, gasolina e até etanol.

— Esses derivados são trazidos para o Brasil porque existe o lucro que justifica essa operação. Com preços mais altos, os derivados produzidos pela Petrobrás ficam encalhados. Em consequência, a Petrobrás deixa seu parque de refino ocioso em até 30%. É uma transferência de mercado de até 30%. A BR tinha uma situação em que a Petrobrás ficava independente da variação dos preços internacionais do petróleo.

Também ex-Presidente da Aepet quando exercia o mandato de representante eleito dos trabalhadores da Petrobrás no Conselho de Administração da empresa, o engenheiro Silvio Sinedino estava nessas duas funções quando a Operação Lava Jato teve início em 2014:

— Foi numa sessão do Conselho da Petrobrás — disse ele em entrevista para este livro — que tive as primeiras notícias da Lava Jato. Ela surgiu com força total e foi um desastre para o país. Nos Estados Unidos isso não aconteceria, não se destrói uma empresa assim: quantos empregos foram perdidos no Brasil!

Sinedino já não estava na presidência da Aepet nem no Conselho da Petrobrás quando esta foi submetida à paridade de importação de preços, mas sempre foi contra ela. Segundo ele, a política de preços tem de manter preços razoáveis, não escorchar a população:

— Um país com energia barata é um país que atrai investimentos. A Petrobrás tem de continuar investindo, não só em petróleo, mas em energias renováveis, solar, eólica. Se os acionistas não gostarem que vendam suas ações...

Outro ato do governo Bolsonaro que Sinedino critica com veemência foi a venda da Refinaria Landulpho Alves, na Bahia, consumada em 2021:

— Depois do governo Fernando Henrique, com a quebra do monopólio, nunca foi proibido construir refinarias no Brasil. Por

que não construíram? Eles querem é uma refinaria já amortizada como a RLAM.

E, nessa entrevista, uma lembrança sobre a descoberta do Pré-Sal:

— A Shell tinha uma área bem em cima do Pré-Sal e não achou o Pré-Sal. A gente foi lá e achou, graças ao nosso diretor Estrella.

AS CARÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO

Presidente da Aepet no momento da eleição presidencial de 2022, em que a tentativa de reeleição de Bolsonaro foi frustrada pela vitória de Lula, Pedro Augusto Pinho, considera prioritária em seu mandato a questão da comunicação, para que os problemas envolvendo a Petrobrás possam ser discutidos e conhecidos corretamente.

— Pegamos — escreveu ele, em depoimento para este livro — um período particularmente difícil, do Brasil, vindo de um golpe cujo principal motivo era a transferência dos ganhos com o Pré-Sal para dar suporte aos trilhões de dólares estadunidenses existentes no mercado financeiro sem qualquer lastro. Ao que acresce o sucesso na disseminação do covid-19, que me colocou, pessoalmente, por seis meses em tratamento e me deixou sequelas permanentes. Tínhamos que priorizar a aplicação de nossos poucos recursos humanos e financeiros. Eu escolhi a comunicação. Não foi uma escolha arbitrária, foi fruto de decisões de diretoria e de conversas dentro e fora da Aepet.

A necessidade de priorizar a comunicação na luta pela Petrobrás ficara evidente no “aprofundamento da erosão da Petrobrás” sem que seus defensores dispusessem de “meios de denunciar e sem encontrar ressonância de nossas denúncias junto a qualquer conjunto de público que não fôssemos nós e aqueles que sempre comungaram de nossas ideias nacionalistas”.

— Todos os poderes agiram no mesmo sentido de destruição da Petrobrás. Até o Supremo Tribunal Federal profere ou permite decisões/ações inconstitucionais para venda retalhada de seu patrimônio, construído ao longo de décadas, com o esforço e capital nacionais.

AS EXPECTATIVAS PARA O GOVERNO LULA

Com a vitória de Lula, expectativas que hibernavam voltaram à vida em entidades como a Aepet, que acompanham o dia a dia de toda a indústria petrolífera no Brasil.

Fernando Siqueira, ex-Presidente da Aepet várias vezes, inclusive no período de descoberta do Pré-Sal, entende que Petrobrás pode dar ao Brasil um enorme salto em seu péssimo IDH, Índice de Desenvolvimento Humano:

— O Pré-Sal pode fazer do Brasil uma grande Noruega. A Noruega, ao explorar seu petróleo pela estatal Statoil, transformou-se do segundo país mais pobre da Europa no país com o maior IDH do mundo. Se explorar o Pré-Sal como a Noruega fez, o Brasil se torna um país rival dos Estados Unidos, um concorrente sério, e deixa de ser fornecedor de matéria-prima. Então os Estados Unidos têm todo interesse em frear o desenvolvimento brasileiro.

— O Lula, voltando, vai enfrentar muita dificuldade. O jornal Intercept publicou que quando o Temer assumiu no lugar da Dilma, três dias depois ele foi aos Estados Unidos, passou cinco dias lá, sendo informado de como entregar o Brasil. Os Estados Unidos estão por trás de toda essa campanha contra a Petrobrás, primeiro para reduzir sua segurança energética e também para impedir que países potencialmente hegemônicos se desenvolvam.

Sílvio Sinedino, Presidente da Aepet durante o governo Dilma, também adverte para as dificuldades que Lula vai enfrentar:

— Não só este é o pior momento da Petrobrás, como é o pior momento do país. No tempo da ditadura, a Petrobrás era valorizada, inclusive Geisel foi da Petrobrás. Ela não pode continuar nessa batida, porque isso destrói o país. Tenho certeza de que o Lula vai mudar e a primeira coisa será suspender a venda das refinarias.

— A gente tem déficit de refino, tanto que o país importa... Parar imediatamente a venda de refinarias, retomar a Refinaria Landulpho Alves, um absurdo o que foi feito e dar um jeito na BR, a Petrobrás não pode ficar fora da distribuição. O mais absurdo, no caso da BR, é que ela foi vendida com seu nome... eles tem o direito de usar seu nome por dez anos...

— No Pré-Sal, precisamos retomar aquele projeto pelo qual a Petrobrás tem de ter no mínimo 30% de qualquer área. Eu particularmente acho que a Petrobrás tinha de ter tudo, retomar o monopólio, mas isso é mais complicado.

Felipe Coutinho, Vice-Presidente da Aepet e seu Presidente durante os governos Temer e Bolsonaro, também sustenta que o melhor seria a volta do monopólio estabelecido originalmente pela Lei 2.004, de 1953, que criou a Petrobrás:

— Mas reconhecemos que tem de ser feito o possível. Nossa proposta não é utópica nem irrealizável. Se houver algum avanço, por exemplo, uma limitação da atuação das multinacionais, ou campos promissores não irem a leilão e serem entregues à Petrobrás... cada avanço, por menor que seja, será reconhecido. Não temos uma postura do tudo ou nada, mas não deixamos de empunhar as bandeiras e as causas que não podem ser esquecidas.

— Temos que ver o que acontece no mundo, as estatizações são cada vez mais frequentes nos países europeus, especialmente no setor de energia. Isso mostra que nossas teses sempre foram corretas.

— Uma mudança na política de preços seria uma coisa urgente, inevitável, se você pretende evitar que o país perca as perspectivas de crescer e a crise social e a desigualdade econômica cresçam. Aliás, essa política de preços que está aí é uma coisa inédita — trouxe a crise dos caminhoneiros, impede o crescimento. A mudança na política de preços pode alavancar outras medidas, por exemplo a Petrobrás voltar a fazer maiores investimentos com conteúdo nacional.

— O modelo exportador precisa ser abandonado, a ideia é produzir no Brasil na medida de suas necessidades. Fora isso, o petróleo excedente deve ser mantido aqui, como reserva estratégica. Maior crescimento de consumo de petróleo per capita reflete em maior índice de desenvolvimento humano. O Brasil consome atualmente alguma coisa em torno de dois milhões de barris de petróleo. Para alcançar um padrão europeu teria de multiplicar isso por cinco, dez milhões de barris por dia.

— Devia ser proibido exportar petróleo, como foi nos Estados Unidos durante anos. Vai ter reação, porque o Brasil já exporta mais de um milhão de barris por dia. A Petrobrás não é apenas uma demonstração da capacidade de ação do Estado brasileiro, ela é também uma revelação da capacidade do povo brasileiro – e isso assusta.

O Presidente da Aepet, Pedro Augusto Pinho, que já atuou na área da comunicação como professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro por seis anos, vê como prioridade não só da Petrobrás como da Aepet a reformulação e modernização de seus instrumentos e métodos de comunicação, problema que vem de muito longe:

— Criminosamente, Fernando Henrique Cardoso, promoveu a reforma da Petrobrás. Essa reforma transformou a empresa de petróleo em empresa de negócios, com um sistema de gestão e de remuneração que corrompe seus dirigentes. É uma transfor-

mação que, inacreditavelmente, não foi entendida pelo povo brasileiro.

Podia até concluir que a nossa comunicação já se mostrava incapaz de alertar que a greve de 1995 não era contra o consumidor, contra a população, mas para defender a condição [da Petrobrás] de dirigente para o futuro da energia brasileira. E FHC aproveitou-se daquele momento, a greve de 1995, para destruir a representatividade sindical, a autoridade gerencial e técnica dos empregados da Petrobrás. Abriam-se as portas da empresa para a Lava Jato.

EPÍLOGO

GUILHERME ESTRELLA, A PETROBRÁS E O FUTURO



Em entrevista para este livro, em outubro de 2022, Guilherme Estrella, que a partir de 2003 liderou a descoberta e o desenvolvimento do Pré-Sal, expôs as linhas gerais do que pode ser o futuro próximo da Petrobrás a partir da volta de Lula ao governo — um futuro cuja prioridade será conduzir e produzir a revolução energética que fala do Brasil um país pioneiro na substituição de combustíveis fósseis e poluidores por energias renováveis.

A entrevista começou pelo passado, pelo momento que, findo o governo Fernando Henrique e começado o primeiro governo Lula, Estrella foi chamado a assumir o cargo de diretor do Departamen-

to de Exploração e Produção da Petrobrás, no qual conduziu a descoberta e o desenvolvimento inicial do Pré-Sal.

A seguir, os trechos principais da entrevista, um documento que o autor pede licença para considerar o melhor epílogo para sua história da Petrobrás.

— O que foi que fizeram de pior contra a Petrobrás?

— O consenso de Washington ... E Fernando Henrique, como fiel cumpridor, não privatizou a Petrobrás, mas já introduziu esse espírito privatista. Quando nós assumimos a Petrobrás em 2003, ela já era um fundo de investimentos... Eu não encontrei uma empresa de petróleo, eu encontrei um fundo de investimentos no setor petrolífero, uma coisa completamente diferente. O fundo de investimentos é um banco.

— Quer dizer que o governo Lula já reconstruiu a Petrobrás uma vez?

— Inteiramente, (com) a descoberta do Pré Sal. Essencialmente foi uma decisão política, do governo Lula. Nós temos competência tecnológica e isso não é diferente do que acontece em outros lugares do mundo. Mas politicamente foi o governo do Lula que tomou essa decisão.

— Como é que o Lula deve começar a nova reconstrução da Petrobrás?

— Ponto inicial, começa pela interferência de um governo estrangeiro, que rompeu as leis do processo judicial, [interferência] que acabou na prisão de um brasileiro que venceria as eleições de 2018.

— Esse foi o grande objetivo. Criminalizaram o governo, ilegalmente. Que houve corrupção na Petrobrás, houve, mas transformaram aquele processo de punição dos culpados num processo de destruição de um governo que tinha como essência uma visão

nacionalista do estado brasileiro. Muito bem... houve a eleição desse cara... considerar que isso não foi uma ruptura da institucionalidade brasileira é absolutamente ingênuo. Isso tudo tirou a legitimidade desse governo e do que ele está fazendo.

— Algum dano foi irreversível ou o governo Lula tem como reverter?

— Eu ouço, inclusive de pessoas de esquerda, que foram atos jurídicos perfeitos... Mas é um governo de ocupação estrangeira! Nada disso é ato jurídico perfeito. Há todas as condições jurídicas e legais para nós retomarmos tudo. É isso que nós temos que perseguir, não adianta tentarmos conciliar. Sentar na mesa para discutir? Não, esse pessoal não nos chamou para sentar na mesa e discutir.

— O Brasil está saindo de um governo de ocupação estrangeira, numa época em que a unipolaridade norte-americana está colapsando. Um Brasil independente e soberano vai ter influência decisiva no desenho do novo cenário multipolar. Uma coisa era 2003 [início do primeiro governo Lula], com a China ainda engatinhando. Outra coisa é agora, os Brics. Imagina, Índia, China, Brasil, Rússia e África do Sul. A evolução dos Brics vai depender do governo brasileiro.

— Se [fosse uma] eleição para administrar uma colônia ... Nós já somos uma colônia, com o Banco Central independente, o trabalhador sem leis de proteção, as nossas riquezas sendo entregues, a Petrobrás vendendo tudo, entregando tudo, a Eletrobrás vendida, então, para governar isso sem mudar essa situação, então não vamos eleger um presidente, vamos escolher o governador geral de uma colônia que vai ser o principal pilar de sustentação de um mundo unipolar norte-americano, europeu e japonês.

— Por onde o Lula poderia começar?

— Primeiro, através de decretos ... O governo modificou o poder do Estado brasileiro sobre a Petrobrás. Tem de ter decretos

que anulem [isso] imediatamente e recomponham a força do governo brasileiro na condução da Petrobrás.

— Segunda coisa, considerar as vendas, todas as vendas de ativos da Petrobrás como contrárias ao interesse nacional. Se necessário, convocar plebiscitos, referendos revogatórios, para que o povo brasileiro decida reconstruir toda a Petrobrás, que foi vendida, gasodutos, campos de petróleo, refinarias, para que a Petrobrás reassuma seu papel de um sistema industrial integrado.

— Ah! O campo de Carcará foi comprado pela [estatal] Statoil norueguesa ... Pois eu estava no Iraque quando a Petrobrás descobriu o campo de Majnoon. O governo iraquiano nos chamou lá e avisou: olha, esse campo muito grande que vocês descobriram é de interesse nacional. Nós vamos tomar isso de volta. Vamos sentar na mesa apenas para negociar como vamos fazer isso. É isso que nós temos de fazer.

— Na área de exploração e produção, as prioridades deveriam ser considerar, logo de estalo, que aquelas áreas consideradas estratégicas passam ao regime de partilha, inclusive toda a área equatorial. Aquela área equatorial é uma área de segurança nacional. A ANP fez vários leilões e vendeu aquilo como concessão, mas tudo tem de ser recuperado.

— Para nos integrarmos no mundo multipolar que se está formando, nós temos de ser um país inteiramente soberano sobre a nossa energia, a energia como um todo, seja petróleo, gás natural, nuclear, hidrelétrica, biocombustíveis, eólica, foto voltaica, tudo isso tem de ser de gestão do Estado, porque isso é que garante nossa soberania e a nossa inserção soberana no mundo multipolar.

— Estamos num período de transição energética. A matriz energética mundial é 80/20, [ou seja] 80% de energias fósseis e 20% de energias renováveis. A matriz energética brasileira é de 55% fósseis, 45% renováveis, já é uma matriz extremamente avançada. Quem tem de pagar a conta da transição energética não somos

nós, são eles, que poluíram a atmosfera. Eles é que têm de assumir a principal responsabilidade.

Agora, por exemplo, como a Rússia não está fornecendo gás à Alemanha, a Alemanha começou a consumir carvão barbaramente, com uma poluição atmosférica extremamente maior que a do petróleo. Eles têm de assumir a responsabilidade maior nesse processo, mas nós temos de participar dele.

— Então é a produção a custo muito baixo do Pré-Sal brasileiro — e o Pré-Sal não tem só óleo, tem grande quantidade de gás rico em matéria-prima de fertilizantes e de petroquímica — que pode nos levar a prover energia barata para o desenvolvimento industrial brasileiro e também, com essa energia barata, criar fundos que desenvolvam, com tecnologia brasileira, a utilização de energias alternativas, como a eólica, a energia fotovoltaica, os biocombustíveis.

— É o petróleo do Pré-Sal que vai prover o fundamento e a base econômico-financeira para nós melhorarmos ainda mais a nossa matriz energética. Nós somos a décima terceira economia mundial e estamos além do quinquagésimo lugar em consumo de energia per capita. E é o consumo de energia que baliza a qualidade de vida.

— Para o público jovem, preocupado com a sobrevivência do planeta, a Petrobrás reconstruída pode ser a financiadora de uma revolução energética?

— Essa tem de ser nossa mensagem aos jovens. Primeiro, que nós já temos uma matriz energética equilibrada. E em termos de recursos, principalmente financeiros, [e ainda] pela produção do Pré-Sal brasileiro e pela reconstrução do sistema integrado da Petrobrás, [nós poderemos] financiar a melhoria contínua de nossa matriz energética.

— Como o nosso consumo energético por habitante é muito baixo, nós temos de aumentá-lo muito, em termos de toneladas

equivalentes de petróleo, nós temos de consumir o equivalente a dez milhões de barris de petróleo por dia. Os Estados Unidos consomem vinte. Nós não vamos chegar perto dos Estados Unidos, mas temos de aumentar nosso consumo energético intensamente.

Uma vez eu disse isso a um pesquisador e ele respondeu que nós não temos inverno como o do Hemisfério Norte, que consome muita energia. Eu digo é, e você tem ar condicionado em sua casa? Nós temos o calor, que gasta muito mais energia, porque produzir frio no calor gasta muito mais energia que produzir calor no frio. Então nós temos de consumir o equivalente a dez milhões de barris de petróleo por dia.

— Com os recursos provenientes do Pré-Sal, com o consumo no Brasil e com a exportação, é que vamos conseguir o desenvolvimento científico e tecnológico das novas formas de energia renováveis, para que a gente construa uma sociedade grande consumidora de energia, mantendo a nossa matriz energética tão equilibrada quanto hoje, que é um exemplo mundial. O Pré-Sal vem a ser a saída para isso, não vem contra, vem a favor disso.

— O importante é manter o equilíbrio do balanço energético. Nós temos hoje 55/45 e os outros países têm 80/20. Então temos muito espaço para consumir mais petróleo. Podemos até diminuir, se nosso consumo de energia renovável crescer, porque nós somos o único país que tem potenciais de crescimento extraordinários em todas as formas de energia, eólica, fotovoltaica, biocombustíveis, inclusive nuclear, somos o único país...

— A nossa estadia aqui está na fase final, os jovens é que vão herdar... Como disse a bióloga que mapeou o genoma brasileiro, nós temos toda a humanidade conosco, essa é uma vantagem que temos em relação a outros povos, etnicamente muito puros... Então o Brasil tem um papel gigantesco para desenvolver no mundo a favor da humanidade.

Curitiba, dezembro de 2022

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

1. AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS (Brasil). **Resolução CNP n. 9/1958**. Dispõe sobre a exportação do petróleo baiano. Rio de Janeiro: CNP, 1958. Disponível em: <https://atosoficiais.com.br/anp/resolucao-cnp-n-9-1958-dispoe-sobre-a-exportacao-do-petroleo-baiano?origin=instituicao>.
2. AS PERDAS da privatização. Rio de Janeiro: Federação Nacional dos Petroleiros, [2022]. Disponível em: <https://observatoriopetroleo.com/privatometro>.
3. BAHIA sob intervenção de fato: tratamento. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, ano 63, n. 21.814, 17 maio 1964. p. A18. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/089842_07/51598.
4. BANDEIRA, M. **Presença dos Estados Unidos no Brasil**: dois séculos de história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973. 497 p.
5. BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Presidência da República, [2022]. Art. 177. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm.
6. BRASIL. [Constituição (1988)]. **Emenda Constitucional nº 16, de 4 de junho de 1997**. Dá nova redação ao § 5º do art. 14, ao caput do art. 28, ao inciso II do art. 29, ao caput do art. 77 e ao art. 82 da Constituição Federal. Brasília: Presidência da República, [20??]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc16.htm.
7. BRASIL. [Constituição (1988)]. **Emenda Constitucional nº 9, de 9 de novembro de 1995**. Dá nova redação ao art. 177 da Constituição Federal, alterando e inserindo parágrafos. Brasília: Presidência da República, [20??]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc09.htm.
8. BRASIL. [MSC 469/1951]. **Diário do Congresso Nacional**, Rio de Janeiro, ano 6, n. 236, 12. dez. 1951, p. 12.828-32. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=193089>.
9. BRASIL. [PL 1516/1951]. **Diário do Congresso Nacional**, Rio de Janeiro, ano 6, n. 236, 12. dez. 1951. p. 12.824-8. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=193089>.
10. BRASIL. **Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968**. São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições Estaduais; O Presidente da República poderá decretar a intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas na Constituição, suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, [20??]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm.
11. BRASIL. **Decreto nº 53.337, de 23 de dezembro de 1963**. Dispõe sobre a importação de petróleo e derivados, nos termos dos artigos 1º e 2º do Decreto-Lei n.º 395, de 29 de abril de 1938, e do art. 3º da Lei nº 2.004, de 3 de outubro de 1953. Brasília: Câmara dos Deputados, [1999]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-53337-23-dezembro-1963-393305-norma-pe.html>.

12. BRASIL. **Decreto nº 53.701, de 13 de março de 1964.** Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação em favor da Petróleo Brasileiro S A - Petrobrás, em caráter de urgência, as ações das companhias permissionárias do refino de petróleo. Brasília: Câmara dos Deputados, [1999]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-53701-13-marco-1964-393663-norma-pe.html>.
13. BRASIL. **Decreto nº 56.570, de 9 de julho de 1965.** Revoga o Decreto nº 53.701, de 13 de março de 1964, e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, [1999]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-56570-9-julho-1965-396912-norma-pe.html>.
14. BRASIL. **Decreto nº 99.180, de 15 de março de 1990.** Dispõe sobre a reorganização e o funcionamento dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, [1999]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1990/decreto-99180-15-marco-1990-328428-publicacaooriginal-1-pe.html>.
15. BRASIL. **Decreto nº 99.226, de 27 de abril de 1990.** Dispõe sobre a dissolução de entidades da Administração Pública Federal, e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, [1999]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1990/decreto-99226-27-abril-1990-334825-publicacaooriginal-1-pe.html>.
16. BRASIL. **Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010.** Dispõe sobre a exploração e a produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, sob o regime de partilha de produção, em áreas do pré-sal e em áreas estratégicas; cria o Fundo Social - FS e dispõe sobre sua estrutura e fontes de recursos; altera dispositivos da Lei no 9.478, de 6 de agosto de 1997; e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, [2018]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12351.htm.
17. BRASIL. **Lei nº 2.004, de 3 de outubro de 1953.** Dispõe sobre a Política Nacional do Petróleo e define as atribuições do Conselho Nacional do Petróleo, institui a Sociedade Anônima, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l2004.htm.
18. BRASIL. **Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997.** Dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, [2022]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9478.htm.
19. BRASIL. Projeto de Resolução n. 428, de 1953. **Diário do Congresso Nacional:** Seção 1, Rio de Janeiro, ano 8, n. 178, 16 set. 1953, p. 1.683. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD16SET1953.pdf>.
20. CAFÉ FILHO. **Do sindicato ao Catete:** memórias políticas e confissões humanas. Rio de Janeiro: José Olympio, 1966. 2 v.
21. CAMARGO, A. et al. **O intelectual e o político:** encontros com Afonso Arinos. Brasília: Senado Federal: Dom Quixote; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. 1983. 460 p.
22. CARVALHO, B. L. P. de. Vigiar e punir: a Petrobras durante a ditadura militar. **Café História**, 4 jan. 2021. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/a-petrobras-durante-a-ditadura-militar>.

23. CASO Edward Snowden: a Petrobras, a maior empresa brasileira, também foi espionada pelo governo americano. Reportagem de Sônia Bridi e Glenn Greenwald. **Fantástico**, Rio de Janeiro: TV Globo, 8 de setembro de 2013. Programa de TV. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/2811212>.
24. CASO Edward Snowden: como é que o maior sistema de espionagem do mundo está de olho no Brasil. Reportagem de Sônia Bridi e Glenn Greenwald. **Fantástico**, Rio de Janeiro: TV Globo, 1 de setembro de 2013. Programa de TV. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/2795898>.
25. COUTINHO, L; SILVEIRA, J. **O petróleo do Brasil: traição e vitória**. Rio de Janeiro: Coelho Branco, 1957. 668 p.
26. CRUZ, N. Ouro negro em Nova Olinda: aqui jorrou petróleo no Amazonas! **Revista Cenarium Amazônia**, 26 ago. 2020. Disponível em: <https://revistacenarium.com.br/ouro-negro-em-nova-olinda-aqui-jorrou-petroleo-no-amazonas>.
27. D'ARAUJO, M. C. (Org.). **Getúlio Vargas**. Brasília: Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação, 2011. 793 p. (Perfis Parlamentares, 62). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escreven-dohistoria/getulio-vargas/perfil-parlamentar-de-getulio-vargas>.
28. D'ARAUJO, M. C. **O segundo governo Vargas 1951-1954: democracia, partidos e crise política**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1992. 206 p. (Fundamentos, 90). Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/6781/48.pdf?sequence=1&isAllowed=y>
29. DUARTE, F. Esse é o cara. Adoro esse cara: Obama afirma que Lula é o político mais popular do planeta. Rio de Janeiro: **O Globo**, 3 de abr. de 2009, Economia, p. 19.
30. DULLES, J. W. F. **Carlos Lacerda: a vida de um lutador**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992. 2 v.
31. ESTRELLA: não há lugar para bonzinhos no pré-sal. Entrevistador: Paulo Moreira Leite. Entrevistado: Guilherme Estrella. **Brasil 247**, 25 jul. 2016. Blog. Disponível em: <https://www.brasil247.com/blog/estrella-nao-ha-lugar-para-bonzinhos-no-pre-sal>.
32. FRANCO, I. **Discurso do Sr. Itamar Franco, Vice-Presidente, no cargo de Presidente, na cerimônia de posse ministerial, em 05 de outubro de 1992**. Brasília: Presidência da República, [2011]. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/itamar-franco/discursos/1992/05-10-1992-discurso-do-sr-itamar-franco-vice-presidente-no-cargo-de-presidente-na-cerimonia-de-posse-ministerial/view>.
33. FREITAS, T. **Petróleo: apesar de Mr. Link**. [Rio de Janeiro]: Gernasa, [1964]. 239 p.
34. JANGO: rever a Constituição para as reformas. **Última Hora**, Rio de Janeiro, ano 13, n. 4.304, 14 mar. 1964. p. 4.
35. MANDELSON, (Lord). Honouring Edison Lobão. **Brazil Business Brief - Personality of the Year 2009**, Londres, 2009. p. 11. Disponível em: <https://www.brazilianchamber.org.uk/sites/brazilianchamber.org.uk/files/publications/brazilbusinessbrief-personality2009.pdf>
36. NEVES, T. **Pensamentos e fatos**. 2. ed. Brasília: Fundação Ulysses Guimarães, 2013. 357 p. (O Pensamento Político Brasileiro, v.1). Disponível em: <http://fundacaoulysses.org.br/categoria-biblioteca/livro/?pagina=2>

37. O ÚLTIMO discurso do presidente da República em Curitiba: ele disse que está sendo sabotado por interesses contrários de empresas privadas. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, ano 53, n. 18.634, 22 dez. 1953. Primeiro Caderno, p. 12. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/089842_06/32808.
38. PERSON of the Year Award Archives [2009: José Sérgio Gabrielli de Azevedo]. New York: Brazilian-American Chamber of Commerce, [2022]. Disponível em: <https://brazilcham.com/events/person-of-the-year-awards/history>.
39. PETROBRÁS. **Relatório de atividades 2010**. Rio de Janeiro, [2011]. 67 p.
40. PETROBRÁS. **Relatório de atividades**. Rio de Janeiro, 1965. 72 p.
41. PINHO, P. A. Geisel e a trajetória nacionalista: a Petrobrás. **Monitor Mercantil**, Rio de Janeiro, 107, n. 28.692, 19 ago. 2020. p. 2. Disponível em: <https://monitormercantil.com.br/geisel-e-a-trajetoria-nacionalista-a-petrobras>.
42. PRAUN, L; COSTA, C. Pistas sobre a estrutura e as ações de repressão do Estado brasileiro no pós 1964 e sua configuração no interior da Petrobras. **Revista do Arquivo**, São Paulo, n. 2, 2016. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/revista_do_arquivo/02/artigo_02.php.
43. RIBEIRO, J. A. Tancredo Neves, 25 anos depois, reconstitui o 24 de agosto: Getúlio, da resistência ao sacrifício. Entrevistado: Tancredo Neves. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano 55, n. 16.745, 24 ago. 1979. Cultura, p. 31-32.
44. SIQUEIRA, F. **Lobby internacional começa a dar resultados**. Rio de Janeiro: Associação dos Engenheiros da Petrobrás, 2009. Disponível em: <http://www.aepet.org.br/colunas/pagina/51>.
45. TEREZA, I; PAMPLINA, N; LIMA, K. Fornecedor dita ritmo de exploração do pré-sal. Entrevistado: Guilherme Estrella. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, ano 130, n. 42.330, 9 set. 2009. Economia, p. B6.
46. VARGAS, G. [Discurso pronunciado em 15 de março de 1954]. **Diário do Congresso Nacional**: Seção 2, Rio de Janeiro, ano 9, n. 6, 16 mar. 1954. p. 25-123. Disponível em: https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/Anais_Republica/1954/1954%20Livro%203.pdf
47. VARGAS, G. **[Discurso pronunciado em 2 de março 1951]**. [Brasília]: Biblioteca da Presidência da República, [2008]. 9 p. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/1951/06.pdf/view>
48. VARGAS, G. **[Discurso pronunciado em 21 de setembro de 1953]**. [Brasília]: Biblioteca da Presidência da República, [2008]. 6 p. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/1953/06.pdf/@download/file/06.pdf>
49. VARGAS, G. **[Discurso pronunciado em 3 de outubro de 1953]**. [Brasília]: Biblioteca da Presidência da República, [2008]. 10 p. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/1953/09.pdf/@download/file/09.pdf>
50. VARGAS, G. **[Discurso pronunciado em 31 de dezembro de 1953]**. [Brasília]: Biblioteca da Presidência da República, [2008]. 7 p. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/1953/15.pdf/view>

51. VARGAS, G. [**Discursos pronunciados na Bahia estimulando a industrialização dos subprodutos do petróleo e alertando para o perigo de se confiar às empresas estrangeiras o controle da exploração dos recursos naturais**]. Salvador, ago./set. 1950. Arquivo Getúlio Vargas, FGV CPDOC, GV ce 1950.08/09.00/3. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/arquivo-pessoal/GV/textual/discursos-pronunciados-na-bahia-estimulando-a-industrializacao-dos-sub-produtos-do-petroleo-e-alertando-para-o-perigo-de-se-confiar-as-empresas-es>.
52. VARGAS, G. Discurso pronunciado pelo Sr. Presidente da República no transcurso do 3º aniversário de seu governo. **Diário do Congresso Nacional**: Seção 2, Rio de Janeiro, ano 9, n. 24, p. 233-234, 16 fev. 1954. Disponível em: http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/Anais_Republica/1954/1954%20Livro%202.pdf
53. VERGARA, L. **Fui secretário de Getúlio Vargas**. Porto Alegre: Globo, 1960. 250 p.
54. VICTOR, M. **A batalha do petróleo brasileiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970. 405 p.

O PETRÓLEO É NOSSO

O jornalista e historiador José Augusto Ribeiro oferece com esta primorosa obra uma radiografia precisa dos fatos políticos e técnicos que constituem o passado e o presente da **“História da Petrobrás”**. A cuidadosa leitura do livro indica dois momentos distintos, evidenciando o forte antagonismo entre eles, resultado das lutas políticas travadas na sociedade brasileira, a favor e contra a existência da Petrobrás. O primeiro é a manifestação popular e de vários estamentos políticos e militares que bradavam: “O petróleo é nosso”, ou seja, pertence aos brasileiros. O segundo tem sua origem no governo Fernando Henrique Cardoso que esbravejava: “O petróleo é vosso”, ou seja, será propriedade das multinacionais, do poderoso império estrangeiro.

Ao correr das páginas sobressaem as personalidades que forjavam um corpo de brasileiros que traçavam um projeto de nação soberana sob a liderança de Getúlio Vargas, que ofereceu a sua vida em defesa da Petrobrás. Esse grupo de brasileiros, compondo uma elite qualificada, permitiu a existência da empresa mesmo quando os prospectos geológicos eram desfavoráveis mas não suficientes para retirar o empenho e a confiança do seu corpo técnico. A análise elaborada, com dados e fatos pelo autor do livro, indicando um segundo período de sua criação, caracterizado por sua prospecção em águas oceânicas, início dos anos 1970, caracteriza uma Petrobrás exitosa, com reservas estimadas entre 80 a 120 bilhões de barris, coroando seu respeitado corpo técnico e colhendo o respeito técnico internacional por dominar tecnologia própria para produção de petróleo em águas profundas. Entretanto, uma outra elite assume o controle dos destinos do país, sem convicção em um projeto nacional, onde a Petrobrás passa a ser um alvo a ser descaracterizado, pela ação de vários instrumentos coordenados por forças externas.

Essa minoria de apátridas agregada aos abutres externos assumem o controle da administração da empresa e ela vai alterando sua finalidade de agente do desenvolvimento nacional para ser geradora de desproporcionais dividendos para acionistas estrangeiros, originados pelo explorador sistema de preços aplicados à baixa renda dos consumidores brasileiros.

O autor deste livro - **A História da Petrobrás** - demonstra, que a Petrobrás ainda representa o principal símbolo do orgulho e da afirmação do povo brasileiro e que não conseguirão eliminá-la como instrumento do nosso desenvolvimento econômico e social.

SYLVIO MASSA DE CAMPOS

Economista aposentado e Diretor da AEPET



ISBN: 978-85-65187-01-5



9 788565 187015